

Agosto de 2014

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Imigracao](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago,
Massomba Dominique e
Venancio Dombele

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	1
1.1 Igreja preocupada com a boa governação	1
1.2 Zonas rurais com baixo desenvolvimento	1
1.3 Guiné-Bissau e Angola	2
1.4 Há subdesenvolvimento nas zonas rurais	3
1.5 Distribuição justa de riqueza na agenda do parlamento para próxima legislação	3
1.6 Parlamento desafia Executivo a distribuir riqueza com justiça	4
1.7 Da Caconda para o desenvolvimento local	5
1.8 Índice pobreza regista decréscimo	6
2. MICROFINANÇAS	8
2.1 Crédito malparado impõe fecho da torneira	8
2.2 Empreendedores estão endividados	9
2.3 Filipe domingos e Alberto Ngalanela	9
2.4 Taxa de bacarização estimada em 30%	10
2.5 Como funcionam as caixas comunitárias de crédito	10
2.6 Jovens de Lunda montam próprio negócio	11
2.7 O crédito à economia	13
2.8 Solicitadas melhores condições de crédito	14
3. MERCADO INFORMAL	15
3.1 Aumento da criminalidade preocupa vendedores e clientes	15
3.2 Solicitada a fiscalização dos preços	15
3.3 Zungueiras em ascensão	16
3.4 Administrador toma medidas para evitar a venda nas ruas	17
3.5 Mulheres dominam comércio em Xiquendula	17
3.6 Mercado Municipal do Grafanil foi abandonado	18
3.7 Um exemplo da falta de autoridade na gestão de Luanda	18
3.8 A «feira aérea» de Viana	19
3.9 Repartição fiscal reuniu com os administradores dos mercados	19
3.10 Praça da “mabunda” com melhores condições para venda de peixe	20
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	21
4.1 Executivo estuda limite da despesa para o OGE	21
4.2 Proposta de limites da despesa para OGE 2015 em discussão na comissão económica	22
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	23
5.1 Classe dominante angolana não quer largar o osso!	23
5.2 Gestão das cidades debatida em fórum	24
5.3 Gestão participativa	25
5.4 Número de sobas inflacionado	26
5.5 Queremos uma gestão das cidades participativa	26
5.6 Gestão sustentável de cidades e municípios	29
5.7 Fórum discute práticas de gestão das cidades	30

5.8	Debate. Centros urbanos à “caça” de uma melhor qualidade de vida	31
5.9	Fórum Nacional dos Municípios e Cidades é espaço de diálogo	33
5.10	Arrecadado mais de 50 milhões de manias	34
5.11	Autarquia versus intolerância política	34
5.12	JURS prepara manifestações para forçar realização das autarquias	35
5.13	O Futuro das nossas Cidades e Municípios (Parte 2)	35
5.14	Posição da UNITA sobre eleições autárquicas	37

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 38

6.1	Centralidade do Cacuaco sem serviços sociais	38
6.2	Habitação. Falta de lei ‘acelera’ especulação no arrendamento e na venda	38
6.3	Mais casas para os munícipes da capital	40
6.4	Plano de desenvolvimento provincial promove sustentabilidade de Luanda	40
6.5	Novo modelo de transportes para Luanda	41
6.6	Debate. Centros urbanos à “caça” de uma melhor qualidade de vida	42
6.7	Novo sistema concluído no Kilamba	44
6.8	Obras cumprem os prazos	45
6.9	Centralidades. Urbanismo junta parceiros para criar infra-estruturas	45
6.10	Falta de infra-estruturas atrasa venda de casas sociais	46
6.11	Kora Angola ergue 15 mil casas	47
6.12	Depois das fissuras, os tremores	47
6.13	Gabinete coordena construção de cidades	48
6.14	Requalificação geral inquietada	50
6.15	Angola faz progressos no acesso à habitação	51
6.16	Executivo prova plano sobre extensão do Kilamba	52
6.17	Moradores preparam manifestação contra mau estado das ruas	53
6.18	Obras de requalificação urbana com indicadores animadores	54
6.19	Administração de Cacuaco promete casa ainda este ano	55
6.20	Património	57
6.21	Entre a preservação e o modernismo	57
6.22	Mais moradias na centralidade	58
6.23	Casas para pessoas sem-tecto	59
6.24	Centralidade do Kilamba está sem infra-estruturas	59
6.25	Centralidade do Kilamba sem infra-estruturas	60
6.26	Centralidade do Kilamba. Começou a degradação, por culpa de vários moradores	60
6.27	Inquilinos aguardam pelo sol da Aldeia	62
6.28	Administradora explica	64

7. TERRA 65

7.1	Guerra de terras agita Ndalatando	65
7.2	Entregues títulos de terrenos	65
7.3	Dias contados para construções anárquicas	66
7.4	Ser rico é lavrar a terra	67
7.5	Casas do Bairro Cambambe estão a ser demolidas	68
7.6	Administradora explica	69
7.7	Requalificação geral inquietada	70

8. SERVIÇOS BÁSICOS 71

8.1	Primeiro sistema de água inaugurado na localidade	71
8.2	Lixo é deixado no chão por falta de contentores	71
8.3	Empresa de recolha de lixo dinamiza limpeza da cidade	71
8.4	Projecto avança no Lubango	72

8.5	Moradores do bairro Capolo I e II pedem ao governo água canalizada	72
8.6	Caxito abastecido com mais e melhor água	72
8.7	Novo sistema concluído no Kilamba	73
8.8	“Água para Todos” beneficia mais gente	73
8.9	Candelabro do Kifangondo inunda bairro Garcia	74
8.10	Sede municipal tem água e luz	75
8.11	Empresa de distribuição de água prevê melhorias no funcionamento	75
8.12	Benguela revoluciona abastecimento de água potável	76
8.13	Melhoramos as condições de vida de 2 milhões de pessoas	79
8.14	Programa de saneamento constrói latrina	80
8.15	População em risco de beber água imprópria	80
8.16	Cacongo com mais água	81
8.17	Programa Água para Todos chega à comuna de Calima	81
8.18	Luanda com mais água a partir do próximo ano	82
8.19	ELISAL 'despede' 400 funcionários das operadoras de lixo	82
8.20	ELISAL entrega responsabilidade de gestão do lixo às administrações municipais	83
8.21	Luanda terá mais água em 2015	84
8.22	Sobe	84
8.23	Água e desenvolvimento	85
8.24	Ministro anuncia criação de entidades gestoras	86
8.25	Água potável com abundância no município	87
8.26	Monitorização por satélite	88

9. GÉNERO E VIOLENCIA 89

9.1	Aumento da criminalidade preocupa vendedores e clientes	89
9.2	Sangue nos diamantes de luzamba	89
9.3	Pobreza é factor de violência doméstica	90
9.4	Descoberto esconderijo com armas	91
9.5	Mulheres ao volante sozinhas são vítimas de assaltos	91
9.6	“ A mulher deve ter o poder de decisão rápida, certa ou errada”	92
9.7	Criminalidade no bairro augusto ngangula	94

10. AMBIENTE 95

10.1	Aeroportos com vigilância meteorológica	95
10.2	Sobe o nível de extracção de rochas	95
10.3	Ordenamento da costa protege biodiversidade	96
10.4	Asiáticos assaltam pedreiras da Namibe com explosivos	96
10.5	Cidadãos namibianos abatem árvores no país	96
10.6	Ruas esburacadas estão à espera de obras	97
10.7	Águas salobras aumentam degradação da vida	98
10.8	Atenção às doenças da época	99
10.9	E em Luanda (quase) nada de novo	100
10.10	Promessas, promessas e mais promessas	101
10.11	Sem pulmão	101
10.12	Só se o cacimbo durasse 12 meses	102
10.13	Plano regional para proteger ecossistema	102
10.14	Medidas contra a chuva	103
10.15	Ambiente. Abate de árvores na orla fronteiriça com a Namíbia	104

11. IMIGRAÇÃO 105

11.1	Repatriamento. RDC ainda tem 30 mil 'refugiados' angolanos que aguardam sinal para o regresso	105
------	---	-----

11.2	Os últimos refugiados	105
11.3	Arrendar casas a imigrantes ilegais é crime	106
11.4	Zaire preparado para receber refugiados	107
11.5	Imigrantes são detidos por permanência ilegal	108
11.6	Estrangeiros legais no país há 10 anos podem ser angolanos	108
11.7	Os perigos da imigração ilegal	109
11.8	Fronteiras angolanas estão mais seguras	110
11.9	Polícia no Zaire detém imigrantes ilegais	111
11.10	Repatriamento voluntário começa amanhã	111
11.11	Coordenação contra imigração ilegal	112
11.12	Maquela do Zombo preparada para refugiados	113
11.13	Imigração. Maquela do Zombo acolhe sete mil ex-refugiados	114
11.14	Luta permanente	114
11.15	Situação de refugiados preocupa deputados	115
11.16	Antigos camponeses regressam às origens	115

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Igreja preocupada com a boa governação

Jornal Manchete

15 De Agosto de 2014

Texto: Albino Sampaio

O Conselho de Igrejas Cristãs em Angola (CICA) e a Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz do Lubango, da Igreja Católica, realizaram nesta terça-feira, 12, em Luanda, a análise do Relatório do ano 2013, que consiste na divulgação dos dados recolhidos nas comunidades para uma boa governação e à distribuição da coisa pública.

O respectivo programa visou examinar o lançamento do Relatório 2013, avaliação participativa da pobreza e monitoria social, que consiste na fiscalização das políticas criadas pelo governo, com vista à identificar as principais prioridades das comunidades, bem como levar as mesmas questões colhidas nas distintas colectividades para o governo encontrar soluções adequadas para o combate à fome e à pobreza.

Segundo o coordenador da monitoria do referido programa, criado pela CICA e Associação Paz e Justiça, João Augusto Bongue, desde os tempos primórdios a acção social da igreja esteve ligada á prática da justiça, bem como na promoção do combate à fome e à pobreza.

O responsável salientou que, a nível do território nacional, muitos empreiteiros têm sido os principais carrascos do Governo angolano, devido à falta de responsabilização jurídica aos infractores.

Lembrou que, uma das premissas do Relatório acima referenciado consiste em colocar a disposição do Governo e organizações não-governamentais, que contribuem para a inserção nos programas de investimentos públicos, planos municipais, programas de desenvolvimento rural e combate à pobreza.

Por seu turno, o bispo Dom Afonso Nunes considerou que o Governo tem se manifestado cada vez mais preocupado com as questões sociais da população, construindo escolas, hospitais, estradas e reabilitação das infra-estruturas destruídas pela guerra.

Reconheceu que muito ainda falta ser feito mas simplificou também que cada espaço de tempo que passa o país vai crescendo significativamente, considerou.

Para Dom Gabriel Bilingue, a boa governação deve ser encarada como uma forma de combater o ódio, a miséria e outros males que inquietam a população deste país.

Segundo o eclesiástico, os Estados africanos tem sido os piores governantes, sobretudo, naquilo que tem a ver com a distribuição dos rendimentos gerados a nível dos seus próprios países.

O prelado recordou que a actividade ora realizada visa mostrar aos gestores públicos, que é necessário a gerência de uma forma normal dos recursos de todos com vista a garantir melhores condições de vida aos seus habitantes.

I.2 Zonas rurais com baixo desenvolvimento

Novo Jornal

15 De Agosto de 2014

AS ZONAS RURAIS em Angola continuam a registar um baixo índice de desenvolvimento socioeconómico, caracterizado pela falta de água potável, saneamento básico e infra-estruturas sociais básicas, revela um estudo lançado esta semana em Luanda e citado pela agência Lusa.

O documento elaborado em 2013 pelo Conselho de Igrejas Cristãs em Angola (CICA), cingiu o estudo a três municípios - Mbanza Congo, Casongue e Balombo - das províncias do Zaire (norte), Kuanza Sul e Benguela (litoral sul).

No relatório, o CICA reconhece que é "enorme" o esforço do executivo angolano na execução do programa e combate à fome e à pobreza "que em certa medida demonstra o crescimento e desenvolvimento dos municípios".

Entretanto, o estudo do CICA encontrou variações "significantes entre as prioridades das populações

no melhoramento das condições de vida, assim como na promoção do bem-estar social e dignidade da pessoa humana".

"AAPP (Avaliação Participativa da Pobreza) mostrou que a maior parte da população ainda vive em situação de vulnerabilidade e propensão às doenças derivadas do consumo de água não tratada, saneamento básico

deficiente e a ausência de infra-estruturas sociais básicas", refere estudo.

Como recomendações, o relatório apela às autoridades angolanas que construam mais unidades sanitárias próximas das aldeias, de forma a responder à demanda.

"É urgente que as autoridades competentes façam um plano de extensão da rede de saúde", insta o relatório, salientando que as melhorias não requerem apenas a construção e funcionamento de postos de saúde, mas também considerações sobre como as pessoas podem ser evacuadas para um hospital em casos mais complexos.

As doenças mais frequentes nas regiões estudadas são várias, destacando-se o paludismo, febre tifóide e doenças diarreicas agudas.

A melhoria das vias de acesso e do abastecimento de água potável às populações são outras recomendações feitas no documento.

Relativamente ao abastecimento de água potável, o estudo afirma que a minoria da população, num número não superior a 5%, é que tem acesso à água tratada através de um chafariz, enquanto a maioria tem o rio como a principal fonte de abastecimento de água para beber, lavagem de roupa e higiene pessoal.

A nível da educação, o relatório refere que "os resultados ainda não são agradáveis", descrevendo o difícil acesso às escolas pelas crianças devido ao mau estado das vias que ligam as aldeias aos municípios.

"As autoridades devem desenvolver uma estratégia para garantir que todas as crianças dos municípios tenham possibilidade de estudar evitando assim percorrer grandes distâncias, pelo menos na escola primária", acentua o documento.

1.3 Guiné-Bissau e Angola

Jornal Acapital

16 De Agosto de 2014

Em junho último, já um relatório do Instituto de Estudos de Desenvolvimento (IDS, na sigla

em inglês) sobre fome e subnutrição colocou a Guiné-Bissau e Angola entre os países com os piores indicadores, referenciando ainda Moçambique e o Brasil.

Num índice sobre fome e nutrição, um total de 45 países foram analisados no contexto de 22 indicadores que procuram medir a actuação dos governos nas áreas de combate à fome

e à subnutrição, tendo a Guiné-Bissau apresentado os piores resultados, ficando na 45ª posição, e Angola na 42ª.

O estudo do IDS, divulgado no último mês, teve como parceiros o Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (UKAID) e da Irish Aid, do Governo Irlandês.

Entre os indicadores negativos da Guiné-Bissau, os autores do índice apontam no contexto do combate à fome a inexistência de redes de protecção social na legislação do país, assim como os direitos económicos para as mulheres.

Já na área de subnutrição, é mencionada a baixa taxa de acesso da população ao saneamento, cerca de 19%, ou a indefinição de metas de nutrição pelo Governo nas suas políticas, entre outros indicadores.

Sobre Angola, que partilha com a Guiné-Bissau indicadores negativos como a inexistência de legislação que salvaguarde os direitos económicos das mulheres, o estudo referencia a baixa cobertura de crianças que recebem doses de vitamina A, apenas 55%, assim como o acesso da população a água para consumo, na ordem de 53%.

Moçambique, que ocupa a 25.ª posição do índice, é descrito como um país com problemas no acesso da população à água e a redes sanitárias, apresentando, neste último indicador, uma situação mais problemática do que Angola, uma vez que apenas 19% da população parece ter acesso a instalações sanitárias, contra 58,7% da população angolana.

A inexistência de legislação que proteja os direitos económicos das mulheres é também mencionada no relatório, assim como o direito constitucional à protecção social, que de resto é um indicador negativo transversal aos três países africanos de expressão portuguesa.

Na 4ª posição, o Brasil é o país que melhores resultados apresenta no contexto dos países de língua portuguesa mencionados no índice, apesar de problemas relacionados com a protecção económica das mulheres ou com taxa de vacinação de crianças com vitamina A, que é a pior detectada no espaço lusófono, cerca de 29%.

I.4 Há subdesenvolvimento nas zonas rurais

Jornal Acapital

16 De Agosto de 2014

Texto: Lutock Matokisa

O documento, "Relatório de Avaliação Participativa da Pobreza", elaborado em 2013, que se baseou em três municípios, nomeadamente, Mbanza Congo, na província do Zaire, Kasongue, a sul da província do Kwanza Sul e Balombo, em Benguela, considera, a dado passo, que a igreja, desde o seu surgimento sempre primou pelo trabalho com as comunidades, criando projectos de desenvolvimento comunitário como forma de melhorar a vida das pessoas.

Prova disso, destaca, é o facto de na construção das missões evangélicas para além do templo para adoração a Deus, a segunda prioridade foi a construção de escola e posto de saúde.

Na prática, o que o relatório vem dizer é que as zonas rurais, em Angola continuam a registar baixos índices de desenvolvimento sócio-económico, caracterizado pela falta de água potável, saneamento básico e infra-estruturas sociais básicas.

Um dos objectivos do estudo, refere, é colocar à disposição do Governo e de Organizações Não Governamentais dados que contribuem para a inserção nos programas de investimentos públicos, planos municipais, programas de desenvolvimento e combate à pobreza.

Assim, numa comparação feita entre diferentes aldeias do município de Mbanza Congo, a aldeia de Kikento apresentou os piores dados. Apenas 58% dos inqueridos afirmou fazer até duas refeições por dia, ao passo que os demais membros fazem pelo menos uma refeição ao dia.

Este facto, ressalta o relatório, demonstra que as comunidades vivem ainda alguma carência no que toca a infra-estruturas sociais básicas e indispensáveis. Por exemplo, no que toca as fontes de rendimento e práticas comerciais o estudo apela para a reabilitação das vias de acesso, uma vez que, mais de 74% das famílias percorre em média, oito quilómetros para aceder aos mercados.

Em termos de abastecimento de água, apenas 02% da população alvo, na aldeia de Kikento, tem acesso à água através de um chafariz, o que representa "um grande desafio para as autoridades governamentais quanto à distribuição de água potável à população.

Nas três aldeias de Kassongue inqueridas, Chipepe, Salomão e Nengo, a situação é também calamitosa. Ilustra o estudo que 80% dos aldeões de Chipepe precisam de se deslocar para a aldeia mais próxima e para a sede municipal à procura dos serviços de saúde.

Diz, por outro lado, que a população destas três aldeias consome água de fonte não segura. 82% acarretam água directamente do rio e 01'/0 da lagoa, perfazendo um universo de 89% de pessoas que consomem água não tratada.

Na aldeia Lumbo, município de Balombo, um dos principais problemas é a falta de posto de saúde e de enfermeiros. Quem, às vezes, mitiga a situação são as mães, "filhas da caridade", que, mensalmente se deslocam à aldeia para fazer consultas externas.

No relatório, o CICA reconhece que é "enorme" o esforço do Executivo na execução do programa e combate à fome e à pobreza "que em certa medida demonstra o crescimento e desenvolvimento dos municípios".

Entretanto, sublinha ter encontrado variações "significantes entre as prioridades das populações no melhoramento das condições de vida assim como na promoção do bem-estar social e dignidade da pessoa humana".

Mostrou, também, que a maior parte da população ainda vive em situação de vulnerabilidade e propensão à doenças derivadas do consumo de água não tratada, saneamento básico deficiente e a ausência de infra-estruturas sociais básicas.

I.5 Distribuição justa de riqueza na agenda do parlamento para próxima legislação

Semanário Económico

21 De Agosto de 2014

Texto: Francisco Kangumbe

Os deputados prometem exigir o Executivo com maior acutilância para distribuir a riqueza nacional de forma justa, de acordo com declarações do presidente da Assembleia Nacional, quando proferia o discurso de encerramento da IIª Sessão da 3ª Legislatura do hemiciclo.

Fernando da Piedade Dias dos Santos afirmou, na semana passada, que com a estabilidade política e macro económica do país, resultante da reconciliação nacional deve traduzir-se na construção de uma Angola próspera e justa distribuição da riqueza a todos os cidadãos.

O parlamentar afirmou que "com a unidade e reconciliação nacional em processo de consolidação, a meta a seguir é construir uma Angola próspera, consubstanciada na justa distribuição da riqueza a todos os cidadãos".

Este desafio do Parlamento angolano junta-se aos esforços dos parlamentos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), reunidos desde o início desta semana, em Cabo Verde, para definir estratégias comuns de controlo das despesas públicas.

O encontro tem como objectivo, o reforço de conhecimentos e a troca de experiências entre os parlamentares e técnicos dos PALOP no sentido de melhorarem o seu desempenho no controlo das finanças públicas.

Os deputados dos PALOP entendem que o controlo das finanças públicas é um elemento crucial no reforço da transparência da gestão financeira e, consequentemente, da boa governação dos países.

O seminário, que termina amanhã, está a debater temas como a estratégia da luta contra a fraude e a corrupção nas actividades do grupo Banco Africano de Desenvolvimento o papel crucial dos procedimentos do Banco em matéria de gestão dos mercados públicos e a sua política de gestão financeira dos projectos.

Os parlamentares e técnicos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe vão ainda trocar experiências e falar sobre a melhoria da elaboração dos orçamentos nacionais e os mecanismos de controlo desse instrumento, bem como sobre o papel do Parlamento, da governança e da supervisão na gestão das finanças públicas.

O polémico acórdão do TC

Em Maio do ano passado, os deputados da oposição foram surpreendidos com um acórdão do Tribunal constitucional que impedia a Assembleia Nacional de fiscalizar os actos do executivo, alegadamente pelo facto de o regimento interno estar em desacordo com a Lei Constitucional.

Depois da aprovação do regimento da Assembleia Nacional em Maio de 2012, 22 deputados do MPLA requereram ao Tribunal Constitucional, a 7 de Agosto do mesmo ano, a apreciação da constitucionalidade (fiscalização sucessiva) dos artigos nº 260,261, 268,269,270 e 271.

Em resposta, o acórdão no 319/2013, assinado pelos seis juizes conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos na cidade do Uíge, no dia 9 de Outubro deste ano, "a Constituição não confere à Assembleia Nacional competência para fazer interpelações e

inquéritos ao Executivo, nem para convocar, fazer perguntas ou audições aos ministros, uma vez que em Angola os ministros de Estado, ministros e governadores desempenham funções delegadas pelo titular do poder executivo, que é o Presidente da República".

O artigo nº 162º da Constituição não prevê expressamente que a Assembleia Nacional, no exercício da sua função de controlo e fiscalização, possa realizar interpelações, formular perguntas, promover inquéritos e audições aos ministros. "Nada obsta a que as Comissões Permanentes Especializadas da Assembleia Nacional, se necessitarem de algum esclarecimento, possam, por intermédio do Presidente da Assembleia Nacional, solicitar ao Presidente da República que autorize que um determinado ministro se desloque à respectiva Comissão", lia-se no documento.

Face a esses limites, esclarece o documento "só mediante prévia autorização do titular do poder executivo e a pedido do Presidente da Assembleia Nacional podem ministros e altos funcionários de departamentos ministeriais participarem e serem ouvidos em audições parlamentares".

Os quatro partidos políticos minoritários com assento na Assembleia Nacional (UNITA, CASA-CE, PRS e FNLA) consideraram "injusta a posição do Tribunal Constitucional", argumentando "ser legítimo os deputados interpelarem os membros do executivo".

1.6 Parlamento desafia Executivo a distribuir riqueza com justiça

Semanário Económico

21 De Agosto de 2014

A distribuição justa e inclusiva da riqueza nacional vai dominar a agenda da Assembleia Nacional na próxima legislatura, como prometeu o seu presidente, no discurso de encerramento de mais uma legislatura.

Se esse desiderato for concretizado, no dia 15 de Agosto de 2015, quando for do último balanço do actual parlamento, será, sem dúvida, assinalado como principal acção dos deputados, na medida em que o caminho para lá chegar será, de forma incontornável, a fiscalização dos actos de governação.

Para já, o caminho parece espinhoso se levar em conta o histórico acórdão do Tribunal Constitucional, que restringe a acção fiscalizadora da Assembleia Nacional sobre o Executivo.

Sobre essa matéria, a presidente chilena, Michelle Bachelet, salientou há dias, no Parlamento angolano, a

necessidade de se construírem sociedades mais inclusivas e integradas, ressaltando, para isso, o papel e responsabilidade dos legisladores para responder a essa demanda.

A estadista foi peremptória. A concentração da riqueza numa pequena percentagem da população é passível de induzir o crescimento de "um mal estar entre os cidadãos e assim ficar em evidência a injustiça no acesso a uma vida melhor".

Bachelet julga que o desenvolvimento que passa 'pelas portas dos lares mais pobres sem se deter, não é um verdadeiro desenvolvimento e digo isto porque é o que queremos corrigir no Chile' Entendemos que o discurso sobre justiça na divisão da riqueza deve, de imediato, passar para a fase seguinte. A fase da materialização. Acabar com o fosso existente entre pobres e pessoas que detêm abastados bens, passa pela eliminação do estereótipo "instituído" sobre os cidadãos de primeira e de segunda.

A existência de medidas e estratégias de combate à fome e à pobreza são, de certa forma, exemplos de sintomas de vontade para a mudança desse quadro grotesco que representa a distância, às vezes abismal, entre ricos e pobres. Entretanto, esses planos carecem de rigorosa fiscalização, na medida em que os seus destinatários não acedem a esses benefícios se não clamarem pela prometida e, portanto, devida ajuda.

A estabilidade macro-económica de Angola é reconhecida quer a nível do país quer a nível da comunidade internacional.

Veze sem conta são publicados por diversas agências financeiras artigos e ensaios sobre a pujança da economia nacional.

Mas essas contas são, às vezes, insignificantes, porque não reflectem a vida real dos cidadãos. Portanto, a próxima legislatura promete.

1.7 Da Caconda para o desenvolvimento local

Jornal de Angola
24 De Agosto de 2014

Belisário Alexandre Carvalheda dos Santos nasceu em 1973, na aldeia do Cajoão, município da Caconda, província da Huíla. Para o director nacional para o Desenvolvimento Local do Ministério da Administração do Território, Lubango continua a ser a sua cidade de referência, por um conjunto de factores onde sobressaem a juventude, os estudos, a actividade docente e espaço ilimitado para conhecer dinâmicas comunitárias.

Belisário dos Santos, como é conhecido, teve uma infância relativamente turbulenta, porque foi numa fase do conflito armado angolano, mas alguns bons momentos retém na memória, principalmente a paridade entre a actividade religiosa e a OPA (Organização dos Pioneiros Angolanos), algumas malandragens, brincadeiras diversificadas e o ciclismo, sua paixão desportiva. A localidade de Quilengues foi o berço para as letras, outro A.B.C. da vida. "Estudei o ensino primário na escola 11. Na escola primeiro de Junho, o segundo e terceiros níveis", confidencia, adiantando que o ensino médio e o superior fê-los no Lubango.

A passagem por algumas ONG's (organizações não-governamentais) foi outro marco importantíssimo do processo de aprendizagem de Belisário Santos. Primeiro na ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente), depois na Acord (Agência de Cooperação e Pesquisa do Reino Unido) e SNV-Organização Holandesa de Desenvolvimento, o que

lhe permitiu desenvolver práticas de assessoria organizacional e institucional.

"Foi uma mais-valia para o papel de assessor de governação local que desempenhei durante quatro anos em Angola, junto das administrações municipais e ao nível da SADC (Moçambique, África do Sul e Quénia)", disse.

Ainda quanto a estudos, afirma: "passei pela escola inglesa, OXF AM Grã-Bretanha, em programas de apoio ao desenvolvimento rural, sobretudo no apoio à prestação de serviços de saúde pública, água e saneamento e desenvolvimento comunitário. A passagem pela Alemanha e Inglaterra levou-me a ter a oportunidade de uma bolsa de estudos pela British Council, através da Embaixada Britânica em Angola".

A passagem pela instituição de ensino britânica deu azo a Belisário Santos para o mestrado em "Governação descentralizada e Gestão em Desenvolvimento". De regresso ao país, o entrevistado coordenou e trabalhou num programa de desenvolvimento municipal através da Development Workshop (DW), nos municípios do Cuito Cuanavale, no Cuando Cubango, de Cabinda (em Cabinda), Chicala Tchologhanga, no Huambo, Chitato, na Lunda Norte e no Andulo, no Bié.

"Finalmente, estou actualmente naquilo que eu chamo de "Universidade Ministério da Administração do Território", ou seja, na escola superior de desenvolvimento de políticas de desenvolvimento local. Está a ser uma experiência muito rica e agradável", frisou.

Desenvolvimento comunitário

Hoje o desenvolvimento local é a tarefa que está na ordem do dia. Belisário Santos cedo lidou com o desenvolvimento comunitário e local. "Talvez porque até aos meus 17 anos vivi em municípios com características rurais (Caconda e Quilengues) bem específicas. Caconda com características agro-pastoris e Quilengues tipicamente uma realidade pastoril", adianta.

No entanto, Belisário Santos afirma que basicamente sempre encarou as preocupações dessas distintas realidades com uma atenção diferenciada em termos de propostas de soluções. "Lembro-me de muitas vezes ter ficado de férias por uma semana, nas localidades do Lucondo, Mussandji, Impulo, Mussinja, interior do município de Quilengues, e ter partilhado hábitos, costumes destas regiões, de ter comido pratos típicos (pirão de massango com carne seca de vaca ou de caça, com leite azedo, etc.). Foram bons momentos!", revela.

A entrada para a ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente) em 1997, para um projecto de ensino de métodos alternativos de educação em contextos rurais pastoris, na região dos Gambos e nas periferias urbanas do Lubango, deu mais alento a Belisário Santos. "A paixão pelo desenvolvimento rural encontrou em mim um campo fértil", disse o entrevistado.

"Na altura, vivíamos dois contextos, um ligado ao êxodo rural nas periferias da cidade do Lubango por causa do auge do conflito armado na altura, com todos os desafios de apoio ao desenvolvimento comunitário e prestação de serviços básicos", recorda. Alerta de seguida que "o outro contexto era mais relacionado a uma realidade rural pastoril, difícil de ser enfrentada com as longas distâncias que os pastores tinham de percorrer à procura de água e pasto para o seu gado, sobretudo entre os meses de Agosto a Outubro na região dos Gambos."

Segundo Belisário Santos, "as crianças e os jovens dificilmente frequentavam a escola. Dedicavam-se apenas ao apoio aos pais na lida com o gado... As meninas, essas então quase que eram proibidas de estudar para "não serem mais espertas que os seus maridos, segundo o preconceito local. Nós (eu e os meus colegas) tínhamos então a difícil missão de aplicar todas as técnicas de desenvolvimento comunitário para inverter esse quadro", disse.

I.8 Índice pobreza regista decrescimento

Jornal Economia e Finanças

29 De Agosto de 2014

Texto: António Eugénio

Angola consta entre os países da África subsahariana que intensificaram o combate à pobreza e traçou programas que têm proporcionado o desenvolvimento, revela o relatório mundial do desenvolvimento humano (RDH) de 2014, lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Intitulado "sustentar o progresso humano: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência", o RDH 2014, a que o JE teve acesso, indica que entre 2000 e 2013 a África subsahariana registou a segunda maior taxa de progressão no índice de desenvolvimento humano (IDH), que afere o avanço nas áreas do rendimento, saúde e educação.

Da lista constam Angola, Burundi, Mali, Moçambique, República Unida da Tazânia, Zâmbia, Rwanda e Etiópia. A fonte destaca que a África beneficia dos mais elevados níveis de crescimento económico e de bem-estar, mas a insegurança, bem como as catástrofes naturais, provocadas pelo homem, persistem em algumas partes da região.

"Resistir às crises e proteger os mais vulneráveis, que são os mais afectados, é fundamental para garantir que o desenvolvimento seja sustentável e inclusivo", diz o relatório.

Cerca de 585 milhões de pessoas, o equivalente a 72 por cento da população da região, vivem em situação de pobreza multidimensional, com sobreposição de privações nas áreas da saúde, educação e níveis de vida ou em risco de cair na pobreza.

Com frequência, estes grupos não registam melhorias nos níveis de vida porque estão limitados em termos de participação política e opções em matéria de meios de sustento e de acesso a serviços sociais básicos.

Emprego

Com 77 por cento da população em situação de vulnerabilidade no emprego, muitos deles jovens, o relatório apela para que os países da África subsahariana adoptem políticas de "pleno" emprego e garantam que o crescimento económico seja baseado num investimento intensivo no emprego, prestando simultaneamente especial atenção à qualidade e à segurança do emprego criado.

A criação de oportunidades de emprego digno é essencial para se alcançar a coesão social e uma redução substancial da pobreza. O relatório insta os países a transitarem de economias agrícolas para industriais e de serviços, apoiando ao mesmo tempo investimentos em infra-estruturas e educação, "para que o emprego formal moderno absorva gradualmente a maioria da força de trabalho".

Além disso, mecanismos de protecção social, como o seguro de desemprego, os regimes de pensões, a cobertura universal de serviços de saúde e os programas de transferência de rendimento podem ajudar os indivíduos e as comunidades a superarem os períodos difíceis e a investir no futuro.

Na África do Sul, por exemplo, o abono de família contribuiu para, reduzir a taxa de pobreza infantil, enquanto em Moçambique uma legislação progressista proporcionou às comunidades pobres um maior acesso à terra.

Para uma maior coordenação a nível global no que toca ao reforço da resiliência face a situações que se apresentam cada vez mais globais quer na origem, quer nos impactos causados, apela o relatório, os países da África subsahariana necessitam de intensificar o combate à pobreza e evitar que as crises os façam regredir nos progressos alcançados no domínio do desenvolvimento.

Oportunidades

O relatório afirma que as políticas destinadas a maximizar as oportunidades futuras estão a prestar atenção a determinados períodos específicos da vida. Essas políticas, sublinha, estão a passar pelo investimento no apoio à primeira infância, nos domínios do emprego jovem e na assistência à população idosa.

A prevenção de impactos e a promoção de oportunidades para todos, em especial para os que se encontram em situações de maior risco, está a contribuir efectivamente para a redução da vulnerabilidade e de muitos outros problemas.

"Erradicar a pobreza extrema não é apenas reduzi-la a zero. É também, mantê-la no zero", afirma o documento que dá ênfase à discussão em curso, sobre a agenda global de desenvolvimento pós 2015.

Além disso, o relatório alega que as medidas para assegurar a igualdade no acesso ao emprego, aos cuidados de saúde e às oportunidades de educação têm um papel importante a desempenhar na promoção de um desenvolvimento equitativo e sustentável.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Crédito malparado impõe fecho da torneira

Jornal Acapital

02 De Agosto de 2014

Texto: Marcos António

Enquanto se aguarda que o Ministério da Economia emita um sinal em relação à reabertura do crédito agrícola, já com a informação da equipa técnica criada para analisar o que esteve mal, continua na ordem do dia o debate em tomo da estratégia para o ataque aos pontos de estrangulamentos, resumidos em pestes e pragas nas culturas, aos quais se acrescem as irregularidades das chuvas.

Sobre a mesa de trabalho, para a qual são chamados parceiros do Governo, como se viu na passada terça-feira, 29, em Benguela, prevalece ainda uma análise à volta da falta de garantias na hora da solicitação de créditos. Uma conferência sobre "Cooperativismo, Crédito e Género", promovida pela ADRA, tratou de reafirmar que o micro-crédito, a linha de financiamento gizada para fortalecer produtores rurais, na perspectiva de alavancar a comercialização de bens, não foi um sucesso.

O agro-economista Armindo Fernandes, um alto funcionário da Direcção da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, apresentou números relativos à sua localidade, mas ressaltou, perante representantes de outros pontos do país, que a palavra "fracasso" serve para caracterizar a realidade em várias províncias.

Orador do tema "Crédito Rural em Angola. Conquistas e Desafios", em representação do director do MINADER em Benguela, informou que os reembolsos vão em não mais de 5,7% do valor total financiado a pequenos produtores ou às suas cooperativas, cifrado em cerca de 489 milhões de Kwanzas.

Hoje, quatro anos após o "tiro de largada", foram restituídos apenas 28 milhões, 599 mil e 834 Kwanzas, desembolsados pelos 2.510 beneficiários das verbas libertadas pelos bancos Sol" BCI, BPC e BAL.

Dados recolhidos pelo semanário A Capital indicam que a UNACA tem vindo a registar campanhas agrícolas com um envolvimento médio de 60 mil camponeses, número muitíssimo superior ao dos beneficiários. O valor máximo é de um milhão de Kwanzas e o mínimo de dez mil, com reembolsos entre dez e trinta e seis meses.

Ciente de que o micro-crédito não está a ser um êxito, Armindo Fernandes lembra que a agricultura é uma actividade de elevado risco, daí que os bancos, sem garantias dos credores, hesitem bastante sempre que confrontados com os financiamentos solicitados.

O agro-economista fala de um "curto tempo" para o reembolso dado aos produtores, geralmente desprovidos de equipamentos agrícolas adequados. "A tudo isto, como disse, juntam-se as pragas, os riscos de inundações e outras calamidades", reforçou o responsável, pouco antes de ter fugido do meio rural, olhando para o velho problema do baixo lençol freático no Cavaco.

Armindo Fernandes fez saber que, a par do atraso dos bancos na concepção dos valores, esta situação, reveladora da crise de água no "vale da banana", deixou de mãos atadas um considerável número de produtores.

"O Governo criou um fundo de garantia para ajudar o reembolso parcial dos créditos, visando atenuar todos os estragos, extensivos à banca. Devemos esperar que haja uma palavra em relação ao reinício do processo", frisou.

Linha é extensiva à pecuária

Numa vertente mais informativa, já que a escassez de dados estatísticos sobre o quadro actual assim determinava, o Engenheiro Armindo Fernandes falou também do crédito agrícola de investimento, cuja concepção é feita pelo BDA, exclusivamente para projectos estruturantes. Os candidatos são produtores de médio porte, mais capacitados do que os homens que fazem acontecer o meio rural.

De acordo com a fonte, o valor máximo supera os USD 5 milhões, sendo que a sua aplicação é destinada à produção de sementes, cereais, leguminosas, descaroçamento de algodão e à mecanização agrícola. Os beneficiários, entre produtores individuais e empresas nacionais, podem investir também na construção e ampliação de infra-estruturas, sobressaindo armazéns, canais de irrigação e valas.

Esta linha de financiamento é extensiva à pecuária, surgindo como acções relevantes a aquisição de animais e de meios de transporte, a construção de represas, pontes, bebedouros e o fomento de outros ramos da pecuária.

São os casos da ovinicultura e a caprinicultura, que têm sido, recordamos, bastante defendidos pelo Doutor Moura Cordeiro, médico veterinário com uma experiência de quase trinta anos de trabalho. "Também garantem carne e leite, por isso não devem ser descoradas", considera.

No domínio da agro-industrial, o crédito agrícola de investimento é aplicado na assistência técnica, compra de máquinas industriais e na reabilitação de infra-estruturas. O título elucidativo, passou em revista o essencial do Angola Investe, uma linha de financiamento que tem sido muito contestada por diferentes operadores económicos, criada para incentivar as micro, pequenas e médias empresas.

O agro-economista esclarece que os créditos chegam a 20 milhões de Kwanzas, só para empresas certificadas pelo INAPEM, e indica como um dos principais objectivos a redução das importações.

Indiferente a estes pormenores, o académico Abraão Chongolola, representante da Faculdade de Economia da Universidade Katyavala Bwila, lembrou que a agricultura é bastante rudimentar, há muito atrelada à época de chuvas, pelo que os estragos decorrentes da estiagem são cada vez mais visíveis. "O melhor, quanto a mim, seria pensarmos numa outra modalidade para a concessão do crédito. Uma delas pode ser o aluguer dos equipamentos agrícolas, nem sempre ao alcance do produtor", indicou.

2.2 Empreendedores estão endividados

Jornal de Angola

02 De Agosto de 2014

A dívida não reembolsada de empreendedores de Porto Amboim e Cela ao Balcão Único do Empreendedor (BUE) ascende a 283,427 milhões de kwanzas, revela um documento daqueles serviços publicado sexta-feira.

O documento refere que em 2012 os beneficiários do BUE do Waco Cungo e Porto Amboim receberam ao todo um financiamento de 352,791 milhões de kwanzas, mas reembolsaram apenas 69,3 milhões.

Os reembolsos de Waco Cungo totalizam 68,600 milhões de kwanzas de uma dívida de 343 milhões e em Porto Amboim foram pagos 764.799 kwanzas de uma dívida de 68,600 milhões.

Na província do Cuanza Sul funcionam oito Balcões Únicos do empreendedor.

2.3 Filipe domingos e Alberto Ngalanela

Jornal Acapital

02 De Agosto de 2014

Dois deputados, um do MPLA e outro da UNITA, encontravam-se entre os cidadãos que seguiam o desenrolar dos "acontecimentos. Filipe Domingos, antigo 1º secretário provincial da JMPLA, e Alberto Ngalanela, secretário do «galo negro», fizeram questão de apresentar os seus subsídios, em declarações prestadas à imprensa, depois de terem acompanhado a dissertação do economista Sandro Santos.

Alto funcionário do Banco Nacional de Angola, Sandro Santos abordou o papel da banca na promoção do crédito rural, tendo destacado o surgimento de uma variedade de produtos financeiros capazes de impulsionar a agricultura no meio rural.

Por dentro do travão que a banca impôs, achou pertinente esclarecer que "os bancos puxam negócios e vice-versa", sustentando que estas instituições financeiras não devem ser vistas como "casas de caridade".

Este argumento serviu de trampolim para que Sandro Santos chegasse aos riscos da actividade agrícola, que impedem, conforme realça, uma actuação mais agressiva. O economista defende uma maior aproximação entre os actores envolvidos neste processo, em grande medida devido às questões sobre os riscos e garantias, e aponta os reembolsos como exemplo inequívoco desta necessidade. "É importante que se saiba que o produtor não pode devolver o dinheiro sem antes dar início à comercialização", elucidou o bancário, defensor da tese de refinanciamento como solução para o resgate do crédito malparado.

Foi dentro deste contexto que Filipe Domingos começou por louvar a iniciativa da Acção para o Desenvolvimento Rural de Angola, conducente ao reforço de uma estratégia delineada pelo Governo do seu partido. O deputado define os incentivos aos produtores rurais como resultado da visão do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, um Chefe de Estado "sempre preocupado com a situação das franjas mais vulneráveis".

Membro da 10ª Comissão da Assembleia Nacional, ligada aos Direitos Humanos, declarou que os deputados do MPLA têm complementado este trabalho, garantindo apoios a cooperativas e a produtores individuais.

Em sentido contrário, Alberto Ngalanela afirma, categórico, que a realidade de hoje (travão da banca) demonstra uma "clara distorção" das políticas de crédito para a agro-pecuária. Ngalanela

recua no tempo e declara que a CAP desapareceu com valores que tiveram destino incerto. "Houve bancarrota nesta caixa de crédito, é um facto o aproveitamento das entidades. Agora, como vemos, estão a fracassar programas como o Angola Investe, o Papagro e tantos outros que não produzem efeitos nas comunidades", afiançou o agrónomo.

De acordo com o deputado Ngalanela, a UNITA é favorável ao crédito agrícola, até porque ajuda a diversificar a economia, mas critica o facto de não ter havido um estudo prévio, capaz de fornecer elementos sobre as reais necessidades.

2.4 Taxa de bancarização estimada em 30%

Jornal Agora

08 De Julho de 2014

Texto: Miguel Daniel

O perfil dos serviços bancários em Angola tem crescido rapidamente, com a expansão dos trabalhos nas zonas remotas, através de canais não convencionais, o que representa o crescente nível de bancarização do país, com a massificação das novas tecnologias.

De acordo com o estudo, o alcance desta taxa "só foi possível com a introdução das novas tecnologias de informação e comunicação, sendo a figura do correspondente bancário um canal de atendimento alternativo ao qual a consultora tem vindo a dar todo o suporte tecnológico.

"O programa tem por objectivo levar os serviços financeiros às zonas recônditas do país, onde se registam limitações de cobertura por agências tradicionais. Na prática, um restaurante, uma mercearia ou um posto de correios de província podem transformar-se num centro de atendimento bancário", assegurou.

José Nunes, administrador da EXCITOS, referiu, inclusive, que a taxa de bancarização já atingiu cerca de 25% da população em relação aos 8% que se registou em menos de cinco anos, mas ainda longe de atingir os níveis das economias maduras, com taxas na cifra dos 90%.

O gestor estima que, com um investimento nas comunicações, na cobertura móvel e infra-estruturas

na ordem dos 40 milhões, é possível dotar a banca nacional de sistemas integrados e eficientes que garantam maior comodidade, bem como segurança para uma clientela cada vez mais exigente.

O crescimento dos serviços oferecidos e da informação hoje disponibilizada pressiona os bancos a oferecerem uma multiplicidade de canais de interacção com os clientes da instituição", acrescentou, ao revelar que a empresa opera no solo pátrio desde 1990, com uma cobertura operacional de 85% dos bancos.

Com o desenvolvimento progressivo, urge cada vez mais a necessidade das plataformas consideradas multicanais como os balcões bancários, a rede de Atendimento nos Terminais Multicaixa (ATM), os call center, bem como os telemóveis, tendo por parceiros reconhecidos a IBM, SAP e Microsoft, entre outros.

A EXICTOS. É uma empresa especializada em prestação de serviços de consultoria na área das Tecnologias de Informação e no desenvolvimento de soluções aplicáveis aos sectores da banca, seguradoras, petrolífero, telecomunicações, média, distribuição e retalho, sector público, saúde e indústria. Com mais de 25 anos de experiência, conta com cerca de 60 clientes em sete países, num ' universo de 400 colaboradores em Portugal, Angola, Moçambique e Cabo Verde.

2.5 Como funcionam as caixas comunitárias de crédito

Novo Jornal

08 De Agosto de 2014

UMA DAS INICIATIVAS mais arrojadas no trabalho feito pelas comunidades à volta do associativismo está na implementação das chamadas caixas comunitárias de crédito. Com o apoio da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) e de outros parceiros e financiadores, os camponeses têm vindo a desenvolver esta ideia.

Na cooperativa Kupemba, na ombala Chiquenlu, município do Bailundo, na província do Huambo, a experiência acumulada já faz a diferença. Tudo começou com o fim da guerra. Nessa altura, as pessoas foram incentivadas a juntarem-se em associações. Frederico Pinto, coordenador da Kupemba, explica que tiveram "bastantes iniciativas" mas que agora apenas resistiram cinco associações locais.

"Depois do conflito a comunidade voltou a concentrar-se nas aldeias. Mas havia muitas carências - por exemplo, o Programa Alimentar Mundial (PAM) ou a Cruz Vermelha não chegaram aqui ao Chiquenlu. Então surgiu a ADRA com a oferta de sementes de

milho, soja, ginguba, entre outras coisas. Só que as pessoas pensaram que iriam receber as coisas gratuitamente para sempre. Foi também por isso que se formaram uma série de associações", frisa.

Ao longo do tempo a comunidade passou de uma situação de emergência e fome, para um processo mais abrangente, rumo ao desenvolvimento. A cooperativa Kupemba foi formalizada em 2013. Mas desde 2005 que trabalhavam nestes temas, o que lhes deu experiência. E começaram a levantar questões pertinentes.

"Afinal, se os bancos dão crédito a pessoas e a empresários, como podemos também lá chegar?", questionaram na comunidade. A caixa comunitária de crédito do Chiquenlu avançou em 2012, ainda antes da formalização da cooperativa. O passo decisivo surgiu com a concessão de um crédito comunitário, através da organização espanhola CODESPA, no valor de 500 mil kwanzas.

Este dinheiro foi investido de diversas formas: na procura de negócios que as mulheres poderiam fazer (por exemplo, ir a Benguela e trazer peixe para vender no município; ir ao Waku-Kungo, no Kwanza-Sul, para comprar produtos e vender nas comunidades). Também investiram em gado caprino. Hoje a comunidade tem mais de 100 cabeças de gado. A referida CODESPA financiou também duas moagens da cooperativa 1i10 valor total de 15 mil dólares. Conseguiram ainda uma viatura todo-o-terreno que neste momento está parada devido a um acidente.

O valor máximo que cada membro recebe é 50 mil kwanzas (com uma garantia de 5 mil kwanzas).

O valor mínimo situa-se nos 20 mil kwanzas. A caixa comunitária está também aberta a clientes que não estejam filiados na cooperativa: ao todo foram beneficiadas 68 pessoas (20 senhoras, 40 homens e oito jovens), Neste momento, a cooperativa não tem dívidas. Todos os créditos foram saldados.

Cerca de um ano e meio depois de terem recebido os 500 mil Kwanzas já tinham reembolsado todo o valor concedido. E com lucro: em caixa ficaram 168 mil Kwanzas, que continuam a financiar as actividades de crédito ainda que com alguma dificuldade porque aquele valor é relativamente curto. Agora querem um novo crédito, se possível num valor maior. Mas não vai ser fácil.

Fátima de Sousa, coordenadora da ADRA pata os projectos no Bailundo, explica que "aumentar os

500 mil kwanzas não vai ser possível". "Estamos a tentar financiar de novo a cooperativa mas as pessoas já sabem que os valores são os mesmos. Na nossa

opinião, mesmo com pouco dinheiro disponível, o processo não pode parar. Os 168 mil kwanzas que ficaram em caixa devem servir esse propósito".

Na Caála, a caixa comunitária de crédito da cooperativa Bem-vindo financiou uma lavra comunitária (que também existe no Chiquenlu), construiu um armazém para as sementes e para os produtos à espera de escoamento e investiu em pequenos negócios - como as cantinas rurais, por exemplo. Mas faltam meios de transporte - se os tivessem podiam movimentar-se à procura de clientes nos grandes centros - e moto-bombas para facilitar a rega das lavras.

"Nós temos grandes dificuldades em aceder ao crédito", explica Luciano Cangunja, presidente da cooperativa Bem-vindo. A falta de documentação pessoal e a não formalização da cooperativa (o processo está em curso) fecha-lhes as portas da banca comercial.

Ao mesmo tempo, os bancos não têm sensibilidade para estes negócios, nem técnicos capacitados para analisar projectos agrícolas.

Para o futuro, Cangunja tem ideias claras. "O que gostaríamos mesmo era de ter fundos próprios para financiar as nossas actividades. E também seria bom que pudéssemos retirar rendimentos fixos da actividade da cooperativa.

A função da caixa comunitária de crédito é financiar os sócios mas também outros clientes. A cooperativa é uma empresa e deve prestar serviços à comunidade".

Outra situação que preocupa as pessoas da Caála, tal como no Chiquenlu, é a falta de escolas.

As caixas comunitárias poderiam financiar este tipo de estruturas mas a falta de fundos não o permite. "Este é um problema muito sério. Estamos a privar as crianças de estudar. Estamos a defraudar o seu futuro e nós, os mais-velhos, já fomos privados também. Não pode ser, lembra Luciano Cangunja.

2.6 Jovens de Lunda montam próprio negócio

Jornal de Angola

13 De Agosto de 2014

Texto: André Da Costa

Mais de 200 Jovens de Luanda receberam certificados de fim de curso, instrumentos de trabalho e financiamento bancário para montarem o próprio negócio, numa iniciativa do Ministério da Administração Pública Trabalho e Segurança Social,

em parceria com três bancos comerciais. Empreendedorismo, culinária, mecânica, decoração e serralharia são as profissões de 200 jovens que agora entraram no mercado de trabalho. Mais de quatro mil milhões de kwanzas foram disponibilizados para financiamento directo dos projectos.

O anfiteatro do Centro de Formação Feminina do Rangel estava apinhado de gente. Todos os que concluíram os cursos estavam ansiosos para receber os certificados que os habilitam a montar o próprio negócio.

Maria Jacinta está à espera de receber o certificado e enquanto aguarda pela chamada, rói as unhas e brinca com o telefone.

Transpira e limpa o suor num evidente sinal de nervosismo. "Quero receber já o meu certificado" diz ao Jornal de Angola.

Isabel Luengo, Paula Barbosa, Elisa Fernandes e Pedro Videira foram os primeiros a receber os seus diplomas.

A alegria é visível no rosto de Paulo Domingos, 21 anos, montador de antenas parabólicas. Garantiu à nossa reportagem que deseja montar o negócio no Bairro Uíge e vai arranjar um ajudante para o auxiliar nos trabalhos.

Apesar dos 55 anos e da deficiência física, João Domingos não se deixou intimidar e inscreveu-se no curso do corte e costura, inspirado na já falecida mãe, que era costureira. A felicidade aumentou quando soube que ia receber o certificado do curso e instrumentos de trabalho. Mora no Rangel, na Rua do Povo. Frequentou durante seis meses o curso de alfaiataria no Centro de Formação do MAPTESS em Viana Sanzala e já tem um espaço para montar a sua máquina de costura.

A semelhança de João Domingos, outros profissionais aguardam ansiosos a vez de receberem os certificados, ferramentas e cheques para levantarem dinheiro que lhes vai permitir iniciar o próprio negócio.

Lusevicueno João, 50 anos, está consciente que o dinheiro do crédito deve ser devolvido ao Banco Sol daqui a um ano, conforme o compromisso assinado. Por isso, ele está decidido a trabalhar com responsabilidade visando devolver os valores no prazo acordado com o banco. Tem um local ideal no Benfica onde vai montar a sua oficina. "Devemos honrar os nossos compromissos para que o banco ajude outros empreendedores", disse.

Vida organizada

Avelino Rodrigues, 27 anos, mora no Sambizanga, e fez em três meses o curso de desenhador gráfico, inspirado no tio.

Alberto Manuel formou-se em mecânica de geradores de pequeno porte, por considerar ser uma actividade rentável. "Esta formação permite-me trabalhar e organizar a minha vida", disse, sublinhando que no seu bairro há muito geradores para reparar.

Isabel Paulino, 28 anos, fez o curso de empreendedorismo em Cacuaco durante duas semanas.

Aprendeu como planificar, gerir o negócio e o comportamento a adoptar quando as coisas não saírem na perfeição. Considera os conhecimentos adquiridos "muito proveitosos e importantes" e deseja que outras mulheres também a frequentem "para não se trabalhar na cegueira".

Benvenida Agostinho recebeu instrumentos de cozinha e vai montar o seu negócio no Mercado dos Congolenses onde já trabalha há mais de sete anos.

Irene Patrícia, 30 anos, é outra jovem que se formou em empreendedorismo e tem conhecimentos de gestão de pequenos negócios. Ela já trabalhou como vendedora ambulante mas devido à falta de experiência, o negócio faliu. "Agora estou melhor preparada para gerir bem o meu negócio", disse a jovem bastante feliz. Assim como, Afonso João é barbeiro e a formação vai permitir-lhe trabalhar e ganhar o seu dinheiro honestamente.

Incubadora de Empresas

A Incubadora de Empresas, do Ministério da Administração Pública Trabalho e Segurança Social, tem vários programas de formação. O programa "Empreendedorismo na Comunidade" forma jovens que depois desenvolvem actividades geradoras de rendimentos. "Alguns cidadãos viam os negócios falir por falta de experiência. Não sabiam calcular os

custos e não dispunham de uma contabilidade organizada", afirma Jacinto Domingos, director da Incubadora de Empresas.

Anualmente, os Centros de Formação do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTESS) colocam 30 mil jovens no mercado de trabalho e a maior parte não encontra emprego com facilidade.

Jacinto Domingos explica que essa realidade levou a optar pelo incentivo ao auto emprego, distribuição de

instrumentos de trabalho e crédito bancário para dinamizar o negócio.

Tudo isso foi possível devido às negociações que o MAPTESS fez com três bancos comerciais para concessão de micro crédito: o Banco Sol, Banco de Comércio e Indústria (BCI) e Banco BAL.

No Banco Solo crédito varia de 100 a 500 mil kwanzas e os beneficiários têm até um ano para fazer devolução do dinheiro, informou Gilson Cassinda, funcionário da instituição bancária.

Formalizar a economia

A concessão de crédito bancário contribui para a formalização da economia, na medida em que o empreendedor passa a ter uma conta bancária, cartão multicaixa e gestor de conta, informou o director Jacinto Domingos.

Explicou que os Centros Municipais de Empreendedorismo são locais onde os jovens frequentam aulas de formação e quando finalizam o curso, apresentam a candidatura para uma vaga no Centro de Emprego.

"Caso não queiram, podem optar pelo próprio negócio. Os estudantes do ensino médio e universitário têm disponível formação com tecnologia de ponta e os mesmos benefícios", explicou o director da Incubadora de Empresas.

Jacinto Domingos explica que curso de empreendedorismo, que termina dentro de dias, teve a

participação de 226 jovens. Este curso, recorda, começou em Agosto de 2008 e foram formados até Julho deste ano, 20 mil jovens em todo o país. O MAP-TESS tem 145 Centros de Formação Profissional, mais de 75 formadores e controla 400 centros de formação privados.

Programa "Avança"

O programa "Avança" é uma formação de curta duração com uma carga horária de 100 horas equivalente a um mês e meio.

São identificadas 24 ocupações, que não são necessariamente profissões, mas que garantem rendimentos. São os casos do moto-táxi ou cobrador de táxi.

Gilson Cassinda, chefe do departamento de Análise de Micro Crédito do Banco Sol, afirmou que a sua instituição tem no programa uma actividade pioneira, visando ajudar os cidadãos a desenvolverem os seus

projectos para engrandecer o país, contribuindo para o combate à pobreza.

"A nossa instituição fez uma aposta séria com implementação deste programa e tem obtidos resultados aceitáveis", concluiu Gilson Cassinda.

2.7 O crédito à economia

Jornal Economia e Finanças

15 De Agosto de 2014

Não obstante o volume de créditos cedidos à nossa economia tenha dado um pulo, tendo atingido no princípio do ano corrente até Junho, um stock de 3.153 mil milhões de kwanzas e o sector privado ter absorvido a maior fatia, assim como a província de Luanda ser a mais privilegiada, ainda não se consegue sustentar às exigências do mercado, fomentando a justiça concorrencial e a competitividade do mercado. Não é exagero dizer que obter dinheiro de empréstimo em Angola ainda custa caro, chegando mesmo em alguns casos a saltar dos 30 por cento como taxa de juro. É um absurdo! Por esta e outras razões, a informalidade económica no nosso seio é ainda gritante e a taxa de bancarização é desfavorável e muitos cidadãos dissociam-se dos bancos comerciais. Ademais, muitas empresas acabam por cair por incapacidade liquidatária enriquecendo ainda mais o mapa do desemprego.

É bom que se diga que o preço alto do empréstimo, o tempo de mora na obtenção de créditos, a falta de adequação da procura, bem como o apadrinhamento ou amiguismo e os vícios nos assuntos atinentes aos créditos são factuais em muitas instituições bancárias, figurando-se como potencial "calcanhar daquiles" para muitos empresários, bem como para o cidadão comum que demanda por liquidez para adquirir a sua viatura ou residência, etc. Por isso mesmo, muitos são os cidadãos que preferem abraçar a "kixikila", para financiarem os seus projectos, porque se sentem "enteados" em relação aos mutuadores bancários.

Mas lembro que nem todos os dilemas se encontram no nível estratégico, pois muitos destes estão no tático (a nível de chefias) ou mesmo criados no operacional (nas agências ou balcões dos bancos comerciais), refiro-me aos apadrinhamentos nos tratamentos tocantes aos créditos, onde a capacidade creditícia do correntista (futuro mutuário) às vezes é abdicada. Este facto concorre para a injustiça e desequilíbrio da balança concorrencial. Dizer que tudo está mal é, sem dúvidas, beliscar a verdade (já houve de facto dias piores). Para os mais atentos, os economistas e os visionários em matéria macroeconómica, o BNA, o nosso banco central, criado pela Lei nº069/76 de 5 de

Novembro, tem vindo a mancomuniar esforços com o intuito de sobretudo colocar na "mó de cima" o valor do nosso kwanza, bem como melhorar o sistema bancário nacional, como instrumentos essenciais que ajudam a alcançar a tão querida e almejada sustentabilidade macro-económica. Dentre outros indicadores simpáticos, o trajecto decrescente da taxa de inflação em Junho de 0,57 por cento, 0,06 pontos abaixo a do período homólogo de 2013; a queda da inflação em 6,89 pontos percentuais nos últimos 12 meses, assim como as previsões de estabilidade a curto termo; a tendência de estabilidade da moeda nacional em relação à moeda norte-americana, uma vez que, no mercado primário, a taxa de câmbio média de referência em Junho apreciou-se em 0,08 por cento face ao mês de Julho, tendo-se posicionado em 97,82 kwanzas por dólar. Estes influenciaram positivamente na decisão do comité de política monetária do BN A, que de forma a estimular a concessão de créditos à economia (para se adequar às exigências económicas do país, como é o caso do programa de diversificação) decidiu na segunda-feira, 28 de Julho, durante a 34ª sessão ordinária, a sétima do ano corrente, baixar a taxa básica de juro - taxa BNA, bem como a taxa de facilidade de cedência de liquidez de 9,25 por cento para 8,75 e de 10,0 pontos percentuais para 9,75, respectivamente. Tal decisão vem em boa hora.

Segundo o "abc" da economia, ela estimula a queda do preço do dinheiro que os bancos comerciais canalizam ao mercado; os bancos comerciais poderão ter maior liquidez para satisfazer os potenciais/futuros tomadores de créditos; os investimentos e a empregabilidade poderão ser pressionados para cima e o mercado poderá abrir-se à competitividade.

2.8 Solicitadas melhores condições de crédito

Jornal de Angola
19 De Agosto de 2014

As associações e cooperativas agrícolas do município do Bembe, Uíge, pediram que seja melhorado o acesso ao crédito agrícola, para viabilizarem os seus programas de produção.

Em declarações a Angop, o presidente da associação agrícola da localidade do Quixamindele, Sebastião Manuel, disse que a ausência de crédito agrícola está a impedir que os camponeses evoluam da produção de subsistência que praticam agora, para uma outra, de pendor empresarial.

"Nesta época já preparámos um hectare de terra. Pretende-mos avançar, mas depararmo-nos com grandes dificuldades, sobretudo com a falta de apoios

em crédito, instrumentos de trabalho e máquinas de lavoura", frisou, ao falar da associação de camponeses de Quixamindele.

A associação é participada por mais de cem membros e produz mandioca, batata-doce, ginguba, feijão e hortícolas.

A administradora municipal do Bembe, Maria Cardoso, referiu que, no quadro do programa de Combate à Fome e à Pobreza, os serviços que dirige apoiam os camponeses com sementes e alguns instrumentos de trabalho, mas isso não é suficiente, tendo em conta o universo de dificuldades que os camponeses daquele município enfrentam.

A nível do município, há três cooperativas e 16 associações agro-pecuárias integradas por milhares de famílias, que apenas têm as suas dificuldades minimizadas por esforços que, de forma temporária, permitem a oferta de instrumentos agrícolas, sementes, máquinas de lavoura e outros meios.

Soluções encontradas

O governador provincial do Uíge ofereceu no sábado, à Associação 4 de Fevereiro, no Bembe, motorizadas, instrumentos agrícolas e sementes para o aumento da produção agrícola. Paulo Pombolo entregou ainda catanas, três motorizadas, sementes de arroz, milho, ginguba, feijão e uma moagem de bombo.

O presidente da Associação, Sebastião Manuel, disse que esta oferta vai contribuir para o aumento da produção.

"Nesta época já trabalhamos seis hectares e, pelas condições climáticas, estamos confiantes que, no fim, vamos ter uma boa colheita", disse Sebastião Manuel, lamentando a falta de tractores e alfaias, crédito agrícola, enxadas, moto-bombas, machados, capas de chuva e viaturas para facilitar o escoamento dos produtos do campo para a cidade e vice-versa.

A associação tem na sua fazenda 14 hectares de mandioca em condições de serem vendidos, mas tem falta de meios de transporte para o escoamento. O governador prometeu fazer chegar tractores ao Bembe "dentro de dias", por já haver acordos avançados nesse sentido.

Paulo Pombolo explicou que a segunda fase do crédito agrícola ainda não começou por estarem a ser estudados mecanismos adequados para conceder os empréstimos, uma vez que, na experiência anterior, as empresas fornecedoras alteraram os preços dos instrumentos agrícola e máquinas, vendendo aos camponeses por valores mais elevados.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Aumento da criminalidade preocupa vendedores e clientes

Novo Jornal

01 De Agosto de 2014

Texto: Isabel João

O MERCADO DO CATINTON mostra-se cada vez mais violento. Segundo relatos dos populares, os marginais não têm hora para atacar, nem escolhem vítimas.

"Todos os dias as pessoas aqui são assaltadas. O pior de tudo é que temos uma esquadra próximo e não sabemos se ela existe, porque não vimos o trabalho que a polícia está a fazer nesta zona. Até dentro das viaturas as pessoas são assaltadas", descreve um morador.

Dora Catete, comerciante há mais de sete anos no mercado, conta que já foi assaltada três vezes quando saía do mercado.

"Já estava dentro do táxi. Os bandidos mandaram parar o carro, entraram e receberam todos os haveres dos passageiros. Também receberam o dinheiro que o taxista fez naquele dia de trabalho. É muito triste a situação da criminalidade em Luanda", disse.

De acordo ainda com Dora, no mercado existem roubos no interior das viaturas, registam-se vários crimes violentos, roubos à mão armada, assaltos e até assassinatos.

"A criminalidade aqui na zona já passou dos limites há muito tempo. O problema é que os agentes da polícia que aparecem também colaboram com os bandidos e, por outro lado, também acho que falta mais divulgação sobre matérias relacionadas com o assunto. Temos meios de comunicação parciais. Os crimes e delitos não são noticiados pelos órgãos públicos", acusou ainda.

Dora Catete é da opinião de que desemprego é o que leva a maior parte dos jovens à delinquência, porque muitos não têm qualquer perspectiva de futuro.

Segundo a comerciante, a polícia já perdeu o controlo da criminalidade há alguns meses.

"Aqui, na Maianga, então, é pior. Trocam comandantes, mas a situação não melhora. Deixaram a situação chegar até este ponto, agora, para melhorar

são necessárias atitudes extremas. Ganhámos a guerra, mas não estamos a ganhar a da criminalidade e a da sinistralidade rodoviária", atirou.

Maria Garcia, outra vendedora do mercado Catinton, defendeu ser necessário o reforço do policiamento de proximidade. Pôr na via agentes da ordem pública e efectivos da Polícia de Intervenção Rápida com meios motorizados para melhorar a situação da segurança na zona.

Ainda de acordo com a nossa fonte, hoje, as pessoas já não acreditam no balanço apresentado pela polícia.

"As ocorrências dizem uma coisa, mas a realidade é outra. Por exemplo, se formos ver o relatório da divisão da Maianga vão dizer que a situação é calma e o que nós vivemos aqui no mercado nem chega ao relatório policial. O dia-a-dia desmente essa afirmação e confirma que a criminalidade tomou conta de Luanda e que a Polícia Nacional (PN) não tem homens, nem meios para mudar esse quadro", denunciou.

Em reacção a algumas práticas criminosas, a chefe do gabinete de comunicação e imagem do Comando Provincial de Luanda, Engrácia Costa, disse que a divisão da Maianga intensificou o patrulhamento na zona para dar resposta às inquietações dos munícipes.

3.2 Solicitada a fiscalização dos preços

Jornal de Angola

01 De Agosto de 2014

A governadora de Cabinda pediu mais controlo e fiscalização dos preços dos produtos básicos e materiais de construção abrangidos pelo Regime Especial Aduaneiro e Portuário em vigor naquela província.

Aldina da Lomba disse que, apesar da aplicação da lei sobre essa matéria, ainda há reclamações da população devido aos preços cobrados pelos importadores e distribuidores que, mesmo beneficiando do regime especial, "continuam a especular".

"Tem havido várias reclamações da população por não estar a sentir os efeitos práticos nem quaisquer benefícios, devido aos preços praticados pelos operadores económicos", disse.

A governadora denunciou importadores locais que se aproveitam do regime especial e fazem com que os preços dos produtos de consumo básico e materiais abrangidos sejam muito mais altos que noutras províncias do país. "Podemos demonstrar, através de

um exercício prático comparativo entre o regime especial e o regime geral, que, na verdade, os preços praticados em Cabinda são mais altos do que no resto do país, quando o válido devia ser ao contrário", afirmou.

Aldina da Lomba disse estar muito preocupada com a situação e garantiu que vai trabalhar com as autoridades ligadas ao processo para alterar de forma drástica esta situação.

"Temos noção de que, para isso, devemos imprimir dinamismo e controlo, sobretudo na actuação dos órgãos fiscalizadores dos preços aqui na província", disse a governadora.

Esclareceu, ainda, que o Executivo criou o Regime Especial Aduaneiro para Cabinda pela descontinuidade geográfica e a falta de um porto que receba navios de médio e grande porte.

3.3 Zungueiras em ascensão

Jornal O PAÍS

01 De Agosto de 2014

Durante a ronda, a nossa equipa de reportagem deparou-se com cerca de meia dúzia de vendedeiras ambulantes, zungando bolos de arroz e bolinho, numa altura em que o Governo Provincial de Luanda decidiu terminar com esta actividade. Entre elas estava a cidadã Joana Pedro, que contou que os bolos são produzidos por uma moradora da centralidade que os fornece diariamente.

Ela e mais duas amigas foram recrutadas pela pasteleira, no momento em que procuravam emprego de diarista, para comercializarem o produto em troca de 20 mil Kwanzas por mês.

"Exerço esta actividade de Segunda a Sábado, com excepção das quarta-feira por ser o dia em que folgo para ir à igreja. Não temos hora exacta de entrada e largamos depois de vendermos todos os produtos, arrecadando, pelo menos, 4.000•mil Kwanzas por dia", disse.

Para além da praça de alimentação do Kero, os moradores contam ainda com uma lanchonete que há no mercado. Para contornarem a ordem da entidade que gere o mercado, que proíbe que se confeccionem ali alimentos, as vendedeiras que têm esta actividade como o seu ganha-pão passaram levar para lá os alimentos confeccionados.

Marcelina Utacuana, 20 anos, contou que o único local que servia de diversão para os adolescentes e jovens

era uma geladaria improvisada que existia num dos apartamentos do bloco 10 mas que foi encerrada.

"Os donos de um dos apartamentos do rés-do-chão deste bloco tinham transformado um dos compartimentos em estabelecimento comercial, onde era possível adquirirmos não só gelado como hambúrguer e pipoca. Com o seu encerramento só nos resta ficarmos em casa ou irmos a Viana ou Cacucaco", frisou.

O PAÍS apurou ainda que existem moradoras que montaram salão de beleza e creche dentro dos apartamentos.

A comerciante de fardo Romana Mateus contou que não foi fácil conseguir um espaço no mercado porque a procura foi maior do que a oferta.

Considerou que os preços praticados pelas suas colegas chegam a ser superiores ao de outros mercados similares, embora sejam inferiores ao praticado no hipermercado Kero.

"Aqui nós compramos três peixes carapau a 500 Kwanzas, quando no mercado do Asa Branca com este montante levaríamos oito peixes. Mas, de qualquer forma, acaba sempre por ser melhor do que ter que apanhar táxi para ir ao Kero comprar água ou pão", disse.

Água ao domicílio

Os constantes cortes no fornecimento de água têm sido vistos pelos jovens dos bairros vizinhos da centralidade como uma oportunidade de negócio.

Como é o caso de Laurindo Moisés, 25 anos, que retirava água numa das tubagens da EPAL para comercializá-la junto dos moradores dos edifícios que estão distantes da conduta.

Acordou às cinco horas da manhã para encher os bidões de 20 litros num dos chafarizes do bairro da Pedreira, onde reside, ao preço de cinco Kwanzas cada para depois comercializar a 200 Kwanzas aos moradores da nova urbanização.

Disse que optou por encher na tubagem da EPAL para não ter que regressar ao seu bairro. "Aqui fica tudo mais próximo e posso facturar até 20 mil Kwanzas só entre o período da manhã e o início da tarde. Tudo isso, dependendo da clientela", explicou.

Nos dias em que corre água apenas no período da manhã ele e os seus companheiros chegam a arrecadar entre 10 a 15 mil Kwanzas. A motorizada de três rodas foi -lhe cedida pela sogra para poder sustentar a esposa

(que não trabalha) e os dois filhos - o primeiro tem 4 anos e o segundo 1 ano.

Para subir com os recipientes até ao imóvel do cliente os comerciantes acrescem ao valor inicial 50 a 100 Kwanzas, dependendo do andar.

De modo a permitir que os moradores consigam economizar os seus recursos a jovem Ana Félix apela à direcção da EPAL que anuncie previamente sempre que tiver que cortar o fornecimento de água.

"A direcção da EPAL deve anunciar com pelo menos 48 horas de antecedência sempre que tiver que cortar o fornecimento de água por causa de avaria ou fazer manutenção para que as pessoas criem stock", apelou.

Já a jovem Marcelina Utacuana, moradora do bloco li, disse que o fornecimento de água potável é feito em regime de turno, designadamente, das 6 às 8 horas da manhã e das 17 às 19 horas.

3.4 Administrador toma medidas para evitar a venda nas ruas

Jornal de Angola

03 De Agosto de 2014

Texto: Dionísio David

O administrador municipal do Cuanhama, província do Cunene, Gonçalves Namueya, prometeu, na sede da comuna de Nehone, acabar com a venda de produtos nas ruas de Ondjiva, uma prática que tem aumentado nos últimos tempos.

Gonçalves amueya, que falava durante a li Sessão do Conselho Alargado da sua Administração, deu como exemplo a rotunda conhecida por Quatro Sinal, em Ondjiva, que doravante deixa de poder ser usada como paragem de serviço de táxis e como praça para as quinguilas.

O tipo de actividade praticada pelas quinguilas no referido sítio é ilícita e elas devem compreender isso, sublinhou, ao mesmo tempo que recordou que a moeda nacional, o kwanza, deve merecer o devido tratamento e respeito por parte dos nacionais e "estrangeiros, por constituir um símbolo da Nação.

Outro aspecto evocado pelo administrador prende-se com a venda ambulante praticada nas cidades e vilas. A este respeito, Gonçalves Namueya recomendou aos responsáveis das Repartições Municipais que exerçam as suas responsabilidades com autoridade, sobretudo na transferência das pessoas que praticam a venda de produtos defronte a instituições estais e privadas. Para tal, salientou a necessidade de ser realizado um amplo trabalho de educação das populações sobre as boas

acções, para que as comunidades também possam dar o seu contributo no processo de organização das cidades e vilas.

O administrador frisou, ainda, que a utilização de crianças para actividade de comércio ambulante, quando deviam estar na sala de aulas, constitui crime, sobretudo por se tratar de exploração de menores.

Gonçalves Namueya disse que a venda de terrenos e espaços tem dificultado a actividade da Administração em termos de urbanização, pelo que deve merecer especial atenção.

A Administração Municipal do Cuanhama deve ser uma instituição exemplar, capaz de exercer a sua verdadeira missão em prol das populações, alertou, tendo ainda recomendado que se proceda ao levantamento das captações e furos de água existentes no município e se apure se as populações beneficiam dos mesmos, tendo em conta a situação de seca registada na região em 2013.

3.5 Mulheres dominam comércio em Xiquendula

Jornal de Angola

04 De Agosto de 2014

Texto: Delfina Vitorino

A produção de batata no município do Chinguar, a 75 quilómetros do Cuito, capital da província do Bié, tem sido significativa nos últimos anos, sendo o produto mais comercializado no mercado de Xiquendula, onde a venda é feita na maioria por mulheres agricultoras.

A região, à semelhança de outras localidades do país, possui mulheres que lideram os seus lares e negócios, exercendo funções diversas.

A banana, tomate, batata-doce, frutas e legumes de produção local também estão a render bons lucros às quitandeiras da região, que exercem a sua actividade na via que liga as cidades do Cuito (Bié) e Huambo.

As mulheres começam a preparar os produtos agrícolas para comercialização a partir das cinco horas da manhã.

As quitandeiras marcham em longas caravanas com as banheiras à cabeça. Muitas levam também os filhos às costas.

O mercado de Xiquendula é paragem obrigatória dos automobilistas e viajantes que circulam na província do Bié. A paragem de uma viatura em qualquer área do mercado de Xiquendula é motivo para as comerciantes se dirigirem em grande número ao potencial cliente.

Maria Cangombe, mãe de cinco filhos, é agricultora e vendedora deste mercado há seis anos.

Falou das mudanças na sua vida devido à reabilitação das estradas. Consegue sustentar os filhos e pô-los a estudar. Com o surgimento dos transportes públicos estatais e privados, desde o mês de Junho de 2012, há maior circulação de pessoas.

"Os autocarros param no mercado de Xiquendula. Sentimos muitas melhorias nas nossas vidas", disse Maria Cangombe.

Os autocarros fazem as rotas Cuito-Benguela-Luanda. Todos os dias pessoas de vários estratos sociais viajam para esses pontos do país, com garantia de segurança.

A rota Cuito-Luanda tem partidas diárias às cinco horas da manhã. Os motoristas têm paragens obrigatórias no mercado de Xiquendula, no Chinguar, para as compras, e no Dondo, província do Cuanza Norte, para os passageiros comerem. A rota Cuito-Benguela tem partida diária às sete horas da manhã.

Escoamento de produtos

Susana Cassinda, vendedora no mercado de Xiquendula, no município do Chinguar, garante que os produtos começaram a ser comercializados em grande quantidade desde que aumentou a frota de viaturas nesses trajectos. "Vimos facilitado o escoamento dos nossos produtos do campo para cidade", disse.

3.6 Mercado Municipal do Grafanil foi abandonado

Jornal de Angola
13 De Agosto de 2014
Texto: Arcângela Rodrigues

Há dois anos foi inaugurado o mercado Popular Municipal do Grafanil e até hoje as bancadas estão vazias. A Rua dos Quartéis, que dá acesso à praça foi transformada em mercado informal.

A entrada da rua existe um posto da Polícia Nacional. Os agentes dizem que já não sabem o que vão fazer às comerciantes porque a teimosia é tanta que mesmo correndo todos os dias com elas, voltam à venda. E o mercado continua vazio.

Enormes amontoados de lixo e a rua quase intransitável levaram as comerciantes a abandonar o mercado, porque os clientes têm dificuldades em chegar ao local. Por isso, foram criados dois mercados informais e um deles tem até uma oficina. O edifício do Mercado Popular Municipal está cercado de lixo e as paredes já apresentam fissuras.

Alimentos como carne de boi, chispe, frango e pão são comercializados ao lado do lixo, que é queimado a qualquer hora do dia. As vendedoras dizem que só abandonam a Rua dos Quartéis quando o mercado estiver em condições e a via de acesso for reparada. Teresa António e outras colegas colocaram as suas bancadas à porta do mercado porque não encontraram outra forma de trabalhar. As vendedoras do mercado pagam diariamente 100 Kwanzas ao fiscal e explicaram que vão vender na zona para não perderem os clientes.

Isabel Cidália continua a vender no mercado mas está triste porque os clientes não chegam e todos os dias a mercadoria volta para casa. A comerciante explicou que no mercado não existem câmaras frigoríficas. "Durante o tempo da chuva passamos muitas dificuldades porque as ruas ficam intransitáveis e existem moradias que correm o risco de desabar", disse Isabel Cidália. O acesso ao centro Materno Infantil é uma lástima. Os estudantes da escola do primeiro ciclo do ensino secundário número 5122 informaram à reportagem do Jornal de Angola que têm dificuldades em assistir às aulas devido ao fumo do lixo que é queimado à volta do mercado.

3.7 Um exemplo da falta de autoridade na gestão de Luanda

Jornal Agora
15 De Agosto de 2014

Aos poucos, os passeios e outras áreas adjacentes nos dois sentidos (entrada e saída) da Via Expresso, na zona do Benfica, estão a transformar-se num mercado, à mistura com o estacionamento indevido de táxis, prática que tem causado embaraços quer ao trânsito automóvel quer à circulação de peões como ilustram as fotos, e até põe em risco a segurança das pessoas.

Essa questão, e, depois dos pronunciamentos das autoridades responsáveis pela gestão do espaço de Luanda, não tem nada a ver com pobreza, mas sim com desrespeito à autoridade e como tal deve ser tratada pelos órgãos correspondentes. E para tal, nem é necessária a intervenção do governador Bento Bento, ou de José Tavares, presidente da Comissão Executiva. O que é preciso, quer neste caso quer noutros, é que os responsáveis pelas Unidades de Fiscalização e da Polícia Nacional em cada uma das zonas, exerçam efectivamente o seu papel e a sua autoridade. Se não o fazem, devem ser substituídos.

É claro que por detrás dessa eventual inoperância, se esconde sempre a falta de meios.

Mas, consideramos que isso não é razão bastante para justificar tantos atropelos à lei, ou até, a contradição no

exercício dos representantes dos órgãos de fiscalização de Luanda Nuns casos são 'ferozes' e noutros fecham os olhos. E foi ver a forma há dias invadiram o A1valade, arrastaram e transportaram viaturas, numa atitude que leva afinal a questionar como se pode viver numa cidade onde em todos os cantos se autoriza a construção de torres, mas não se tem em conta a importância da existência de áreas para que o cidadão comum, ainda que a pagar, possa também estacionar a sua.

Um exemplo macabro dessa transformação de Luanda, foi a cedência do parque de estacionamento situado em frente ao antigo cine Karl Marx onde foi edificado um grande prédio. Em contrapartida, esqueceram-se de que quem vive ao lado devia fazer parte do entendimento. É este o país igual que construímos?

3.8 A «feira aérea» de Viana

Semanário Angolense
16 De Agosto de 2014

A situação da Vila de Viana e arredores, depois de já ter sido objecto de uma reportagem efectuada por este jornal, na última época chuvosa, continua praticamente na mesma. Perdão, piorou, já que há sinais de que a anarquia e o «deixa-andar» vão tomando conta da urbe.

A avenida principal, 11 de Novembro, depois de muito se falar, já está aberta à circulação de viaturas e peões. Porém, a obra, que ainda não está totalmente concluída, deixa muito a desejar, pois, depois de tantos anos à espera de conclusão, devia apresentar melhores condições arquitectónicas. Contudo, a «fiscalização» das chuvas vem já aí para a prova dos nove.

Enquanto esteve fechada, instalara-se um mercado informal ao longo da via, onde se vendia de tudo. O mesmo se passou com a «passagem aérea», que continua registando uma situação insustentável, por culpas dos vendedores que lá se estabeleceram, porquanto a sua actividade complica a circulação dos transeuntes, muitas vezes impedidos mesmo de utilizá-la.

Em várias ocasiões, já se chamou a atenção para o facto de que, em alguns pontos daquela infra-estrutura, se ter subtraído ferros e parafusos, o que pode colocá-la em risco de desabar um dia desses.

A Polícia já tinha tomado as devidas medidas, mas, depois da «famosa ordem» para ninguém «tocar» nas zungueiras, a situação regressou à primeira forma, tendo se transformado numa autêntica «feira aérea».

Frente aos estabelecimentos comerciais situados à berma da estrada 230 e na esquina da 11 de Novembro, estão a formar-se autênticas lixeiras, resultantes desse mercado, que funciona durante todo o dia e, às vezes, noite adentro.

A situação das ruas da Caop A, B e C, e do Capalanga, que, em alguns casos, como na zona das «Mangueirinhas», só necessitam de pequenas intervenções, entulho e terraplanagem, continua inalterável.

Os seus moradores, além de apreensivos, estão indignados, por se sentirem marginalizados pela administração.

3.9 Repartição fiscal reuniu com os administradores dos mercados

Jornal República
22 De Agosto de 2014
Texto: Inácio Cândido

O director da fiscalização de cacuaco, Waldemar Mateus, salientou que por causa das vendedeiras resistirem em vender nas ruas do município, a repartição vai trabalhar com os administradores dos mercados que estão sedeados nesta circunscrição.

Já existem lugares para albergar as nossas vendedeiras a partir já da próxima semana.

Aquele responsável da fiscalização do município, disse que tem um plano director preparado para combater a venda ambulante. Aconteceu um encontro entre todos administradores dos mercados a nível do município, no sentido de fazer-se uma sensibilização pedagógico aos fiscais dos mercados que nos têm apoiado na sensibilização as nossas mães e as nossas irmãs para evitarem comercializarem os seus produtos nas ruas que estão a criar um certo perigo aos nossos munícipes. "Nós temos um plano aprovado pela administradora do município no sentido de, junto dos meio

de comunicação social, sensibilizarmos as vendedeiras de ruas para ocupar os seus lugares nos mercados, porque há um número elevado de lugares que estão desocupados, para fazerem o seu comércio na legalidade e de forma evitar os riscos de contaminação dos mesmos.

Waldemar Mateus, revelou os números de lugares existentes nos mercados que são mais de oitocentos nos mercados da vidrul, ndala muleba, kicolo dos embondeiro e enfim.

Aquele responsável salientou que das visitas efectuadas, encontraram lugares que não tinham ninguém, então, estão a sensibilizar todas as pessoas para tomar os seus lugares.

Os que forem encontrados a comercializar na rua vão pagar uma multa pesada e seu produto será doado nos centros infantis e na leprosoaria da fundação.

O mesmo responsável fez ainda um balanço das operações que tem realizado no combate à ocupação ilegal de terrenos, as reservas fundiárias do estado que resultou em algumas detecções, tendo originado um julgamento sumário, mas a operação vai prosseguir ainda, disse.

3.10 Praça da “mabunda” com melhores condições para venda de peixe

Jornal Manchete

29 De Agosto de 2014

Texto: albino sampaio

Os habitantes do distrito urbano da Samba e dos bairros circunvizinhos, deverão, dentro de pouco tempo, ter motivos de sobra para estarem satisfeitos, pois nos próximos dias, começam as obras de construção de três naves, com vista à garantir comodidade há mais de mil "peixeiras" que até ao momento comercializam pescado em locais com condições impróprias.

O facto foi avançado ao *Manchete* pela administradora adjunta para Área Técnica do distrito da Samba, Madalena Manuel.

Segundo a responsável, o objectivo fundamental para a construção das três naves, visa estabelecer melhores condições do consumo de peixe aos cidadãos de Luanda, que têm como preferência a praia da "Velha Mabunda", para a compra de peixe e à venda.

Madalena Manuel informou que a construção das três naves, terá o seu início dentro de poucos dias e a sua conclusão está prevista antes do fim do presente ano.

A responsável frisou, por outro lado que, com o lançamento da primeira pedra, o seu executivo cumpre um dos seus objectivos que passa, justamente, em garantir melhores soluções para o exercício de comercialização de peixe.

Na ocasião, o director geral do Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal e Aquicultura, Nkosi Luyeye, que representou a ministra das Pescas, Victória de Barros Neto, sublinhou que o Estado

prevê ajustar todos comerciantes que vendem frescos nos lugares inadequados com o intuito de prestarem melhores serviços, bem como todos àqueles que têm como desejo comprar o peixe na referida praça.

Nkosi Luyeye encorajou as autoridades dos diferentes distritos e não só, a melhorarem as condições que visam a comercialização do pescado no sentido de eliminar doenças causadas por via de bactérias nocivas à saúde humana.

Enquanto isso, o presidente da Associação "Linalia", Miguel Lemos Kilundo, sustentou que a sua organização tem levado a cabo várias informações junto das comunidades peixeiras, através de campanhas de sensibilidades, no sentido de exercerem as tarefas apenas nos lugares indicados para a venda do pescado.

O responsável associativo informou, ainda, que vinte e cinco cidadãos que residiam nas barracas da Barra do Dande, foram reactivadas pelo Executivo, com a entrega de créditos bancários com vista a melhorar o trabalho artesanal que têm vindo a levar a cabo.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Executivo estuda limite da despesa para o OGE

Jornal de Angola
02 De Agosto de 2014
Texto: Kumuêngo Da Rosa

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, orientou ontem a primeira sessão extraordinária da Comissão Económica do Conselho de Ministros, cujos trabalhos incidiram sobre as propostas de dois documentos essenciais na elaboração do OGE para 2015: o Limite da Despesa e o Programa de Investimentos Públicos (PIP).

Durante a sessão, realizada no Palácio Presidencial da Cidade Alta, foram analisados os relatórios de balanço da programação financeira do segundo trimestre do corrente ano e da execução do plano de caixa do mês de Junho passado. Foi apreciado o plano de caixa do mês de Agosto, que estima receitas totais de 345.913,81 milhões de kwanzas e despesas totais de 459.003,18 milhões de kwanzas.

A Equipa Económica do Governo foi informada da evolução do mercado cambial e monetário na última quinzena de Julho e analisou uma proposta de aviso de venda de divisas pelo sector petrolífero ao Banco Central e outra de alteração ao Aviso nº019/12 do BNA, que estabelece as regras e procedimentos para operações cambiais destinadas ao pagamento de importações, exportação e reexportação de mercadorias, mais concretamente o seu artigo 11^a, que trata das condições para pagamentos antecipados.

Missão do FMI

A Comissão económica do Conselho de Ministros foi informada dos resultados da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) que esteve em Angola de 1 a 14 de Julho, à luz dos estatutos da instituição financeira de Bretton Woods.

Após contacto com responsáveis de diferentes sectores da economia angolana, a missão de peritos do FMI constatou que a expansão fiscal conseguida no orçamento de 2014 coincide com um momento de "abrandamento da receita petrolífera, o que leva a uma deterioração significativa do balanço fiscal geral". Os peritos do FMI recomendaram uma

"atitude fiscal mais cautelosa", de modo a "limitar o aumento das necessidades de financiamento em termos brutos" e assegurar que parte da riqueza do petróleo seja poupada para as gerações futuras.

De acordo com o FMI, é fundamental manter o amortecimento da política fiscal e monetária para proteger a economia da queda dos preços do petróleo. Os peritos

consideraram importante criar um fundo de estabilização do petróleo e melhorar "ainda mais" a coordenação da gestão dos activos e passivos financeiros do país.

O FMI considerou "bem sucedido" o processo de "desdolarização" da economia, mas sublinhou que o seu êxito vai depender das políticas macroeconómicas e dos incentivos do mercado.

"O declínio adicional da inflação e o maior uso do mercado local para a emissão de obrigações do Governo são elementos cruciais para desenvolver ainda mais os instrumentos de dívida denominados em kwanzas".

Durante a sessão, foi apreciada uma proposta de reestruturação das empresas públicas do sector eléctrico. Um dossier que volta a ser destaque após a assinatura recente do acordo de financiamento no valor de mil milhões de dólares entre o Governo de Angola e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), que tem em vista financiar projectos, com foco no sector eléctrico.

Sector Eléctrico

Está em curso o processo de criação de novas empresas do sector eléctrico, no âmbito do Programa de Reestruturação do Sector Eléctrico (PRSE) que teve início em Outubro de 2012, à luz do Decreto Presidencial 256/11, de 29 de Setembro.

O PRSE está focado na definição de um novo modelo de mercado e na reestruturação das empresas que constituem o sector eléctrico, para levar à criação de três novas empresas públicas, nomeadamente, a Empresa Pública de Produção de Energia Eléctrica, a Empresa Pública de Distribuição de Energia Eléctrica e a Empresa Pública de Transporte de Energia Eléctrica. Este programa prevê a separação e a locação de activos e trabalhadores nas novas entidades resultantes.

O programa visa a reestruturação progressiva e o desenvolvimento do sector eléctrico, tendo por base quatro grandes objectivos: garantir a sustentabilidade económico-financeira do sistema eléctrico, reestruturar o modelo organizacional actual, fomentar

a entrada de capital privado e reforçar a função do regulador no novo Modelo de Mercado.

Tomada de posse

Antes de dirigir a sessão extraordinária da Comissão Económica do Conselho de Ministros, o Presidente da República deu posse aos membros do seu gabinete e outros responsáveis recentemente nomeados. Numa cerimónia presenciada pelo Vice-Presidente da República, Manuel Vicente, ministros e altos funcionários da Presidência da República, foram empossados Manuel António Rabelais e José Manuel Feio Mena Abrantes nos cargos de secretário para a Comunicação Institucional e Imprensa e Consultor para assuntos de Cultura e Ciências do Presidente da República, respectivamente.

Jurista de formação e jornalista de carreira, Manuel Rabelais exerceu cargos na Rádio Difusão Nacional de Angola, chegando a director-geral, antes de ser nomeado, em 2006, ministro da Comunicação Social, cargo que desempenhou durante quatro anos.

José Mena Abrantes é licenciado em Filologia Germânica em Lisboa e repartiu a sua carreira entre o jornalismo e o teatro. Director e encenador do grupo Elinga Teatro, publicou obras de teatro, prosa, poesia e estudos sobre o teatro e o cinema angolanos. O novo consultor do Presidente da República para assuntos de Cultura e Ciências ganhou por três vezes (1986, 1990 e 1994) o Prémio Sonangol de Literatura, máximo galardão das letras angolanas.

Também foi empossado Zacarias Sambeny no cargo de secretário de Estado das Pescas para a Aquicultura. Natural de Mupa, Cuvelai, província do Cunene, Zacarias Sambeny foi vice-ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, entre 1993 e 2010.

E licenciado em Ciências de Educação, pelo Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) da Universidade Agostinho Neto.

Especialista em organização, direcção e avaliação dos sistemas políticos, sociais e económicos, Sambeny é autor do livro "Investigação Agrária em Angola - Desafios e Propostas", no qual propõe um modelo de investigação agrária para o país.

Na mesma cerimónia foram também empossados João Fucungo e Joaquim Rodrigues da Conceição, vice-governadores provinciais para o Sector Económico da Lunda Sul e do Huambo.

4.2 Proposta de limites da despesa para OGE 2015 em discussão na comissão económico

Jornal Continente

02 De Agosto de 2014

Reunião da comissão económica do conselho de ministros agenda de trabalho da sessão, a que a Angop teve acesso, refere estar igualmente em apreciação a Proposta do Programa de Investimento Público (PIP) para o próximo ano.

Entre os documentos em análise estão o Memorando sobre a Evolução dos Mercados Cambial e Monetário, do período de 14 a 25 de Julho, bem como a informação síntese da missão do Fundo Monetário Internacional, realizada ao país de 1 a 14 de Julho de 2014.

A Comissão Económica é um órgão técnico de apoio ao Titular do Poder Executivo e de assistência directa ao funcionamento do Conselho de Ministros. É presidida pelo Titular do Poder Executivo, coadjuvado pelo Vice-Presidente da República.

Integram também a Comissão Económica os ministros do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, das Finanças, Economia, da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, do Comércio, o Governador do Banco Nacional de Angola, bem como o Assessor para os Assuntos Económicos e Empresariais do Vice-Presidente da República.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Classe dominadora angolana não quer largar o osso!

Jornal República
01 De Agosto de 2014

Porque serve melhor os interesses das Populações desfavorecidas, carentes, sem recursos, sem ajuda do Estado, pobres (províncias, Municípios, Comunas, Bairros, Musseques, Ruelas, Becos, etc., etc.) Com o aglomerar de varias questões, sócias, politicas, económicas de milhares de Angolanos, é imprescindíveis e fundamentais a implementação do Poder Local "Autarquias"

Os problemas carências da população Angolana nos bairros pobres são visíveis, as dificuldades, as assimetrias, contrastam com as ambições das populações. Sabemos todos que os Governos e Administrações locais, não têm poder nem dinheiro para executar decisões importantes ambicionadas pelas populações, esta é a realidade.

Sem o des centralismo de Poder, não iremos resolver os nossos problemas básicos e elementares, é taxativo e conclusivo.

Relegando para segundo plano, priorizando outro agendamento que supostamente passa única e exclusivamente na intenção de controlar o poder local, estamos cada vez mas a adiar o progresso e crescimento do nosso País.

Distingamos, as eleições que causariam maior "resolução" dos problemas do povo em geral, são as Autárquicas, porque é o Poder local Governamental, é o Poder mas próximo das populações, representativo (Vereadores, Assembleia Municipal), porque o Município também teria alguma responsabilidade ou irresponsabilidade na escolha do Candidato, periodizava situações, priorizavam políticas e políticos, escolha alargada de candidatos, cobriam as promessas ao candidato vencedor, eleito. Numa situação de eleição autárquica, os candidatos elaboram um programa, põem a disposição dos eleitores, é debatido, levado ao escrutínio opcional.

Com a elaboração e execução da Lei Autárquica criaria empregos as populações locais, o poder seria partilhado, e quando assim é, a responsabilidade é compartilhada por todos.

Só assim se pode dizer estado democrático, com alternância de poder local. Uma das primazias da democracia é a alternância de poder! Partilhar o Poder também é uma configuração de distribuição de riqueza, pacifica a sociedade! Todos comem!

O Executivo Angolano em preterir, projetar, a execução e implementação das Autarquias, em prioridade as eleições legislativas meteram a carroça a frente dos bois.

Foi estrategicamente e politicamente errado, paradoxal, causando desgaste político ao próprio Partido de Governo, Executivo (Governo). Portanto, nesta situação política que vivemos o Povo culpabiliza os fracassos de governação, (Provincial, Municipal, Comunal) "estradas mal executadas, falta de agua, luz, Hospitais com funcionamento deficitários, falta de medicamentos, ausência de politicas estritamente locais, estradas dos bairros não asfaltadas e esburacadas, sem saneamento básico, bairros sem limpeza do lixo nas ruas, (varrer) ausência de instituições de solidariedade do Estado nas Localidades, anarquia nas ruas dos bairros, centralismo de poder, cultura da gasosa nas instituições do Estado, corrupção, etc., etc.," ao Poder Central, ao Governo, porque sente que não participou, não votou, não elegeu aquele Administrador ou Governador rapinador, Incompetente, que não defende prioridades e politicas sociais exequíveis da sua Província, Município, Comuna que representa, que não executa as politicas preconizadas pelo Poder Central, que não intervêm politicamente a favor do interesse do povo da localidade que afigura.

Qual é o incentivo que tem um Governador ou Administrador em resolver os problemas da População local? Se não foi o Povo que o elegeu. Ele sabe que a sua renomeação não depende dos Municípes, pelo contrário ele agrada o seu Partido, Chefe, única e exclusivamente com bajulações, ofertas, oportunidades de negócios, defesas públicas demagógicas, mentiras, etc., etc. em preocupação, e sabedoria, que é a degradação da imagem do Partido e do Governo que esta em causa.

Alguns Governadores e Administradores têm estratégias pessoais, muito bem delineadas, sabem, querem, chegaram ao Poder para defender seus interesses pessoais, bens, oportunidades de negócios, para posteriormente fazer um outro tipo de actividade, antevendo a desculpabilização dos actos praticados, sabendo que as culpas não lhe serão incumbidas, despreocupado em saber, pensar que futuramente isso poderá causar ou não problemas ao seu Partido, ou em alguns Membros do seu Partido.

O Governo Angolano ao implementar e executar a lei Autárquica era uma forma de isentar algumas imputações do mau funcionamento da administração local, más políticas de governação, de alguns Governadores e Administradores incompetentes. Também seria uma forma de distribuir riqueza, dando competências, a nível de descentralização e autonomia financeira, fiscal financeira, as autarquias, e as Empresas e Associações intermunicipais, etc., etc.

Enxerguemos, os deputados eleitos nos círculos eleitorais Províncias, defendem políticas e interesses das populações que representam? Alguma vez opuseram publicamente o Governo em não priorizar políticas das localidades que afiguram?

Cidadãos independentes competentes ou de outras forças políticas candidatavam-se, ganhariam ou não as eleições, governavam e administravam mal ou bem, sem responsabilidades directas do executivo.

Partilhando o Poder que muitos ambicionam, acham-se capazes, com intelecto superior aos que ocupam cargos governamentais e administrativos, mas que não acontece porque têm outra cor partidária ou são apartidários.

Portanto neste contexto em que vivemos o executivo deve partilhar o poder local. Nomear Cidadãos independentes, de outras forças políticas e sociais, tecnocratas, universitários, etc., etc. É uma estratégia apaziguadora. O Foco Central dos Problemas em Angola é ou estão nas Municipalidades, (Municípios, comunas, bairros, avenidas, ruas, estradas), a resolução destas temáticas todas passam pela implementação, aprovação, execução da lei autárquica. Não tenhamos outras causas, porque não é assertivo. Sem esta política não iremos lá chegar, no lugar ambicionado por todos nós Angolanos. Melhor vida para todos.

5.2 Gestão das cidades debatida em fórum

Jornal Economia e Finanças

01 De Agosto de 2014

Texto: Adérito Veloso

A cidade de Luanda vai acolher de 6 a 7 de Agosto a II edição do Fórum Nacional dos Municípios e Cidades de Angola (FMCA 2014), a decorrer sob o tema central "Gestão sustentável de cidades e municípios: desafios e perspectivas".

Durante dois dias, governadores provinciais, administradores municipais e especialistas em várias matérias atinentes à gestão sustentável de cidades e municípios vão abordar temas ligados a "criar um

espaço permanente de diálogo e debate com os órgãos da administração local do Estado", "Promover o intercâmbio entre os municípios e cidades de Angola", "Realçar as boas práticas nacionais e internacionais existentes ao nível da administração local" e "Promover um espaço para avaliação regular da implementação das diferentes medidas tomadas no âmbito da reforma da administração local".

O evento é uma iniciativa do Ministério da Administração do Território (MAT) e enquadra-se no dia africano da descentralização e do desenvolvimento local, a assinalar-se a 10 de Agosto. Esta data foi institucionalizada pela União Africana e serve de oportunidade para uma reflexão sobre as alterações positivas que ocorrem nos países africanos como resultado da implementação de processos de descentralização e de desenvolvimento local.

Evento

Segundo um documento do MAT, Angola celebra o 10 de Agosto, vincando o seu compromisso com desconcentração e descentralização administrativa, espírito no qual se enquadra a realização do Fórum Nacional de Municípios e Cidades de Angola.

A fonte recorda que a edição inaugural decorreu no ano passado, em simultâneo com a primeira feira dos municípios e cidades de Angola. Para 2014, está agendado apenas o fórum, em conformidade com o despacho Presidencial nº 142/13, de 27 de Setembro que prevê, para a feira, uma periodicidade bienal e, para o fórum, anual.

Durante o certame, os especialistas internacionais, em matéria de urbanismo e ordenamento do território, deverão apresentar, as suas experiências, conferindo a devida dimensão internacional ao Fórum Nacional dos Municípios e Cidades de Angola, "que se assume como um palco privilegiado para a troca de perspectivas entre governantes, académicos, representantes de associações técnico-profissionais e os cidadãos, de uma maneira geral".

Estratégia

Dados indicam que o Executivo angolano aprovou um plano estratégico de desconcentração e descentralização administrativa para institucionalizar um poder local autónomo e autárquico adequado às especificidades histórico-culturais do país.

No quadro de um programa global e faseado de reforma da administração do Estado, este plano priorizou um conjunto de acções sobretudo em matéria da gestão municipal.

O planeamento urbano e rural, o ordenamento do território e gestão dos solos, o licenciamento e construção de obras, a programação e gestão de investimentos públicos e as cobranças e retenção de determinados impostos e taxas figuram entre as acções.

Etapas

A fonte do Executivo destaca que no momento da institucionalização das autarquias locais, elas ficarão sujeitas ao processo de transferência dos órgãos locais do Estado para o futuro poder local autónomo e autárquico.

Destacou a necessidade de serem criadas as condições administrativas e organizativas para a implementação da Lei do ordenamento do território e urbanismo, da Lei de Terras e de todos os seus regulamentos.

Além desses documentos, salienta, será fundamental cuidar da desconcentração fiscal e financeira, permitindo às administrações ultrapassarem as dificuldades que enfrentam.

Com efeito, sugere-se uma percentagem das receitas fiscais de cada província, provenientes dos impostos directos e indirectos, bem como das multas e outras receitas de cobrança local seja alocada às mesmas regiões, municípios e respectivas comunas.

Boas práticas

A cidade do Luau, na província do Moxico, apresenta altos níveis de organização, o que satisfaz o director nacional da administração local do Estado, Belisário Santos. Para ele, estas boas práticas de saneamento devem ser seguidas por outras administrações municipais, com vista ao desenvolvimento sustentável.

"A vila do Luau é uma cidade muito bem organizada, em questões do saneamento e no tratamento dos resíduos sólidos. Esta é uma boa experiência que pode ser partilhada com o resto dos municípios do país", sublinhou.

Participação dos cidadãos Visando uma gestão sustentável de cidades e municípios, Belisário Santos referiu que existem experiências internacionais que mostram que há cada vez mais de se ter em conta planos urbanísticos participativos e inclusivos, para que os cidadãos assumam as suas responsabilidades no planeamento e gestão das suas cidades e municípios.

"Esta medida vai também contribuir na manutenção e preservação das vilas, dando responsabilidades aos cidadãos, neste aspecto estamos a associar a educação cívica", referiu.

Um dos aspectos a se ter em conta na governação é a formação técnico-profissional dos gestores, para melhor servir as populações. Segundo disse, muitos dos Governos apegam-se dos resultados de estudos das universidades para melhorar a sua prestação.

"Em Angola temos o Instituto de Formação da Administração Local (IFAL), que ainda assim não é capaz de dar toda a formação técnica para servir todos os municípios, mas é uma iniciativa que estamos a tentar desenvolver, para que paralelamente ao processo de reforma de governação haja também um investimento no capital humano e que estejamos em altura de desencadear novas funções nos órgãos locais", precisou.

5.3 Gestão participativa

Jornal Economia e Finanças
01 De Agosto de 2014

Gestão sustentável de cidades e municípios: desafios e perspectivas é o grande tema escolhido pelo Ministério da Administração do Território (MAT), para a realização da II edição do Fórum Nacional dos Municípios e Cidades de Angola, que a província de Luanda acolhe no dias 6 e 7 de Agosto. O evento que reúne governadores, administradores municipais e especialistas em várias matérias atinentes à gestão sustentável de cidades e municípios, será um veículo de conhecimento e trocas de experiência.

A questão principal a ser debatida neste evento será a gestão em linhas gerais, a gestão está interligada à administração que, segundo um estudioso "é a ciência social que estuda e sistematiza as práticas usadas para administrar". Administração é a arte de aplicar as leis sem lesar Os interesses. As funções do administrador visam planear, organizar, comandar, coordenar e controlar.

Estes créditos, todas mostram OÁ caminhos que devem ser seguidos pelos gestores ou administradores. A actividade administrativa é muito importante para a vida dos cidadãos.

As políticas de administração de uma determinada cidade ou vila devem abarcar o interesse comum. Pensando nesta divisa, o executivo angolano, através dos governos provinciais e administrações municipais têm desenvolvido políticas e programas que visam a melhoria da vida dos cidadãos. As estratégias são várias e abarcam a especificidade de cada região, tendo sempre como missão promoção do desenvolvimento sustentável.

Os debates do II Fórum Nacional dos Municípios e Cidades de Angola visam criar um espaço permanente

de diálogo e debate com os órgãos da administração local do Estado; promover o intercâmbio entre OÁ municípios e cidades de Angola; realçar as boas práticas nacionais e internacionais existentes a nível da administração local; promover um espaço para avaliação regular da implementação das diferentes medidas tomadas no âmbito da reforma da administração local.

Dada a participação de especialistas internacionais, em matéria de urbanismo e ordenamento do território, isso confere ao fórum a dimensão internacional.

Este fórum integra-se nas jornadas comemorativas em alusão ao 10 de Agosto, data institucionalizada pela União Africana, que serve de oportunidade para uma reflexão sobre as alterações positivas que ocorrem nos países africanos como resultado da implementação de processos de descentralização e de desenvolvimento local.

A República de Angola celebra a data, vincando o seu compromisso com a desconcentração e descentralização administrativa. O executivo angolano aprovou um plano estratégico de desconcentração e descentralização administrativa para institucionalizar um poder local autónomo e autárquico adequado às especificidades histórico-culturais do país. Estas medidas visam a participação directa dos cidadãos, na gestão das suas cidades, vilas e municípios. Isso é uma gestão participativa, que deve ter como objectivo principal uma "vida melhor" para as populações angolanas.

5.4 Número de sobas inflacionado

Novo Jornal

01 De Agosto de 2014

A REPÚBLICA DE ANGOLA conta, actualmente, com 40.332 autoridades tradicionais. Um diagnóstico feito recentemente pelo Ministério da Administração do Território revela que "este número está inflacionado por não haver critérios definidos para se estabelecer o perfil do verdadeiro soba".

A província do Uíge possui 7.359 sobas, cifra superior aos efectivos da Polícia Nacional naquela região do norte do país.

"Actualmente, todo o mundo quer ser soba ou século, bastando para tal formar uma pequena comunidade na localidade onde reside e auto denominar-se autoridade tradicional", observou, recentemente um responsável do referido ministério.

Para disciplinar a situação, a fonte defendeu que é necessário definir critérios e perfis para que o país

tenha apenas autoridades tradicionais reais. Aquele responsável anunciou que o m Encontro Nacional sobre as Autoridades Tradicionais vai ter lugar entre Setembro e Outubro deste ano.

"O fórum nacional será antecedido de encontros municipais e provinciais para a escolha dos delegados", acrescentou, salientando que o evento vai debater o papel das autoridades tradicionais, na perspectiva de se definirem critérios de sucessão e tipo de indumentária que vai passar a identificar a origem dos sobas e seculos.

O Encontro Nacional sobre as Autoridades Tradicionais vai trazer benefícios para o país, na medida em que vai encontrar soluções para os problemas que este sector da sociedade atravessa.

Durante o n encontro das autoridades tradicionais, ocorrido em 2008, foi defendida a necessidade de o país clarificar o papel das autoridades tradicionais, como órgãos representativos das comunidades e entidades culturais.

A preocupação do Governo é esclarecer o relacionamento entre a administração local do Estado, às futuras autarquias e o poder tradicional tendo em conta a natureza republicana e unitária do Estado angolano.

Participaram no encontro mais de 350 pessoas, entre elas 172 autoridades tradicionais. Além das questões institucionais, foram também discutidos os principais problemas que afectam as comunidades rurais, tais como a agricultura e o défice de infra-estruturas, água potável energia, saúde e educação. D.F.

5.5 Queremos uma gestão das cidades participativa

Jornal Economia e Finanças

01 De Agosto de 2014

Texto: Adérito Veloso

Segundo o director nacional da Administração local do Estado, Belisário Santos, um dos principais desafios das administrações municipais prende-se com a gestão participativa, onde o cidadão deve ser o principal actor. Belisário Santos sublinhou que os planos directores e urbanísticos das cidades devem ter em conta aspectos ligados a expansão demográfica, para se evitar constrangimentos no futuro. Como exemplo, o responsável destacou a cidade do Luau (Moxico), que apresenta bons indicadores de organização no tratamento de resíduos sólidos. Neste contexto, Belisário Santos salienta que durante a II edição do Fórum Nacional dos Municípios e Cidades de Angola

serão afloradas várias questões, além de parti-lha de experiências nacionais e Internacionais, medida que visa contribuir para a melhoria da vida dos cidadãos.

Qual é o principal objectivo da II edição do Fórum Nacional dos Municípios e Cidades de Angola, a ser realizado?

A nossa visão é de criar um espaço permanente de diálogo com os órgãos locais e cidadãos, sobre

os vários aspectos que encerram o processo de prestação de serviços pelos municípios e pelas cidades. Este ano, a discussão estará a voltada para a gestão sustentável das cidades e municípios. A sustentabilidade é exactamente uma ligação directa entre a qualidade de vida dos cidadãos e o tipo de serviços que é prestado. Se olharmos pelo sistema de mobilidade e trânsito em Luanda, tem directamente a ver com a qualidade de vida dos cidadãos, então desta vez, a nossa reflexão vai inserir-se na troca de experiência, sobretudo de dentro do país, mas também de fora, para vermos que aspectos que podem ser adaptáveis à nossa realidade. Um outro objectivo deste fórum é também permitir que haja maior intercâmbio entre as cidades e os municípios de Angola. Queremos criar um espaço permanente de diálogo e debate com os órgãos da administração local do Estado, nacionais existentes ao nível da administração local, promover um espaço para avaliação regular da implementação das diferentes medidas tomadas no âmbito da reforma da administração. Com estes aspectos todos salvaguardados, queremos cada vez mais uma gestão sustentável das cidades e municípios de Angola.

Que experiências boas temos dentro do país?

Por exemplo, a vila do Luau, na província do Moxico, é uma cidade muito bem organizada, em questões do saneamento e no tratamento dos resíduos sólidos. Esta é uma boa experiência que pode ser partilhada com o resto dos municípios do país. A introdução de urinóis públicos na cidade de Luanda, já é uma iniciativa a encorajar, porque estamos a ver que as cidades estão cada vez mais urbanas e às vezes este êxodo para as cidades pode contribuir para a criação de mais serviços, o que obriga aos Governos a encontrarem soluções apropriadas de como prestar um serviço eficaz aos cidadãos. A nossa tônica é de que cada vez mais as cidades e os municípios desenvolvam planos directores e urbanos, e que também prevejam demandas futuras. Ali está o aspecto da sustentabilidade, porque se conseguirmos prever de que daqui a 20 anos, Luanda terá mais "x" habitantes, já é possível prever e isso facilita a gestão urbana da cidade.

Há a necessidade da comparticipação dos cidadãos?

Existem experiências internacionais que mostram que há cada vez mais que se ter em conta planos urbanísticos participativos e inclusivos, para que os cidadãos assumam as suas responsabilidades no planeamento e gestão das suas cidades e municípios. Esta medida vai também contribuir na manutenção e preservação das vilas, dando responsabilidades aos cidadãos, neste aspecto estamos a associar a educação cívica.

Além dos responsáveis municipais, quem são os outros convidados para este certame?

Vão participar todos os 161 municípios de Angola, as cidades que já estão a ensaiar os modelos de gestão urbana, numa perspectiva das futuras autarquias.

Quais são estas cidades?

A cidade de Luanda, Kilamba, Cacucaco e Talatona temos uma série de cidades que vão poder participar, para mostrarem um pouco das suas experiências de gestão da vida pública. Paralelamente a isto, teremos as experiências internacionais, como por exemplo da cidade de Curitiba, no Brasil, que é uma experiência mundialmente bem sucedida. É um caso de sucesso, onde a componente humana em termos de participação na manutenção da cidade é muito presente. Quer dizer que, uma pessoa pode chegar numa cidade e logo perceber dos elevados índices de gestão urbana. A cidade dá-nos um cartão de visita, porque existe segurança, mobilidade e saneamento básico. As pessoas sentem-se que está numa cidade onde todos os serviços estão em sincronia. Este é um dos desafios que as administrações municipais têm de enfrentar e acolher, como um bom modelo de gestão. Temos de ter a cidade como nossa casa. Dos vários exemplos dos cidadãos residentes em Curitiba, temos a deposição do lixo no lugar e à hora certa. Isso é uma gestão sustentável da cidade.

Está a falar da educação cívica?

As pessoas têm uma educação ambiental muito forte. Desta maneira vem a cidade como sua casa e são participes na manutenção do património público. O Governo cria os mecanismos de gestão da cidade, mas os cidadãos participam activamente.

Será preciso apostar na formação técnico-profissional para uma boa gestão das cidades ou municípios?

O modelo de gestão urbana adoptada por todo o mundo tende a ser um modelo público-privado. Ou seja, estabelece-se as parcerias público-privadas para a prestação de serviços em tempo real aos cidadãos. Isto implica que o investimento no capital humano seja

muito importante, por isso é que em alguns países o casamento das universidades e os órgãos locais é muito importante, porque são as universidades que vão nos ajudar a fazer estudos que dão indicações de quais são os modelos mais eficazes de gestão de cidades e municípios.

É necessário que a academia participe um pouco mais na gestão das cidades, o que vai ajudar a promover o chamado desenvolvimento sustentável.

Neste particular as universidades também jogam um papel preponderante?

Actualmente, as universidades estão em melhores condições para fazer estudos e aconselhar os governos locais nas medidas a serem adoptadas para se ultrapassar determinadas dificuldades. Muitos dos Governos apegam-se dos resultados de estudos das universidades para melhorar a sua prestação. Em Angola, temos o Instituto de Formação da Administração Local (IFAL), que ainda assim não é capaz de dar toda a formação técnica para servir, todos os municípios, mas é uma iniciativa que estamos a tentar desenvolver, para que paralelamente ao processo de reforma de governação haja também um investimento no capital humano e que estejamos em altura de desencadear novas funções nos órgãos locais.

Está também em voga a utilização das tecnologias de informação e comunicação. Angola está atenta a estes novos desafios?

As tecnologias de informação e comunicação são actualmente um aspecto a se ter em conta na gestão urbana. Hoje já se fala muito da gestão urbana inteligente, no sentido de que vamos usar o máximo possível das tecnologias de informação para melhor gerir as nossas cidades. É possível montar centros integrados de controlo de tráfego rodoviário de uma cidade a partir de sensores que são instalados nos vários itinerários da cidade. Este tipo de tecnologia muito mais sofisticado deve ser utilizado e aplicado, mais uma vez, os recursos humanos são imperiosos. Estamos atentos a este tipo de inovações e desafios, por isso é que uma vez por ano debatemos as experiências internas e externas, para também adoptarmos nas nossas cidades e municípios.

A gestão participativa depende também do processo de descentralização e desconcentração administrativa. Como é que está este processo?

É um processo que está em curso e tem várias dinâmicas, começando pela produção do pacote legislativo. É necessário que haja legislação específica que garanta a gestão pelos órgãos locais com mais segurança, ou seja, que vai evitar que não haja

sobreposições ou fricções entre os vários actores. Há o aspecto da necessidade de investimento no capital humano, precisamos de desenvolver as capacidades locais para poderem prestar serviços de uma maneira diferente, porque este processo implica transferir conhecimento e recursos para os níveis mais abaixo. São precisos recursos suficientes, sobretudo financeiros para que os órgãos locais cumpram com as suas tarefas e responsabilidades.

Não existe um horizonte para o início deste processo?

Na situação actual já têm sido feitos alguns processos de desconcentração. Temos como exemplo a municipalização dos serviços de saúde. A visão deste processo é de cada vez mais aproximar os serviços aos cidadãos, e hoje verifica-se que a partir de transferências directas de recursos do Governo central para as administrações municipais gerirem de forma pró-activa as necessidades locais tem sido eficaz. Podem existir algumas dificuldades do ponto de vista de monitorização da alocção efectiva destes recursos, mas o certo é que as administrações municipais não têm muito tempo de espera para que os recursos lhes cheguem e que possam resolver os problemas locais.

Então está-se mais no processo de desconcentração?

Estamos mais num nível de desconcentração. A descentralização administrativa, acho que vai acontecer quando as eleições locais forem convocadas, onde os órgãos locais terão que ser eleitos. Ao nível do Ministério da Administração do Território estamos a fazer diagnósticos aprofundados ao nível nacional, a fim de aferirmos qual é a capacidade actual dos municípios que estarão em condições a curto e longo prazo para se efectivar este processo de descentralização administrativa. A história sociopolítica de cada país é muito determinante para o tipo de processo de descentralização.

Uma boa gestão das cidades e municípios passa por um adequado processo de urbanismo e ordenamento do território. Que políticas existem para se combater o surgimento dos vários musseques e que por vezes não cumprem com os requisitos aceites internacionalmente?

Tem sido aconselhado os municípios da necessidade de haver os planos de desenvolvimento urbanos, que também são os planos directores. Temos por exemplo, o plano de desenvolvimento da província de Luanda, que já está a levantar aspectos ligados a expansão ou a tendência do crescimento da cidade. Isso obriga a que o Governo da Província de Luanda tenha programas que antevêm esta demanda de expansão que se prevê. É necessário que estes planos de desenvolvimento urbano sejam vistos como um processo inclusivo, para

permitir a construção de uma identidade própria, para ajudar a preservação do património público. As províncias, municípios e cidades desenvolvem planos urbanos prevendo as zonas de maior tendência de crescimento populacional. Actualmente, já há processos de requalificação que não obrigam as pessoas saírem do local. Temos de encontrar mecanismos de concertação com os cidadãos em relação aos processos de expansão urbana. Na cidade de Curitiba no Brasil são implementados planos de desenvolvimento urbanos para daqui a 20 ou 30 anos. Então, temos de ter uma boa planificação e previsibilidade do crescimento das cidades, para que não haja constrangimentos no futuro. Temos de adoptar estas práticas. Essa é uma visão estratégica a ser adoptada.

Além de Curitiba, quais são as outras presenças internacionais neste evento?

Teremos experiências da cidade de Washington, que tem também uma boa gestão urbana, que apesar de estar num país muito desenvolvido vale a pena partilhar. Também temos a Itália, bem como algumas cidades africanas e da lusofonia. Precisamos de concertar e partilhar experiências boas para que as nossas cidades se transformem em mais acolhedoras.

5.6 Gestão sustentável de cidades e municípios

Jornal Acapital

02 De Agosto de 2014

Texto: Mirene da Cruz

Como gerir as cidades e os municípios? Trata-se de uma questão premente quando se analisa o nível de organização nas cidades angolanas ao redor da qual estarão reunidos especialistas nacionais e estrangeiros convidados para, nos próximos dias 6 e 7 de Agosto, participarem da segunda edição do Fórum dos Municípios e Cidades de Angola (FMCA). O evento, uma organização do Ministério

da Administração do Território (MAT), procura colher experiências de especialistas em vários sectores confluentes na gestão das cidades e dos municípios.

"Estamos preocupados com a qualidade de vida dos cidadãos", disse, em declarações para o semanário A Capital, Belisário Santos, Director Nacional para a Administração Local, afecto ao Ministério da Administração do Território. A qualidade de vida, acrescentou, "está directamente ligada à prestação de serviços que é feita pelos órgãos locais", referiu.

Realizado pela primeira vez em Angola em 2013, em formato de conjugação de uma Feira com um Fórum dos Municípios e Cidades de Angola, o evento deste ano vai decorrer em Luanda sob o lema "Gestão Sustentável de Cidades e Municípios: desafios e perspectivas".

O Fórum será composto de seis painéis, reunindo palestras que abordarão questões atinentes à vida em comunidade, como sejam a organização e ordenamento do território, a circulação automóvel, a gestão de resíduos sólidos e o saneamento básico.

Especialistas internacionais, um brasileiro e um cabo-verdiano, far-se-ão presentes na actividade, devendo apresentar as experiências dos respectivos países na temática em abordagem, sendo ainda inspirada pelo lema "Cidades e Municípios Sustentáveis, Vida Melhor".

Explicando as razões pelas quais se optou por essa temática, Belisário Santos referiu haver, ao nível dos governos, uma preocupação para que haja uma gestão eficaz das cidades, não se preocupando apenas com o momento actual, mas prevendo, também, a comodidade para as gerações futuras. No caso particular de Angola, essa preocupação faz-se igualmente sentir, na medida em que se

buscam soluções para os problemas que actualmente as cidades e os municípios enfrentam, muitos deles decorrentes da falta de uma planificação. Belisário citou, como exemplo, a problemática da

circulação automóvel que beira o caos em muitas cidades. É um assunto que deverá ser esmiuçado ao longo das preleções do Fórum, estando enquadrado no painel número 5, relativo à "mobilidade urbana e à fluidez do trânsito automóvel". Para esta temática em particular, foram convidados prelectores nacionais com experiência de trabalho no sector, como são os casos do arquitecto Manuel Pimentel, Director do Instituto Nacional do Ordenamento do Território, e de Noélia Costa, Directora Nacional dos Transportes Terrestres.

Tais especialistas, tal como os demais, deverão apresentarem as estratégias em desenvolvimento para a mudança do quadro, muitas delas já em implementação no âmbito dos chamados planos de desenvolvimento urbano, cujo objectivo é, justamente, prever a futura demanda de serviços pelos cidadãos. "E quando há previsibilidade de demanda, a gestão pode ser, sim, sustentável", considerou Belisário dos Santos.

No Fórum haverá, também, um painel dedicado ao planeamento territorial, como uma ferramenta

fundamental para o controlo da expansão das cidades. Ou seja, com um planeamento eficaz, segundo o especialista, pode-se facilmente prever as tendências de crescimento das cidades, facilitando aos gestores públicos a instalação de serviços ali onde "a cidade tende a crescer". Daí advém o uso constante do "conceito cidades inteligentes", em que se colocam as novas tecnologias ao serviço da gestão das cidades.

" A dinâmica do surgimento de novas áreas habitacionais, a exemplos das centralidades que nascem um pouco pelo país, estará, também, em abordagem. O desafio, segundo explicou Belisário, "é abordar a criação de centralidades e centros urbanos na mesma proporção em que se criam serviços para o cidadão que for para aí residir".

No fundo, acrescentou, a ideia da realização do Fórum é levar todas essas questões a debate, consolidando a partilha de experiências enquanto se busca por modelos que podem ser adaptados à realidade angolana.

Longe da ideia de que deve ser o Governo a resolver todos os problemas, está a procurar-se a garantia de que cada cidadão deve participar mais activamente na busca de soluções. Ao nível nacional, as melhores experiências serão, também, apresentadas no decurso do evento, havendo um painel a isso dedicado, Aqui, deverão ser apresentados os casos dos municípios de Saurimo, do Luau e da Catumbela como exemplos de boa organização da gestão administrativa. "Ou porque têm sistema eficaz da gestão da recolha de lixo, ou porque têm a toponímia devidamente organizada", acrescentou o responsável, salientando que toda a experiência "é, de facto, bem vinda".

Sobre o Fórum

A realização do Fórum dos Municípios e Cidades de Angola enquadra-se nas jornadas comemorativas alusivas ao 10 de Agosto, uma data institucionalizada pela União Africana é que serve de oportunidade para uma reflexão sobre as alterações positivas que ocorrem nos países africanos como resultado da implementação de processos de descentralização e de desenvolvimento local.

O evento, a decorrer no Centro de Convenções de Talatona, em Luanda, é uma evidência do compromisso das autoridades angolanas para com a desconcentração e descentralização administrativa, na mesma perspectiva de 2013, ano em que o MAT realizou simultaneamente a feira e o fórum.

Ao abrigo da Segunda Edição do Fórum Nacional dos Municípios e Cidades de Angola estarão reunidos Governadores Provinciais, Administradores

Municipais e especialistas em várias matérias atinentes à gestão sustentável de Cidades e Municípios ao redor do qual deverão gravitar as dissertações ao longo do evento.

Especialistas internacionais, em matéria de Urbanismo e Ordenamento do Território, deverão apresentar, por outro lado, as suas experiências, conferindo a devida dimensão internacional ao Fórum Nacional dos Municípios e Cidades de Angola, que se assume como um palco privilegiado para a troca de perspectivas entre governantes, académicos, representantes de associações técnico-profissionais e os cidadãos, de uma maneira geral.

Todas as sessões do evento terão entrada livre, bastando apenas uma inscrição prévia, "estando os acessos limitados à capacidade da Sala de Conferências", tal como se lê numa nota de imprensa veiculada a propósito do evento.

5.7 Fórum discute práticas de gestão das cidades

Jornal de Angola

04 De Agosto de 2014

A segunda edição do Fórum dos Municípios e Cidades de Angola (Fórum MCA), que se realiza na quarta e quinta-feira, no Centro de Convenções de Talatona, integra-se nas comemorações do Dia Africano da Descentralização e do Desenvolvimento Local.

No encontro, organizado pelo Ministério da Administração do Território, que tem por lema

"Gestão Sustentável das Cidades e Municípios: Desafios e Perspectivas", participam governadores provinciais, administradores municipais e especialistas em gestão sustentável de cidades e municípios que debatem preocupações internacionais sobre descentralização e desenvolvimento local.

O objectivo do fórum é criar um espaço permanente de debate com os órgãos da administração local do Estado, promover o intercâmbio entre os municípios e cidades, realçar as boas práticas nacionais e internacionais da administração local e promover a avaliação regular da execução das medidas tomadas no âmbito da Reforma da Administração Local. "Planeamento Territorial e Urbano e Políticas de Gestão Fundiária", "Requalificação Urbana e Fomento Habitacional", "Saneamento Básico e Gestão de Resíduos Sólidos" e "Gestão Sustentável de Cidades e Municípios: Experiência Internacional" são temas a debater. A edição anterior do Fórum dos Municípios e Cidades de Angola realizou-se no ano

passado em simultâneo com a primeira Feira dos Municípios e Cidades de Angola. Este ano realiza-se apenas o fórum e no próximo ano a feira. O Dia Africano da Descentralização e do Desenvolvimento Local, 10 de Agosto, instituído União Africana, destina-se à reflexão sobre as alterações positivas registadas nos países do continente devido à execução de processos de descentralização e de desenvolvimento local.

5.8 Debate. Centros urbanos à “caça” de uma melhor qualidade de vida

Jornal Agora

08 De Agosto de 2014

Texto: Julio Gomes

Importantes dissertações estiveram à mesa no 11 Fórum Nacional dos Municípios e Cidades de Angola. Especialistas nacionais e estrangeiros em matéria de urbanismo estiveram lado a lado para uma abordagem à volta dos problemas que afectam a qualidade de vida da população nos centros urbanos do país e não só...

No fórum, foram discutidas questões de grande interesse que têm que ver com o planeamento territorial e urbano, bem como políticas de gestão fundiária, ou ainda, a requalificação e o fomento habitacional, saneamento básico e gestão de recursos sólidos.

A problemática da mobilidade urbana e fluidez do tráfego automóvel, bem como a experiência da cidade brasileira de Curitiba prenderam a atenção dos participantes ao evento, no qual estiveram presentes, além de especialistas, os governadores provinciais.

Aliás, o ministro da Administração do Território (MAT), Bornito de Sousa, realçou a importância do evento que pretende ser um "espaço permanente de debates de concertação e diálogo entre os órgãos centrais, locais e cidadãos, incluindo o sector privado".

O governante referiu-se, também, à apresentação feita sobre a cidade de Curitiba como modelo de gestão urbana e ambiental.

"Não posso deixar de realçar a experiência da cidade de Curitiba, metrópole do Brasil, como modelo de gestão urbana e ambiental e o metropolitano (Bus Rapid Transit), uma espécie de metro sobre-rodas e de superfície que a cidade de Luanda pode implementar como possíveis soluções para a mobilidade urbana sustentável", sublinhou.

As autoridades estudam a possibilidade de adoptar um sistema de transportes colectivos rápidos, com autocarros e metro de superfície para a cidade de Luanda, como revelou o ministro Bornito de Sousa. Na verdade, a capital do país, muito congestionada, precisa de soluções urgentes para desanuviar o caótico trânsito automóvel.

Já o arquitecto urbanista António Henriques 'Dinguanza' havia alertado, em declarações ao Agora, que "Luanda é uma cidade que não suporta mais". Outra das sugestões então por ele avançada passava pelo abandono deste casco urbano, indo para a construção de uma nova cidade com espaços mais arejados a Sul ou a Norte.

Em contra partida, não obstante a construção de novas centralidades aqui e acolá e de condomínios, a velha e apertada cidade continua a receber novos edifícios, pressionando as infra-estruturas existentes concebidas para um universo de pouco mais de 500 mil habitantes.

No II Fórum de Municípios e Cidades de Angola (FMCA), realizado numa altura em que será celebrado, no próximo dia 10 de Agosto, o 'Dia Africano da Descentralização e do Desenvolvimento local', decretado pela União Africana, para chamar atenção dos Estados, das organizações da sociedade civil e de entidades privadas para a importância da aproximação da governação e da prestação de serviços públicos aos cidadãos, foram avançadas hipóteses que podem ser aplicadas no domínio da melhoria e do crescimento das cidades do nosso país.

O exemplo de Curitiba foi muito referenciado, havendo vozes que sugeriram a cópia deste modelo de desenvolvimento urbano, principalmente no domínio da mobilidade rodoviária.

"Penso que devemos experimentar e aplicar as boas práticas e modelos de gestão urbana mais saudáveis, porque é possível. Nota-se que estamos a avançar em certa medida no domínio imobiliário, mas temos o problema das ruas muito estreitas que nem sequer permitem o cruzamento de viaturas. Nas centralidades, havendo uma emergência em que os moradores por qualquer calamidade devem ser evacuados, é um caso sério", disse ao Agora o arquitecto Cristiano, sugerindo que, no domínio da mobilidade urbana, o caso de Curitiba é o mais apropriado e que devia ser aplicado na concepção e construção das novas centralidades existentes não só em Luanda, mas também um pouco pelas 18 províncias do país.

O AVANÇO BRASILEIRO. No IV painel 'Gestão sustentável de cidades e municípios: experiência

internacional', um dos oradores foi o convidado brasileiro Eliel Rosa. O especialista abordou sobre a questão da cooperação descentralizada e da sociologia urbana. Aqui, rebatendo o caso de Curitiba, Eliel indicou, em substância, que esse é apenas um modelo cuja aplicação não deve ser linear por causa das especificidades de cada região e país.

'Cidade Sorriso', 'Cidade Modelo', 'Cidade Ecológica do Brasil', 'Capital das Araucárias' são os atributos da cidade brasileira que alberga pouco mais de 1 milhão e 848 mil e 946 habitantes, sendo a oitava mais populosa do país. Fundada em 1693, ao longo dos últimos anos tem-se consolidado como a metrópole mais rica do Sul brasileiro e a quarta a nível nacional.

Desde 1853, esta cidade, conhecida pelas suas ruas largas, manteve um ritmo de crescimento urbano fortalecido pela chegada de uma grande quantidade de imigrantes europeus ao longo do século XIX, a maioria alemães, polacos, ucranianos e italianos que contribuíram para a diversidade cultural que permanece até hoje.

CRESCIMENTO DESCONTROLADO. A metrópole experimentou diversos planos urbanísticos e legislações que visavam conter o seu crescimento descontrolado e que a levaram a ficar famosa internacionalmente pelas suas inovações urbanísticas e o cuidado com o meio ambiente. A maior delas foi no transporte público, cujo sistema inspirou o Trans Milénio sistema de transporte de Bogotá, na Colômbia.

Mas, trazer para aqui o exemplo de uma experiência centenária colhe? Eliel Rosa deixou escapar que esta não é a solução, havendo a necessidade de um estudo para a aplicação de modelos que se adequam a cada caso.

O NOSSO METRO. Depois da entrada em cena na costa luandense dos chamados barcos 'Catamarã', pensava-se que, com a utilização destes 'vasos de ferro', poderia desanuviar o trânsito automóvel nas estradas da capital. Puro engano! Na maior urbe do país, a circulação continua a ser quase impossível.

Considerando que o transporte exerce uma grande influência sobre a sociedade, principalmente no que toca à produção, já se pode aferir que o congestionamento permanente das ruas da metrópole provoca sérios transtornos à actividade laboral, quer do sector público, quer do privado.

Um estudo recente revela que a grande mudança da urbanização que vem ocorrendo no mundo mostra tão somente que não só maior número de pessoas poderá viver e trabalhar nas grandes cidades, mas também o

cidadão precisará de percorrer por longas distâncias para satisfazer as suas necessidades económicas, sociais e culturais no espaço urbano.

Contudo, refere a mesma análise, crescimento das pessoas a recorrer ao carro particular é cada vez mais evidente. Isso, indica a fonte, ocasiona obstáculos como o congestionamento de estradas, o que diminui a produção e a produtividade das empresas. É exactamente isso o que se pode verificar na nossa Luanda, com estradas invariavelmente atoladas.

Como dissemos no princípio, as autoridades estudam a hipótese dá entrada em funcionamento do metro de superfície como uma das medidas para garantir a mobilidade urbana sustentável. Mas da intenção à realidade, vai ainda uma longa distância.

A inclusão do metro de superfície está inscrita no Plano Nacional de Desenvolvimento 2012/2017. Até lá, pensa-se também em estender a rede de táxis a todo o país, estimulando os programas de apoio ao emprego e à mobilidade, consolidar o sistema de controlo de tráfego de passageiros, criar um sistema de transporte de massas eficiente rápido e isolado.

Enquanto não chega o metro, o luandense ainda vai conviver com a desordem sobre-rodas existente aqui onde as estradas estão invariavelmente esburacadas, os taxistas a darem as suas perigosas 'mbaias' para contornar os eternos congestionamentos e uma insuficiente frota de autocarros capaz de suportar a crescente demanda da população.

OUTRAS QUESTÕES. O Fórum de Municípios e Cidades de Angola abordou, igualmente, a questão da reconversão urbana e fomento habitacional da província de Luanda, em que se ressaltaram os casos do Cazenga, Rangel e Sambizanga. Coube ao director-geral do Gabinete de Requalificação Urbana do Cazenga, Rangel e Sambizanga, Bento Soito, a apresentação do tema moderado pelo arquitecto Correia Caetano.

Bento Soito, secundado pelo consultor do Ministério da Construção e Urbanismo, João Bessa Quintino, que falou da gestão fundiária e da dinâmica do surgimento de novas áreas habitacionais, declarou que, de um modo geral, o projecto de requalificação está no bom caminho.

A primeira fase relativa à construção das infra-estruturas está adiantada, estando relativamente atrasada a construção dos edificios habitacionais e dos equipamentos sociais redes técnicas de abastecimento de água, energia eléctrica, arruamentos com passeios e vias asfaltadas, telecomunicações, drenagem de águas pluviais e residuais.

"No Cazenga, as infra-estruturas estão construídas a 50 por cento; os edifícios já começaram a ser erguidos, havendo ligeiro atraso nas infra-estruturas dos edifícios praticamente concluídos, mas, em termos de infra-estruturas, ainda nos falta cerca de metade da área, que são 60 hectares, e também falta completar o resto dos edifícios que estão previstos no município", disse Bento Soito.

Em termos práticos, há um equilíbrio entre as obras. No Sambizanga, as demais previstas, como no Roque Santeiro, são obras que o Gabinete Técnico ainda não acompanha, porque são da responsabilidade única do Ministério da Construção. Trata-se da empreitada da estrada da Boavista ao Senado da Câmara e à continuidade da Ndunduma e da Lueji Ankonda, até à rotunda da Boavista.

As obras no espaço onde estava mercado Roque Santeiro e a do tratamento da encosta da Boavista estão sob responsabilidade do Ministério do Urbanismo e Construção.

O Gabinete apenas intervém nos espaços que estão realmente sob a sua responsabilidade. De todas as formas, com a requalificação em curso, o Cazenga começa a ganhar uma nova imagem. Espera-se que a podridão, o congestionamento das valas de escoamento das águas das chuvas e o lixo venham definitivamente fazer parte ao passado do município.

VEM AÍ A FEIRA DE MUNICÍPIOS E CIDADES. Com a realização do II Fórum de Municípios e Cidades de Angola, está lançado o apito para se iniciar a preparação do Fórum e da Feira de Municípios e Cidades de Angola de 2015 que terão a particularidade de se enquadrar nas celebrações dos 40 anos da Independência do país, como revelou o líder do MAT, Bornito de Sousa.

Este ano, o certame está inserido também nas jornadas comemorativas do dia 10 de Agosto, estabelecida pela União Africana (UA) e que acaba por ser um momento de reflexão sobre as alterações positivas que ocorrem nos países do continente africano como resultado da implementação de processos de descentralização e de desenvolvimento local.

Angola celebra a data institucionalizada pela UA sob o signo do compromisso do país com a desconcentração e descentralização administrativa, visando a consolidação do poder autárquico.

A primeira edição da FMCA decorreu em 2013 em simultâneo com a primeira Feira de Municípios e Cidades de Angola. Este ano, o fórum não coincidiu com feira, na sequência do cumprimento do Despacho Presidencial n.º142/13 de 27 de Setembro que prevê,

para a Feira; uma periodicidade bienal e, para o Fórum, anual.

Para além de responsáveis do MAT ao mais alto nível e de governadores e especialistas nacionais e estrangeiros, no evento estiveram três administradores municipais, nomeadamente de Catumbela (Benguela), Alice Raposo; do Luau (Moxico), Juvenal Capula e de Saurimo (Lunda Sul), Gregório Miasso. Em representação da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, esteve Alcrecia Cavala.

Estes responsáveis intervieram no sexto e último painéis, levando-os a dissertar sobre a sua experiência no domínio da gestão das áreas sob sua jurisdição. A segunda edição do FMCA decorreu sob lema 'Gestão Sustentável das Cidades e Municípios: Desafios e Perspectivas.

5.9 Fórum Nacional dos Municípios e Cidades é espaço de diálogo

Novo Jornal

08 De Agosto de 2014

Texto: David Filipe

O FÓRUM NACIONAL dos Municípios e Cidades de Angola cria um espaço permanente de debates de concertação e diálogo entre os órgãos centrais, locais e cidadãos, incluindo do sector privado.

A afirmação é do ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa na abertura, quarta-feira, em Luanda, do Fórum Nacional dos Municípios e Cidades de Angola.

"O Fórum Nacional dos Municípios e Cidades de Angola é um instrumento sustentável para a melhoria das condições de vida das populações", acrescentou o ministro.

"Não posso deixar de realçar a apresentação da experiência da cidade de Curitiba, metrópole do Brasil, como modelo de gestão urbana e ambiental e o metropolitano (Bus Rápido Transít), uma espécie de metro sobre rodas e de superfície, que a cidade de Luanda pode implementar, como possíveis soluções para a mobilidade urbana sustentável", sublinhou.

Bornito de Sousa considerou o encontro como um repto para se iniciar a preparação do Fórum e da Feira dos Municípios e Cidades 2015, que terão a particularidade de estar inseridos nas comemorações dos 40 anos da independência nacional.

O Fórum debateu temas relacionados com os desafios do ordenamento do território e do desenvolvimento urbano, planeamento urbano e inclusão social, assim como a reconversão urbana da província de Luanda.

Destaque ainda para o debate de temas como a gestão fundiária e a dinâmica do surgimento de novas áreas habitacionais, perspectivas e desafios da gestão de resíduos sólidos em Angola, as incidências do programa «Água para todos» e o respectivo impacto sobre a população e a cobertura do saneamento básico.

Participaram no encontro governadores provinciais, vice-governadores, secretários de Estado, administradores municipais, entidades tradicionais, religiosas e representantes do sector privado.

5.10 Arrecadado mais de 50 milhões de manias

Jornal República
15 De Agosto de 2014

Em declarações hoje (sábado), à Angop, o responsável local das finanças, Lourenço Tomás, deu a conhecer que, em comparação aos seis meses anteriores, houve um aumento de aproximadamente 22 milhões de kwanzas arrecadados.

Mostrou-se, por isso, satisfeito com o montante, pois, segundo explicou, vai ser aplicado pelo governo em diversos projectos para benefício da população local.

Lourenço Tomás disse estar em curso, neste município, uma campanha de sensibilização da classe empresarial e outros agentes comerciais para desencorajamento da fuga ao fisco, cujos resultados terão reflexo no aumento das receitas a serem arrecadadas nos próximos meses.

Os 50 milhões e 727 mil resultam da cobrança de impostos de rendimento de trabalho e industrial das classes "A e B" e outros emolumentos que devem ser pagos ao Estado.

A repartição das Finanças do Bailundo, de acordo com o seu responsável, atende diariamente, em média 100 cidadãos que efectuam pagamentos para legalizarem as suas empresas e terrenos.

Além do Bailundo, a mesma atende cidadãos dos municípios vizinhos do Londuimbali e Mungo.

Todavia, Lourenço Tomás manifestou a necessidade de se aumentar o número de funcionários e reforçar a instituição com mais uma viatura.

A repartição das Finanças controla 2.700 contribuintes da classe "A" e institucionais, cujo acompanhamento é feito através do sistema tributário instalado na instituição.

5.11 Autarquia versus intolerância política

Jornal República
Texto: Zeferino Pacheco

O líder do galo negro Isaías Samakuva, numa digressão efectuada a província do Bié, fez transparecer a sua insatisfação quanto ao nível de arbitrariedade que tem vindo a macular o princípio da boa convivência que no seu entender, deve ser patenteado pelos partidos e não apenas. Uma vez que a constituição angolana determina a salvaguarda dos valores morais e cívicos na convivência entre todos os angolanos, deve haver um maior engajamento por parte dos partidos políticos, os chamados artífices do processo da democratização e pluralidade, plasmado na já citada lei fundamental, tendo como incidência acções que visem propulsionar um ambiente sadio de forma a reduzir o foco de discrepância que tem sido notório em vários estratos da sociedade.

Pois, a intransigência em nada tem vindo a beneficiar o processo de consolidação democrático angolano. O líder do maior partido da oposição, também se debruçou acerca da problemática das autarquias locais que até ao momento não tem uma data aprazada.

No seu prisma e necessário que as autarquias tenham lugar, mas, para que este intento se concretize será preciso que ocorram mudanças de mentalidade, sobretudo no seio da população, no sentido que faça uma escolha isenta de pressão, complexo, permitindo deste modo, que os princípios consagrados pela constituição angolana sejam Cumpridos escrupulosamente e cabalmente.

Numa outra vertente, Samakuva sustentou que a norma da boa convivência social e política deve ser assegurada pelas mais variadas estruturas da sociedade, dando sustentabilidade harmónica entre os seres em causa. É sabido que os angolanos, aguardam com bastante expectativa a indicação do dia que irão indigitar seus representantes legítimos no que concerne as eleições autárquicas. Visto que tem havido inquietação por parte de muitos cidadãos, no que diz respeito a gestão dos municípios, comunas, bairros, aldeias por parte dos gestores públicos e também alguma preocupação devido a falta de saneamento básico eficaz, os amontoados de lixo, a escassez de água, o velho problema da energia eléctrica e tantas outras situações que enfermam a sociedade angolana.

Todavia, não é normal que continuem sendo transgredidas as principais condições básicas, consagradas universalmente.

O processo da boa convivência pressupõe obviamente que haja um espírito de pacificação, no sentido que sejam apaziguados os ânimos que muitas vezes têm-se despoletado em acções negativistas, ganhando contornos psíquicos, ofuscando princípios que conferiam determinação e compenetração, assegurando deste modo os pilares que se desembocam pelos princípios da pluralidade de expressão, ideia, pensamento e de manifestação.

Sendo que um dos princípios salvaguardados pela democracia, consiste em viver na dissemelhança. A dicotomia que necessariamente deva ser consolidada entre o político e a população, sobretudo no eco dos factos e da concretização.

5.12 JURs prepara manifestações para forçar realização das autarquias

Jornal Manchete

15 De Agosto de 2014

Texto: Albino Sampaio

O secretário provincial de Luanda da organização juvenil do Partido de Renovação Social (PRS), Gaspar dos Santos Fernando, afirmou domingo último, nesta cidade, que será desencadeada uma onda de manifestações, nos próximos dias, caso o Ministério da Administração do Território não se pronunciar sobre a realização das eleições autárquicas, ainda sem data marcada.

Segundo o político, que discursava no encontro entre os membros da JURs, em alusão ao Dia Mundial da Juventude, que se assinalou nesta terça-feira, 11 de Agosto, a realização das eleições autárquicas no país, vai permitir o melhoramento do sistema político de boa governação em Angola.

Reforçou que o PRS, nos próximos dias, vai pressionar as autoridades angolanas a pronunciar-se sobre a data da realização das primeiras eleições autárquicas no país.

Adiante, apelou a juventude para a maior intervenção nas distintas esferas da vida política, social e económica do país, bem como financeira, no sentido de fazer uma maior e profunda reflexão sobre o futuro de Angola que, em seu entender, se encontra sob a alçada de um Governo autoritário e ditador.

Sublinhou ainda que o PRS está disposto a contribuir em todo o processo que visem profundas mudanças

políticas que se requer para Angola. Considerou que a conquista do poder político em Angola tem muito a ver com a mudança das mentalidades do cidadão.

Gaspar dos Santos Fernando disse ainda que a reviravolta no sistema político do país pode somente

ocorrer caso os próprios jovens colaborem, através de um modelo democrático nas próximas eleições gerais previstas para 2017.

Insistiu que antes das eleições gerais que se avizinham, é importante que sejam organizadas as autarquias, de forma a garantir maior transparência das instituições do Estado, através de novos mecanismos políticos virados para melhor gestão da coisa pública.

O interlocutor incentivou a integração massiva da juventude nas questões partidárias, no sentido de estabelecer um vínculo de uma luta conjunta e democrática para as novas frentes que possam garantir mudanças radicais, naquilo que pode libertar Angola de uma nova colonização.

5.13 O Futuro das nossas Cidades e Mwlidpios (Parte 2)

Jornal O País

15 De Agosto de 2014

Texto: Gabriel Baguet

Conferência Internacional que a semana passada fez reunir na nossa capital especialistas em várias áreas para discutir, pensar, reflectir e projectar o presente e o futuro de Luanda deixou oportunidades sistemáticas para um trabalho conjunto entre o Sector Público e Privado no domínio da construção, mas também no domínio da Arquitectura, do Urbanismo e do Tráfego na cidades e nas demais cidades do País pelo significativo aumento populacional que gradualmente as nossas Cidades e Municípios enfrentam agora e no futuro. Volto ao tema que a semana publiquei pela pertinência do tema e por ser indiscutível que a par da visível e diversa construção na capital luandense, ainda há um caminho a percorrer pela imperativa necessidade de reordenamento da cidade e reconfiguração do Espaço Público. E esta atitude por parte dos decisores políticos e legisladores só permitirá trazer e bem, vantagens ao embelezamento da cidade do seu todo e também nas novas centralidades construídas e a construir.

Na construção talvez fosse necessário maior fiscalização das obras a executar e redefinir numa ampla " discussão " e reflexão nacional que modelos de Cidades queremos e em que medida há uma relação de equilíbrio face ao que se constrói e projecta e o meio

envolvente, considerando que a arborização das Cidades e a criação de mais Espaços Verdes vai criar melhores condições de habitabilidade e com reflexos muito positivos face à Saúde Pública.

As Cidades Verdes como se designou na Conferência do Rio20 no Brasil trouxe ao debate público, a necessidade de Cidades mais sustentáveis e equilibradas quer no plano populacional, nos fluxos de tráfego, mas da mobilidade dos habitantes. No plano ambiental, a ausência de Espaços Verdes leva ao aumento da poluição.

O aumento demográfico e a ausência de habitações que satisfaçam todas as necessidades populacionais criam tensões sociais e propicia exclusão no sentido do Direito a uma habitação condigna. Mas há um dado a reter: a progressiva construção de novos espaços e habitacionais também implica maior socialização quanto à preservação dos equipamentos públicos e adequada utilização. Pode construir-se muito e eliminar em definitivo actuais realidades habitacionais da capital, mas se não existir mais respeito de preservação pelo que se ergue no sentido da reconstrução do País, acaba-se a prazo por acarretar mais custos pela inadequada utilização. A possibilidade de uma sistemática sensibilização junto da Opinião Pública em geral face à preservação e limpeza das Cidades criará na relação com a cidade, uma nova atitude de hábitos e de uma participação na gestão da cidade. Se por exemplo o lançamento de uma Campanha Pública de Limpeza de cada Rua das Cidades do País, estou certo que gradualmente cada habitante, seria o primeiro a mobilizar o bairros e os demais moradores a definir naquilo que pode e deverá melhorar o Habitar as Cidades.

No presente texto não me pronuncio sobre as diversas formas como as desigualdades sócio espaciais se configuram no espaço urbano, a discussão se delimitará somente com a problemática relacionada à habitação. Para entendermos como o Habitar se constitui como uma prática do direito à cidade, antes de tudo se faz necessário esclarecer o que compreendemos como Habitar e Habitat, naquilo que são ainda as reflexões de Henri Lefebvre.

Ele acredita que o Habitat se trata do suprimento da necessidade de habitação do indivíduo para a sua sobrevivência, enquanto que o Habitar constitui a apropriação no plano individual, da habitação. Nesse sentido vamos além, afirmando que se deve considerar o elo entre habitação e bem-estar social, elo esse que se estabelece à medida que os habitantes usufruem de serviços que garantem uma boa qualidade de vida.

Desse modo, também precisamos explicitar de que se trata o Direito à Cidade. Ele "significa o direito dos

cidadãos - cidadãos e dos grupos que eles constituem (sobre a base das relações sociais) de figurar sobre todas as redes e circuitos de comunicação, de informação, de troca". Além disso, legítima a recusa dos sujeitos em deixar de se afastar da vida e dinâmica urbanas, por uma organização segregadora e discriminatória, bem como estipula o direito de encontro e de reunião: Desse modo, os lugares e objectos vêm responder a certas necessidades (a de uma vida social e de um centro) e funções (como a simbólica do próprio espaço) (LEFE-BVRE, 2008, p. 31-32). Esclarecidas essas proposições, destacamos aqui, segundo Lefebvre (op. cit., p. 21), que "o habitar só se reduz ao habitat, uma função determinável, isolável e localizável, em nome de uma prática".

Essa fragmentação da Política Urbana no país contribuiu para acentuar mais ainda os problemas urbanos. Em meio a um cenário económico nacional dos mais problemáticos, o que se presenciou foi uma caótica expansão das cidades, carentes de infra-estrutura e ambientalmente degradadas, com uma insuficiente produção habitacional de interesse social. Desse ambiente decorreu a geração de um crescente deficit habitacional bem como um progressivo aumento do percentual de famílias morando em condições precárias. Com isso, a guetização passa à condição de dinâmica característica da produção do espaço intra -urbano, deixando de ser invisível na paisagem urbana.

Se porventura numa futura ou não remodelação governamental que venha a acontecer no nosso País, juntar numa só estrutura ministerial a criação do Ministério das Cidades e Municípios (Território, Urbanismo, Tráfego, Autarquias, Arquitectos, Geógrafos, Economistas, Engenheiros, Artistas e Criadores de diferentes áreas, Juristas, Sociólogos, Ambientalistas e outros Especialistas Urbanos) com a tentativa de se seguir as directrizes elaboradas nas políticas públicas voltadas para a habitação no País, acredito num novo Olhar sobre os nossos Espaços Urbanos Contudo, como já mencionado anteriormente, apesar de serem muitos os programas criados para solucionar o problema habitacional em todo o território angolano deve-se considerar, tendo em vista àquela discussão sobre o que é Habitar como uma prática do Direito à Cidade, que esse problema não se resume a suprir a necessidade de moradia apenas com novas unidades, como ocorreu em alguns período da história habitacional recente. É fundamental a articulação entre as políticas urbanas, fundiária e de saneamento. Além disso, entenda-se que as dificuldades de acesso ao solo urbano, diante do mercado formal, associada à carência de infra -estrutura, bem como a renda da população, são condições que reafirmam a necessidade de se elaborar

políticas abrangentes e bem planeadas, políticas que contribuam para que se produza uma cidade de/para todos, que garanta não somente o direito à moradia mas, acima de tudo, o Direito à Cidade. Cidades mais verdes e com lugar para todos.

Acredito que com vontade política e participativa opinião da Sociedade Civil angolana num trabalho conjunto, as nossas ruas e lugares, terão outra beleza e brilho.

5.14 Posição da UNITA sobre eleições autárquicas

Jornal Terra Angolana
Agosto de 2014

"A posição da UNITA em relação às eleições autárquicas é a posição dos cidadãos", defendeu Isaías Samakuva, quando questionado sobre as eleições autárquicas que tardam ocorrer em Angola.

"Eu fiquei agradavelmente surpreendido, porque afinal as populações, os cidadãos comuns da aldeia já falam das autárquicas e eles sabem que com as autárquicas estariam em situação melhor, por conseguinte, esperamos que as autoridades competentes escutem esse clamor do povo", afirmou o líder da UNITA, lamentando, o que diz ser falta de sinais precisos sobre a matéria por parte das autoridades angolanas.

"Ora nos dizem que é nos anos que vêm, ora nos deixam a entender que podem acontecer, paralelamente, com as eleições gerais, ora nos deixam a entender que não há, no tempo, um horizonte que nos possa nos dar indicações de sua realização, É preocupante", adiantou.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Centralidade do Cacuo sem serviços sociais

Jornal O PAÍS

01 De Agosto de 2014

Texto: Paulo Sérgio

A falta de unidade hospitalar, de estabelecimentos comerciais, de instituições públicas (conservatórios, serviços de identificação e administração), creches e parques de diversão constituem, actualmente, as principais preocupações dos moradores da centralidade de Cacuo, segundo apurou O PAÍS durante uma ronda efectuada nesta Segunda-feira, 28.

Neste mesmo dia, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, criou o Gabinete de Coordenação para a Construção e Desenvolvimento Urbano das Cidades do Kilamba, Camama e Cacuo para dar continuidade às etapas seguintes do processo de execução de toda a infra-estrutura urbana necessária para a construção dos equipamentos sociais e instalações das instituições públicas, bem como do sistema viário.

O Decreto Presidencial que cria este organismo revoga toda a legislação anterior que o contrarie e determina também a extinção do Gabinete Técnico para a Implementação e Gestão do Plano Director da Área Residencial do Camama, passando todo o património e pessoal que lhe é afecto para gabinete ora criado.

Ana Felix, residente nesta cidade desde Setembro, manifestou-se preocupada com a falta de unidades hospitalares e farmácias. Disse que isso tem obrigado os moradores a deslocarem-se à farmácia que está situada no Hipercentro Kero (nas horas normais de funcionamento), sempre que necessitam de algum medicamento.

Por falta de concorrência, os indivíduos que não têm possibilidade financeira de adquirir ali os fármacos acorrem às unidades similares que se encontram na Vila de Cacuo.

"Muito antes de abrir a farmácia do Kero tive que socorrer um jovem que estava com fortes dores de cabeça na paragem de táxi até à vila de Cacuo, onde foi comprar uma lâmina de paracetamol", contou a jovem, balouçando a sua bebé de apenas 28 dias.

Contou que a ausência de uma maternidade ou centro de saúde a levou a programar o parto com bastante

antecedência numa das clínicas de Luanda e alerta as autoridades para o facto de existirem muitas famílias que não têm a mesma possibilidade.

Disse ainda que na Sexta-feira passada, isto é, dia 25, uma das alunas da escola mais próxima da sua residência desmaiou e os professores tiveram dificuldades em socorrê-la por falta de posto médico naquela centralidade. Por este motivo, considerou que a comissão de trabalho ora criada pelo Presidente da República deve priorizar a construção de um hospital ou centro de saúde.

Sugeriu que os espaços comerciais que se encontram encerrados sejam cedidos a jovens empreendedores e não só, à semelhança do que aconteceu no Kilamba, para que possam ser instalados pequenos serviços com vista a resolver alguns dos problemas que afligem aquela comunidade.

Tendo em atenção que o hipermercado se encontra a mais de um quilómetro de distância e no único mercado que ali existe os preços são elevados.

A jovem louvou a qualidade do trabalho dos efectivos da Polícia Nacional ao contar o caso de uma adolescente que só não foi violada pelos seus colegas de escola, no mês passado, graças à sua pronta intervenção.

Segundo Ana Felix, os agentes da Ordem Pública suspeitaram do facto de uma adolescente estar a andar com três homens, embora transportassem com materiais escolares, e decidiram segui-los sem que aqueles disso se apercebessem. Ao passarem defronte a um edifício que está maioritariamente desabitado dois deles empurraram-na para o interior e estavam prestes a consumarem o acto no momento em que foram interpelados.

Apesar de os seus vizinhos ainda não terem criado a comissão de moradores, disse que cada bloco tem uma comissão que trabalha em coordenação com a Comissão de Moradores da Centralidade.

6.2 Habitação. Falta de lei 'acelera' especulação no arrendamento e na venda

Jornal Agora

01 De Agosto de 2014

Texto: Francisco Bussulo

Marta da Costa, 48 anos, revelou ao Agora ter sido forçada a abandonar uma casa pelo proprietário, no distrito urbano do Kilamba Kiáxi, em virtude de ter feito o pagamento aos filhos. Foram estes que

conduziram o processo do arrendamento à revelia do pai. Desprovida de qualquer documento, que lhe desse garantia de formular uma queixa às autoridades, a mesma não teve alternativa, senão abandonar o aposento.

"Senti-me frustrada e sem força quando fui despejada à força da residência que havia arrendado por seis meses, a mil e 800 dólares. Pensei em recorrer à Polícia, mas não estava documentada, porque me acomodei na garantia dos filhos como se fossem os proprietários", lamentou a mulher que, mesmo assim, conseguiu reaver metade do dinheiro.

Emiliana da Costa, jurista, convidada a esclarecer o imbróglio em questão, começou por dizer que a falta de Lei do Inquilinato ou Arrendamento em Angola tem sido motivo para a especulação imobiliária e a fuga ao fisco, uma vez que as pessoas envolvidas geralmente não procuram por aconselhamento jurídico, o que, em muitos casos, termina em desentendimentos. "Penso que o Governo deve aprovar, rapidamente, um instrumento regulador para esta área", notou a jurista.

No seu entender, os preços das casas e as modalidades de arrendamento para as habitações erguidas no Plano Nacional de Desenvolvimento, ou mesmo construídas pelo sector privado, têm gerado muita controvérsia por falta de instrumentos legais.

Emiliana da Costa vê, em contrapartida, uma luz no fundo do túnel logo que sair da 'forja' a Lei de Arrendamento que ainda está 'engavetada' na Assembleia Nacional. De acordo com ela, trata-se de um diploma que assenta numa perspectiva bastante atractiva para os investidores imobiliários e de habitação, pelo facto de oferecer maiores garantias e segurança para estes e os consumidores.

Trapaças na actividade comercial O Agora soube que os municípios do Cazenga e Viana e os distritos da Ingombota, da Samba e da Maianga constituem as principais zonas de Luanda, onde, preferencialmente, os estrangeiros (congoleses, malianos e costamarfinenses) procuram arrendar espaços em residências para a comercialização, sobretudo de bens alimentares.

Estes comerciantes não 'olham' ao bolso, quando necessitam de arrendar um imóvel para o exercício da actividade comercial; nem procuram saber da situação jurídica das infra-estruturas.

"Pago o equivalente a 20 mil dólares por ano pelo arrendamento desta loja", gaba-se Messa Bournó. Este cidadão congolês, de 4Q anos, diz que Angola é um mercado favorável para fazer negócios, em virtude de

possuir poucos estabelecimentos comerciais para a venda a retalho à guisa das cantinas e minimercados.

"Estamos disponíveis para arrendar ou mesmo comprar residências, tanto no casco urbano como na periferia, para dar corpo aos nossos projectos", disse o comerciante originário da RDC Congo.

A luta por um tecto próprio. Se Messa Bournó não está preocupado e sente-se à vontade com o pagamento da renda, a angolana Rosalina Isaú, que vive há seis anos com o congolês Benjamim Soth, no Mártires de Kifangondo, contou à nossa reportagem que a falta de um abrigo próprio tem constituído um 'quebra-cabeças' na sua vida.

"Tem sido difícil suportar a situação de dependência. A pressão é enorme por causa do pagamento antecipado e com a agravante de não aceitarem apenas um mês de renda. É na verdade muito complicado", sublinha.

Como se isso não bastasse, a nossa fonte revelou que, na cidade de Luanda, avultam casos em que, se o inquilino não pagar a tempo, acaba por lhe ser aplicada uma multa que varia em cinco a sete mil Kwanzas, conforme o acordo.

Rosalina Esaú avançou que já teve querelas, quando os proprietários da casa tentaram arrendar a mesma a outro inquilino, enquanto, na verdade, a residência já tinha sido ocupada por ela há três meses.

"O problema foi ultrapassado porque tinha em mãos um comprovativo do pagamento das mensalidades, e os novos clientes deram-me razão", notou.

A esse respeito, a jurista Emília da Costa aconselha os implicados a procurarem por pessoas de direito antes de efectuarem negócios desta natureza. "Não há nada legal que empurre as pessoas a pagarem o arrendamento com multa ou pagamento antecipado. Devemos procurar ouvir as pessoas abalizadas antes de partirem para os contratos desta natureza".

A jurista sugeriu, igualmente, que, desde que os nossos interesses sejam lesados, devemos denunciar os casos aos órgãos de justiça, ou ainda, às instituições de defesa do consumidor existentes e que se têm revelado muito activas nos últimos tempos, como o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC), a Associação Angolana de Defesa do Consumidor (AADIC), só para falar destas.

Renda resolúvel Em contrapartida, os preços no sector imobiliário registam certa estabilidade, fruto da estratégia de fiscalização adoptada pelo Executivo. O modelo da Renda Resolúvel permitiu maior número de famílias ter acesso a casa. Mesmo assim, diz o arquitecto Alexandre dos Santos, ainda persistem os

desajustes entre a oferta e a procura, dado o elevado número de famílias carentes, sobretudo na capital do país.

De acordo com o arquitecto, a província de Luanda tem registado uma construção de casas em flecha, com a entrada em cena dos projectos habitacionais do Estado como as centralidades de Cacuaco e do Kilamba, bem como a gama de habitações sociais construídas no Zango; mas, avança, a população sem abrigo ainda é a maioria.

A fonte recordou que os projectos habitacionais, cuja construção teve início em 2007, estavam destinados à classe média e média alta, e os valores impostos para a sua venda e arrendamento eram muito elevados, obrigando o recuo de muitos interessados.

Se alguns analistas consideram existir um equilíbrio entre a procura e a oferta de habitação em Luanda, sobretudo nos últimos dois anos, há, por outro lado, quem questiona como Ondina Soares, estudante universitária, sobre a qualidade dos imóveis, uma situação que levanta outra margem de discussão.

Uma nova realidade tem a ver com a escolha das zonas de implantação dos projectos habitacionais. Em Luanda, aponta o corrector imobiliário Bartolomeu Viquepo, o Centro e o Sul são as melhores zonas para viver.

Tudo leve na periferia? Segundo o corrector imobiliário, o arrendamento na periferia de Luanda é claramente mais barato em relação às zonas de construção planificadas pelo Estado. Nas zonas de Cacuaco, Viana, Cazenga e Samba, as de maior procura, os preços estão fixados ao equivalente a 45 dólares por metro quadro para as tipologias de T3, enquanto as casas T2 variam entre 20 e 35 dólares.

Já o estudo realizado pela Proprime, empresa de consultoria e avaliação imobiliária intitulada “novos veículos de investimento no sector imobiliários”, indica que, para os edifícios de primeira linha, os preços dos apartamentos estão fixados entre 94 a 96 milhões de Kwanzas para a compra, enquanto o arrendamento chega a cifrar-se entre 2 a 3 mil e 800 dólares mensais para as residências T2 e T3.

6.3 Mais casas para os municípios da capital

Jornal Agora

01 De Agosto de 2014

Pensa-se em erguer, até 2017, pelo menos 400 mil fogos em todos os municípios de Luanda o Ministério do Urbanismo e Construção revelou que está em curso

a construção de mais de 200 residências em todos os municípios de Luanda, no âmbito da autoconstrução dirigida, à luz do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND- 2013-2017). Até lá, serão erguidos, no total, 400 mil fogos habitacionais na metrópole.

A fonte destaca o crescimento habitacional de acordo com o PND 2013-2017. Além disso, diz o Ministério, estão por desenvolver importantes infra-estruturas que constituem um factor básico da qualidade de vida das populações, em particular em Luanda, onde a cidade cresceu a um ritmo superior ao da adaptação das construções básicas.

Cidadãos ouvidos pelo Agora dizem que o "PND está aquém das necessidades da população, uma vez que, em muitos casos, não contempla os desejos habitacionais, conforme os hábitos e costumes da população".

Segundo Maria de Menezes, gestora de Marketing, as insuficiências e, sobretudo, os preços nos projectos desta natureza acabam por afastar voluntariamente as famílias com maior preocupação habitacional.

"É necessário que as casas e os modelos de arrendamento sejam do conhecimento do público carente, a fim de estes estarem por dentro e tirarem as suas conclusões", destacou.

Em 2012, o Executivo havia anunciado a construção de um milhão de casas, no âmbito do Programa de Urbanismo e Habitação.

6.4 Plano de desenvolvimento provincial promove sustentabilidade de Luanda

Jornal Economia e Finanças

01 De Agosto de 2014

Texto: Adérito Veloso

O plano de desenvolvimento de Luanda, iniciado em 2013 e que será executado até 2017, visa melhorar a gestão administrativa, através da introdução de uma nova forma de pensar e de gerir os destinos da província. Ao invés de procurar melhorar um sector específico, o plano define uma estratégia que permite atingir os objectivos fixados para a província nos planos de longo e médio prazo, especificamente "Angola-2025" e o plano nacional de desenvolvimento 2013-2017, através de melhorias significativas no processo que conduz à concretização do objectivo.

Segundo o documento, o esforço de investimento provincial e o plano dão azo a intervenções em diversos "vectores" de desenvolvimento, com realce

para a educação, saúde, saneamento básico, ordem pública, rede viária e transporte, cultura e desporto, pequeno negócio, combate ao desemprego e serviços sociais que são muito importantes no entender dos cidadãos. Paralelamente, é realizado um grande esforço de melhoria da administração pública provincial, elemento fundamental para assegurar um bom serviço. Ficam com um tratamento pontual a água e a energia, por se tratar de temas cuja concretização está essencialmente a cargo dos órgãos centrais.

Expansão demográfica

Os projectos incorporados no plano de desenvolvimento de Luanda têm também em atenção a tendência mundial de concentração urbana, apresentando actualmente uma população que segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), rondará os 5,3 milhões de habitantes, com densidades populacionais "altíssimas" no Cazenga e em Luanda, mas também muito elevadas nos outros municípios, com excepção dos dois acrescentados em 2011 que são muito extensos e apenas contribuem com cerca de 2 por cento do total da população.

Como consequência do crescimento demo gráfico e urbano acelerado de Luanda, verificou-se uma rápida saturação das redes técnicas, um congestionamento dos equipamentos sociais e um avolumar dos problemas de mobilidade que se reflectem em elevados custos operacionais indutores de perda de competitividade da actividade económica a nível da província, além de problemas de saúde e qualidade de vida, estabilidade e coesão social.

Foram definidas políticas integradas de desenvolvimento que cobrem as grandes questões com que Luanda se debate, com realce para o planeamento e gestão urbanos; descentralização e instituições apropriadas; promoção do capital humano e da equidade de oportunidades; participação da sociedade civil; ambiente favorável aos negócios e ao empreendedorismo; infra-estruturas; acesso generalizado a serviços básicos; reestruturação de musseques; transporte público e mobilidade, além da segurança de pessoas e bens.

Para melhorar a gestão administrativa de Luanda, o plano prevê a promoção da actividade privada e consequentemente do investimento privado.

Novas práticas

A fonte destaca que a forma de estruturação dos órgãos do governo Luanda necessita de ser repensada para fazer face às questões de uma província que tem essencialmente de gerir os problemas específicos de

uma grande metrópole. O documento sublinha que os recursos humanos e as tecnologias de informação da província necessitam de uma reestruturação "muito profunda", que a capacite para os desafios do desenvolvimento, nomeadamente, através da formação e avaliação de desempenho dos seus funcionários e da capacidade para diminuir os prazos de resposta e melhorar a capacidade de acompanhamento estatístico da sua vida económica e social.

6.5 Novo modelo de transportes para Luanda

Jornal de Angola

07 De Agosto de 2014

Texto: Adelina Inácio e Manuela Gomes

A cidade de Luanda está a ponderar a adopção de um sistema de transportes colectivos rápidos, com autocarros e metro de superfície, como uma das soluções possíveis para garantir a mobilidade urbana sustentável, admitiu ontem, em Luanda, o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa.

"A cidade de Luanda começa seriamente a encarar como uma das possíveis soluções para a mobilidade urbana sustentável a experiência da cidade brasileira de Curitiba, tida como modelo de gestão urbana ambiental mundialmente famoso", admitiu.

O ministro, que discursava na abertura do Fórum de Municípios e Cidades de Angola, destacou o modelo BRT (Bus Rapid Transit), ou Transporte Rápido por Autocarros de gestão urbana e ambiental, com uma espécie de metro sobre rodas e de superfície. O sistema BRT não propõe apenas uma mudança na frota ou na infra-estrutura do transporte público colectivo, mas também um conjunto de alterações que pode garantir um novo conceito de mobilidade urbana. O objectivo é proporcionar uma mobilidade urbana rápida, confortável, segura e eficiente.

O encontro tem lugar no âmbito da jornada do Dia Africano da Descentralização e do Desenvolvimento Local, 10 de Agosto, decretado pela União Africana para atrair a atenção dos Estados do continente, organizações não governamentais e respectivas populações, para a importância da aproximação da governação e da prestação de serviços públicos aos cidadãos, comunidades e empresas. O ministro referiu que Angola celebra pela terceira vez esta data, desde que a 18ª cimeira de Chefes de Estado e de Governo da União Africana institucionalizou a data.

Planeamento e requalificação

No fórum, que termina hoje, estão a ser debatidos temas como "O planeamento territorial e urbano e políticas de gestão fundiária", "A requalificação urbana e o fomento habitacional", "O saneamento básico e a gestão de resíduos sólidos", "A experiência internacional de gestão sustentável de cidades e municípios" e "A mobilidade urbana e a fluidez do trânsito automóvel e experiências de gestão de cidades e municípios de Angola".

O Dia Africano da Descentralização e do Desenvolvimento Local destina-se à reflexão sobre as alterações positivas registadas nos países do continente devido à execução de processos de descentralização e de desenvolvimento local. Participam no Fórum de Municípios e Cidades de Angola deputados, governadores provinciais, presidentes de comissões administrativas e administradores municipais.

6.6 Debate. Centros urbanos à “caça” de uma melhor qualidade de vida

Jornal Agora

08 De Agosto de 2014

Texto: Júlio Gomes

Importantes dissertações estiveram à mesa no 11.º Fórum Nacional dos Municípios e Cidades de Angola. Especialistas nacionais e estrangeiros em matéria de urbanismo estiveram lado a lado para uma abordagem à volta dos problemas que afectam a qualidade de vida da população nos centros urbanos do país e não só...

No fórum, foram discutidas questões de grande interesse que têm que ver com o planeamento territorial e urbano, bem como políticas de gestão fundiária, ou ainda, a requalificação e o fomento habitacional, saneamento básico e gestão de recursos sólidos.

A problemática da mobilidade urbana e fluidez do tráfego automóvel, bem como a experiência da

cidade brasileira de Curitiba prenderam a atenção dos participantes ao evento, no qual estiveram presentes, além de especialistas, os governadores provinciais.

Aliás, o ministro da Administração do Território (MAT), Bornito de Sousa, realçou a importância do

evento que pretende ser um "espaço permanente de debates de concertação e diálogo entre os órgãos centrais, locais e cidadãos, incluindo o sector privado".

O governante referiu-se, também, à apresentação feita sobre a cidade de Curitiba como modelo de gestão urbana e ambiental.

"Não posso deixar de realçar a experiência da cidade de Curitiba, metrópole do Brasil, como modelo de gestão urbana e ambiental e o metropolitano (Bus Rapid Transit), uma espécie de metro sobre-rodas e de superfície que a cidade de Luanda pode implementar como possíveis soluções para a mobilidade urbana sustentável", sublinhou.

As autoridades estudam a possibilidade de adoptar um sistema de transportes colectivos rápidos, com autocarros e metro de superfície para a cidade de Luanda, como revelou o ministro Bornito de Sousa. Na verdade, a capital do país, muito congestionada, precisa de soluções urgentes para desanuviar o caótico trânsito automóvel.

Já o arquitecto urbanista António Henriques 'Dinguanza' havia alertado, em declarações ao Agora, que "Luanda é uma cidade que não suporta mais". Outra das sugestões então por ele avançada passava pelo abandono deste casco urbano, indo para a construção de uma nova cidade com espaços mais arejados a Sul ou a Norte.

Em contra partida, não obstante a construção de novas centralidades aqui e acolá e de condomínios, a velha e apertada cidade continua a receber novos edifícios, pressionando as infra-estruturas existentes concebidas para um universo de pouco mais de 500 mil habitantes.

No II Fórum de Municípios e Cidades de Angola (FMCA), realizado numa altura em que será celebrado, no próximo dia 10 de Agosto, o 'Dia Africano da Descentralização e do Desenvolvimento local', decretado pela União Africana, para chamar atenção dos Estados, das organizações da sociedade civil e de entidades privadas para a importância da aproximação da governação e da prestação de serviços públicos aos cidadãos, foram avançadas hipóteses que podem ser aplicadas no domínio da melhoria e do crescimento das cidades do nosso país.

O exemplo de Curitiba foi muito referenciado, havendo vozes que sugeriram a cópia deste modelo de desenvolvimento urbano, principalmente no domínio da mobilidade rodoviária.

"Penso que devemos experimentar e aplicar as boas práticas e modelos de gestão urbana mais saudáveis, porque é possível. Nota-se que estamos a avançar em certa medida no domínio imobiliário, mas temos o problema das ruas muito estreitas que nem sequer permitem o cruzamento de viaturas. Nas

centralidades, havendo uma emergência em que os moradores por qualquer calamidade devem ser evacuados, é um caso sério", disse ao Agora o arquitecto Cristiano, sugerindo que, no domínio da mobilidade urbana, o caso de Curitiba é o mais apropriado e que devia ser aplicado na concepção e construção das novas centralidades existentes não só em Luanda, mas também um pouco pelas 18 províncias do país.

O AVANÇO BRASILEIRO. No IV painel 'Gestão sustentável de cidades e municípios: experiência internacional', um dos oradores foi o convidado brasileiro Eliel Rosa. O especialista abordou sobre a questão da cooperação descentralizada e da sociologia urbana. Aqui, rebatendo o caso de Curitiba, Eliel indicou, em substância, que esse é apenas um modelo cuja aplicação não deve ser linear por causa das especificidades de cada região e país.

'Cidade Sorriso', 'Cidade Modelo', 'Cidade Ecológica do Brasil', 'Capital das Araucárias' são os atributos da cidade brasileira que alberga pouco mais de 1 milhão e 848 mil e 946 habitantes, sendo a oitava mais populosa do país. Fundada em 1693, ao longo dos últimos anos tem-se consolidado como a metrópole mais rica do Sul brasileiro e a quarta a nível nacional.

Desde 1853, esta cidade, conhecida pelas suas ruas largas, manteve um ritmo de crescimento urbano fortalecido pela chegada de uma grande quantidade de imigrantes europeus ao longo do século XIX, a maioria alemães, polacos, ucranianos e italianos que contribuíram para a diversidade cultural que permanece até hoje.

CRESCIMENTO DESCONTROLADO. A metrópole experimentou diversos planos urbanísticos e legislações que visavam conter o seu crescimento descontrolado e que a levaram a ficar famosa internacionalmente pelas suas inovações urbanísticas e o cuidado com o meio ambiente. A maior delas foi no transporte público, cujo sistema inspirou o Trans Milénio - sistema de transporte de Bogotá, na Colômbia.

Mas, trazer para aqui o exemplo de uma experiência centenária colhe? Eliel Rosa deixou escapar que esta não é a solução, havendo a necessidade de um estudo para a aplicação de modelos que se adequam a cada caso.

O NOSSO METRO. Depois da entrada em cena na costa luandense dos chamados barcos 'Catamarã', pensava-se que, com a utilização destes 'vasos de ferro', poderia desanuviar o trânsito automóvel nas estradas da capital. Puro engano! Na maior urbe do país, a circulação continua a ser quase impossível.

Considerando que o transporte exerce uma grande influência sobre a sociedade, principalmente no que toca à produção, já se pode aferir que o congestionamento permanente das ruas da metrópole provoca sérios transtornos à actividade laboral, quer do sector público, quer do privado.

Um estudo recente revela que a grande mudança da urbanização que vem ocorrendo no mundo mostra tão somente que não só maior número de pessoas poderá viver e trabalhar nas grandes cidades, mas também o cidadão precisará de percorrer por longas distâncias para satisfazer as suas necessidades económicas, sociais e culturais no espaço urbano.

Contudo, refere a mesma análise, crescimento das pessoas a recorrer ao carro particular é cada vez mais evidente. Isso, indica a fonte, ocasiona obstáculos como o congestionamento de estradas, o que diminui a produção e a produtividade das empresas. É exactamente isso o que se pode verificar na nossa Luanda, com estradas invariavelmente atoladas.

Como dissemos no princípio, as autoridades estudam a hipótese dá entrada em funcionamento do metro de superfície como uma das medidas para garantir a mobilidade urbana sustentável. Mas da intenção à realidade, vai ainda uma longa distância.

A inclusão do metro de superfície está inscrita no Plano Nacional de Desenvolvimento 2012/2017. Até lá, pensa-se também em estender a rede de táxis a todo o país, estimulando os programas de apoio ao emprego e à mobilidade, consolidar o sistema de controlo de tráfego de passageiros, criar um sistema de transporte de massas eficiente rápido e isolado.

Enquanto não chega o metro, o luandense ainda vai conviver com a desordem sobre-rodas existente aqui onde as estradas estão invariavelmente esburacadas, os taxistas a darem as suas perigosas 'mbaias' para contornar os eternos congestionamentos e uma insuficiente frota de autocarros capaz de suportar a crescente demanda da população.

OUTRAS QUESTÕES. O Fórum de Municípios e Cidades de Angola abordou, igualmente, a questão da reconversão urbana e fomento habitacional da província de Luanda, em que se ressaltaram os casos do Cazenga, Rangel e Sambizanga. Coube ao director-geral do Gabinete de Requalificação Urbana do Cazenga, Rangel e Sambizanga, Bento Soito, a apresentação do tema moderado pelo arquitecto Correia Caetano.

Bento Soito, secundado pelo consultor do Ministério da Construção e Urbanismo, João Bessa Quintino, que falou da gestão fundiária e da dinâmica do surgimento

de novas áreas habitacionais, declarou que, de um modo geral, o projecto de requalificação está no bom caminho.

A primeira fase relativa à construção das infra-estruturas está adiantada, estando relativamente atrasada a construção dos edifícios habitacionais e dos equipamentos sociais redes técnicas de abastecimento de água, energia eléctrica, arruamentos com passeios e vias asfaltadas, telecomunicações, drenagem de águas pluviais e residuais.

"No Cazenga, as infra-estruturas estão construídas a 50 por cento; os edifícios já começaram a ser erguidos, havendo ligeiro atraso nas infra-estruturas dos edifícios praticamente concluídos, mas, em termos de infra-estruturas, ainda nos falta cerca de metade da área, que são 60 hectares, e também falta completar o resto dos edifícios que estão previstos no município", disse Bento Soito.

Em termos práticos, há um equilíbrio entre as obras. No Sambizanga, as demais previstas, como no Roque Santeiro, são obras que o Gabinete Técnico ainda não acompanha, porque são da responsabilidade única do Ministério da Construção. Trata-se da empreitada da estrada da Boavista ao Senado da Câmara e à continuidade da Ndunduma e da Lueji Ankonda, até à rotunda da Boavista.

As obras no espaço onde estava mercado Roque Santeiro e a do tratamento da encosta da Boavista estão sob responsabilidade do Ministério do Urbanismo e Construção.

O Gabinete apenas intervém nos espaços que estão realmente sob a sua responsabilidade. De todas as formas, com a requalificação em curso, o Cazenga começa a ganhar uma nova imagem. Espera-se que a podridão, o congestionamento das valas de escoamento das águas das chuvas e o lixo venham definitivamente fazer parte ao passado do município.

VEM AÍ A FEIRA DE MUNICÍPIOS E CIDADES. Com a realização do II Fórum de Municípios e Cidades de Angola, está lançado o apito para se iniciar a preparação do Fórum e da Feira de Municípios e Cidades de Angola de 2015 que terão a particularidade de se enquadrar nas celebrações dos 40 anos da Independência do país, como revelou o líder do MAT, Bornito de Sousa.

Este ano, o certame está inserido também nas jornadas comemorativas do dia 10 de Agosto, estabelecida pela União Africana (UA) e que acaba por ser um momento de reflexão sobre as alterações positivas que ocorrem nos países do continente africano como resultado da

implementação de processos de descentralização e de desenvolvimento local.

Angola celebra a data institucionalizada pela UA sob o signo do compromisso do país com a desconcentração e descentralização administrativa, visando a consolidação do poder autárquico.

A primeira edição da FMCA decorreu em 2013 em simultâneo com a primeira Feira de Municípios e Cidades de Angola. Este ano, o fórum não coincidiu com feira, na sequência do cumprimento do Despacho Presidencial n.º142/13 de Z7 de Setembro que prevê, para a Feira; uma periodicidade bienal e, para o Fórum, anual.

Para além de responsáveis do MAT ao mais alto nível e de governadores e especialistas nacionais e estrangeiros, no evento estiveram três administradores municipais, nomeadamente de Catumbela (Benguela), Alice Raposo; do Luau (Moxico), Juvenal Capula e de Saurimo (Lunda Sul), Gregório Miasso. Em representação da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, esteve Alcresia Cavala.

Estes responsáveis intervieram no sexto e último painéis, levando-os a dissertar sobre a sua experiência no domínio da gestão das áreas sob sua jurisdição. A segunda edição do FMCA decorreu sob lema 'Gestão Sustentável das Cidades e Municípios: Desafios e Perspectivas.

6.7 Novo sistema concluído no Kilamba

Jornal de Angola

12 De Agosto de 2014

Texto: Vitorino Joaquim

As restrições no abastecimento de água à Centralidade do Kilamba acabam com a entrada em funcionamento do novo sistema de captação e tratamento de água, cujos testes de controlo de qualidade e dos equipamentos começam amanhã e ficam concluídos no próximo dia 23 de Agosto.

O porta-voz da EPAL, Domingos Paciência, em declarações ao Jornal de Angola, garantiu que este novo sistema, com capacidade de fornecer 40 mil litros de água por dia, vai abastecer unicamente a Centralidade do Kilamba. "A EPAL está a realizar os testes aos equipamentos e a analisar a qualidade da água captada directamente do rio Cuanza para a Estação de Tratamento do Kilamba, para posteriormente ser distribuída aos consumidores", explicou.

A Centralidade do Kilamba é abastecida actualmente pelo Centro de Distribuição de Camama, que atende igualmente os bairros Benfica, Morro Bento, Patriota, Camama, Zona Verde, Chinguar e Quifca.

"Com a entrada em funcionamento do novo sistema para o Kilamba, o Centro de Distribuição de Camama vai deixar de abastecer aquela centralidade", disse Domingos Paciência.

O porta-voz da EP AL esclareceu que neste período de testes, o Centro de Distribuição de Camama vai continuar a levar água aos moradores do Kilamba no período da manhã entre as 4h00 e as 10h00, e à noite das 18h00 às 22h00 horas, de forma intermitente por zonas. "A EPAL pede a compreensão dos clientes e aconselha a criarem reservas e a utilizarem a água de forma racional, no período em que estiverem a decorrer os testes", concluiu.

6.8 Obras cumprem os prazos

Jornal de Angola
14 De Agosto de 2014
Texto: João Pedro

Cerca de 15 mil habitações, das 40 mil previstas na primeira fase do Plano Nacional de Urbanismo e Habitação, já estão concluídas nas novas centralidades das províncias de Luanda, Cuanza Sul, Huambo, Uíge, Bié e Moxico.

A informação foi avançada pelo ministro do Urbanismo e Habitação, José da Conceição Silva, durante uma reunião em Luanda, que avaliou o andamento das obras habitacionais no país.

O ministro do Urbanismo e Habitação disse que as obras nas centralidades das províncias de Luanda, Cuanza Sul, Huambo, Uíge, Bié e Moxico estão a cargo da construtora Kora-Angola e que, "a breve trecho, começamos a comercializar as primeiras 15 mil habitações".

O processo de comercialização, salientou o ministro, pode ocorrer em simultâneo com a implantação das infra-estruturas e obedecer a processos de renda resolúvel, arrendamento e aquisição a pronto pagamento.

As casas aguardam apenas a conclusão das infra-estruturas exteriores, como sistema de produção e abastecimento de energia eléctrica, acessos viários, equipamentos sociais, entre outros, acrescentou o ministro.

No encontro em Luanda, os responsáveis dos sectores intervenientes no projecto acordaram a coordenação

de acções para a conclusão das infra-estruturas em falta. O vice-governador para a Área Técnica e Infra-estruturas do Moxico, Manuel Lituae, disse que o projecto vai ajudar a colmatar o défice habitacional que existe na província e melhorar as condições sociais e a qualidade de vida das populações.

"Temos em construção habitações que estão de acordo com as necessidades da população residente na província em termos habitacional em vários municípios", disse o vice-governador

Manuel Lituae, que informou estar o Governo Provincial do Moxico em contacto regular com outras províncias para a troca de experiências na área do urbanismo e habitação.

6.9 Centralidades. Urbanismo junta parceiros para criar infra-estruturas

Jornal Agora
15 De Agosto de 2014
Texto: Martins Chambassuco

No encontro, que reuniu os ministros da Construção, Waldema Pires Alexandre, João Baptista Borges, vice-governadores das referidas províncias, responsáveis da Kora Angola e EPAL, foi possível traçar a estratégia de fazer maior cobertura em termos de infra-estruturas externas para oferecer comodidade aos futuros moradores.

As seis províncias vão oferecer 40 mil residências de diferentes tipologias e, deste universo, 15 mil já estão concluídas, mas a grande preocupação, segundo o ministro do Urbanismo e Habitação, é a construção de escolas, hospitais, fornecimento de energia e águas.

O objectivo é evitar que as experiências negativas do passado se repitam e comprometam o sucesso do programa de oferecer habitação condigna à população.

Falando no final do encontro, José Silva fez saber que, "no conjunto das 40 mil habitações a serem construídas pela Kora Angola, estamos a trabalhar, arduamente, no sentido de, a breve trecho, comercializarmos 15 mil habitações".

O governante adiantou, por outro lado, que o processo de vendas vai acontecer, mas, por falta de condições básicas, as mesmas não serão habitadas, até que seja concluído, o programa de construção de infra-estruturas já identificadas para dar comodidade aos moradores.

"Enquanto acontece a comercialização das residências, tudo faremos que se conclua esta nova fase identificada como prioridade", disse, tendo adiantado que o acesso obedecerá ao processo de renda resolúvel, à figura do arrendamento e à aquisição a pronto pagamento.

Segundo o ministro, os encontros vão continuar para melhor coordenar as acções ligadas às áreas em referência, com o objectivo de analisar a problemática das infra-estruturas e de compatibilizar as soluções, procurando obter resultados positivos.

Em termos de execução das centralidades, o ministro não avançou percentagens, mas assegurou que o grau é satisfatório e as construções das infra-estruturas externas estarão concluídas dentro de 14 meses.

Manuel Lituali, vice-governador do Moxico para o sector técnico, declarou que a província vai beneficiar de 3 mil residências, embora exista o subprograma a ser executado pelo governo local, de construção de 200 fogos habitacionais em todos os municípios.

Questionado se a construção destas infra-estruturas poderá encarecer o custo final das obras, José Silva afirmou que se trata apenas de acertos pontuais e que o que se pretende é facilitar a vida das pessoas.

Porque só agora foi pensada a implantação de infra-estruturas sociais? Talvez não haja ainda uma resposta cabal, mas é certo que a experiência, nas centralidades do Kilamba e Cacucaco, em Luanda, elevaram o alerta, para que os moradores tenham as suas residências com condições mínimas.

MAIS CENTRALIDADES. Até final de 2016, ficam concluídas mais três em Luanda, ao contrário das demais, estas estão a ser erguidas pelas empresas chinesas CITIC e CIF.

Iniciados em 2012, os projectos habitacionais vão beneficiar 108 mil pessoas de todos os estratos sociais.

Zango 8 mil, em Viana, KK 5 mil e CIF 5 mil, no município de Belas, são os três projectos habitacionais que vão juntar-se ao Kapari e ao 44, em Luanda.

As moradias são económicas e modelos combinados, nomeadamente térreas e edifícios. Neste projectos, segundo fontes do Agora, até final do ano, 1297 casas estarão concluídas e a sua comercialização pode ocorrer no início de 2015, nas modalidades já anunciadas.

6.10 Falta de infra-estruturas atrasa venda de casas sociais

Novo Jornal

15 De Agosto de 2014

Texto: Sedrick De Carvalho

APESAR DE JÁ estarem quase concluídas 15 mil habitações construídas no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, só começarão a ser comercializadas no segundo semestre de 2015, devido à ausência de acessibilidades e de serviços básicos.

O calendário foi avançado na terça-feira pelo ministro do Urbanismo e Habitação, José António da Conceição e Silva, após um encontro em Luanda com vários membros do Executivo e responsáveis da Kora Angola, empresa responsável pela construção das centralidades em algumas províncias do país.

"As habitações estão praticamente concluídas, mas carecem de infra-estruturas externas. Daí à necessidade de coordenarmos acções por forma a encontrar soluções técnicas a serem adoptadas. Por isso, nesta reunião contámos com a presença dos ministros da Energia e Águas, da Construção e o secretário de Estado das Telecomunicações", esclareceu o governante.

José António da Conceição e Silva garantiu, porém, que, "num prazo de 12 ou 14 meses", as 15 mil habitações estarão à venda, acrescentando que os futuros moradores "podem desde já começar a demonstrar interesse na aquisição" das casas.

Além de debater a necessidade de dotar as futuras centralidades de vias de acesso, energia, água e hospitais, a reunião que contou igualmente com a presença dos vice-governadores para as áreas técnicas das províncias abrangidas, debruçou-se sobre as modalidades de pagamento das habitações, erguidas nas províncias de Luanda, Kwanza-Sul, Huambo, Uíge, Bié e Moxico.

Sem descartar a hipótese de submeter os imóveis a arrendamento, José Silva explicou que os interessados nas 15 mil residências as primeiras de um projecto de construção de 40 mil casas poderão comprá-las a pronto pagamento, ou através do sistema de renda resolúvel.

MOXICO JÁ TEM 3.20 CASAS

No Moxico, a oferta incluirá 3.000 novas habitações, revelou Manuel Lituai, vice-governador para a área técnica da província, também presente na reunião.

"Já estão em fase de execução e finalização 320 casas das 3.000 previstas. Porém, ainda temos um longo caminho a percorrer até à conclusão do programa", assinalou responsável.

Quanto à tipologia das habitações, Manuel Lituai revelou que "variam entre casas geminadas, isoladas, habitações em banda contínua e edifícios, com apartamentos T2 e T3".

"As tipologias satisfazem as nossas necessidades", congratulou-se o vice-governador, defendendo que "a reunião foi muito importante para fazer o ponto de situação, e coordenar as várias actividades que ainda existem pela frente".

6.11 Kora Angola ergue 15 mil casas

Jornal Economia e Finanças
15 De Agostos de 2014

Quinze mil habitações, das quarenta mil previstas no âmbito do Plano Nacional de Urbanismo e Habitação, foram já edificadas nesta primeira fase nas centralidades das províncias de Luanda, Kwanza-Sul, Huambo, Uíge, Bié e Moxico, informou, terça-feira, na capital do país, o ministro do Urbanismo e Habitação, José António da Conceição Silva.

O governante avançou o facto no final de um encontro que visou analisar a problemática das infra-estruturas das centralidades, cujas obras estão a cargo da construtora Kora-Angola.

"No conjunto das 40 mil habitações a serem construídas pela Kora-Angola, estamos a trabalhar arduamente no sentido de, a breve trecho, comercializarmos 15 mil habitações", referiu o ministro José António da Conceição Silva, para quem as mesmas não serão habitadas como tal, mas o processo de comercialização poderá ocorrer em simultâneo com a implantação das infra-estruturas.

As residências carecem apenas da conclusão de infra-estruturas externas, como sistema de produção e abastecimento de energia eléctrica, acessos viários e equipamentos sociais, entre outros, enfatizou o governante, tendo reiterado que as modalidades da sua aquisição não vão fugir das três figuras (renda resolúvel, a figura do próprio arrendamento e aquisição a pronto pagamento).

No encontro, os responsáveis dos sectores intervenientes, no projecto, avaliaram a melhor forma de coordenar acções ligadas às áreas em referência, com o objectivo de analisar a problemática das infra-estruturas.

6.12 Depois das fissuras, os tremores

Semanário Angolense
23 De Agosto de 2014
Texto: Kim Alves

Alguns moradores da Centralidade de Cacuaco entraram em pânico na passada semana, quando vários edifícios estremeeceram por causas ainda não devidamente entendidas.

Segundo moradores que sentiram os edifícios a tremer, o susto foi tão grande que, em primeira reacção, pensaram num sismo ou na explosão de algum artefacto nas proximidades. Por causa do susto, diversas famílias abandonaram mesmo as suas residências, por temerem que algo pior acontecesse.

No entanto, boa parte dos moradores não se encontrava em casa, tendo tomado conhecimento do fenómeno quando os respectivos familiares telefonaram a explicar o sucedido.

Preocupados, na sequência do acontecimento, diversos moradores dirigiram-se ao estaleiro da empresa chinesa encarregue da manutenção dos edifícios, mas os chineses, na maior das calmas, confirmaram o tremor dos prédios, dizendo que não era nada para temer, porque não se tratava de nada grave.

De acordo com os moradores que falaram ao *Semanário Angolense*, naquela semana os tremores foram sentidos em duas ocasiões diferentes: uma no sábado (9 do corrente) e outra na quarta-feira (13), que foi o mais forte.

Os chamados blocos 6 e 11, que comportam vários edifícios mais a norte da centralidade, foram os locais onde os tremores terão sido mais sentidos. Mas, no Bloco 2, principalmente nos prédios 17 e 24, entre outros, o impacto também foi muito forte, a ponto de objectos dispostos em cima de móveis e quadros na parede caírem para o chão.

Segundo a senhora Feliciano, como se identificou, doméstica e moradora no Bloco 2, no seu edifício houve vários danos. «Quando se deu o tremor mais forte, até as coisas na cozinha e na sala caíram ao chão e alguma louça quebrou. «Na minha sala abriram-se diversas fissuras, assim como ao nível do gradeamento das janelas da frente», explicou a senhora, um tanto aflita ainda. Disse que o impacto do tremor quebrou azulejos e mosaicos na cozinha e na sala, mas que já foram reparados pela equipa chinesa de manutenção.

Segundo um outro morador, que se identificou apenas por Sebas e disse ser funcionário público, qualquer

coisa que aconteça nos prédios deve ser comunicada à empresa de manutenção, que envia imediatamente funcionários seus para fazerem a reparação.

«No caso dos azulejos e mosaicos, substituem os que estiverem muito danificados e dão um jeito nas fissuras, picando a rachadela e aplicando gesso ou betume para em seguida pintarem da mesma cor», explicou. Contudo, mesmo assim, é possível ver que a maioria dos edifícios, construídos há cerca de três anos, já se vai deteriorando aos poucos. «~ só ver nas fachadas os remendos que foram aplicados: mesmo pintando na mesma cor, nota-se a diferença», advertiu.

Mal projectada

Sebas mostrou os edifícios mais sofridos com os estremeções e as fissuras já reparadas, chamando a atenção para uma rachadela que está a estender-se num dos lados do edifício 24 do Bloco 2. «As fissuras acontecem dentro e fora dos edifícios. Algumas começam por fora e avançam para o interior.

Os mosaicos e azulejos partem-se com frequência e isso é sinal de alguma instabilidade da construção em si, que não deve ter obedecido a algumas regras básicas da construção civil como o estudo de solos, etc.», como refere o jovem.

Os residentes, pelo menos os que falaram ao SA, acreditam que a Centralidade de Cacuofo foi mal projectada, uma vez que o surgimento de fendas e a quebradela de azulejos e mosaicos são constantes. «Uma situação desagradável e muitos de nós estamos a temer que algum edifício desabe, até porque conhecemos histórias de prédios que caem depois de poucos anos de vida. Esperemos que isso não venha a acontecer nesta centralidade, uma vez que aqui vivem muitas famílias e isso provocaria uma grande tragédia», alerta.

Dos moradores que falaram ao SA, ninguém soube explicar qual a causa real dos tremores e das rachadelas, limitando-se a dizer que as construções é que foram mal feitas. Na hora que a reportagem do SA chegou à centralidade, cerca das dez horas da manhã desta segunda-feira (18), com excepção de agentes da Polícia à entrada, algumas crianças a brincar na rua e umas poucas zungueiras a «zanzarem» aqui e ali, quase não havia gente nas ruas. Estava tudo muito calmo. Os apartamentos, em grande parte, estavam encerrados, com algumas excepções, em que se viam as janelas abertas e roupas estendidas nas varandas.

Pelo que se pode constatar e também foi confirmado por Sebas, muitos edifícios ainda não estão habitados.

Depois de informados sobre a localização do escritório da empresa de manutenção, onde se fazem.

6.13 Gabinete coordena construção de cidades

Jornal de Angola

23 De Agosto de 2014

Texto: Kumúenho Da Rosa e

Bernardino Manje

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, anunciou ontem a criação do Gabinete de Coordenação para a Construção das Cidades do Kilamba, Camama e de Cacuofo. A nova entidade estará encarregada de promover e conduzir os esforços de todos os sectores, empresas e outros agentes interessados em participar na construção das referidas cidades.

Ao intervir na abertura de uma reunião de trabalho, destinada a discutir o modelo de organização administrativa das centralidades do Kilamba, Camama e Cacuofo, o Presidente da República indicou que o referido Gabinete, a ser coordenado pelo secretário de Estado da Construção, António Teixeira Flor, vai realizar o mesmo papel que o Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN), organismo que teve a seu cargo a coordenação das grandes empreitadas ligadas à reconstrução do país.

O Gabinete de Coordenação para a Construção das Cidades do Kilamba, Camama e de Cacuofo, segundo o Chefe de Estado, vai ocupar-se também da distribuição de espaços, em conformidade com o Plano Director, a quem pretenda realizar investimentos no domínio da construção de vivendas ou apartamentos, da indústria, do comércio ou de prestação de outros serviços, incluindo espaços ou terrenos para a construção individual de casa própria.

Na Cidade do Kilamba, principal tema da reunião de ontem, está em curso a construção de cinco mil vivendas pequenas e edifícios com aproximadamente cinco mil apartamentos. O Plano Director da Cidade do Kilamba prevê a construção de cerca de 90 mil fogos em três fases. Uma vez terminada a primeira fase, referiu o Presidente, vai ter início a segunda e mais tarde a terceira do projecto, já sob a órbita do Gabinete de Coordenação.

Direitos sobre terrenos

O Presidente da República informou que está a ser formada uma empresa pública titular dos direitos sobre os terrenos na área do projecto da Cidade do Kilamba. Caberá à referida empresa conceder os direitos de superfície nos termos da lei àqueles que obtenham autorização do Gabinete de Coordenação.

"As empresas ou indivíduos que queiram realizar aqui investimentos no domínio imobiliário têm assim uma nova oportunidade de negócios", afirmou o Presidente da República.

Transferência de pastas

O Chefe de Estado também anunciou a transferência de responsabilidades sobre o projecto imobiliário na Cidade do Kilamba e noutros sítios, da SONIP para a IMOGESTIN, empresa gestora de imobiliário.

Após a conclusão do processo de transferência de responsabilidades a IMOGESTIM vai anunciar as regras que vão orientar o recomeço das vendas dos apartamentos e vivendas em fase de conclusão, referiu o Presidente, no quadro do Programa Nacional de Habitação. O Chefe de Estado fez saber que a legalização dos apartamentos e vivendas adquiridos ou a adquirir em todo o território nacional, em conformidade com os contratos, ficará a cargo de uma comissão multisectorial presidida pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

A comissão multisectorial dá início às suas actividades precisamente na Cidade do Kilamba. O Presidente da República esclareceu que a administração da Cidade do Kilamba permanece sob a competência da Comissão Administrativa e do seu presidente, nos termos da legislação em vigor.

Visita ao GPL

O Presidente da República anunciou "para breve" uma visita ao Governo Provincial de Luanda (GPL), na qual espera anunciar "orientações e decisões com vista a melhorar progressivamente a governação desta província".

Participaram na reunião o Vice-Presidente da República, ministros de Estado e chefes da Casa Civil e Militar do Presidente da República, membros do Executivo, o governador de Luanda e responsáveis da Sonangol e da CITIC, empresa chinesa que construiu a centralidade do Kilamba.

"Clássicos de Talatona"

Antes de dirigir a reunião na Centralidade do Kilamba, no quadro da jornada de campo, o Presidente José Eduardo dos Santos procedeu à inauguração do Complexo Administrativo "Clássicos de Talatona" e da ABAMAT, o centro de referência em manutenção e inspecção de viaturas multimarcas, afecto ao Ministério dos Transportes. No Complexo Administrativo vão funcionar os Ministérios da Administração do Território, Ciências e Tecnologia, Ensino Superior, Comunicação Social, Cultura, Economia e da Justiça e Direitos Humanos, institutos

nacionais, como os Institutos de Bolsas de Estudos, de Fomento Turístico, de Recursos Hídricos, Regulador do sector Eléctrico, das Pescas e de Pequenas e Médias Empresas. Ali já funciona também a Comissão de Mercado de Capitais (CMC).

As obras do Complexo Administrativo tiveram início em 2012, num projecto que contempla cinco edifícios, dois dos quais já em funcionamento. Segundo explicações do ministro da Construção, Waldemar Pires, as instalações começaram a ser erguidas para fins habitacionais, mas no seu percurso foram adaptadas para escritórios e gabinetes de departamentos ministeriais. Foram projectadas mais duas fases, até que o complexo atinja a plenitude da funcionalidade. Segundo o ministro da Construção, na fase final o complexo "Clássicos de Talatona" vai poder acolher 12 mil funcionários. Está previsto a ampliação das zonas de estacionamento e construção de mais equipamentos de apoio com bibliotecas, restaurantes, estacionamento, auditórios, ginásios, quadras desportivas, espaços verdes e melhoria do saneamento e das vias de acesso.

O ministro da Construção, Waldemar Pires, falou das preocupações com a mobilidade na zona de Talatona, e anunciou um conjunto de intervenções que vão permitir, por exemplo, retirar a pressão que hoje se verifica na Avenida Pedro Van-Dúnem, que serve de linha divisória entre o centro e sul de Luanda.

Nova ABAMAT

A jornada de campo do Presidente da República começou em Viana ao quilómetro 30. Está ali

localizada a nova ABAMAT, empreendimento afecto ao Ministério dos Transportes. O Presidente da República descerrou a placa e percorreu as instalações do centro que se pretende de referência em manutenção e inspecção de viaturas multimarcas.

O ministro dos Transportes, Augusto da Silva Tomás, disse à imprensa que a ABAMAT vai prestar um serviço inserido num mercado de concorrência e ajudar a suprir a carência em matéria de assistência e manutenção de viaturas. Segundo o ministro, no desenho actual, a ABAMAT pode inspirar o surgimento de empreendimentos similares em todas as províncias, onde privados podem, com recurso a financiamento bancário, criar unidades que além de gerar rendimentos vão ajudar a estender o tempo de vida útil das viaturas.

Reestruturação do sistema

À saída da reunião, na Cidade do Kilamba, o presidente do Conselho de Administração da IMOGESTIM, Rui Cruz, avançou à imprensa que está

em curso a reestruturação do sistema de gestão dos projectos habitacionais, centrada na ideia de "assegurar maior sustentabilidade dos mesmos, garantir a redução da exposição financeira do Estado e assegurar uma maior participação do sector privado".

Rui Cruz disse ainda ser necessário envolver a indústria nacional nos projectos habitacionais, assegurando que sejam competitivos e possam ajudar a alavancar especialmente o sector industrial dos materiais de construção.

De igual modo, acrescentou, há que terminar o levantamento que está a ser feito pela comissão e só assim começar com a proposta ao Executivo dos grandes princípios que vão nortear a nova gestão e o novo sistema de vendas, através de um novo diploma legal.

O secretário de Estado da Construção, António Teixeira Flor, responsável pelo Gabinete de Coordenação para a Construção das Cidades do Kilamba, Camama e Cacuaco, justificou a razão do envolvimento do sector privado na segunda fase de construção das habitações no Kilamba, afirmando que o Estado não pode ter o ónus de construir e vender casas.

«A única coisa com que o Estado se deve preocupar são as infra-estruturas. E essa a responsabilidade do nosso gabinete: infra-estruturas, os equipamentos sociais, construção de creches, escolas, hospitais e clínicas de proximidade", disse.

Teixeira Flor considerou prematuro avançar uma data para conclusão da segunda fase e pediu mais tempo para concluir o que está em curso. "O bom planeamento leva à fartura. Para obtermos a fartura, deixem-nos pensar e trabalhar e depois diremos quando é que iremos iniciar o processo", referiu.

6.14 Requalificação geral inquietada

Jornal Acapital

23 De Agosto de 2014

Desconfiança e insegurança sobre os moradores da comuna do bairro Operário, rua Massangano, distrito urbano do Sambizanga, em Luanda. Tudo começou desde que tomaram conhecimento, numa reunião havida a 08 de Agosto com as autoridades administrativas que lhes deu a conhecer que só os moradores que vivem nas residências mãe, poderão receber novos apartamentos, nos edifícios recentemente construídos por detrás da escola Anangola.

A grande questão está no facto de, em algumas das residências visadas, moram três a seis irmãos, havendo casos em que um deles já constituiu família e, por via disso, por consenso ser este que habita na casa maior, e os outros em anexos no quintal.

Já que a Administração disse que só cederá apartamentos aos moradores das casas mães, as discussões entre irmãos acenderam-se no sentido de determinar quem vai ou fica com o novo apartamento.

Hélio Hugo Jeremias, por exemplo, vive com sete irmãos, cada um com a respectiva esposa e os filhos, urna tia e a avó, num quintal devidamente dividida pelo patriarca que reside na casa mãe.

Dependente dos netos e da filha, a anciã tem dificuldades de responder como vai viver, num apartamento T2 Com mais de 15 agregados. Por seu turno, Hélio Jeremias, acusa a Comissão de Moradores de estar a tirar dividendos da situação dos mais desfavorecidos.

Diz estar na posse de informações, segundo as quais as residências inicialmente destinadas a todos os moradores, estão a ser vendidas pelos responsáveis.

"Há uma senhora, filha de um empresário, que volta e meia é vista a entrar no edifício novo", acusou.

José Boaventura, 60 anos, viu a residência onde mora a ser erguida, ainda criança. Acabou por herdá-la dos pais que, por sua vez, a haviam herdado dos seus avós. Hoje, lamenta a situação que se está a passar no bairro Operário.

"Não definem as coisas, nem dizem o que está no plano, para sabermos o que vai ser, afinal o nosso bairro. Vivemos de boatos e ninguém da uma explicação consentânea sobre o que eles querem fazer realmente", manifestou o velho.

Quem aparenta já ter tido acesso aos novos apartamentos é Ana Ribeiro, uma vez que disse à nossa reportagem que os mesmos não dispõem de dispensas e que as cozinhas são pequenas. Residente no bairro desde 1996 reprova a ideia de realojamento nos edifícios em causa.

"Na cozinha não entra uma geleira.

Nas nossas casas, para além de marquises temos cozinhas espaçosas. Não podem chegar e, de repente atirarem-nos para os edifícios", reagiu, lamentando o facto de até idosos estarem a ser obrigados a irem para os prédios.

Envoltos em incertezas quanto ao desfecho da situação, murmura-se que alguns moradores vão para

os novos edifícios do Anangola, mas os restantes poderão ir para o Zango.

Os moradores afligem-se, ainda mais quando souberam ser da autoria da Comissão de Moradores a informação de que só vai para os edifícios novos quem tiver mais de 40 anos de idade, e terem de pagar uma mensalidade de 30 mil kwanzas.

6.15 Angola faz progressos no acesso à habitação

Jornal de Angola

24 De Agosto de 2014

As Nações Unidas incluem Angola entre os países que conseguiram atingir, antes de 2015, as metas nos domínios da redução da pobreza, acesso à habitação e à água, revelou sexta-feira, em Luanda, a oficial da ONU no país, Amélia Russo.

Falando sobre a "Agenda global pós-2015", na "Conferência sobre desenvolvimento sustentável Angola 2015", Amélia Russo indicou que pela primeira vez a pobreza começou a ser controlada, mostrando que, tanto o número de pessoas vivendo em extrema pobreza quanto os índices de pobreza caíram em todas as regiões em desenvolvimento, incluindo na África subsahariana.

A oficial reconheceu os esforços do Governo angolano no combate à pobreza, referindo que estimativas preliminares indicam que, em 2010, a percentagem de pessoas vivendo com menos de 1,25 dólares por dia caiu para metade do valor registado em 1990.

Sem particularizar os dados, disse que a percentagem de pessoas a viver em musseques nas zonas urbanas baixou de 39 por cento, em 2000, para 22, em 2012. Em função disso, mais de 200 milhões de pessoas tiveram acesso à fontes seguras de abastecimento de água potável, saneamento básico e residências mais condignas.

Sob o lema "mundo que queremos", disse que o Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDG) 'promove consultas nacionais inclusivas em 50 países a nível do Mundo para estimular o debate sobre a Agenda de Desenvolvimento pós 2015, 19 dos quais em Africa, incluindo Angola.

"A consulta é um processo inclusivo e transparente, De 9 qual das universidades, o sector privado, sindicatos, sociedade civil e decisores são ouvidos para que as suas opiniões sejam incluídas na visão de desenvolvimento após ao ano 2015", disse.

Consulta em Angola

Em Angola, acrescentou, deputados, sector privado, sociedade civil e crianças foram ouvidos para que as suas opiniões fossem incluídas na visão de Angola para o desenvolvimento pós-2015.

O processo, de consulta nacional resultou na produção de um relatório que reflectiu as aspirações e contribuições de Angola para a discussão global sobre a Agenda de Desenvolvimento após ao ano 2015. Com prioridade com base na visão ampla e múltipla da sociedade angolana, disse terem sido destacadas acções de reforço de combate à pobreza, redução das desigualdades, educação e formação, segurança alimentar e nutrição, acesso à saúde, parceria global de desenvolvimento e redução da mortalidade materno-infantil.

A Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável: Angola Pós 2015 reuniu membros do governo, directores nacionais, representantes de organismos internacionais, professores universitários e OUITOS especialista.

Ministra do Ambiente

Desde o alcance da paz, em 2002, Angola continua a dar passos significativos na observância dos compromissos da Agenda Global de Desenvolvimento, tendo em conta a melhoria das condições de saúde, habitação e fornecimento de água e energia eléctrica) afirmou sexta-feira, em Luanda, a ministra do Ambiente.

"Temos a destacar que, com o esforço de todos os angolanos, foi possível termos alguns dos nossos objectivos de desenvolvimento apreciados com destaque, mas continuamos a trabalhar para uma transição cada vez mais rigorosa, com a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)"; disse Fátima Jardim, na cerimonia de abertura da Conferencia sobre Desenvolvimento Sustentável: Angola pós-2015.

Para a ministra, o combate ao analfabetismo, a melhoria, das condições de saúde, saneamento, a realização de programas específicos, como as iniciativas de empreendedorismo e o maior desempenho dos órgãos do Estado nas suas mais variadas vertentes são instrumentos que tem contribuído para o alcance do desenvolvimento sustentável no país.

A construção de novas centralidades, infra-estruturas rodoviárias, me lho ria no abastecimento de água e fornecimento de energia eléctrica também foram, dentre outros, os resultados apontados pela ministra Fátima Jardim e que estão a ser alcançados no quadro

dos programas e políticas do Executivo ligadas ao desenvolvimento.

A ministra admitiu que os desafios ainda são enormes para o alcance das metas preconizadas, assim como é elevada a vontade do Executivo de resolvê-los, em colaboração com os seus parceiros.

A implementação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, disse, estão a dar bons passos e, no quadro dos sucessos registados, o país tem sido saudado, a nível internacional, pelos esforços empreendidos nos mais variados domínios.

Perante membros do governo e representantes do sistema das Nações Unidas, Fátima Jardim garantiu que esforços continuarão a ser empreendidos para a melhoria da agenda nacional de desenvolvimento, no sentido de elevar a qualidade de vida da população e seu bem-estar.

"Em Angola, os passos dados têm estado a permitir uma maior integração dos mais variados grupos de vários extractos da sociedade, sobretudo mulheres e jovens, como sendo os mais vulneráveis", destacou a ministra.

A Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável: Angola Pós 2015 reuniu membros do governo, directores nacionais, representantes de organismos internacionais, do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), professores universitários e outros especialistas.

O evento, com duração de um dia, teve como objectivos desenvolver um diálogo sistematizado e construtivo voltado ao estágio da implementação dos oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e obter contribuições para a próxima Assembleia-Geral das Nações Unidas, que se realiza no próximo mês.

6.16 Executivo prova plano sobre extensão do Kilamba

Jornal Economia e Finanças
29 De Agosto de 2014

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, orientou na semana passada, na Cidade do Kilamba, uma reunião alargada que discutiu o Plano de Construção da Cidade do Kilamba e da transferência de responsabilidade da Sonip para a Imogestin, da gestão da construção e comercialização de habitações, soube-se em Luanda.

A reunião tornou conhecido do ponto de situação da execução do Plano de Construção da Cidade do Kilamba e aprovou as suas perspectivas de

desenvolvimento, tendo recomendado a conformação dos planos directores das Cidades do Kilamba, Camama e Cacuaco.

O encontro recomendou também que devem prosseguir os esforços no sentido de dotar-se a Cidade do Kilamba de equipamentos sociais e das demais infra-estruturas, por forma a satisfazer as necessidades da população e fixá-las na sua área de residência.

No que toca à gestão dos projectos habitacionais, a reunião concluiu que os referidos projectos que se encontravam sob gestão da Sonip, continuarão a ser projectos de natureza pública e que o objectivo fundamental será melhorar a sua sustentabilidade económico-financeira, sem perder de vista a sua função social, preconizada no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

Com efeito, uma nova empresa pública está a ser formada com a finalidade de ser a titular sobre os direitos dos terrenos na área do projecto da Cidade do Kilamba.

José Eduardo dos Santos fez o anúncio durante o encontro que visou a aprovação de um estudo que permita relançar o projecto de construção da Cidade do Kilamba.

O Presidente acrescentou que a nova empresa concederá o direito de superfície, nos termos da lei, àqueles que para tal obtenham a autorização do recém-criado Gabinete de Coordenação para a Construção das Cidades do Kilamba, Camama e Cacuaco.

Neste sentido, referiu que as empresas ou indivíduos que queiram realizar, nesta área, investimentos, no domínio imobiliário, terão assim uma nova oportunidade de negócios.

Legalização

Uma comissão multisectorial, presidida pelo Ministério da Justiça, vai proceder à legalização dos apartamentos e vivendas adquiridos ou a adquirir nas centralidades, em conformidade com os respectivos contratos, em todo o território nacional.

Este facto foi dado a conhecer pelo Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, durante o encontro que visou a aprovação de estudos e decisões para relançar o projecto de construção de habitações na Cidade do Kilamba.

O Estadista acrescentou que se pretende dar início ao trabalho desta comissão na Centralidade do Kilamba.

No que toca à sua administração, o Presidente José Eduardo dos Santos disse que a mesma continuará a

ser ainda competência da sua comissão administrativa e do seu presidente, nos termos da legislação em vigor.

A primeira fase de execução do projecto de construção da Cidade do Kilamba permitiu erguer as infra-estruturas fundamentais e edifícios com cerca de 20 mil apartamentos, bem como instalações para diversos serviços.

Actualmente, está em curso a construção de quase cinco mil vivendas e edifícios com aproximadamente cinco mil apartamentos.

O Plano Director da Centralidade do Kilamba prevê a construção de cerca de 90 mil fogos habitacionais, em três fases, daí que, terminada a primeira, as autoridades pretendem iniciar a segunda e mais tarde a terceira fase do projecto.

Neste sentido, para uma melhor gestão destas obras, foi criado o Gabinete de Coordenação para a Construção das Cidades do Kilamba, Camama e Cacuo cuja função é promover e conduzir os esforços de todos os sectores, empresas e outros agentes que queiram participar na construção destas cidades.

Ao longo da sua intervenção, José Eduardo dos Santos deu a conhecer que, em breve, fará uma visita ao Governo da Província de Luanda e, nesta altura, serão anunciadas outras decisões e orientações, com vista a melhorar progressivamente a governação desta província.

Estiveram presentes na reunião o vice-presidente da República, Manuel Domingos Vicente, os ministros de Estado e Chefe da Casa Civil, Edeltrudes Costa, e da Casa de Segurança, Helder Vieira Dias "Kopel ipa", da Administração do Território, Bornito de Sousa, da Construção, Waldemar Pires Alexandre, dos Transportes, Augusto Tomás, da Energia, João Baptista Barges, o governador de Luanda,

Bento Bento, além de altos funcionários da Presidência da República e outros.

6.17 Moradores preparam manifestação contra mau estado das ruas

Novo Jornal

15 De Agosto de 2014

Texto: Isabel João

FARTOS DE ESPERAR por uma resposta da administração municipal, que continua de braços cruzados, enquanto as vias públicas acumulam buracos

tão profundos que nem os carros conseguem passar, os habitantes da comuna do Hoji-ya-Henda planeiam um protesto.

As covas estão por todo o lado, num cenário de degradação onde praticamente não há rua que escape. É o caso de um trecho da via que liga o bairro da Cuca ao mercado dos Kwanzas, um dos troços que diariamente inferniza a vida dos automobilistas e dos moradores.

Maria Domingos, residente na rua Travessa do Funchal, é uma das vozes do desassossego, que aumenta com o aproximar da época chuvosa.

"Não sei se aqui, no município, somos governados por alguém. Não sabemos qual é o trabalho que o administrador municipal e o comunal fazem", protesta a moradora, de crítica apontada para um dos exemplos seria feita pelos nossos dirigentes", uma firma que, em tempos, fazia o da insatisfação popular.

"Olhe para esta rua, os carros não passam e, neste tempo, ainda não há chuvas. É muito triste, mas estes dirigentes só pensam mesmo nos seus bolsos. Estou muito cansada desta situação", desabafa, responsabilizando também os vizinhos.

"Estão constantemente a deitar água na via. Quando alguns jovens tentam melhorar a estrada, pedindo uma contribuição, nunca têm dinheiro e a resposta é que o governo é que tem a obrigação de arranjar as ruas".

Moradora no Hoji-ya-Henda há mais de 20 anos, Maria garante que a comunidade já apresentou várias reclamações junto do administrador municipal, Tany Narciso, todas sem resposta. O mesmo desfecho teve as tentativas de contacto do NJ, no sentido de esclarecer a situação.

"A única coisa que ele faz são promessas e mais promessas. Resolver o problema, que é bom, nada. Os moradores até têm de deixar as viaturas na via principal por causa dos buracos. Mesmo com quintais para guardar os carros, somos obrigadas a abandoná-los na rua", reforça Maria.

NÃO SE CONSEGUE ANDAR

A situação tornou-se de tal forma precária que as pessoas mal conseguem circular. "Em dias de chuva, é quase impossível pular os buracos, Já houve algumas coisa seria feita pelos nossos dirigentes", critica outro habitante.

"Somente quando os moradores se juntarem e fizerem uma manifestação é que vão resolver a situação. Já deu para ver que em Angola as coisas só funcionam assim. Apenas com confusão é que irão tomar providências",

contesta outro residente da comuna do Hoji-ya-Henda.

O cenário de um ruidoso protesto popular promete concretizar-se em breve, caso o administrador municipal não resolva a situação de algumas ruas da comuna do Hoji-ya-Henda, acrescenta Ana Santana.

"Se mesmo agora, para sair de casa para a via principal é uma dor de cabeça, o que vai ser dos moradores quando começar a chover?", questiona a comerciante e moradora na zona do mercado dos Kwanzas, interrogando-se sobre o destino de uma firma que, em tempos, fazia o trabalho de tapa-buracos.

"Não sabemos por onde anda a tal empresa que solucionava alguns problemas na via. Os remendos também não duravam muito tempo, mas faziam alguma diferença".

Além de exigirem a reabilitação das vias secundárias e terciárias, os moradores reclamam uma clarificação de competências.

"É tanta coisa que as pessoas, às vezes, não entendem se a responsabilidade é do Governo Provincial de Luanda ou da administração municipal. Gostaria que esclarecessem esta situação, porque as coisas não podem continuar assim", nota Pedro Santos, sublinhando que o administrador já está em funções "há muitos anos, sem que se veja o trabalho que faz".

Apesar de o alvo da contestação ser sobretudo Tany Narciso, que desde 2008 lidera a administração do Cazenga - que gere a comuna do Hoji-ya-Henda =, fontes do Governo Provincial de Luanda (GPL) contactadas pelo Novo Jornal asseguraram que a responsabilidade pela manutenção das ruas secundárias, designadamente nos municípios, pertence ao próprio governo da província ..

PERDER A PACIÊNCIA

Farta de esperar por uma intervenção, a comerciante Tânia Gomes admite que já perdeu a paciência. "Estes buracos estão aqui há muitos anos e nada é feito para resolver o problema. Não sei que tipo de dirigentes temos neste país, onde o povo sofre e eles não fazem nada. Muitas vezes pergunta: Se Luanda, onde eles vivem, está assim, como estará a resta do país?".

Segunda a também moradora da Hoji-ya-Henda, outra via que está em péssimas condições é a que liga o bairro da Cuca ao bairro da São. Paula, não dando espaço para manobras, "Quem sai da São. Paulo para a Cuca encontra grandes buracos, Todos os dias há água na estrada. Há informações de que essa água sai da fábrica da Cuca e que o administrador municipal da Cazenga tem conhecimento disso. Só não sabemos porque é

que não toma medidas. Isto, tem provocado um tremendo engarrafamento. Por causa dos buracos, as pessoas chegam sempre tarde aos seus locais de trabalho e isto, por irresponsabilidade destas pessoas que dirigem mal o país", acusa.

"Não foi para viver assim que a Presidente Agostinha Neto lutou para libertar o povo angolano das brancas. Nós, no tempo colonial, vivíamos bem, não tínhamos este sofrimento que temos hoje", lamenta Paula da Conceição, outra das residentes da Cazenga ouvidas pela NJ.

Há cerca de 15 anos no município, Paula, de 63 anos, conta que há mais de duas décadas não existe ali uma rede de esgotos.

Para Ana Santana, o panorama seria diferente se o país já tivesse aplicada a lei das autarquias, instrumento que permitirá aos moradores elegerem os seus representantes locais, "Se fosse por votos, podem ter a certeza que este administrador não estaria aqui. Como é que uma pessoa de quem não vemos trabalhar feita continua cá? É muita triste", conclui a habitante.

6.18 Obras de requalificação urbana com indicadores animadores

Jornal Economia e Finanças
15 De Agosto de 2014
Texto: António Eugénio

O projecto de requalificação no município do Cazenga já permitiu a construção de oito edifícios de quatro andares, prevendo a construção de outros que ocuparão um espaço total de 60 hectares naquela localidade. A informação foi avançada recentemente, em Luanda, pelo director do Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do distrito do Rangel e dos municípios do Cazenga e do Sambizanga, Bento Soito, quando apresentava o tema "Cidades e vilas", no fórum Nacional dos municípios e cidades, promovido pelo Ministério da Administração do Território.

Segundo a fonte, está em curso a fase de conclusão dos processos da construção, das redes técnicas, abastecimento de água, energia eléctrica, arruamentos com passeios, vias asfaltadas, telecomunicações, drenagem pluvial e residual, que considera estar ligeiramente atrasada.

Projectos

No município do Sambizanga, a primeira fase do projecto, virado à construção das infra-estruturas, está adiantada, mas relativamente atrasada no que diz respeito à construção dos edifícios habitacionais e dos

equipamentos sociais redes técnicas de abastecimento de água, energia eléctrica, arruamentos com passeios e vias asfaltadas, telecomunicações, drenagem pluvial e residual.

Bento Soito referiu que a transferência dos moradores para estes novos edifícios será feita somente quando o trabalho das infra-estruturas estiver completo. Independentemente de os edifícios estarem concluídos, se as infra-estruturas não estiverem, não haverá condições para alojar as famílias.

O gestor precisou que "estão a trabalhar também no sentido de proceder à transferência ou realojamento de algumas famílias que estão na área adjacente à primeira fase, para o Zango, num processo que abrange cerca de 500 famílias.

De acordo com a fonte, implantar uma zona verde no Cazenga, Rangel e Sambizanga, contrariando a forma actual dos municípios em referência, e os investimentos trarão mais emprego. Na ocasião, o director do projecto de reconversão destas localidades recordou que a primeira pedra foi lançada em 2010, mas as obras tiveram início em 2011 e o processo de reconversão urbana para o Cazenga, Sambizanga e Rangel, num território de 54 quilómetros quadrados, será executado num período de 15 a 20 anos. O projecto prevê contemplar 2,4 milhões de habitantes.

Primeiros moradores

As primeiras 128 habitações construídas no Cazenga, no quadro da requalificação urbana do município, começam a ser habitadas ainda este ano. O arquitecto Bento Soito explicou que as habitações, que se encontram em fase de acabamento, são apartamentos integrados em oito edifícios de quatro andares, com 16 fogos em cada piso.

Os beneficiários são moradores do Cazenga, cujas casas vão ser demolidas, para dar lugar à construção de novos edifícios, no âmbito da reconversão urbana do município. Metade dos 60 hectares previstos para a primeira fase de requalificação urbana do Cazenga e 90 por cento dos 30 hectares no distrito urbano do Sambizanga já foram dotados de infra-estruturas.

Bento Soito salientou que a zona abrangida pelo projecto perfaz mais de 54 mil quilómetros quadrados e, até à conclusão das obras de requalificação, prevista para 2025, beneficia 2,5 milhões de habitantes.

6.19 Administração de Cacuoço promete casa ainda este ano

Semanário Angolense

16 De Agosto de 2014

Texto: Vandakeya Calitangue

A informação foi avançada pela administradora adjunta do município de Cacuoço, Maria Freire, que salientou estarem a ser feitas diligências para a entrega da referida residência.

«Nós estamos a trabalhar para isso e num curto espaço de tempo vamos dar a resposta a mãe das crianças ou a senhora poderá se pronunciar. Bem, eu não queria dar um horizonte, mas acredito que ainda dentro deste ano nós teremos esta casa», reforçou.

De acordo com a responsável, a administração municipal nunca deixou de apoiar estas crianças doentes. Maria Freire disse, por outro lado, que depois do caso destes pequenos ter chegado à administração de Cacuoço, a instituição que dirige contou com apoios do comité de especialidade dos médicos do partido MPLA e da OMA do município de Cacuoço.

«A OMA deu uma máquina de costura, cobertores, bacias, panelas, enfim... uma série de coisas.

Já o comité de especialidade dos médicos do MPLA e o Ministério da Saúde moveram esforços para que se diagnosticasse a doença dos pequenos. Ficamos a saber que a enfermidade não tem cura, mas os médicos recomendaram um tipo de medicamento que serve para minimizar o problema da pele. Para o efeito, o MINARS provincial e a administração local têm apoiado», referiu.

«Temos apoiado esta família. Quando tomamos contacto com o caso, a senhora tinha rendas de casa em atraso e a administração pagou. Depois de termos levado para lá uma máquina de costura, arranjamos um lugar para que ela pudesse trabalhar no mercado do Kikolo, arranjamos também a matéria-prima para que ela comesse o seu negócio e ela se recusou sem algum problema aparente. A senhora é saudável, não sofre de nenhuma patologia, ela pode trabalhar», disse.

A afirmação da administradora adjunta de Cacuoço foi reforçada pela chefe de secção do MINARS local, Isabel Garcia Monteiro que referiu, por sua vez, que o MINARS tem dado roupas usadas, banheiras, etc. «Nós temos acompanhado a dona Nsunda, só que por motivos desconhecidos, ela desapareceu durante cerca de um ano e só voltou a aparecer na administração na terça-feira, 05/07.

Mesmo assim, demos a ela alguns frescos, designadamente: Uma caixa de frango, costeletas e quatro colchões 'tamanho para casal', uma vez que ela disse que os colchões que havíamos oferecido no ano passado já estavam estragados», referiu.

Afinal porquê que a dona Nsunda deixou de solicitar apoios a administração?

De acordo com ela, em finais do ano passado, quando a representante do MINARS a levou para conhecer o terreno onde dizem que vai ser construída a casa, «ela deu-me dois atados de fardo para vender, alegando ser o último apoio da instituição; quanto a casa tinha que aguardar pelo desfecho», disse dona Nsunda na presença dos representantes da administração e do MINARS.

Continuando, dona Nsunda contou que a situação dos seus filhos continua a ser a de sempre ou seja, sem mudança, desde que foram feitas promessas de melhorar as condições de vida dos rapazes. «Neste momento estão mais ou menos porque o clima é fresco e favorece, mas quando o sol se apresentar mais forte, aí sim, começa a guerra. Tenho que molhá-los constantemente».

A mãe dos pequenos enfermos disse ainda que continuam a viver «naquela casa, nas mesmas condições de sempre. Não tem luz, ar condicionado, nem água. Para conseguir água tenho de enfrentar longas filas no chafariz. Esta semana a vice-administradora apoiou-nos com comida e colchões. O ano passado recebi comida, colchão e uma máquina de costura. Mas o que as crianças precisam neste momento é de uma casa climatizada, só assim é que poderei trabalhar para sustentá-los», reiterou.

Prometeu-se a casa mas...

De acordo com Maria Freire, os apoios da administração não pararam por aí. A responsável salientou que a administração municipal arranhou um espaço onde será erguida uma residência para a família em causa, na localidade da Caop, comuna da Funda, onde já existem cerca de sete mil lares.

A construção da casa com as condições exigidas será financiada por um empresário que se solidarizou com o drama das crianças.

«Levamos a senhora para ver o espaço, mas infelizmente disse que não queria ficar naquele lugar».

Dado o descontentamento de dona Nsunda, a nossa equipa de reportagem foi conhecer o terreno e constatou-se que é uma área muito pouco habitada e as poucas casas que lá existem são feitas de chapas.

No local não há luz nem água e muito menos indícios de vir a ter estes serviços disponíveis o mais rápido possível. Este foi o motivo da preocupação da progenitora. «Eu vi o terreno e gostei; o problema é que lá não há luz, nem água. Agora eu gostava de saber como é que fica a questão da luz e da água, até porque os meninos precisam de estar numa casa climatizada», questionou.

"Voltando à administradora adjunta de Cacucaco, esta disse não saber qual o terreno que a dona Nsunda mostrou à nossa equipa de reportagem. Porém, adiantou que no espaço cedido pela administração tem mais de sete mil famílias em casebres, ou seja casas de chapas e que estão já em fase de construção casas definitivas. O espaço está integrado num terreno destinado a um reacentamento dirigido pela administração local. «A Sra. Nsunda e os seus filhos estarão num local privilegiado», assegurou a responsável.

«Nós administração local e o governo provincial de Luanda, estamos a ver outras vias de aquisição desta residência para ela. Agora pedimos que a senhora tenha um pouquinho de calma, até porque o filho mais velho da senhora tem 11 anos e ela veio do Uíge, propriamente da Damba, onde é a sua terra natal e durante este tempo todo ela teve outras formas de subsistência. Nós apoiamos na medida do possível, até porque a administração não tem uma verba específica para este tipo de situação. Não tem os meios já preparados para quem tiver problemas e dissermos que está aqui uma casa, está aqui 100 mil dólares, se calhar, para a vida toda, não temos isso. Então nós também pedimos apoios e é preciso que tenham paciência e nós, na medida do possível, vamos ajudar a família», sublinhou.

Administradora vs pastor

Uma outra questão que preocupa a administradora adjunta tem a ver com um alegado pastor que descobriu o caso das crianças doentes e os levou a administração. De acordo com Maria Freire, o referido pastor, que prefere não identificar a religião a que pertence, tem tirado aproveitamento da situação para fins próprios.

«Há igrejas que dão apoio e não andam com a televisão às costas, ou com a rádio ou jornais a dizer que apoiaram esta ou aquela família. O que o pastor devia fazer é falar com os seus crentes e apoiar-o-nos. Nós precisamos do apoio das igrejas, ONGs, da comunidade e da sociedade civil. Nós administração e o MINARS provincial decidimos não tratar mais nada com este pastor, porque estamos a ver um aproveitamento da parte dele. Ele é que quer receber os apoios, receber os dinheiros, quer que lhe seja

entregue a casa quando a senhora até goza de boa saúde. A senhora tem o nosso endereço, sabe como nos contactar, nós temo-la localizada e estamos a trabalhar para que a situação dela seja resolvida», reiterou Maria Freire.

Contactado o pastor José Cassoma, disse que acusação da administradora adjunta de Cacuaco não corresponde com a verdade.

No entanto, desafia a administração local a apresentar provas contra si. «Eu não tenho feito nada que não seja ajudar aquela família a encontrar uma solução para o seu problema. Eu faço tudo em meu nome pessoal e nunca em nome da minha igreja», disse, acrescentando que deixou de manter contacto com aquela família a pedido da própria administração.

6.20 Património

Jornal Acapital

16 De Agosto de 2014

Outro aspecto que preocupa importantes sectores sócio-culturais de Luanda é a sua desqualificação a pretexto da globalização. À propósito, Ângela Mingas defendeu que, embora exista toda uma estrutura de defesa legal do património da cidade, o exercício de preservação do mesmo não tem sido muito ouvido.

"O património que está em risco na cidade de Luanda não é um património monumental ou de

escala. Não é aquele que é propriedade pública. Ninguém sonha demolir a fortaleza de São Miguel para construir um prédio ou o Banco Nacional para fazer um condomínio", pois, elucidou, "são edifícios de escala nacional e propriedade do Estado.

Recorda, por outro lado, que "infelizmente o grande ameaçador do património da cidade e da sua paisagem é o mercado imobiliário, porque tem força suficiente para chegar ao proprietário de uma casa típica e dizer, por exemplo, tenho cinco milhões de dólares"...

Por isso, defende ainda, "é preciso que exista uma acção real que, para além de afixar placas a dizer que é um património, crie benefícios, formas de planificação e promova as pessoas que vivem na baixa da cidade para que sejam elas as maiores defensoras do património".

Mingas sublinha que único caso que se conhece de um património que esteve em risco e que foi alienado, foi o Largo do Kinaxixe.

"Era propriedade pública e foi alienado para benefício privado. É contra a lei".

"Quem tem que defender os patrimónios são as pessoas e não o Estado. O largo do Pelourinho que já não existe, e que foi transformado em parque de estacionamento era onde se castigavam homens escravizados, onde se vendiam escravos e, muitas vezes, morriam. Consta que muitas vezes foram enterrados naquele local. De repente um sítio que deveria ser um local de memória, é transformado em parque de estacionamento ou discoteca. É um autêntico desrespeito", lamentou.

"As cidades têm que ser democráticas. O Elinga, por exemplo, é um dos sítios mais democráticos da cidade. Todo mundo frequenta-o tranquilamente, desde os mais pobres aos mais ricos, nacionais ou estrangeiros. E o edifício tem utilidade pública", no entanto, prossegue, "se for demolido e for construído um outro fantástico, garanto que, do ponto de vista da democraticidade, aquele espaço vai ser frequentado apenas por uma camada específica da sociedade".

6.21 Entre a preservação e o modernismo

Jornal Acapital

16 De Agosto de 2014

Texto: Lutuck Matokéissa

E cada vez crescente a preocupação das autoridades angolanas em conferir melhor ordenamento das cidades, com vista a proporcionar aos seus habitantes melhores condições de vida.

Aliás, não foi por acaso que, recentemente o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, orientou uma reunião do Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda, (CCEL), tendo avaliado o Plano Director da província de Luanda.

A reunião em causa marcou para Outubro próximo a realização de um Simpósio Internacional que visa reunir especialistas com gabarito para darem contributos para a gestão e ordenamento do território. Entre outros aspectos, o CCEL tomou conhecimento do projecto do plano de requalificação da Ilha de Luanda, com particular realce para a recuperação da sua floresta.

Enquanto isso, a sociedade civil não cruzou os braços, tendo, igualmente realizado um importante evento atinente ao mesmo assunto no qual foi principal interveniente uma voz autorizada em matéria de arquitectura, ordenamento do território e preservação do património.

É o caso da arquitecta Ângela Branco Lima Mingas, que esteve recentemente em palestra na União dos

Escritores Angolanos para se debruçar sobre Luanda ontem, hoje e amanhã. Um das vozes críticas em relação aos rumos descaracterizadores de que a cidade tem sido alvo, considerou que a Luanda de hoje é uma cidade só metropolitana, estratificada em centro, musseque e condomínios. Segundo ela, o Plano Geral Metropolitano de Luanda que tem como objectivo o desenvolvimento da cidade até 2030, tem pouco tempo para execução, se tiver em conta que preconiza a construção de áreas residenciais e urbanismos sociais, bem como regular a organização territorial.

"Existem várias instituições como a Urbaninvest, Broadway Malyan, a Universidade de Nova Lisboa e a Deloyd que têm, até Julho de 2015, para apresentar o plano", informou Ângela Mingas para quem o modernismo enquanto princípio da arquitectura e do desenvolvimento urbano já faliu.

"Estamos no pós-modernismo. É preciso compreender que Luanda é desenhada por Simão Lopes de Carvalho. Quando começa-se a desenhar as estradas de Luanda, estamos a ir buscar aquilo que já foi feito em 1950 como Plano Director. Não há ideias novas".

"É, mais ou menos, como a Assembleia Nacional. Tudo cor-de-rosa, não há nada de novo", ironizou a especialista, que salientou, também, o facto de os condomínios que se vão erguendo, em Luanda, geralmente, não terem condições de vida.

"Podem ter ar condicionado e tudo, mas as condições urbano-sociais que se criam para este tipo de moradias, faz com que, enquanto qualidade de vida, não exista", averiguou.

Musseques

"Depois temos os musseques. Tudo aquilo que vimos como máxima do crescimento está virado para as centralidades", mas o ideal, no pensamento da arquitecta, devia estar em pensar no espaço de vivência da população que é a esmagadora maioria da cidade de Luanda.

"Centralidades ou condomínios.

Será que só existem estas duas alternativas?" interroga-se, para a seguir detalhar que o musseque, não obstante causar embaraços no trânsito, é uma fonte de informação de um imaginário particular de onde vêm coisas boas e más.

"Surpreendentemente, as coisas boas que vêm do musseque são físicas, enquanto o crime é comum em todas as esferas e estratos sociais. A kizomba e o semba, só existem lá", ilustrou, quando notava que os primeiros musseques, em Luanda, remontam o século

XVI, 1576, com as primeiras referências de 1589, pouco depois de ter sido fundada.

"Eram os espaços fora da cidade", explicou, ao clarificar que no tempo colonial, os referidos espaços adquiriram outro estatuto, ficando definidos em decreto como lugares dos pretos e assimilados onde não havia asfalto nem se deveria asfaltar.

Segundo ela, os musseques famosos em Luanda eram as Ingombotas, bairro Operário e o Marçal. Entretanto, no pós independência não há segregação social, mas a forma de ocupar terras acabou por proliferar esses espaços.

A olhar para isso, a palestrante chama atenção para o facto de, além dos condomínios e das centralidades seja importante pensar-se em como é que os musseques se vão transformar em espaços do futuro.

"Aquilo que temos em Luanda como musseque vem de há muito tempo e sempre foi planificado.

Musseque é o direito à diferença morfológica. As coisas não são todas iguais e não têm de ser", sentenciou Ângela Mingas.

6.22 Mais moradias na centralidade

Jornal de Angola

17 De Agosto de 2014

Um total de 320 casas das três mil previstas estão a ser erguidas na centralidade do Luena, na província do Moxico, no âmbito do Plano Nacional de Urbanização e Habitação, revelou o vice-governador local para a área técnica e infra-estruturas.

Manuel Lituai referiu que a centralidade vai dispor de três tipologias de casas, para concretização dos sonhos de muitas famílias e suprir as dificuldades que a cidade do Luena enfrenta no capítulo habitacional.

A centralidade vai dispor de todas as infra-estruturas, como o abastecimento de energia eléctrica, acessos viários, equipamentos sociais, como jardins infantis, escolas e postos de saúde.

Recentemente, o vice-governador Manuel Lituai participou num encontro, dirigido pelo ministro do Urbanismo e Habitação, Conceição Silva, destinado a analisar a problemática das infra-estruturas das centralidades, cujas obras estão a cargo da construtora Kora-Angola, nas províncias de Luanda, Huambo, Moxico, Uíge, Cuanza Sul e Bié.

6.23 Casas para pessoas sem-tecto

Jornal de Angola

19 De Agosto de 2014

Texto: Gustavo Monge

Uma pequena casa prática e funcional para pessoas sem tecto, cujas despesas são financiadas com propagandas enormes em cercas - ainda que essa ideia seja ainda um projecto, já despertou grande interesse entre os anunciantes da Eslováquia, país onde surgiu esta iniciativa destinada a oferecer moradia digna para quem não tem.

Sem luxos excessivos, nos 18 metros quadrados cabem quarto, cozinha, casa de banho e um pequeno escritório, graças ao facto de que a superfície útil aumenta ligeiramente pela distribuição em dois níveis.

As casas seriam instaladas perto a estradas, em formato triangular para aproveitar a visão de ambas as direcções, e fabricadas com madeira, alicerces de concreto e compensado, com um custo total de 5 mil euros.

"Pensamos, primeiro, nas pessoas sem tecto, já que a renda da publicidade deveria cobrir as despesas com energia. Será importante estabelecer a forma de escolher os moradores, fixando os critérios que deverão ser cumpridos e respeitados", explicou à Agência Efe Matej Nedorolik, do estúdio de arquitectos Gregory And Solutions, que lançou a ideia na cidade de Banská Bystrica.

As reacções positivas conseguidas até agora, principalmente na opinião pública internacional, despertaram o interesse dos criadores do projecto em explorar também outro tipo de público, além dos eslovacos sem-tecto.

Lá, o projecto se justifica facilmente já que a renda média de uma cerca publicitária é de 150 euros por mês, valor que cobre a electricidade para a iluminação do cartaz e as despesas com energia da casa.

"Mas é muito provável que o valor desta publicidade ligada a cerca da casa aumente muito pelo enorme interesse que despertou na imprensa", acrescentou Nedorolik.

O escritório de arquitectura concebeu modelos que, com o princípio de absoluta gratuidade, pretende adaptá-los às necessidades de cada lugar, em função de suas infra-estruturas.

Os criadores não os patentearam nem exigirão qualquer comissão pelo uso desses desenhos, que poderão ser modificados por outros arquitectos e designers em regime de código aberto.

Os protótipos actuais possuem acesso a redes de água e electricidade, exigindo, portanto, infra-estruturas básicas.

"Por enquanto, não temos acordo internacional, mas estamos abertos a essa cooperação. Os estrangeiros percebem este projecto de forma muito diferente dos eslovacos. Todos os dias, pessoas ligam para a gente querendo fazer o projecto nos seus países", declarou o arquitecto por e-mail à Efe.

Sobre a localização das casas-cerca, Nedorolik reconheceu que colocá-las perto de estradas pode criar alguns problemas aos inquilinos, não só de ruídos, mas também de segurança.

"Ali será mais complicado, porque há mais riscos devido aos altos limites de velocidade", ao contrário dos bairros, onde a velocidade máxima é de 50 km/h, e das estradas secundárias com 90 km/h.

6.24 Centralidade do Kilamba está sem infra-estruturas

Jornal de Angola

20 De Agosto de 2014

Texto: Cristina Da Silva

O porta-voz dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB) alertou, ontem, em Luanda, para a necessidade de criar urgentemente infra-estruturas nas centralidades existentes no país, para facilitar os trabalhos dos bombeiros em casos de emergência.

O responsável Faustino Sebastião informou que este ano, foram registadas na Cidade do Kilamba dez intervenções, por várias razões, estando os incêndios em maior evidência.

O porta-voz do órgão operativo do Ministério do Interior declarou que a falta de infra-estruturas para os Serviços de Bombeiros na Centralidade do Kilamba dificulta a celeridade em caso de emergência.

"Temos sido solicitados para a abertura de portas e encravamento de elevadores por falta de energia eléctrica", acrescentou o responsável da SPCB.

Faustino Sebastião apelou aos moradores para terem cuidado com as crianças neste período de férias. "As crianças estão em período de férias e é importante que os cuidados com elas sejam redobrados para que o mais grave não aconteça", aconselhou o especialista em protecção civil.

O funcionário dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros condenou a atitude irresponsável de moradores da Centralidade do Kilamba que retiram os

equipamentos para a extinção de incêndios colocados em cada andar pela empresa construtora chinesa. Liomar Borges, uma moradora do prédio T13, disse que, no seu prédio, já não existem extintores disponíveis para serem usados em casos de incêndios.

"A Citic colocou em cada andar quatro extintores, mas hoje, com a ocupação dos prédios, quase todos os prédios já não têm esse dispositivo contra incêndio", disse a moradora.

Em sua opinião, a falta de segurança em muitos edifícios e de comissão de moradores permite que qualquer indivíduo entre e retire o que encontrar.

6.25 Centralidade do Kilamba sem infra-estruturas

Jornal Manchete

22 De Agosto de 2014

O porta-voz dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB) alertou, esta semana, em Luanda, para a necessidade de se criar urgentemente infra-estruturas nas centralidades existentes no país, para facilitar os trabalhos dos bombeiros em casos de emergência.

Faustino Sebastião informou que este ano foram registadas na Cidade do Kilamba dez intervenções, por várias razões, estando os incêndios em maior evidência.

O responsável declarou que a falta de infra-estruturas para os Serviços de Bombeiros na Centralidade do Kilamba dificulta a celeridade em caso de emergência.

"Temos sido solicitados para a abertura de portas e encravamento de elevadores por falta de energia eléctrica", acrescentou o responsável, tendo apelado aos moradores para terem cuidado com as crianças neste período de férias. "As crianças estão em período de férias e é importante que os cuidados com elas sejam redobrados para que o mais grave não aconteça", aconselhou.

6.26 Centralidade do Kilamba. Começou a degradação, por culpa de vários moradores

Jornal Agora

22 De Agosto de 2014

Texto: Gaspar Faustino

O Agora esteve, recentemente, na Centralidade do Kilamba e conversou com alguns moradores que se

manifestaram preocupados com a degradação da juventude, em virtude do uso de drogas.

Luiana Miranda, 17 anos, disse à nossa reportagem que a delinquência e os acidentes de viação têm sido muito frequentes na nova cidade.

A estudante considerou triste o cenário que se vive na Centralidade, contando que já foi vítima de assaltos, e, por não se sentir segura, anda com o telemóvel à cintura. "Sei que isso pode causar alguns problemas de saúde, por causa da vibração do aparelho, mas não tenho outro recurso", lamentou.

A jovem lembrou ainda que a situação já foi melhor, mas agora o clima de insegurança está praticamente generalizado. "Quase todos temos medo de chegar tarde a casa, por causa dos assaltantes", referiu, apontando, igualmente, que uma das causas que provocam o aumento de assaltos tem a ver com crescimento da população na urbe.

"A situação está a tornar-se mesmo insuportável", declarou Mirene Santos, também moradora e estudante da Escola nº 2005.

"A situação é crítica. A Polícia devia reforçar o patrulhamento nesta zona, aconselhou.

Mirene Santos reconhece que há esforço da corporação para garantir a segurança pública, mas considera que precisa de ser redobrado.

"Não estamos seguros. O risco de sofrer um assalto está sempre à espreita, mesmo à luz do dia, reforça o morador Emanuel Filipe.

O jovem Edson Alexandre disse, por sua vez, que quase que já não há diferença entre o 'gueto' e a cidade, pois os meliantes se sentem muito à vontade na Centralidade.

"A cada dia que passa, surgem novos grupos de bandidos, porque eles sabem como agir longe dos 'holofotes' da Polícia. Ainda, como se não bastasse, por vezes chegam a afrontar os agentes da ordem. É complicado", complementou Edson Alexandre.

COMEÇAR ESCOLAS. De acordo com a coordenadora para os Serviços de Educação na Centralidade do Kilamba, Maria Ferreira, a situação nas escolas está controlada e não existe delinquência nos estabelecimentos escolares.

"Não temos problemas de delinquência nas escolas, mas fora delas", admitiu a responsável.

A docente garantiu, inclusive, que as direcções das escolas têm realizado palestras com os alunos e

encarregados de educação, para sensibilizá-los sobre a necessidade da prática de boa conduta dos educandos, quer no recinto escolar, quer fora deste.

"É necessário que os encarregados se engajem mais na educação dos seus filhos desde tenra idade", apelou o sociólogo João Lukombo.

"Parece simples é demasiado fácil, mas temos de começar por algum lado. Uma criança, habituada no seu dia-a-dia a assistir a situações ilícitas e moralmente condenáveis, não adquirirá esta percepção básica do que é viver em sociedade e os princípios que permitem mais tarde reduzir, drasticamente, a delinquência juvenil", apontou, advertindo que "a escola pode e deve desempenhar papel importante, não só na formação cultural dos alunos, como também do seu próprio comportamento moral e social".

O académico sugeriu ainda a necessidade de todas as escolas do país terem, no seu quadro docente, a figura de um sociólogo.

"Não devemos remeter estes jovens para um estatuto de incapazes, vendo-os como uns coitadinhos. Temos é de compreender o meio que os envolve e o modo como vivem. A maioria

deles reside em locais fechados, onde não há mistura social e onde se concentram referências negativas; jovens que têm, na sua grande maioria, insucesso escolar garantido, que faltam às aulas sistematicamente, mantendo-se matriculados até aos 16 anos (porque é obrigatório) para saírem, depois, sem qualquer preparação para enfrentar a vida real", descreveu.

"Já sei ler e escrever, e isso já é suficiente para viver", dizem muitos deles quando se lhes pergunta por que razão não querem continuar na escola ou porque faltam tanto às aulas, explicou o sociólogo.

No seu entender, as escolas devem sinalizar casos de crianças com comportamento anti-social e para prevenir o agravamento do que pode vir a ser um verdadeiro distúrbio de conduta.

NÃO HÁ ESPAÇOS VERDES. O verde dos jardins está a desaparecer, em vastas áreas da Centralidade, dando lugar ao capim seco e ao lixo. Tudo isso decorre da falta de manutenção dos espaços que serviam para o lazer dos moradores.

Um morador do prédio B4 lamentou o facto de quase todos os largos da Centralidade estarem em avançado estado de degradação.

"Desde que estamos cá a morar, apenas vimos fazerem manutenção nos jardins por duas vezes. É lastimável", disse.

Muitos jardins apresentam, há muito" uma imagem de abandono, e os moradores não podem permanecer por causa do lixo e do mau cheiro.

ACIDENTES EM ALTA O número de acidentes rodoviários na Centralidade do Kilamba também está a aumentar consideravelmente. De acordo com informações de vários moradores, há dias, um

acidente acabou com a vida de um casal de idoso que vinha de uma igreja e os jovens ocupantes da viatura que atropelou encontravam-se sob efeito de álcool. Para um dos nossos interlocutores, as coisas aqui estão a ficar muito feias, porque, apesar da sinalização luminosa, vertical horizontal, cada um quer conduzir do seu jeito, salientando que isso tem acontecido, muitas vezes, devido à fraca visibilidade de agentes reguladores ou controladores de trânsito.

No entroncamento onde o casal de idosos foi atropelado, os acidentes têm sido muito frequentes. "Este não é o primeiro acidente desta dimensão aqui no Kilamba. Neste cruzamento, ocorrem muitos desastres fatais", referiu a nossa fonte.

Como precaução, os moradores sugerem a colocação de 'quebra-molas' nas principais vias, para que os automobilistas reduzam a velocidade dos carros.

"Tive, neste mesmo local, um acidente. O meu carro ficou machucado, mas, felizmente, saí ileso. Por isso, penso que o melhor é colocar 'quebra-molas', porque os condutores não respeitam as regras de trânsito. Temos acompanhado muitos acidentes, principalmente aos fins-de-semana", confirma.

COMPORTAMENTO PROBLEMÁTICO. Em contrapartida, o porta-voz dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB) alertou, terça-feira, em Luanda, para a necessidade de se criarem urgentemente infra-estruturas nas centralidades existentes no país, para facilitar os trabalhos dos bombeiros em casos de emergência.

Faustino Sebastião revelou que, este ano, foram registadas no Kilamba 10 intervenções, por várias razões, estando os incêndios em maior evidência.

O responsável do SPCB declarou que a falta de infra-estruturas para os Serviços de Bombeiros na Centralidade do Kilamba dificulta a celeridade em caso de emergência.

"Temos sido solicitados para a abertura de portas e encravamento de elevadores por falta de energia eléctrica", acrescentou.

Faustino Sebastião apelou aos moradores para terem cuidado com as crianças neste período de férias. "É importante que os cuidados com elas sejam redobrados, para que o mais grave não aconteça", aconselhou o especialista em protecção civil.

Faustino Sebastião condenou, igualmente, a atitude irresponsável de moradores que retiram os equipamentos de apoio à extinção de incêndios colocados em cada andar pela empresa construtora dos edifícios.

Leomar Borges, morador do prédio T13, disse que no seu edifício já não existem extintores disponíveis para ser e usados em caso de incêndio.

"A CITIC colocou em cada andar quatro extintores, mas hoje, com a ocupação dos prédios, quase todos já não têm estes dispositivos de combate aos incêndios", disse.

No seu entender, a falta de segurança em muitos edifícios, bem como de uma comissão de moradores, permite que qualquer indivíduo entre e retire o que encontrar.

o PROJECTO NO SEU TODO. Inaugurada a 11 de Julho de 2011 pelo Presidente da República, a nova Centralidade do Kilamba Kiaxi, localizada a cerca de 20 quilómetros a Sul do centro de Luanda, foi projectada para funcionar como sede do recém-criado município de Belas.

De acordo com dados divulgados por esta altura, o projecto foi concebido para a execução em três fases, com um total de 82 mil apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados. A pedra de toque de arranque do empreendimento foi lançada no dia 31 de Agosto de 2008.

A primeira fase deste empreendimento foi prevista para alojar cerca de 19 mil pessoas em 115 edifícios, num total de 3.800 apartamentos, erguidos em padrão urbano com serviços públicos integrados, como escolas e instituições financeiras. Comporta, igualmente, 48 lojas, parques de estacionamento, paragens para transporte públicos, entre outros.

O escopo inicial do empreendimento compreende 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias, oito secundárias e 150 quilómetros de estradas.

Os prédios estão dispostos em quatro quarteirões, equipados com quatro jardins-de-infância, duas escolas primárias e uma secundária Elementos como

suportes e canalização para os aparelhos de ar-condicionado foram incorporados na arquitectura dos edifícios.

Estão concluídas as infra-estruturas sociais, como escolas primárias e secundárias, com espaços desportivos dotados de quadras de jogos multiusos e campos de futebol com pistas de atletismo, mas boa parte já mal conservada. Dispõe também de estações de tratamento de água potável (ETA) e de águas residuais (ETAR) que estão prontas, bem como de duas subestações eléctricas que fornecem energia à cidade.

A cidade foi construída sem barreiras arquitectónicas, de modo a que as pessoas portadoras de deficiência possam circular de forma autónoma e com segurança. Dispõe também de um hospital, clínicas e está prevista a construção de pelo menos 12 centros de saúde no local.

Estava também prevista a instalação de depósitos selectivos de lixo, de maneira a que a recolha de resíduos seja feita com uma pré-selecção ecológica.

Ao lado das zonas residenciais, foram reservados espaços para o investimento privado, com vista à edificação de prédios de escritórios, centros comerciais e outros, obedecendo ao plano director da cidade.

Na Cidade do Kilamba, estão planeadas infra-estruturas destinadas aos serviços municipais, segundo modelo que se propõe ser o embrião de ensaio da criação de autarquias a nível do país, entre elas, a futura Câmara Municipal, o Tribunal Municipal e outros serviços.

6.27 Inquilinos aguardam pelo sol da Aldeia

Jornal O PAÍS

22 De Agosto de 2014

Texto: Alberto Bambi

Domingas da Cruz António tem 75 anos de idade e lamenta pelo tempo de espera a que estão submetidos ela e seus vizinhos de Kasanzo, desconfiando, ao mesmo tempo, que as novas residências sejam atribuídas a outras pessoas.

"Se o camarada Presidente já nos entregou as casas em Fevereiro deste ano e estamos em Agosto, eu não vejo porquê os clirigentes daqui estão a demorar para nos meter aí ou vão colocar lá outra gente", questionou a velha num português com pouco rigor gramatical, reforçado com o seu habitual Quimbundu,

prontamente traduzido por sua filha, Teresa Manuel Domingos de 45 anos de idade.

Para explicar as razões da sua desconfiança em relação à tendência de infiltração no processo de atribuição, a anciã baseou-se no facto de o bairro em que disse viver desde que nasceu estar a crescer, devido à entrada em cena de indivíduos cuja origem ela e os vizinhos advinham ser de localidades fora da jurisdição de Icolo e Bengo.

"Nós aqui podemos viver um pouco separados, mas nos conhecemos quase todos, porque as lavras, a praça e outros sítios onde vamos buscar o nosso sustento estão quase sempre na mesma zona. Por isso, esses que estão a encher o bairro não são daqui", disse a septuagenária, assegurando que conhece todas as famílias que habitam o Kasanzo e o Onga-Zanga.

Na ocasião, Domingas da Cruz recordou -se de um cadastro que foi feito no Kasanzo, para facilitar o processo de entrada nas casas sociais do Projecto aldeia Solar, mas ressaltou o facto de os números rubricados por elementos afectos à coordenação, sob a aprovação da administração municipal, já estarem a desaparecer.

"Como podem ver, os números estão aí a gastar cada dia que passa", disse, apontando com o dedo em riste para a parte superior da sua porta, onde ainda se podia ler CN 63 CZ.

Por causa deste registo, segundo avançou a filha, os moradores de Kasanzo foram proibidos pela administração de partirem para construções definitivas. Consequentemente, o bairro é composto por residências erguidas a partir de chapas de zinco e madeira, assumindo a maior parte delas a forma rectangular, com divisões feitas ao jeito de cada proprietário. Para a cozinha está, normalmente, reservado um espaço de fora, onde a lenha e o carvão ganham lugar, algumas vezes dividindo o espaço com pequenos fogões a gás. A existência de quartos de banho parece não constituir uma regra de cumprimento obrigatório na comunidade.

Sede acelera desejo

Um dos desejos da maior parte dos moradores que esperam entrar no Projecto Aldeia Solar é acabar com o sacrifício diário para aquisição de água, pois os bairros onde residem actualmente não possuem canalização.

"Nós sabemos que aí nas casas novas tem tudo, por isso queremos entrar já, para não andarmos mais muita distância à procura de água", disse Ngonga Francisca de 45 anos de idade.

Para ela, a passagem para a Aldeia Solar vai resolver inúmeros problemas das senhoras, uma vez que, por aquilo que pôde verificar, mesmo à distância, o novo centro habitacional possui lavandaria comunitária, área para desenvolver actividade comercial e algum espaço que facilite cada proprietário adaptar o quintal de sua casa.

"Mas toda essa alegria pode falhar, se não formos nós a entrarmos nessas casas, porque o tempo de espera é demais e, até hoje, já ninguém diz mais nada", desabafou Ngonga Francisca, pedindo a quem de direito que determine quanto tempo mais a população terá de esperar.

Questionada se a sua casa já foi cadastrada, Ngonga Francisca acenou com a cabeça, de cima para baixo e vice-versa, para confirmar o registo, mas não foi muito feliz ao tentar mostrar o número na porta, que já andava um pouco confuso.

Ao justificar o desgaste, revelou que cadastro já foi feito no ano passado, muito antes de se inaugurarem as casas. Segundo disse, a administração tinha pedido o cadastro antecipado para se evitar que alguém viesse integrar o bairro depois da anunciada oferta.

Conta que, quando a obra começou, ninguém acreditava que as casas estavam a ser erguidas para os moradores de Onga-Zanga e Kasanzo.

"Por isso mesmo é que estes dois bairros não encheram já no princípio do projecto, as pessoas pensavam que era muita oferta para nós e agora parece começam a ter razão, devido ao tempo e ao silêncio das autoridades", ironizou Ngonga Francisca que, à semelhança da velha Domingas da Cruz, já receia que os moradores das redondezas não sejam os beneficiários da Aldeia Solar.

Feritados controlados

Na falta de qualquer pronunciamento por parte dos dirigentes do município, os supostos inquilinos das novas casas alimentam a sua expectativa, controlando datas de referência, como as dos feriados nacionais, e outras.

"Já passou o 4 de Abril, 1 de Maio, agora vamos esperar o 28 de Agosto, mas há informações de que vai ser no dia 17 de Setembro", desabafou Carlos Adão Paulo, que se identificou como segurança do projecto.

Calili, como também é conhecido no Kasanzo, assegurou que nas novas residências nunca morou ninguém, aguardando-se somente pela autorização dos dirigentes do município.

6.28 Administradora explica

Jornal Acapital

23 De Agosto de 2014

Administradora do Distrito Urbano do Sambizanga, Mara da Silva Baptista Quiosa, explicou em exclusivo ao A Capital que o Sambizanga está num processo de requalificação urbana, envolvendo as três comunas que compõem o município. Mara Quiosa apela para as necessidades de se perceber a transferência das famílias.

"O edifício foi construído no âmbito de requalificação urbana e, a Administração e a Associação dos Amigos e Descendentes do bairro Operário reuniram-se com a comunidade, no sentido de

dar explicações sobre o que está a se fazer", frisou, confirmando que, "realmente serão transferidas algumas famílias para àqueles edifícios".

Quanto aos possíveis litígios entre herdeiros, caso venham a acontecer, a administradora remete a solução dos mesmos aos tribunais, pois, "não podem ser três pessoas a responder pelo mesmo imóvel, ao mesmo tempo".

"Como os processos no Tribunal são morosos, e para que a família não esteja ao relento, decidimos pôr o apartamento em nome do proprietário da casa, morto ou não. Os filhos entram

na mesma, enquanto tratam da documentação", explicou e reforça que "quando

um dos filhos trazer o documento passado pelo Tribunal a dizer que ele é o «cabeça do casal da família» QU o responsável pela herança dos irmãos, aí, o documento deixa de estar em nome do pai.

Passa para essa pessoa".

Os apartamentos são do tipo T2 e T3 e, de acordo com a administradora, os interesses daqueles que porventura tenham uma casa maior, estarão salvaguardados.

"Todo o trabalho que é feito no cadastramento, é para salvaguardar o interesse daquele que tiver uma casa maior na altura em que entrar para o edifício", sublinhou, para depois realçar que os casos de quem eventualmente possui um bar ou um espaço para fazer negócio, ainda não estão completamente aclaradas.

Referindo-se à mensalidade estimada em 30 mil kwanzas a administradora esclareceu que não é definitiva, entretanto sustenta que "as infra-estruturas que agora são criadas, são para às pessoas viverem em

comunidade, pelo que, há toda uma necessidade de se pagar uma quota".

"Este edifício tem um gerador de 1000 kz, um sistema contra incêndio e duas caves para estacionamento. Possui um sistema de vídeo vigilância, interfonos e três elevadores.

Para se manter estes serviços a Associação fez um estudo de mercado e achamos que devíamos começar a quotização a partir dos 30 mil kwanzas", avançou.

"Não é competência das administrações municipais ou distritais limpar o interior dos prédios ou fazer manutenção dos elevadores. É dever do morador que, mediante uma quota mensal dará a oportunidade a uma empresa ou administrador do edifício para manutenção", enfatizou.

A questão Zango está em discussão do mesmo modo que a dos pais que têm os filhos nos anexos.

"São questões em discussão, porque não podemos dar, por exemplo, dez apartamentos à uma pessoa que tem 10 filhos nos anexos", descartou Mara Quiosa.

7. TERRA

7.1 Guerra de terras agita Ndalatando

Novo Jornal

01 De Agosto de 2014

O EXECUTIVO do Kwanza-Norte liderado por Henrique Júnior e a psicóloga Maria da Encarnação Pimenta estão em "pé de guerra".

Maria da Encarnação Pimenta, argumenta que o governador da província ordenou a ocupação das terras do seu falecido pai, na cidade de Ndalatando.

O terreno da família Pimenta, segundo apurou o Novo Jornal, está ocupada há 98 anos e todos os governantes que por lá passaram respeitaram o referido espaço.

Em 2006, a Direcção Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural emitiu um comunicado, convocando os utentes de parcelas de terra.

"Comunica-se a todos os utentes de títulos de concessão de terras na província do Kwanza-Norte que devem comparecer na Direcção Provincial da Agricultura, em Ndalatando, no prazo de 60 dias, nas horas normais de expediente, devendo fazer-se acompanhar dos seguintes documentos: Título de Concessão de Terra, croquis de localização da parcela ou fazenda e fotocópia do Bilhete de Identidade", lê-se na convocatória.

O comunicado avisava que "à não comparência se aplicará sanções no quadro do artigo 64º (causa da extinção), prevista na Lei de terras nº09/04, de O de Novembro".

"De lá para cá, a família Pimenta nunca se preocupou em apresentar a documentação e o Executivo ocupou um espaço para construção de infra-estruturas sociais", defende-se um membro do governo local.

No espaço da família Pimenta, o governo construiu um cemitério municipal, esquadra da polícia e o centro de captação e tratamento da água.

Recorrendo ao artigo nº 9 da Lei de Terras, a fonte disse que o Estado respeita e protege os direitos fundiários dos que sejam titulares e das comunidades rurais, incluindo aqueles que se fundam nos usos ou no costume.

"Os terrenos das comunidades rurais podem ser expropriados por utilidade pública ou ser objecto de requisição, mediante justa indemnização", diz a Lei.

O membro do governo acusou a psicóloga de ter proferido ameaças contra o governador provincial, Henrique Júnior.

A psicóloga desmentiu tais declarações, afirmando que apenas se "bate pelo seu terreno ocupado pelo governo".

7.2 Entregues títulos de terrenos

Jornal de Angola

03 De Agosto de 2014

Texto: Maximiano Filipe

O Governo Provincial de Benguela entregou 60 títulos de concessão de terrenos para construção a famílias do município de Caimbambo.

A acção do Governo enquadra-se na concretização do programa nacional de concessão de terrenos urbanizados, para facilitar a construção de casa própria por parte dos angolanos.

Para garantir mais eficácia e celeridade aos trabalhos de construção das habitações, o Governo Provincial procedeu igualmente à entrega de 3.5001ijolos.

A entrega de títulos de terrenos, pelo governador de Benguela, Isaac Maria dos Anjos, vai ser feita de forma faseada, abrangendo em breve os demais municípios da província.

O governador disse aos beneficiários que devem fazer as suas construções de acordo com os padrões estabelecidos pelas comissões técnicas, tendo em conta a promoção da qualidade de vida dos angolanos.

Durante o acto, realizado no âmbito de uma visita efectuada àquele município pelo governador, os membros do conselho local de auscultação e concertação social apresentaram a proposta do Plano Director Municipal, recentemente concebido.

Com duas fases de execução, o plano inclui valências que vão desde a carta geológica à exploração de recursos minerais e florestais, passando pela divisão administrativa e mecanismos sobre o aproveitamento correcto do solo e o ordenamento do território.

Durante a permanência da delegação governamental no município de Caimbambo, foi constatado o trabalho de infra-estruturação da futura centralidade habitacional, comercial e académica, assim como o

andamento das obras em curso na estação do Caminho-de-Ferro de Benguela.

Em relação ao desenvolvimento do potencial agro-industrial do município, o governador Isaac dos Anjos destacou a necessidade de se trabalhar na produção local, fazendo o reaproveitamento correcto dos recursos hídricos do Rio Coporolo, de modo a aumentar o abastecimento de água à população da comuna do Catengue e arredores.

No quadro do referido programa de concessão de terrenos para a auto construção dirigida, a Administração Municipal do Caimbambo já urbanizou mais de 2.500 lotes, com mais de mil metros quadrados cada, para famílias necessitadas da região.

O administrador municipal, Jacinto Amaro, disse que a acção do Governo visa combater a ocupação ilegal de terrenos, fazer respeitar os serviços administrativos do Estado e promover o crescimento do município, de forma urbanizada e gradual.

Ações semelhantes, no domínio da concessão de títulos de construção de casas, já foram realizadas nos municípios do Bocoio e Ganda.

7.3 Dias contados para construções anárquicas

Novo Jornal

08 De Agosto de 2014

Texto: Isaías Soares

Vários MUNÍCIPES adquiriram lotes de terreno de forma ilegal a partir das autoridades tradicionais, a sul da cidade de Malanje. Segundo o administrador municipal, Osvaldo Naval dos Santos, as transacções "desrespeitam todos os procedimentos que têm sido levados a cabo pela Administração Municipal de Malanje, relacionados com a aquisição terrenos".

Naval dos Santos alertou a população da capital para o risco de demolições das futuras obras, tanto comerciais como habitacionais, e apelou a que "venham ter com a Administração Municipal", para o tratamento dos diferentes tipos de projectos.

De acordo com administrador, muitas obras estão embargadas, o que resulta em desperdício dos poucos recursos financeiros que estas pessoas terão amealhado para ter casa própria.

Naval dos Santos sugeriu que "este dinheiro ganho pelas famílias seja empregue em locais devidamente licenciados", acrescentando ainda que há pelo menos 890 lotes de terrenos que foram entregues desde o início do ano, para auto construção dirigida.

responsável avançou que estes espaços situam-se no bairro da Carreira de Tiro, estão limpos e demarcados com o apoio do Governo Provincial, e disponíveis para posterior distribuição aos interessados.

No seu plano director, a Administração Municipal definiu as áreas propícias para a construção de residências, zonas para indústrias, comércio e equipamentos sociais. Mais de 500 lotes de terrenos vão ser entregues até ao final deste ano.

Próximas demolições

Dois pisos do prédio "verde", anexo ao do Gamek, estão por demolir, garantiu o administrador municipal de Malanje, Osvaldo Naval dos Santos, satisfeito com o grau de execução da obra que, segundo avançou, segue as normas de segurança.

Os riscos inerentes à operação, a cargo da empreiteira Hiper maquinas, são reduzidos, sem quaisquer riscos de acidentes para os transeuntes e automobilistas. O mesmo acontece no edifício da zona da Encosta, igualmente em avançado estado de degradação.

Naval dos Santos referiu que apesar de representarem perigo para a população, as duas infra-estruturas vão ser demolidas ainda este mês ou em Setembro, caso não seja necessário intervir antes. "Uma das matérias que também ficou de responsabilidade da Administração foi a indicação de locais para a deposição dos entulhos", que deverão ser tratados de forma célere pelos construtores singulares e licenciados pela Administração Municipal.

Os dois espaços vão passar a ser terrenos baldios, tal como os demais ao redor da cidade de Malanje, e vão ter tratamento especial por parte de uma comissão criada pelo governador Norberto Fernandes dos Santos.

"Serão entregues àquelas instituições que demonstrarem capacidade para realizar projectos exequíveis, e que tragam um benefício para a cidade de Malanje", referiu o responsável do Paço Municipal, dando abertura também para todos os interessados ao nível do país.

Outros edifícios em risco serão também destruídos durante uma segunda fase, mas desde que se justifique, respeitando o grau de emergência.

7.4 Ser rico é lavrar a terra

Novo Jornal

08 De Agosto de 2014

Texto: Miguel Gomes

Os SULCOS CASTANHOS e fofos marcam o caminho da água. Da rega. Pelo meio estão pequenos rebentos de repolho que precisam de vida. Não muita. Apenas a suficiente. Vários homens e uma senhora com o filho as costas utilizam a enxada para marcar os espaços por onde o líquido deve passar. Ao fundo, em baixo, passa um pequeno curso de água meio castanho, meio claro. Ao redor estão árvores pequenas. Um imenso planalto por amanhar. E uma vaca a mugir.

De repente - solta-se um ronco. A moto-bomba comunitária arranca e dedica-se, automaticamente, à sua função principal: jorrar água para alimentar o repolho. A falta de estradas, ou mesmo picadas em condições, a falta de um sistema de saúde que atenda estas comunidades, a falta de uma escola digna (a -que existe já foi derrubada por três vezes pela chuva, construída e financiada pela própria comunidade), convive com telemóveis e com camisas de futebol europeu e motorizadas chinesas.

Pouco antes da ombala Chiquenlu, no município do Bailundo, província do Huambo, um jovem conduz uma motorizada. Veste a sua camisa amarelo-berrante. É do clube alemão Borussia Dortmund, um dos mais famosos daquele país europeu. Transporta nas costas o mágico número 10, mítico no mundo do futebol, com apenas uma palavra escrita na parte superior: Mkhitarian.

Henrik Mkhitarian é arménio, tem actualmente 25 anos e nasceu na capital Yerevan. A Arménia é uma ex-colónia russa que foi desanexada com a queda do Muro de Berlim, em 1989, com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e com a Perestroika do ex-presidente soviético Mikhail Gorbachev.

O impacto de todas estas mudanças, de todos estes choques, também chegou até ao Chiquenlu. Ao longo do tempo, Angola foi palco de enormes lutas ideológicas internacionais, e nacionais, que marcaram

o dia-a-dia do país e das pessoas. Foram um dos rastilhos para a guerra civil. As 482 pessoas que vivem na ombala Chiquenlu estão preocupadas, no entanto, com outras questões. A maioria não tem bilhete de identidade, não tem cédula pessoal, nem assento de nascimento. Mas isso não os impede de trabalhar. E de ter sonhos.

"Nos anos 80 tive de ir ao Lobito. Por causa da guerra. Lá também trabalhava nas lavras e vendia aquilo que podia no mercado da Catumbela. Quando a guerra terminou, em 2002, regresssei à terra", conta o coordenador da cooperativa Kupemba, com sede no Chiquenlu, Frederico Pinto. Tem seis filhos: um está no Bailundo-sede, outro vive no Lobito, e os restantes vivem com ele na ombala.

Ti Pinto, como também é conhecido, gosta de conversar e de contar as suas histórias. Fala um português escorrido mas o umbundu é, naturalmente, o seu veículo preferido para comunicar. Para além do trabalho na terra e da agricultura é enfermeiro do posto de saúde pública do Kalombeu, também no município do Bailundo. Reconhece que muitas pessoas do Chiquenlu refugiaram-se na capital do país e noutras cidades. Mas alguns, curiosamente, regressaram à origem com o fim do conflito. "Luanda? Vou para lá algumas vezes. Mas não gosto. Faz muito calor. A vida é difícil e bastante cara. Para além disso, as enormes quantidades de lixo não me agradam. A pessoa vira à esquerda - é uma lixeira. Vira à direita e é outra lixeira. É complicado", explica Frederico Pinto.

Os homens da cooperava

A cooperativa Kupemba, nó Chiquenlu, existe desde o ano passado, 2013, mas o trabalho que deu origem à sua criação arrancou em 2005. Ali estão reunidos 25 membros (10 são mulheres). Tudo aconteceu na sequência do movimento associativo rural incentivado pelo trabalho da ADRA - Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente e os seus parceiros, como a organização espanhola CODESPA (entre outros), que também trabalha na região.

O mesmo sucede no município da Caála, também na província do Huambo. A antiga vila Robert Williams (o investidor inglês que financiou a construção do Caminho-de-ferro de Benguela) é hoje uma cidade tranquila. Que vive longe do furor causado pelo tráfico e comércio ferroviário de outros tempos. Mas é ali que funciona a cooperativa Bem-vindo. Ao todo são 43 membros do sexo masculino e 11 mulheres. Trabalham com a ADRA há muito tempo desde o ano 2000. Luciano Cangunga é o presidente da cooperativa.

"Desde o início que este trabalho que temos vindo a fazer em conjunto, na comunidade, teve um grande impacto nas nossas vidas. Hoje conseguimos ter gado de tracção, um armazém comunitário de sementes e produtos à espera de escoamento, charruas e dinheiro para investir em pequenos negócios - como as cantinas comunitárias, por exemplo", explica Luciano Cangunja.

Tanto a cooperativa Kupemba, do Chiquenlu, como a cooperativa Bem-vindo, da Caála, têm uma estrutura organizativa formal, com presidente (ou coordenador), tesoureiro, secretário, fiscal, entre outras posições. Estão em processo de legalização. Foram ainda capazes de, nas duas estruturas, aceder e reembolsar alguns valores provenientes de programas de micro-crédito financiados pelos parceiros. Cultivam uma série de produtos, que vão desde o repolho, à batata-rena, couve, feijão, produzem mel, entre outros.

A ombala Cassupi, a 18 longos quilómetros da sede municipal da Caála, está encaixada numa área enorme, rasgada por cursos de água. A lavra que está repleta de batata-rena é um espaço familiar, pertença de Álvaro Caliti, chefe produtivo da cooperativa Bem-vindo. "O terreno pertencia à família. A minha mãe nasceu aqui ao lado mesmo. Certo dia, um primo cedeu-me este espaço para que pudesse também produzir os meus produtos. Ainda tenho outro espaço próximo daqui", explica.

O ciclo da batata-rena vai de três a quatro meses. Mais umas semanas, e Caliti vai colher o produto do seu trabalho. No Cassupi, a música dos pássaros e o cheiro da terra activa todos os sentidos. Enche a alma e convida apenas à contemplação. Mas esta visão romântica contrasta com os problemas mundanos das comunidades: não têm transporte próprio e muitas vezes correm o risco de perder a sua produção por falta de escoamento. Aceder a adubos e fertilizantes pode ser apenas uma questão de sorte. Não têm apoios nenhuns para além das organizações que acompanham, financiam e capacitam a sua actividade.

Fátima de Sousa, coordenadora da ADRA para os projectos no Bailundo, explica a trajectória que levou ao incentivo do associativismo e do cooperativismo no meio rural.

"Quando a guerra terminou o nosso papel modificou-se. Muitas organizações não resistiram. Passámos de uma actuação de emergência, levando bens essenciais às populações mais afectadas, para uma outra forma de estar. Nós pensamos que é necessário que as comunidades caminhem para o auto-sustento fora da lógica assistencialista, inseridas num processo de desenvolvimento: aumentando a sua produção, trabalhando em conjunto, investindo em pequenos negócios e capacitando os membros da comunidade", explica a técnica agrária.

Mas o processo é lento. Difícil. Com várias dinâmicas. Como lembra o historiador inglês (nascido em Alexandria, no Egipto) Eric Hobsbawm, no livro "A Era dos Extremos". A obra procura fazer uma análise abrangente da história do Século XX (1914-1991) e foi publicado originalmente em 1994. Os anos 70 daquele

período enfrentaram mudanças que ainda hoje marcam as nossas vivências.

"As pessoas do campo migraram para as grandes cidades aos milhões, e mesmo em países rurais africanos onde estavam a tomar-se vulgares populações urbanas de um terço ou mais - Nigéria, RDC, Tanzânia, Senegal, Ghana, Cote d'Ivoire, Chade, Benim, Gabão, República Centro Africana, Zâmbia, Somália, Libéria -, quase todos tinham trabalhado na cidade ou tinham um parente que lá morava. Aldeia e cidade estavam daí em diante interligadas. Mesmo as mais remotas viviam agora num mundo de embalagens plásticas, garrafas de coca-cola, relógios digitais baratos e fibras artificiais", explica Hobsbawm.

O pequeno-mundo do Chiquenlu e do Cassupi também enfrenta os desafios de uma economia gerida da cidade para o campo (e não do campo para a cidade). Enfrenta a mudança radical de uma sociedade rural para uma sociedade individualista, onde a teia de apoio familiar e comunitária foi quebrada com o êxodo rural e com a guerra. Com a falta de referências. A cidade representa o mundo moderno e será sempre um grande atractivo. Para os camponeses que resistem, resta a terra para salvar o presente. E o futuro.

7.5 Casas do Bairro Cambambe estão a ser demolidas

Jornal de Angola

12 De Agosto de 2014

Texto: Rodrigues Cambala

Dezenas de casas nos arredores da Urbanização Nova Vida, nas zonas de Cambambe e Banga-wé, município de Belas, foram demolidas durante a semana passada, para permitir o avanço da urbanização prevista e legal. Os moradores estão a ser transferidos para o Zango.

As demolições avançaram mas ainda ficaram duas casas de pé, porque os proprietários não cumpriram o que foi acordado. As autoridades deram-lhes um prazo de 48 horas para retirarem os seus haveres.

Entre os escombros, Ana João entrelaça as mãos ao mesmo tempo que olha para uma parede que restou da sua casa, construída num terreno que pertence à urbanização Nova Vida.

No dia anterior arrumou os bens e colocou-os a salvo. "Eu pensava que a demolição ia começar no Banga-wé, mas começou aqui no Bairro Cambambe", disse a moradora com tristeza.

Chapas de zinco, entulho de blocos e ferros é tudo o que resta dos bairros ilegais que os moradores

teimosamente teimaram erguer em terrenos urbanizados que não lhes pertencem.

Ao lado dos escombros ainda estão trouxas de roupas e mobílias antigas. Apesar de terem construído as suas casas em terrenos que não lhes pertencem, as autoridades deram casas no Zango aos moradores cujas casas foram demolidas.

Ana João disse que a casa que recebeu no Zango é inferior à que tinha no Bairro Cambambe.

"É muito pequena, algumas pessoas tinham vivendas de primeiro andar e estão a ser realojadas em casas pequenas.

E isto preocupa-nos", disse. Mas problema é outro: ninguém pode construir casas de primeiro andar em terrenos que não lhe pertencem. A transferência dos moradores para as casas que lhes foram atribuídas no Zango está ser feita tranquilamente e vai ser concluída esta semana.

Em 2004, os moradores dos bairros Cambambe e Banga-wé foram proibidos de construir casas naqueles locais. Como eram terras de camponeses, a empresa que está a construir a urbanização teve um processo longo de negociação para ficar proprietária das terras. Quando o processo terminou, começaram imediatamente as ocupações.

Do dia para a noite apareciam casas de chapas. Depois eram erguidas paredes de blocos. Os abusos chegaram ao ponto de alguns moradores fazerem casas de primeiro andar.

Agora vieram as demolições. Construir casas ilegalmente é uma aventura que não compensa e acaba sempre mal.

7.6 Administradora explica

Jornal Acapital

23 De Agosto de 2014

Administradora do Distrito Urbano do Sambizanga, Mara da Silva Baptista Quiosa, explicou em exclusivo ao A Capital que o Sambizanga está num processo de requalificação urbana, envolvendo as três comunas que compõem o município. Mara Quiosa apela para as necessidades de se perceber a transferência das famílias.

"O edifício foi construído no âmbito de requalificação urbana e, a Administração e a Associação dos Amigos e Descendentes do bairro Operário reuniram-se com a comunidade, no sentido de

dar explicações sobre o que está a se fazer", frisou, confirmando que, "realmente serão transferidas algumas famílias para àqueles edifícios".

Quanto aos possíveis litígios entre herdeiros, caso venham a acontecer, a administradora remete a solução dos mesmos aos tribunais, pois, "não podem ser três pessoas a responder pelo mesmo imóvel, ao mesmo tempo".

"Como os processos no Tribunal são morosos, e para que a família não esteja ao relento, decidimos pôr o apartamento em nome do proprietário da casa, morto ou não. Os filhos entram na mesma, enquanto tratam da documentação", explicou e reforça que "quando um dos filhos trouxe o documento passado pelo Tribunal a dizer que ele é o «cabeça do casal da família» QU o responsável pela herança dos irmãos, aí, o documento deixa de estar em nome do pai.

Passa para essa pessoa".

Os apartamentos são do tipo T2 e T3 e, de acordo com a administradora, os interesses daqueles que porventura tenham uma casa maior, estarão salvaguardados.

"Todo o trabalho que é feito no cadastramento, é para salvaguardar o interesse daquele que tiver uma casa maior na altura em que entrar para o edifício", sublinhou, para depois realçar que os casos de quem eventualmente possui um bar ou um espaço para fazer negócio, ainda não estão completamente aclaradas.

Referindo-se à mensalidade estimada em 30 mil kwanzas a administradora esclareceu que não é definitiva, entretanto sustenta que "as infra-estruturas que agora são criadas, são para às pessoas viverem em comunidade, pelo que, há toda uma necessidade de se pagar uma quota".

"Este edifício tem um gerador de 1000 kz, um sistema contra incêndio e duas caves para estacionamento. Possui um sistema de vídeo vigilância, interfonos e três elevadores.

Para se manter estes serviços a Associação fez um estudo de mercado e achamos que devíamos começar a quotização a partir dos 30 mil kwanzas", avançou.

"Não é competência das administrações municipais ou distritais limpar o interior dos prédios ou fazer manutenção dos elevadores. É dever do morador que, mediante uma quota mensal dará a oportunidade a uma empresa ou administrador do edifício para manutenção", enfatizou.

A questão Zango está em discussão do mesmo modo que a dos pais que têm os filhos nos anexos.

"São questões em discussão, porque não podemos dar, por exemplo, dez apartamentos à uma pessoa que tem 10 filhos nos anexos", descartou Mara Quiosa.

7.7 Requalificação geral inquietada

Jornal Acapital

23 De Agosto de 2014

Desconfiança e insegurança sobre os moradores da comuna do bairro Operário, rua Massangano, distrito urbano do Sambizanga, em Luanda. Tudo começou desde que tomaram conhecimento, numa reunião havida a 08 de Agosto com as autoridades administrativas que lhes deu a conhecer que só os moradores que vivem nas residências mãe, poderão receber novos apartamentos, nos edifícios recentemente construídos por detrás da escola Anangola.

A grande questão está no facto de, em algumas das residências visadas, moram três a seis irmãos, havendo casos em que um deles já constituiu família e, por via disso, por consenso ser este que habita na casa maior, e os outros em anexos no quintal.

Já que a Administração disse que só cederá apartamentos aos moradores das casas mães, as discussões entre irmãos acenderam-se no sentido de determinar quem vai ou fica com o novo apartamento.

Hélio Hugo Jeremias, por exemplo, vive com sete irmãos, cada um com a respectiva esposa e os filhos, urna tia e a avó, num quintal devidamente dividida pelo patriarca que reside na casa mãe.

Dependente dos netos e da filha, a anciã tem dificuldades de responder como vai viver, num apartamento T2 Com mais de 15 agregados. Por seu turno, Hélio Jeremias, acusa a Comissão de Moradores de estar a tirar dividendos da situação dos mais desfavorecidos.

Diz estar na posse de informações, segundo as quais as residências inicialmente destinadas a todos os moradores, estão a ser vendidas pelos responsáveis.

"Há uma senhora, filha de um empresário, que volta e meia é vista a entrar no edifício novo", acusou.

José Boaventura, 60 anos, viu a residência onde mora a ser erguida, ainda criança. Acabou por herdá-la dos pais que, por sua vez, a haviam herdado dos seus avós. Hoje, lamenta a situação que se está a passar no bairro Operário.

"Não definem as coisas, nem dizem o que está no plano, para sabermos o que vai ser, afinal o nosso

bairro. Vivemos de boatos e ninguém da uma explicação consentânea sobre o que eles querem fazer realmente", manifestou o velho.

Quem aparenta já ter tido acesso aos novos apartamentos é Ana Ribeiro, uma vez que disse à nossa reportagem que os mesmos não dispõem de dispensas e que as cozinhas são pequenas. Residente no bairro desde 1996 reprova a ideia de realojamento nos edifícios em causa.

"Na cozinha não entra uma geleira.

Nas nossas casas, para além de marquises temos cozinhas espaçosas. Não podem chegar e, de repente atirarem-nos para os edifícios", reagiu, lamentando o facto de até idosos estarem a ser obrigados a irem para os prédios.

Envoltos em incertezas quanto ao desfecho da situação, murmura-se que alguns moradores vão para os novos edifícios do Anangola, mas os restantes poderão ir para o Zango.

Os moradores afligem-se, ainda mais quando souberam ser da autoria da Comissão de Moradores a informação de que só vai para os edifícios novos quem tiver mais de 40 anos de idade, e terem de pagar uma mensalidade de 30 mil kwanzas.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Primeiro sistema de água inaugurado na localidade

Jornal de Angola

01 De Agosto de 2014

Texto: Arão Martins

As populações da localidade de Muiva, município de Quilengues, estão a consumir pela primeira vez água potável, depois da construção do primeiro furo, inaugurado pelo governador provincial da Huíla, João Marcelino Tyippinge.

A responsável do departamento provincial de Energia e Água da Huíla, Maria Domingas, informou que o furo tem 130 metros de profundidade, capacidade para bombear 2,5 metros cúbicos por hora e funciona com a metodologia de doseador de cloro. A instalação do furo vai servir 400 pessoas da povoação do Quicuco, na comuna do Dindi.

Além do furo de água, o governador provincial inaugurou ainda, na localidade de Quicuco, uma escola do ensino primário e secundário, construída com fundos do Programa de Combate à Pobreza, com a participação da Igreja Adventista do Sétima Dia.

O estabelecimento de ensino tem capacidade para albergar 568 alunos do ensino primário e outros 120 do secundário.

8.2 Lixo é deixado no chão por falta de contentores

Jornal de Angola

04 De Agosto de 2014

A directora do Instituto Nacional de Gestão Ambiental, Julieta Condes, pede mais contentores de lixo na Centralidade do Kilamba e maior envolvimento dos moradores no tratamento dos espaços verdes. Julieta Condes, que falava à Angop, lamentou o facto de se verificar na Centralidade do Kilamba resíduos atirados para o chão. "O número de contentores de lixo na Centralidade não é compatível com o de moradores, um aspecto que deve ser revisto pelas autoridades", salientou Julieta Condes.

O mau estado das zonas verdes que circundam os edifícios também é visível, pelo que apelou aos moradores a uma maior sensibilidade, visando a preservação do ambiente.

"Continuamos a apelar à população para contribuir na conservação e preservação do meio ambiente, através de campanhas de sensibilização", acrescentou a directora do Instituto Nacional de Gestão Ambiental, As próximas campanhas de consciencialização ambiental, ainda sem data, vão abranger as Centralidades de Cacuo e Zango.

8.3 Empresa de recolha de lixo dinamiza limpeza da cidade

Jornal de Angola

06 De Agosto de 2014

Texto: Filipe Eduardo

Os resíduos sólidos vão começar a ser recolhidos por uma nova operadora com uma vasta experiência no ramo, a Catycel, no município de Malanje.

A empresa de saneamento básico, que opera na Lunda Sul e Moxico, vai começar a laborar em Malanje com 30 trabalhadores.

O administrador de Malanje, Osvaldo dos Santos, garantiu que, com a entrada em funcionamento de mais uma empresa na recolha dos resíduos sólidos, as acções de limpeza e embelezamento no município, antes feito por apenas uma, vão melhorar.

A empresa vai trabalhar nas áreas onde estão concentradas grandes quantidades de lixo, como os bairros da Cangambo, Kizanga, Carreira de Tiro e Catepa e o administrador pediu uma particular atenção pelo Bairro Cangambo, onde se encontra o maior mercado da província que produz muitos resíduos sólidos.

"A população deve desempenhar um papel importante neste processo, pois devem cooperar com as empresas de recolha de lixo, de modo a criarem condições para facilitar o trabalho das operadoras, que é de manter a cidade limpa", salientou o administrador de Malanje.

O director-geral da empresa, Jeovaldo Oliveira da Silva, prometeu trabalhar em colaboração com a administração e com a população local para melhorar o actual estado de saneamento básico. Garantiu tratar-se de uma empresa com experiência e "existem os meios técnicos e humanos disponível para a nobre missão.

Vamos empenhar-nos para que possamos corresponder às expectativas da população e da Administração. Queremos colaborar com todos os intervenientes", salientou. O director prometeu incentivar as campanhas de sensibilização das comunidades e anunciou que vão ser distribuídos

sacos plásticos e colocados contentores nas zonas consideradas críticas.

8.4 Projecto avança no Lubango

Jornal de Angola
06 De Agosto de 2014

As obras do programa "Águas do Lubango", iniciadas em 2011, estão a 34 por cento da sua execução total e devem ficar concluídas em Dezembro, informou o director provincial de Energia e Aguas.

Em declarações à imprensa, Abel João da Costa disse que já foram executados 10.100 metros de rede de tubagem, dos 12.950 previstos, e efectuadas 925 ligações ao domicílio, das 1.500 programadas, assim como recuperamos quatro quilómetros de vias escavadas com esse propósito.

Neste momento, o programa está em fase de ensaios, com as 25 habitações a beneficiarem do programa destinado a melhorar o fornecimento de água potável ao Lubango.

Abel João da Costa disse que os moradores estão a ser fornecidos de água através da nova conduta da Central de Captação da Tundavala. A empreitada, financiada pelo Ministério da Energia e Aguas, está orçada em 10,2 milhões de euros (1.338 milhões de kwanzas).

O Projecto "Águas do Lubango" contempla a reabilitação da rede de distribuição de água, a construção de quatro reservatórios com capacidade para 70 mil metros cúbicos e ligações domiciliárias.

8.5 Moradores do bairro Capolo I e II pedem ao governo água canalizada

Jornal República
08 De Agosto de 2014

Bairro Kapolo, situado pelo lado litoral avenida Pedro Van-Dúnem Loy, e do lado oposto, pela estrada Deolinda Rodrigues, ou estrada de Catete, junto aos Quartéis do mesmo nome 1 e 2, com muitos moradores, que compraram os terrenos para construir, nos anos de 2000, em militares, pelo facto de anteriormente ter sido zona de quartéis construirão casas e edifícios, alguns de luxo, sem nunca ter sido feita a distribuição de água canalizada.

Esta situação vem desesperando os moradores, pelo facto de não haver nenhuma predisposição do Governo em definir prazos para resolução da situação.

Este bairro Kapolo I e 2, habitado consideravelmente por militares, continuam a ter várias debilidades sociais. A falta de escolas públicas e centro de saúde, também é uma das preocupações dos moradores, que não conseguem perspectivar a resolução da situação.

8.6 Caxito abastecido com mais e melhor água

Jornal de Angola
12 De Agosto de 2014

Perto de 42 mil habitantes de Caxito e da localidade do Porto Quipiri, na província do Bengo, vão passar a usufruir de água potável, com a conclusão das obras da futura Estação de Tratamento de Água (ET A), em construção no município do Dande, informou o presidente do conselho da administração da EP AL-EP.

Leonídio Ceita, que foi a Caxito avaliar o grau de execução das obras da Estação de Tratamento de Água, disse ter ficado impressionado com o andamento dos trabalhos, que já estão na ordem dos 70 por cento, e lembrou que elas se enquadram nos planos do Governo Provincial do Bengo.

O projecto, subdivido em três fases, vai beneficiar, na primeira, 42 mil habitantes de Caxito e seis mil de Porto Quipiri.

Após a conclusão da obra, a previsão é atender cerca de 80 mil, até 2035, permitindo à população consumir mais água e de melhor qualidade.

A segunda fase do projecto contempla a expansão da rede de distribuição a ser executada em 2020 para atender 60 mil habitantes, em função do surgimento, em Caxito, de novas infra-estruturas, e a terceira vai ser projectada para 2035.

O presidente do conselho de administração garantiu que a Estação de Captação de Água Bruta de Caxito vai ter capacidade para bombear 5.800 metros cúbicos/dia para a ETA e a do Porto Kipiri está dimensionada para 600 metros cúbicos/dia, mas vai ser expandida para 1.800 metros cúbicos, em caso de aumento de população.

O projecto compreende ainda uma rede de distribuição de 58 quilómetros para a cidade de Caxito, localidade do Sassa Povoação, Açucareira e Porto Kipiri. A rede de distribuição vai ser estendida a 15 quilómetros.

Estação de captação de Capari Leonídio Ceita disse que as subestação que vão abastecer a população da centralidade do Capari vão, também, beneficiar os

habitantes dos arredores da circunscrição. "A fase de construção da estrutura de betão está concluída. Portanto, a empreiteira vai começar a montar os equipamentos e o nosso pessoal da manutenção vai acompanhar a montagem, para garantir o funcionamento da estação em pleno", disse. O projecto da subestação do Capari, referiu, começou a ser construído em Novembro de 2012 e, neste momento, já está a sua fase final.

O sistema inclui uma série de componentes que vão ajudar no abastecimento de água potável às populações destas áreas. O sistema de Capari possui uma capacidade de 100 litros por segundo e vai garantir a distribuição de água a esta centralidade.

8.7 Novo sistema concluído no Kilamba

Jornal de Angola
12 De Agosto de 2014
Texto: Vitorino Joaquim

As restrições no abastecimento de água à Centralidade do Kilamba acabam com a entrada em funcionamento do novo sistema de captação e tratamento de água, cujos testes de controlo de qualidade e dos equipamentos começam amanhã e ficam concluídos no próximo dia 23 de Agosto.

O porta-voz da EPAL, Domingos Paciência, em declarações ao Jornal de Angola, garantiu que este novo sistema, com capacidade de fornecer 40 mil litros de água por dia, vai abastecer unicamente a Centralidade do Kilamba. "A EPAL está a realizar os testes aos equipamentos e a analisar a qualidade da água captada directamente do rio Cuanza para a Estação de Tratamento do Kilamba, para posteriormente ser distribuída aos consumidores", explicou.

A Centralidade do Kilamba é abastecida actualmente pelo Centro de Distribuição de Camama, que atende igualmente os bairros Benfica, Morro Bento, Patriota, Camama, Zona Verde, Chinguar e Quifica.

"Com a entrada em funcionamento do novo sistema para o Kilamba, o Centro de Distribuição de Camama vai deixar de abastecer aquela centralidade", disse Domingos Paciência.

O porta-voz da EPAL esclareceu que neste período de testes, o Centro de Distribuição de Camama vai continuar a levar água aos moradores do Kilamba no período da manhã entre as 4h00 e as 10h00, e à noite das 18h00 às 22h00 horas, de forma intermitente por zonas. "A EPAL pede a compreensão dos clientes e

aconselha a criarem reservas e a utilizarem a água de forma racional, no período em que estiverem a decorrer os testes", concluiu.

8.8 "Água para Todos" beneficia mais gente

Jornal de Angola
13 De Agosto de 2014
Texto: Manuela Gomes

O Programa Água para Todos, em curso desde 2007, deve atingir até 2016 uma taxa de cobertura nacional de 83 por cento da população angolana, adiantou o consultor do secretário de Estado das Águas.

Paulo Ringote intervinha no segundo Fórum sobre Municípios e Cidades de Angola que decorreu em Luanda, na semana passada, no qual falou das "incidências do Programa Água para Todos, seu impacto sobre a população".

As áreas rurais são as que apresentam maior ausência de condições básicas para assegurar o abastecimento adequado da população, em termos de água potável.

Para fazer face a esta situação, em 2009 começou a dinamização de algumas acções de iniciativa central, que já beneficiaram mais de um milhão de pessoas. Com as iniciativas centrais de reforço, continuou, foram já construídos Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água em mais de 90 localidades rurais.

O Ministério da Energia e Águas tem estado também a motivar o interesse de entidades privadas na operação e manutenção dos sistemas mais complexos e criação de condições para que a desconcentração e migração de competências seja assegurada e garantida a nível das Administrações Municipais, com recursos financeiros do Orçamento Geral do Estado, (OGE).

O Programa "Água para Todos", que tem como objectivo aumentar a oferta de água potável às populações residentes nas zonas rurais, mediante a promoção de soluções simples que garantam a sua sustentabilidade, tem melhorado as condições de saúde da população e estimulado a produção agro-industrial.

O Ministério da Energia e Águas contratou empreiteiras para a construção de Pontos de Água em mais de 895 localidades rurais e 214 Pequenos Sistemas de Abastecimento em localidades rurais nas províncias do Zaire, Uíge, Malanje, Lunda Norte, Cuanza Sul, Moxico e Cuando Cubango.

O Programa Água para Todos já beneficiou cerca de três milhões de pessoas, elevando o número de consumidores para mais de cinco milhões.

Acções para o futuro

Paulo Ringote adiantou que o Ministério da Energia e Águas pretende criar um quadro legal que permita a contratação de serviços de operação e manutenção dos sistemas mais complexos, adopção de modelos de Gestão Comunitária para assegurar a sustentabilidade dos sistemas simples, sensibilizar progressivamente as populações para a com participação (pagamento) nos custos de exploração dos sistemas de água, assim como reforçar institucionalmente a capacidade de gestão das Administrações Municipais.

O sector tem como principal meta a construção de cerca de 300 Pequenos Sistemas de Abastecimento (PSA), construção de cerca de cinco mil novos Pontos de Abastecimento (P A) e a reabilitação de cerca de dois mil PA.

8.9 Candelabro do Kifangondo inunda bairro Garcia

Jornal Manchete

15 De Agosto de 2014

Texto: Moreira Mário

O facto se deve devido as águas residuais provenientes da Estação de Tratamento de Águas "Candelabro do Kifangondo", afecta a Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), situado naquela localidade norte da província de Luanda.

Segundo os moradores, há cerca de três anos que a EPAL iniciou a construção de novos tanques nas

instalações do "Candelabro do Kifangondo", mas em contrapartida, as águas residuais produzidas a partir desta estação, são evacuadas por meio de um canal que desemboca numa pequena vala a céu aberto no bairro Garcia. Esta vala, por sua vez, transporta as águas para o Rio Bengo, junto à Girafa do Kifangondo. Mas, ocorre que há mais de um ano, verifica-se que o Candelabro tem vindo a aumentar a sua produção, facto que fez também que "I": aumentassem as águas residuais, resultantes da limpeza dos filtros dos tanques.

Como consequência, a vala que normalmente transportava as águas residuais para o rio, deixou de ter a capacidade necessária, pelo que o líquido transborda ao longo do interior do bairro Garcia, deixando as ruas, casas e estabelecimentos comerciais inundados.

A informação que os moradores tiveram, é que as limpezas são feitas diariamente. Até ao momento, a EPAL não respondeu aos clamores dos residentes.

No entanto, em Dezembro do ano passado, os referidos moradores e a administração de Cacuo realizaram em conjunto, um trabalho de limpeza na vala em referência, mas não foi suficiente. "Três meses depois o capim cresce, obstrui outra vez a vala e as águas tornam a transbordar", contaram. Perante este cenário, os moradores reclamaram o caso à repartição de Energia e Águas do município de Cacuo, mas a mesma diz que o assunto é da responsabilidade da EPAL, enquanto a atribui a responsabilidade a repartição. Razão pela qual os moradores deixam um apelo: "ou a EPAL ou a administração, um deles tem de resolver este problema", lembrando serem dezenas de residências que têm sido afectadas pelas águas.

Fomos mal recebidos

Na tentativa de contactamos os responsáveis do Candelabro do Kifangondo, "fomos mal recebidos". O funcionário, cujo nome não aceitou identificar, exigiu que nos retirássemos dali e alegava que tínhamos entrado nas instalações sem autorização, o que não era verdade.

O segurança que se encontrava ausente no seu posto de trabalho, no momento em que chegamos, talvez por medo, justificou perante o seu chefe que vigiava o outro lado das instalações. "Não temos nada para falar sobre este assunto, vão a administração de Cacuo se quiserem algum esclarecimento", disse o homem de forma arrogante, para de seguida questionar-nos se estávamos a lhe gravar escondido.

Um dos moradores tranquilizou-nos dizendo que tem sido assim, sempre que lá vão reclamar, são mal tratados pelos funcionários.

Na administração municipal de Cacuo, o director da repartição de Energia e Águas, Agostinho Kilembeketa, disse estar a par da situação que aflige os moradores do bairro Garcia. Aquele responsável lamenta o facto da EPAL não corresponder, até ao momento, os apelos da administração municipal, no sentido de solucionar a situação.

Tentamos ouvir, via telefone, o porta-voz da EPAL, Domingos Paciência, mas se111 sucesso.

Girafa obstrui estrada

Este facto ocorre na mesma zona, curiosamente, nas barbas da Polícia que controla a ponte que liga Luanda ao Bengo e vice-versa.

Acontece que, os camiões cisternas que abastecem nas Girafas do Kifangondo têm desperdiçado muita água no asfalto, ao entrarem na via principal. Este local foi reparado há poucas semanas, tendo sido posto um novo tapete asfáltico, mas já está completamente obstruído, tudo porque as águas e o lamaçal são transportados pelas rodas dos caminhões até a estrada.

A referida empresa de subestação de águas parece pouco preocupada, o mesmo se verifica com as autoridades do município de Cacucaco que nada fazem para pôr ordem à situação.

8.10 Sede municipal tem água e luz

Jornal O País

15 De Agosto de 2014

Texto: Pedro Nicodemos

O programa do Executivo Central "Água para Todos" está a beneficiar a população com água potável corrente. Pelas residências é possível ver água a jorrar nas torneiras.

O foi possível com a construção de quatro sistemas de captação e tratamento de água na sede municipal e nas comunas do Munhango, Luando e Sachinenurna.

"Nas localidades de maior aglomeração populacional colocamos 13 pontos de águas para facilitar que população a consuma água limpa e não a dos rios", garantiu José dos Santos Bongue. "Sobre a energia eléctrica, o município beneficia da luz produzida por quatro grupos geradores, um de TIS kva na sede e três de 88 KVA. Os centros de saúde e postos médicos possuem grupos geradores próprios, para garantir o seu normal funcionamento", disse.

Outros projectos estão em execução, como a construção de 200 casas sociais, no âmbito do Programa Nacional de Habitação.

"Ainda no domínio das infra-estruturas, estão por reabilitar 200 quilómetros de estradas secundárias e terciárias, onde a prioridades são as estradas Cuemba-Luando e Cuemba-Sachinernuna", assegurou José dos Santos Bongue chefe de secção da área técnica.

Faltam quadras para o desporto de salão

O chefe de repartição da educação no Cuemba, Paulino Sebastião, afirmou que 1250 crianças estão fora do sistema de educação por se encontrarem em localidades distantes.

Em contrapartida, garantiu que foram matriculados, para o presente ano lectivo, 20.509 alunos nas 105

escolas do município. Um universo de 738 professores lecciona os primeiro e segundo ciclos.

"Necessitamos de mais de 70 professores para cobrir o défice existentes de professores. Temos em carteira a construção de um Magistério Primário e isso vai exigir mais quadros docentes", garantiu.

Das 301 salas existentes, vão juntar outras seis quanto terminarem as obras de construção de mais uma Escola.

"A construção de um Magistério Primário irá reduzir a falta de quadros no município. Porque temos muito jovens a estudarem fora da nossa localidade e quando terminam a formação já não regressam", disse Paulino Sebastião No sector da juventude, os jovens estão inseridos em alguns programas sociais como a massificação desportiva e outros.

Jeremias Samuleca, responsável da Juventude e Desportos afirmou que os jovens estão empenhados em participar nos programas a eles destinados, como casas sociais da juventude.

"Além da formação profissional, de que os jovens estão a beneficiar, têm ainda o bairro da juventude a ser construído. Também inserimos os jovens nas actividades de massificação do desporto, nas modalidades do atletismo, ciclismo e futebol" , afirmou, lamentando a falta de locais para se praticar o basquetebol e o andebol.

8.11 Empresa de distribuição de água prevê melhorias no funcionamento

Jornal Economia e Finanças

22 De Agosto de 2014

A Empresa Pública de Abastecimento de Água de Luanda (EPAL) vai melhorar o fornecimento de água na cidade capital até 2016, com a conclusão das obras de reabilitação dos centros de distribuição da Maianga, Marçal e Cazenga, disse, esta semana, o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges.

O governante prestou essa informação no final de uma visita de campo aos referidos centros, com o objectivo de avaliar o grau de execução de alguns projectos sob responsabilidade da Epal, no âmbito do seu plano de estabilização e armazenamento da água potável. João Baptista Borges disse que com o termo dos trabalhos se vai aumentar o volume de armazenamento, de horas de distribuição de água potável, bem como melhorar a qualidade do produto.

O responsável disse que os três locais contavam com reservatórios que apresentavam infiltrações e fissuras nos tanques, que eram motivo de preocupação para a saúde humana; mas, com a conclusão destes projectos serão eliminadas estas questões.

O ministro esclareceu que as obras vão terminar em 2016, mas a partir do próximo ano entram em funcionamento a primeira fase do empreendimento em cada um dos centros de distribuição, aumentando deste modo o nível de armazenamento e de fornecimento nas zonas do Marçal, Maianga e Cazenga.

As obras iniciadas, em 2013, contemplam a construção de reservatórios, instalação de novos sistemas de bombagem, laboratórios, parte hidráulica, -arranjo das torres já existentes e formação de técnicos para manusearem os novos equipamentos.

Entretanto, mais de 13 mil milhões de kwanzas estão a ser gastos pelo Executivo angolano na reabilitação dos centros de distribuição de água potável da Maianga, Marçal e Cazenga, para o aumento do armazenamento e do volume de distribuição em Luanda.

Segundo apurou a Angop, durante urna visita de campo do ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, para constatar o nível de execução das obras, este montante está a ser aplicado na requalificação dos centros.

Na Maianga, serão construídos três reservatórios, sendo um de dez mil metros cúbicos, um de sete mil e igual número com capacidade de 42. Com a construção destes depósitos, haverá um aumento significativo no abastecimento de água, já que anteriormente a capacidade era de 35 mil metros cúbicos.

Já no Marçal, estão a ser erguidos dois tanques, cada um com capacidade de 35 mil metros cúbicos, aumentando para o dobro, uma vez que a estação tinha apenas capacidade de 35 mil metros cúbicos.

Quanto ao Cazenga, está a beneficiar de dois reservatórios, cada um com capacidade de 15 mil metros cúbicos, perfazendo 30.

Constam dos três projectos, a construção de reservatórios, sistema de bombagem, de esgotos, drenagem, laboratórios, iluminação e edifícios novos, entre outros serviços.

8.12 Benguela revoluciona abastecimento de água potável

Jornal Acapital

16 De Agosto de 2014

No quintal da sua residência no Bairro da Luz, no município do Lobito, em Benguela, Xavier Segunda abre a torneira para encher de água potável um balde metálico cuja alça agarra fortemente com o seu punho esquerdo. É neste momento que lhe vem à memória o passado ainda fresco em que o simples gesto de abrir uma torneira para obter água potável era para ele ainda um sonho ou, mesmo quando o realizasse não com os resultados que agora obtém.

"Sim, agora estamos bem", afirma o professor, de 54 anos de idade, mostrando-se feliz com a possibilidade de abrir a torneira para obter a água necessária e em condições adequadas para o consumo da sua família.

Outras pessoas, na província de Benguela, estão a experimentar a mesma sensação de felicidade de Xavier, desde que confirmaram as melhorias agora registadas no serviço de distribuição de água canalizada nas cidades de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta. Estima-se que, com efeito, outros tantos benguelenses, espalhados pelos quatro cantos do litoral das terras das Acácias Rubras, deverão beneficiar dos efeitos positivos da implementação de uma iniciativa governamental a que se convencionou chamar Projecto de Águas de Benguela (PAB). Em curso desde o recuado ano de 2004, trata-se, na verdade, da integração de vários serviços com o objectivo comum de levar a que, até o ano de 2035 (ano do horizonte do projecto para os investimentos do sector), mais de 4 milhões de habitantes, naquela província, tenham finalmente acesso à água potável.

O Projecto está a ser implementado em várias fases, mas o balanço, de tudo quanto foi feito até hoje, mostra sinais deveras positivos, algo que é testemunhado tanto por quem o implementa como por quem dele se beneficia. Uma prova disso é, pois, a felicidade que se estampa no rosto de Xavier quando, entrevistado pelo semanário A Capital, lembra sem saudades da realidade anterior à implementação do PAB: "Sofríamos mesmo muito", comenta, acrescentando que o acesso à água para consumo doméstico requeria muitas ginásticas da população que, depois, ainda tinha de se conformar com a má qualidade do produto. "A água, muitas vezes, tinha uma cor estranha e cheiro impróprio", refere.

Bairro após bairro, rua após rua, município após município, o Projecto de Águas está a encarregar-se de mudar essa realidade. Depois de um estudo profundo, procurando constatar as dificuldades enfrentadas pela

população e apresentar soluções no domínio da oferta de água canalizada, o Governo da Província de Benguela elaborou um Plano Director, uma espécie de guia para a reversão do quadro dantesco de então. Em 2004, aquilo que estava apenas no papel começou a ser concretizado mediante a intervenção de três actores principais que o estruturam.

Esses actores são, nomeadamente, a Odebrecht, encarregue da implantação das infra-estruturas, a Direcção Nacional de Águas, da aprovação da componente técnica, e como terceiro pilar a Empresa de Águas e Saneamento de Benguela e Lobito, a quem cabe a gestão das infra-estruturas em implantação. Todas essas entidades conjugam esforços para a implementação de um Projecto onde foi investido até ao momento cerca de 365 milhões de dólares, cuja aplicação se reverte em benefícios múltiplos para a população local, desde o aumento do número de pessoas a beneficiar de água potável à criação de 8 mil postos de trabalho directos e indirectos.

Até ao momento, foram já executadas três etapas de um Projecto que se prevê estender-se até 2025. Essa explicação foi prestada, ao semanário A Capital, pelo engenheiro Jaime Alberto na condição de Coordenador da Empresa de Água responsável pela Gestão e Manutenção do sistema. Ele mostra-se em condições de descrever a revolução que se está a registar em Benguela em matéria de acesso à água potável e canalizada. Quando terminar a empreitada, segundo o especialista, a capacidade de produção na área abrangida estará na ordem dos 3,5 metros cúbicos de água por segundo, esperando-se, então, que três milhões de munícipes possam usufruir do precioso líquido, em condições para consumo doméstico e sem interrupções.

São frutos que, no entanto, já podem ser consumidos e que ante os quais expressou agrado o professor Xavier Segunda, manifestamente contente, como os demais beneficiários, com a conclusão das três primeiras etapas da empreitada.

Primeira etapa

A primeira etapa, concluída em 2007, envolveu a reabilitação do sistema de abastecimento que, anteriormente, servia as cidades de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta a partir de captações subterrâneas.

Jaime Alberto debruça-se sobre o quadro precário da distribuição de água em 2004, altura em que, em eventualidades de estiagem, a população enfrentava sérias dificuldades em função da redução dos níveis. Mas um outro exemplo prático é o Lobito, onde o rio Catumbela, em determinadas alturas do ano,

transbordava e, curiosamente, privava a cidade do abastecimento de água.

Daí que, por intermédio do PAB, se tenha iniciado a reabilitação do sistema de distribuição, compreendendo a captação de água nas margens do rio Catumbela, a criação de uma nova e completa subestação de bombagem de água bruta, além de uma série de outros ajustes revelados eficazes para a melhoria na distribuição de água potável para a população.

Tudo isso, diz Jaime Alberto, fez com que se melhorasse o abastecimento de água no Lobito, de tal modo que, mesmo no tempo propenso às enchentes, os constrangimentos para a captação são agora nulos. Fez-se, ainda no âmbito da primeira fase, trabalhos de reabilitação igualmente na Estação de

Tratamento de Água da cidade de Benguela, designadamente, a reabilitação dos filtros de areia inoperantes assim como se implementou um sistema de injeção do cloro com vista a melhoria da qualidade do produto final. Alberto não tem dúvidas: todo esse trabalho "melhorou significativamente o abastecimento de água com qualidade".

Segunda e terceira etapas

Na mesma senda seguiram as duas fases subsequentes, estas cingidas no processo de distribuição. A segunda fase foi executada entre ~007 e 2009.

Visou, essencialmente, garantir que o serviço de água canalizada chegasse à população consumidora. Por fim, foi executada a terceira etapa, iniciada em 2011 e que terminou em 2012.

Dever cumprido

As três etapas conjugadas correspondem a uma produção de 1,5 metros cúbicos de água por segundo, servindo já quase todo o casco urbano de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta.

Afinal, segundo Jaime, não poderia ser outro, o resultado da montagem de 77 quilómetros de conduta, de 342 quilómetros de redes de distribuição e de 234 fontanários. Jaime Alberto, ao final destas três fases, cumpridas ao 100 por cento diz ter o sentimento de dever cumprido.

Pelos caminhos do PAB

O PAB está a ser implementado no litoral da província, abrangendo quatro cidades, nomeadamente, Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta. Mas a opção por essas localidades não é fruto do empirismo. Essa escolha baseou-se em estudos

efectuados que davam conta da pressão, em termos de crescimento populacional, para essa zona específica da província. As previsões estavam correctas o que pode ser comprovado através dos índices de crescimento da região, dos mais altos do país. Agora os próximos investimentos serão em áreas específicas destas cidades onde o crescimento foi acima do esperado.

Para atender a essas localidades, optou-se pelo rio Catumbela, na base de critérios que têm que ver com a proximidade e capacidade para atender as quatro cidades do litoral que estão abrangidas pelo Projecto.

Segundo o Coordenador da Empresa de Águas responsável pela Gestão e Manutenção do sistema, Jaime Alberto, um dos segredos do sucesso do PAB é o correcto planeamento considerando não somente as necessidades actuais, mas também as demandas futuras.

"Os investimentos futuros serão nestas partes da cidade onde se verificará o crescimento", diz o especialista, reforçando a ideia de planificação, citando como exemplo o facto de as centralidades de Benguela estarem a nascer na zona periférica.

Jaime Alberto ressalta, por outro lado, a situação da zona alta do Lobito, ali onde foi construído um novo reservatório de 1.500 metros cúbicos de capacidade de armazenagem e reabilitado o existente. Aqui também, hoje a situação está, em certa medida, estabilizada, contando ainda com 106 fontanários distribuídos pela área, além das ligações domiciliárias.

Ali onde há dificuldades de acesso, a Empresa de Águas de Benguela e do Lobito contemplou algumas soluções, para que estes benefícios encontrados na parte urbana enquanto os novos investimentos não se iniciam, fossem achados também e usufruídos na zona peri urbana.

União de esforços ao serviço do bem-estar

Para levar avante essa empreitada, o recurso à tecnologia de ponta é fundamental. Jaime Alberto indicou que a Empresa de Águas e Saneamento de Benguela e Lobito tem cuidado de todo o sistema operativo, o que não seria possível se não contassem com o apoio da Odebrecht, que desde 2007 trabalha em parceria com a EASBL na

supervisão da operação da ETA Integrada e dos Centros de Distribuição (CD's), que são grandes reservatórios de água tratada.

A Empresa de Águas faz a gestão do sistema, a manutenção do equipamento, opera a rede de distribuição, com apoio e supervisão da Odebrecht na Captação, Tratamento e Reservação. O recurso à mão-

de-obra qualificada permite, pois, que o trabalho decorra sem muitos constrangimentos.

Fruto de todo esse trabalho, a situação do abastecimento de água é estável nas quatro cidades abrangidas pelas fases do Projecto implantadas até o momento, tanto no casco urbano como na periferia, destaca Jaime Alberto. Ele fala da carência de água em algumas regiões e da diminuição da autonomia dos CDs do Lobito e Benguela em função do aumento do consumo. Salienta, no entanto, que tudo isso será plenamente solucionado com a complementação da terceira fase do PAB que está por iniciar.

Quanto ao interior da província, o Governo Provincial de Benguela orientou a Empresa de Águas e Saneamento de Benguela e Lobito no sentido de proceder à intervenções do género em zonas inicialmente não abrangidas no âmbito do Projecto. "Já concluímos alguns trabalhos inacabados nas comunas e municípios", de tal modo que, ainda segundo Jaime Alberto, todas as sedes municipais e comunais têm água, embora ainda não a 100 por cento de cobertura.

A união de esforços entre a iniciativa pública e privada é uma fórmula já recomendada pela ONU e pelo Conselho Mundial da Água para maximizar os resultados na gestão/operação e dos investimentos do sector de águas e saneamento. Essa metodologia tem sido adoptada no mundo inteiro.

População satisfeita

Não é, pois, sem razão que cidadãos como Xavier Segunda manifestam-se satisfeitos com os resultados da implementação de um Projecto, todavia ainda em execução. Ele recorre ao passado para lembrar-se de uma época em que a crise no abastecimento de água, naquela região, era gritante, sobretudo na década de 90. "Tínhamos muitos cortes de água, ficávamos meses sem água".

Agora, com esta intervenção, ele diz que "tudo se estabilizou".

Outros beneficiários, como a cabeleireira Emília Cassinga, 34 anos, também mostram-se satisfeitos com as melhorias agora verifica das no sistema de distribuição de água canalizada.

Mudanças fundamentais ocorreram na sua vida doméstica, mas também ao nível profissional, conforme faz questão de referir. "Tenho agora muitos clientes", disse Emília, ressaltando a importância da água canalizada para a vida da comunidade em que se insere. "A água é muito importante", refere.

A moradora do Bairro da Luz lembra que antes das obras do PAB os munícipes viviam momentos alarmantes decorrentes da falta de água, ou da falta de qualidade dela. "Hoje a água é mais limpa, tem mais pressão e não temos tido muitos cortes".

Samuel Shinquete, padeiro de 24 anos, diz por seu turno que hoje não consegue imaginar a sua actividade sem a água que lhe chega directamente à Padaria. "A água é muito importante", afirma.

A implementação do Projecto de Águas de Benguela é motivo de regozijo para o estudante Gelson Manuel.

O jovem de 19 anos diz que acompanhou de perto o trabalho efectuado e mostra-se satisfeito pela redução, em grande medida do cenário de gente a acarretar água com bacias sobre a cabeça ou então a puxar bidões amarelos em carrinhos de mão. "Era de facto muito difícil", lembra Gelson.

8.13 Melhoramos as condições de vida de 2 milhões de pessoas

Jornal Acapital

16 De Agosto de 2014

Texto: Mirene Da Cruz

Suscinto, o Director Nacional de Águas, Lucrecio Costa, traça o quadro da implementação de um Projecto que está a mudar a vida da população de quatro localidades na província.

Qual a incidência do Projecto de águas para a população de Benguela?

A incidência do Projecto de Águas de Benguela caracteriza-se pela disponibilização de infra-estruturas apropriadas para o abastecimento de água às populações residentes nas cidades de Benguela, Lobito, Baía Farta e Catumbela. Trata-se de um Projecto de extrema importância porque permitiu que se conseguisse diminuir, em grande medida, as carências de água potável nestas quatro cidades. Portanto, corresponde a toda a orla costeira da província de Benguela. Assim sendo, foi construído um sistema de abastecimento que permite levar a água à estas populações. Numa primeira etapa, cerca de 1.6 milhões de pessoas passaram a beneficiar dos serviços de fornecimento de água potável. Actualmente, esse número cresceu para mais de 2 milhões de beneficiários.

Significa dizer que o Projecto de Águas de Benguela tem uma forte incidência sobre a melhoria das condições de vida de mais de 2 milhões de pessoas na província de Benguela.

Há quanto tempo está a ser implementado o Projecto e quais as suas etapas?

O Projecto de Águas de Benguela está hoje na sua terceira etapa, efectivamente concluída. Ou seja, concluímos a primeira etapa, que decorreu entre 2004 e 2007. Depois passamos para a segunda etapa, entre 2008 e 2009, e agora concluímos a terceira etapa, a última até ao momento, correspondente ao período entre 2011 e 2012.

Tem já prazo estipulado para o fim?

O prazo ainda está no "infinito". Tudo porque as necessidades de água são crescentes e a formatação do serviço também tem que ser alterada. Se hoje temos, eventualmente, 40 por cento da população com acesso à água

da rede domiciliar, significa dizer que o objectivo é termos os 100 por cento dos domicílios cadastrados como tendo uma ligação de água potável. Este é que é o objectivo. E como a população cresce, e com ela o número de domicílios, quer dizer que vamos continuar a atender a esta perspectiva. A gestão da água nunca tem fim, por isso é que fazemos o processo por etapas.

Que entidades estão envolvidas no Projecto, e qual é o âmbito de intervenção de cada uma delas?

O Projecto de Águas de Benguela é do Executivo que delegou responsabilidades de coordenação, implementação e supervisão ao Ministério da Energia e Águas, que concretiza esta tarefa por via da Direcção Nacional de Águas. Em concreto, no Projecto de Águas de Benguela estão engajados um empreiteiro, que é o construtor das infra-estruturas, ou seja a construtora Norberto

Odebrecht, um consultor da direcção nacional de águas, que auxilia na aprovação de tudo o que é documentação técnica, neste caso a empresa Dar Al-Handasah. Depois temos engajados no projecto, obviamente, as estruturas beneficiárias da infra-estrutura, nomeadamente, as empresas de Água e Saneamento de Benguela e do Lobito.

São estas as figuras que se enquadram numa unidade de coordenação do projecto que envolve técnicos destas estruturas referidas, bem como do governo da província de Benguela.

A Direcção Nacional de Águas está satisfeita com os resultados obtidos do Projecto de Águas de Benguela?

Estamos plenamente satisfeitos com os resultados alcançados. Temos, em Benguela, hoje, aquilo que nós podemos considerar do ponto de vista técnico operativo a melhor situação que ocorre no país. Ou

seja, nós consideramos que do ponto de vista organizativo e operativo, se avaliarmos os resultados operacionais desta infra-estrutura, ao considerarmos que, em termos de rendimento está a corresponder, é aquela que melhores resultados nos tem permitido alcançar. Porque as opções técnicas foram as mais acertadas e houve, também, a preocupação de se processar a transferência de conhecimento para um conjunto significativo de quadros angolanos que hoje operam o sistema na sua totalidade. É isto que permite ter estes ganhos.

8.14 Programa de saneamento constrói latrina

Jornal de Angola
16 De Agosto de 2014
Texto: Victor Pedro

A Direcção Provincial do Urbanismo e Ambiente construiu 4.390 latrinas em várias localidades do Cuanza Sul, no âmbito do programa de saneamento básico liderado pelas comunidades e escolas, lançado em Abril do ano passado como experiência piloto.

O assistente provincial do referido programa, Albino Chicale, disse ao *Jornal de Angola* que conta com o apoio da União Europeia e do Executivo. O programa está em marcha, além do Cuanza Sul, nas províncias do Namibe, Benguela, Cuanza Norte, Uíge e Malanje, no âmbito dos ministérios da Saúde, Educação e da Família e Promoção da Mulher. Tem como objectivo prestar ajuda às comunidades rurais no combate às doenças, através da prevenção, com a construção de latrinas, a fim de eliminar o hábito de urinar e defecar ao ar livre.

Disse que visa também prestar uma melhor assistência às comunidades na educação e sensibilização sobre os cuidados a ter com o Ambiente, lavar bem as mãos, acabar com o lixo, charcos e outros focos de moscas e mosquitos nas comunidades.

De acordo com o assistente, após o lançamento e arranque do programa, foram seleccionados três municípios: Sumbe, Amboim e Quibala.

Anunciou que, fruto dos êxitos alcançados no decurso do programa, vão ser certificadas as comunas e aldeias onde as comunidades não defecam ao ar livre, como também está prevista a construção de um estaleiro sanitário no município do Sumbe.

8.15 População em risco de beber água imprópria

Jornal de Angola
18 De Agosto de 2014
Texto: Jaquelino Figueiredo

A falta de protecção ao redor da Estação de Tratamento de Água (ETA) na cidade do Soyo, na província do Zaire, coloca em risco a vida de milhares de cidadãos da região, situação que preocupa as autoridades locais.

O vice-governador para a Esfera Económica, Alberto Sabino, que visitou as infra-estrutura da ETA, a cerca de 15 quilómetros da cidade do Soyo, mostrou-se preocupado com o que viu, tendo orientado a vedação de todo o perímetro da rede de distribuição de água. Os trabalhos de vedação vão estar a cargo da empresa Construsoyo, que também vai assumir o tratamento e análise diária da água.

O centro de captação e tratamento de água do Soyo é assegurado por apenas dois efectivos da Polícia Nacional, que também protegem os estaleiros da Sinohidro, localizados no mesmo raio de acção, situação que deve ser revertida nos próximos dias, tendo em conta a importância daquela infra-estrutura. A avaria de uma das duas bombas, em Junho último, com capacidade para bombear 150 metros cúbicos de água/hora, do rio Nvuembanga para a Estação de Tratamento, localizada a cerca de dois quilómetros da fonte, restringiu para 50 por cento a produção e fornecimento do precioso líquido às populações da cidade do Soyo.

De acordo com o administrador adjunto do Soyo, Gonçalo António, a avaria de uma das duas bombas, que reduziu drasticamente a capacidade de produção, associada à limitada capacidade do tanque de apenas 30 metros cúbicos, que facilita a distribuição por sistema de gravidade, veio agravar a já complicada situação de fornecimento de água potável às populações do centro da cidade.

Para dar solução ao problema, referiu, foi adquirida uma nova bomba de 150 m³ de capacidade, a ser instalada em breve pela empresa Construsoyo, no sentido de repor os níveis de produção e distribuição de água às populações.

"Neste momento, temos já uma bomba nova com a mesma capacidade para substituir a antiga para fornecermos água às populações na ordem dos 300 metros cúbicos/hora, apesar de que não vamos resolver a situação na sua totalidade", salientou. O administrador adjunto do Soyo disse que o governo do Zaire está a envidar esforços para aumentar a

capacidade de fornecimento de água, tanto no que diz respeito à produção como ao seu tratamento, o que passa pela montagem de uma nova conduta de 500 metros, contra a de 300 actual.

A Estação de Tratamento de Água (ETA) do Soyo dispõe de dois reservatórios com capacidade de 1.060 metros cúbicos cada.

Um terceiro está colocado na subestação da cidade, também com 1.060 m³. A torre elevada de distribuição tem capacidade para apenas 30 m³ de água.

8.16 Cacongo com mais água

Jornal de Angola

19 De Agosto de 2014

Texto: Bernardo Capita

O Governo Provincial de Cabinda está a construir na comuna de Dinge Velho, município de Cacongo, uma estação de tratamento de água com capacidade para produzir 50 metros cúbicos de água por hora.

A estação de tratamento de água, cujas obras terminam em Outubro próximo, está localizada na aldeia de Santo Muno e vai abastecer cerca de cinco mil consumidores de dez aldeias do perímetro Dinge Velho/Beira Nova.

O sistema está munido ainda com três tanques de elevação, sendo um com capacidade de 300 metros cúbicos construído na sede comunal e dois com cem metros cúbicos cada, localizados na unidade militar do Dinge Velho e na aldeia Santo Muno.

A governadora provincial de Cabinda, Aldina da Lomba Catembo, visitou o empreendimento em companhia de outros responsáveis, para constatar a evolução dos trabalhos já que as obras duram há cerca de dois anos por incapacidade técnica e operacional da empresa construtora.

Aldina da Lomba Catembo manifestou-se preocupada com o atraso das obras tendo em conta que as mesmas já deviam ter sido concluídas desde Agosto do ano passado, "mas infelizmente até agora o empreiteiro deixa muito a desejar", lamentou a governadora, para quem a empresa construtora deve até finais de Setembro concluir os trabalhos.

"Demos um ultimato à empresa para entregar-nos a obra até finais de Setembro. E preciso começarmos a agir para que as empresas cumpram os prazos contratuais", referiu.

O regedor do Dinge Velho, João Evangelista Capita, valorizou a construção da estação de tratamento de

água na sua área de jurisdição, realçando que os problemas de água que as populações vivem vão ser agora ultrapassados, já que vão deixar de percorrer diariamente mais de três quilómetros até ao rio.

O regedor João Evangelista Capita disse, na ocasião, que o Governo instalou em quase todas as aldeias escolas e postos de saúde com professores e medicamentos suficientes.

Ainda na comuna de Dinge Velho, a governadora Aldina da Lomba Catembo visitou também o projecto das 50 casas evolutivas, cujas obras estão na fase final, e o condomínio do Tenda.

O projecto tem 140 moradias e vai albergar funcionários públicos, incluindo alguns moradores que vão ser desalojados dos imóveis em mau estado de conservação localizados no centro da vila de Lândana.

De acordo com a governadora, projecto vai contribuir para a melhoria das condições habitacionais da população local e qualidade de vida.

8.17 Programa Água para Todos chega à comuna de Calima

Jornal de Angola

20 De Agosto de 2014

Texto: Justino Vitorino

Pelo menos 132 famílias residentes nas aldeias de Calamenda, Chilembo, Tchicisse e Ngulawua, comuna de Calima, município do Huambo, passaram a consumir água potável, com a inauguração de um sistema de captação equipado com tecnologias de ponta.

A infra-estrutura, orçada em 50 milhões de kwanzas, foi construída no âmbito do Programa de Investimentos Públicos do Governo Provincial do Huambo e "Água para Todos, com o propósito de melhorar as condições sociais das populações. O administrador municipal do Huambo, João Sérgio Raul, exortou as populações daquelas localidades a preservarem o bem posto à disposição, para que dure mais e beneficie todos.

O novo sistema de captação e distribuição de água é extensivo a outras localidades e consta das prioridades do Executivo.

Neste momento, estão em fase de conclusão cinco sistemas de captação, distribuição e tratamento de água na comuna da Tchippa, que são inaugurados em breve.

8.18 Luanda com mais água a partir do próximo ano

Jornal de Angola

21 De Agosto de 2014

Texto: Victorino Joaquim

Luanda vai ter mais e melhor qualidade de água a partir de 2015, com a conclusão da primeira fase das obras de requalificação e ampliação dos centros de distribuição do Marçal, Maianga e Cazenga, garantiu ontem o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges.

Os referidos centros, visitados pelo ministro João Baptista Borges, foram construídos na década de 60 e os tanques de armazenamento de água já apresentam fissuras, permitindo a infiltração de água e o sistema de bombagem não funciona.

Financiado com fundos do Estado, o projecto de requalificação e ampliação daqueles centros prevê a construção de novos reservatórios de água, estação de bombagem, sala de coloração e medicamentos, edifícios para escritórios, guaridas e espaço para grupos geradores. As obras vão até 2016, mas a primeira fase, com conclusão apazada para 2015, vai permitir incrementar os volumes de água armazenados e aumentar o número de horas de distribuição de água, o que vai permitir igualmente atender uma maior parte de consumidores.

José Carlos Pires, director de projectos do Centro de Distribuição da Maianga, esclareceu que, numa primeira fase, vai ser construído um tanque com capacidade para armazenar sete mil metros cúbicos de água e posteriormente um outro de 42 mil metros cúbicos e um terceiro de dez mil metros cúbicos, cujo valor do contrato de execução da obra é de 28,9 milhões de dólares.

"Neste momento, estamos a funcionar com um reservatório de 17 mil metros cúbicos, depois de ter sido demolido um com capacidade de 35 mil metros cúbicos", disse. No Centro de Distribuição do Marçal vão ser construídos dois tanques de reserva com capacidade para 15 mil metros cúbicos, depois de demolido um dos tanques de 35 mil metros cúbicos. Gomes Rosa, director de projectos de requalificação do referido centro, informou que, a par dos reservatórios, serão também construídos os arruamentos e as valas de drenagem.

Numa primeira fase, disse, está a ser construído um reservatório cujo orçamento é de 68,5 milhões de dólares.

O Centro de Distribuição do Cazenga, estão também em construção dois tanques reservatórios, com capacidade de 15 mil metros cúbico. O director de projectos, Júlio Quental, disse que, dos dois tanques previstos, um já está em fase avançada. O orçamento para a construção dos dois tanques está avaliado em 41,1 milhões de dólares.

8.19 ELISAL 'despede' 400 funcionários das operadoras de lixo

Jornal O País

22 De Agosto de 2014

Texto: Milton Manaça

A informação foi prestada a O PAÍS pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Empresas de Saneamento Básico Prestação de Serviços e Afins (STESSA), Wilson Oliveira, esta semana em Luanda. Entre as empresas abrangidas constam a Zoomlion, Engevia, Vista Waste, Enviro Bac, Rangol, Triambiente, Erssol, Chay-Chay, Ecoenge, Solitel e Soproenge, que suspenderam há três semanas os trabalhos de recolha de resíduos sólidos.

Informações apuradas por este jornal junto de fontes familiarizadas com o assunto, dão conta que a Solitel e a Soproenge declararam falência, em consequência do cancelamento dos pagamentos das suas facturas pela EUSAL, responsável pela fiscalização das actividades de limpeza na capital do país.

Segundo Wilson de Oliveira, os despedimentos colectivos sucessivos levaram o Sindicato que dirige a elaborar um dossier de preocupações, em Maio. que foi remetido ao Governo Provincial de Luanda (GPL) , com cópias enviadas aos ministérios do Ambiente, do Trabalho, da Saúde, à 8ª Comissão da Assembleia Nacional (AN) e à própria EUSAL, mas sem qualquer resposta.

O sindicalista precisou que a situação piorou com o novo modelo de recolha de limpeza, implementado pelo GPL, denominado "Zona Limpa" , que forçou várias operadoras contratadas a diminuírem o pessoal efectivo por razões orçamentais.

Adiantou que os cortes registados no valor mensal das operadoras dificultam o pagamento dos salários dos funcionários, dos impostos e manutenção dos equipamentos, daí a necessidade de reduzir o pessoal nestas empresas.

Wilson de Oliveira explicou ainda que, para além do número de trabalhadores que já estão em casa, os próximos dias serão decisivos para os despedimentos

de mais funcionários, já que não se vislumbra nenhuma luz ao fundo do túnel para a solução do assunto, que continua a inquietar muitos operadores, que poderão ver os seus contratos rescindidos pelo Governo Provincial de Luanda.

Esta entidade máxima de Luanda (GPL) tomou a medida de pagar as operadoras por cada área limpa, decisão que está a ser contestada pelo sindicato, por não ter sido consultado. Questionado sobre se as operadoras têm cumprido com as recomendações da entidade contratante o líder sindicalista respondeu positivamente, reforçando que "elas actuam apenas com os cadernos de encargos, porque a EUSAL não forneceu o novo regulamento laboral," justificou.

Incumprimento nas cláusulas contratuais

A fonte acusa o GPL de não estar a honrar as cláusulas contratuais, pois entende que antes de se passar para o novo modelo de limpeza, a ELISAL deveria ressarcir as dívidas do anterior modelo, em que os pagamentos eram feitos a partir do peso de resíduos recolhidos por cada operadora.

"As dívidas que o governo tem dos anos passados continuam até ao momento", disse a fonte acrescentando que não se paga na totalidade aquilo que as empresas produzem durante o mês. "As vezes só se chegam aos quarenta ou cinquenta por cento dos valores".

Greve é uma possibilidade

Na visão do responsável sindical, os planos adoptados devem ser enquadrados naquilo que é a realidade de cada sociedade, referindo que os exemplos do Brasil e de outros países ainda não vão de encontro às características que Luanda apresenta.

"Nós temos uma realidade diferente, este novo programa requer uma sensibilização e reeducação da população.

Devíamos fazer também campanhas, à semelhança do que se fez na época do censo, porque o nosso povo não muda de um dia para o outro," disse, acrescentando que.

"nunca teremos zonas completamente limpas caso não se mude primeiro a consciência das pessoas".

O líder do STESSA diz acreditar na idoneidade do Governo, aludindo que nenhum país consegue viver sem um sistema eficaz de recolha de lixo. "Eu acredito que não precisaremos de recorrer à greve, vamos dar entrada ao caderno reivindicativo e só depois tomaremos outra decisão, porque o que nos preocupa é o desemprego dos nossos associados", conclui.

Reacção dos Funcionários

O relógio assinalava 14.30h, altura em que a equipa de reportagem deste jornal cruzava a residência de José Sebastião, no município de Cacucaco.

Ele, que trabalha na Triambiente há 10 anos, diz que a sua empresa suspendeu toda a actividade no dia 1 do corrente mês, alegando que não estava em condições de aumentar as dívidas aos funcionários.

" Os temos bons trabalhadores, porque mesmo com os dois meses de atraso salarial continuávamos com as nossas actividades, foi a própria empresa que decidiu parar porque disseram que a ELISAL não está a pagar" , disse José Sebastião, reforçando que a empresa não tem meios suficientes para continuar com as suas actividades. Em consequência desta situação, a rotina diária do nosso interlocutor foi alterada. Segundo revelou, nos três últimos meses, tem sido a sua esposa a responsável por todas as despesas da casa.

"A partir do momento em que a empresa faliu eu não faço nada, passo o dia em casa e graças à mulher que Deus me deu tem sido possível fazer com que as panelas não parem de dançar, basta ver que a estas horas eu estava a dormir".

Zé, como é tratado pela vizinhança, diz ter consciência de que a responsabilidade não é somente da Triambiente, mas face às dificuldades por que tem passado nos últimos tempos, não descarta a possibilidade de avançar com um pedido de indemnização pelo tempo de serviço prestado.

"Na semana passada a minha esposa teve que ir falar com o director do colégio porque os miúdos quase não fizeram provas do segundo trimestre. Tenho que pagar 20 mil kwanzas de contrato de água, por isso, estou preocupado com a indemnização, é muito sangue perdido nestes 10 anos", realçou.

8.20 ELISAL entrega responsabilidade de gestão do lixo às administrações municipais

Jornal Manchete

22 De Agosto de 2014

Texto: Moreira Mário

A Empresa de Limpeza e Saneamentos de Luanda (ELISAL), vai entregar às administrações municipais a responsabilidade da fiscalização, contratação e pagamento das empresas de recolha de lixo em Luanda. A medida visa conter as focos de lixo que se acumulam nas ruas de Luanda, informou o

coordenador da comissão de gestão da referida empresa, Ermelindo Pereira.

Constam das prioridades da ELISAL, segundo o responsável, aposta na educação e sensibilização da recolha do lixo, bem como no saneamento básico. Às empresas de recolha de lixo, serão submetidos a uma avaliação das suas capacidades, em responderem com os seus encargos contratuais.

"Outra aposta, consiste chamar a atenção dos gestores das superfícies comerciais e dos vendedores nos mercados em Luanda, a conhecerem o seu papel no processo de condicionamento e recolha do lixo por si produzidos", disse Ermelindo Pereira.

A ELISAL é uma empresa adstrita ao Governo da Província de Luanda cujo objecto social é precisamente a gestão do sistema de limpeza de Luanda e tratamento de fluentes de águas residuais. Tem cerca de 2000 trabalhadores e uma estrutura orgânica subdividida em uma direcção geral, uma direcção de planeamento e engenharia, uma divisão de operações e outra divisão de saneamento.

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, poderá nos próximos tempos, retirar a ELISAL das "mãos" do Governo da Província de Luanda (GPL), passando a sua gestão para o Ministério do Ambiente.

A decisão presidencial surge na sequência de propostas apresentadas pela ministra do Ambiente, Maria de Fátima Jardim, que visam consolidar a implementação do "Plano Nacional Estratégico de Resíduos Sólidos", que foi aprovado pelo Governo em Agosto de 2012.

Assim sendo o Ministério do Ambiente, passará a ter competências sobre as políticas de gestão dos resíduos sólidos, autorização para construção, e outras iniciativas de impacto ambiental. Para o efeito, um conjunto de leis, a favor deste Ministério tem sido apreciada em sede da Assembleia Nacional.

8.21 Luanda terá mais água em 2015

Jornal O País

22 De Agosto de 2014

Tudo depende do acabamento da primeira fase das obras de requalificação e a expansão dos centros de distribuição do Marçal, Maianga e Cazenga.

O Ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, visitou alguns centros que foram construídos na década de 1960 e cujos tanques de armazenamento de água já expõem rachaduras.

Custeadado pelo Estado, o projecto de requalificação e alargamento dos centros prevê a construção de novos reservatórios de água, estações de bombagem, sala de cloração e fármacos, imóveis para escritórios, guardadas e espaço para grupos de geradores.

A primeira fase terá a sua conclusão ajustada em 2015, o que vai multiplicar os volumes de água arrecadada e número de horas de distribuição, que vai possibilitar atender uma maior porção de consumidores.

José Carlos Pires, director de projectos do Centro de Distribuição da Maianga, explicou que, numa primeira fase, vai ser construído um tanque com capacidade para armazenar sete mil metros cúbicos de água e depois um outro de 42 mil metros cúbicos e um terceiro de dez mil metros cúbicos. O valor do contrato de execução das obras é de 28,9 milhões de dólares.

O Centro de Distribuição do Marçal vão ser construídos dois tanques de reserva com capacidade para 15 mil metros cúbicos, depois de demo lido um dos tanques de 35 mil metros cúbicos existentes.

Gomes Rosa, director de projectos de requalificação do referido centro, comunicou que serão também construídos os arruamentos e as valas de drenagem, e que está ser construído um reservatório cujo orçamento é de 68,5 milhões de dólares.

o Centro de Distribuição do Cazenga estão também em construção dois tanques reservatórios, com capacidade de 15 mil metros cúbico.

8.22 Sobe

Novo Jornal

22 De Agosto de 2014

A primeira notícia de que a EUSAL poderia rescindir o contrato com algumas das operadoras de recolha de lixo, por falta de eficácia no seu trabalho, surgiu por via do governador de Luanda, Bento Bento. A medida, por sinal, deverá mesmo ser aplicada. Pelo menos, foi isto que ficou patente nos pronunciamentos do novo director-geral da Elisal, recentemente avançados à imprensa. Esta medida só peca por ter surgido agora. Muitas das operadoras de lixo que funcionam em Luanda há moita que precisavam de um correctivo, face ao deficiente trabalho que têm apresentado e que em nada justifica os rios de dinheiro que recebem do Estado.

8.23 Água e desenvolvimento

Jornal de Angola

26 De Agosto de 2014

A água é vida e está para o desenvolvimento como o betão está para a construção. Por isso é que o sector da Energia e Aguas está a passar por uma série de reformas que vão assegurar maior e melhor oferta de água em todas as comunidades, de Cabinda ao Cunene. Trata-se de um elemento insubstituível na elevação da qualidade de vida das populações, razão pela qual a estratégia do Executivo passa pelo seu abastecimento às famílias em quantidade e qualidade.

Encerra hoje, em Malange, o IV Conselho Consultivo do Ministério da Energia e Aguas (MINEA), sob o lema "Energia e Aguas Charneira do Desenvolvimento Socioeconómico Nacional", um evento que visou, sobretudo, avaliar a execução de projectos no sector, tendo em vista as metas apontadas no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017. O Executivo angolano passou a encarar a água como meio económico de grande relevância no quadro da luta para a reconstrução e o desenvolvimento de Angola. Tendo numerosas bacias um pouco por todo o país, não é de todo exagerado dizer que temos grande parte da caminhada feita para efectivarmos a elevação da qualidade de vida das populações, bem como acelerar o desenvolvimento industrial por via do fornecimento de água em quantidade e qualidade.

Numa altura em que se prevê aumentar a taxa de cobertura de abastecimento de água potável em 100 por cento nas capitais de províncias e em 85 por cento nas zonas rurais até ao final de 2017, não há dúvidas de que as metas são ambiciosas e resta muito trabalho pela frente.

As metas estão plenamente ao alcance dos angolanos, atendendo ao ritmo de materialização dos projectos públicos de produção, tratamento e fornecimento de água potável para o consumo humano e para fins agrícolas e industriais.

A água está indissociavelmente ligada aos esforços de desenvolvimento e progresso, na medida em que constitui o elemento insubstituível no sector primário e secundário.

Assim como dificilmente entendemos o curso normal da vida das comunidades sem a existência do líquido precioso, não podemos conceber uma agricultura sem a presença de água. Na indústria transformadora, uma realidade que começa a ganhar terreno entre nós, também não é possível imaginar-se a realização de projectos sem água, na maioria dos casos. Em Malanje, o ministro da Energia e Aguas disse que o seu pelouro

está a implementar um Programa Nacional de Monitorização da Qualidade da Água para o consumo humano, com a instalação de laboratórios para o efeito. Não há dúvidas de que um eventual aumento da cobertura no fornecimento de água em quantidades consideráveis tem fortes implicações no saneamento das áreas urbanas.

Daí a estratégia do MINEA, em conformidade com as metas constantes do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, visar a materialização do saneamento nas áreas urbanas em até 80 por cento, nos próximos três a quatro anos.

Como admitiu o ministro, os desafios são ambiciosos e enormes para proporcionar o fornecimento de água o mais próximo possível das famílias. Atendendo a dimensão dos projectos, o aumento da capacidade de produção, associado a um novo figurino institucional que permite entrada de operadores privados torna o sector das águas um instrumento útil no desenvolvimento de Angola.

Não podemos perder de vista que os recursos hídricos tendem a transformar-se em recursos escassos por uma série de factores, entre os quais o aquecimento global, o consumo desregrado, etc. Não faltam estudiosos que apontam a água como estando entre as eventuais causas para conflitos no futuro, razão pela qual importa a gestão parcimoniosa das bacias hidrográficas do país.

Felizmente, Angola conta com políticas e programas que contribuem para a protecção, manutenção e aproveitamento harmonioso dos nossos recursos hídricos. Estamos no bom caminho, numa altura em que as atenções se concentram na promoção da educação ambiental e estratégia de desenvolvimento sustentável, tendo a água no centro das preocupações. Há a destacar as obras de reabilitação dos sistemas de água em numerosas cidades de Angola, bem como a execução de projectos de raiz que visam levar a água ali onde ela é necessária e vital. Esperamos que do IV Conselho Consultivo do MINEA saiam importantes deliberações que venham orientar e a acelerar a execução de projectos para fornecer água em qualidade e quantidade a cada família angolana.

As acções do Executivo viradas para o desenvolvimento continuam a ser uma realidade, com programas a serem levados a cabo em diferentes regiões do país, com o propósito de esbater assimetrias, de modo a que todos os angolanos possam usufruir dos benefícios resultantes do processo de construção da prosperidade.

8.24 Ministro anuncia criação de entidades gestoras

Jornal de Angola

26 De Agosto de 2014

Texto: Adelina Inácio

O ministro da Energias e Águas anunciou ontem em Malanje a criação de entidades gestoras para abastecimento de água e o saneamento nas diferentes capitais de província.

João Baptista Borges falava na abertura do Conselho Consultivo Alargado do Ministério da Energia e Águas e garantiu que já foram criadas as empresas gestoras dos sistemas de abastecimento de água de Benguela, Lobito, Cunene, Uíge, Cuanza Norte, Malanje, Bié e Huambo. Em declarações ao Jornal de Angola, o ministro esclareceu que as capitais provinciais passam a gerir os novos sistemas de abastecimento de água nos municípios e sistemas rurais, incluindo a actividade económica ligada ao seu abastecimento.

João Baptista Borges referiu que, no âmbito da gestão dos recursos hídricos, está em curso a elaboração dos planos das bacias hidrográficas do Cubango, Cuvelai e Zambeze. Está também em preparação o estudo para elaboração dos planos para as bacias do Keve, Longa, Bengo e Dande.

O ministro anunciou, para este ano, o lançamento de concursos para a elaboração dos Planos de Gestão Integrada das bacias de Cabinda e Cuanza e de um agrupamento de bacias hidrográficas do Cubal da Hanha, Catumbela, Cavaco e Coporolo, localizadas na região de Benguela.

Qualidade da Água

João Baptista Borges disse que o sector que dirige está a implantar um programa nacional de monitorização da qualidade de água de consumo humano. Para o êxito desta acção, acrescentou, estão em regime experimental quatro laboratórios nas províncias de Benguela, Huíla, Cuanza Norte e Lunda Sul. Está prevista ainda a construção do laboratório na província do Uíge.

Ao fazer o balanço dos programas de investimento nos sectores da energia e águas, João Baptista Borges sublinhou que está em curso o programa de reabilitação dos sistemas de Águas das 17 capitais de província e a execução de obras em Menongue, Luena, Saurimo, Sumbe, Ondjiva e Namibe.

Em preparação está a execução na província do Huambo. Para a província de Luanda, o ministro destacou a execução do Plano de Estabilização da EP

AL que visa adicionar mais de 150 mil metros cúbicos de água até ao final do próximo ano, o projecto de 750 mil ligações domiciliare e a aprovação dos projectos do Bita e Kilonga Grande.

O ministro sublinhou igualmente as acções que estão a ser feitas pelo sector para a electrificação das 132 sedes municipais, a realização de 93 concursos e adjudicação de 62 obras.

Água para Todos

O Programa Água para Todos foi executado até ao momento em 58 por cento. João Baptista Borges reconheceu que os sectores de Energias e Águas têm a responsabilidade de assegurar um serviço público de qualidade e aceitável para a satisfação das necessidades da população e desenvolvimento económico.

Por isso, apontou os desafios do Executivo no domínio das infra-estruturas básicas, tendo destacado para o sector da energia o aumento da capacidade de produção de energia eléctrica até 2017, e a ampliação, até 65 por cento, da taxa de electrificação do país.

Ainda no domínio das águas, o ministro salientou o aumento da taxa de cobertura nas capitais de províncias, nalgumas a 100 por cento, e em 85 por cento nas áreas rurais até final de 2017. Apontou ainda o aumento da taxa de cobertura do saneamento nas áreas urbanas até 80 por cento até ao fim desta legislatura.

Destacou igualmente a transformação do sector eléctrico em curso. Com a adopção do novo figurino, disse, a empresa PRODEL vai ocupar-se da produção de energia, a RNT do transporte, e a ENDE vai distribuir a energia em todo o país.

Redes de distribuição

No domínio da distribuição, João Baptista Borges disse que está em curso a construção de subestações e redes de distribuição em média e baixa tensão, ligações domiciliare em Luanda

e nas províncias do Uíge, Moxico e Bié. Com estas acções, disse, o Executivo quer dar mais importância ao sector da Energias e Águas para o cumprimento do Plano Nacional de Desenvolvimento até 2017.

O vice-governador de Malanje, Gabriel Pontes, que também falou no Conselho Consultivo do Ministério da Energia e Águas, disse que as acções no domínio da energia e águas têm permitido o aumento do acesso da população a esses bens essenciais para a qualidade de vida e bem-estar.

A província de Malanje, acrescentou, tem traçados programas e projectos que têm resultado no aumento da produção e distribuição de energia e do abastecimento de água à população.

O conselho consultivo alargado do Ministério da Energia e Aguas decorre até hoje sob lema "Energia e Aguas charneira do Desenvolvimento Social e Económico Nacional". No encontro participam directores provinciais do Ministério da Energia e Aguas.

8.25 Agua potável com abundância no município

Jornal de Angola

28 De Agosto de 2014

Texto: Arão Martins

A distribuição de água potável às populações do município da Matala, na Huíla, tornou-se mais abrangente, com a abertura de novos furos e de sistemas de captação e distribuição às comunidades locais, assegurou o administrador municipal.

Miguel Paiva Vicente disse que, desde 2011, o município da Matala começou a beneficiar do Programa Agua para Todos e foram construídos 25 novos sistemas de água, que permitiram atingir 50 mil novos consumidores.

O administrador municipal explicou que foram abrangidas pelo projecto populações que vivem nas localidades de Calombinga, Capelongo, Castanheira de Pêra, Frechiel, Mulongo e na sede municipal da Matala.

A maior parte dos sistemas. Localiza-se nas aldeias, o que fez com que um grande número de habitantes deixasse de percorrer longas distâncias na procura de água para o consumo. Está em curso a construção de seis novos sistemas de distribuição de água, no município.

O Programa Agua para Todos tem estado a resolver os problemas da população no que diz respeito ao consumo: "estamos a levar água às aldeias e às áreas mais longínquas, para evitar que as pessoas consumam a mesma água que os animais". A Administração Municipal da Matala está a cumprir os programas para 2014, no âmbito de combate à pobreza.

Miguel Paiva Vicente disse que todos os projectos programados para este ano estão a ser realizados com êxito: "a maior parte das acções planificadas está com um avanço de 70 por cento de execução", informou.

Centro infantil

No âmbito do programa de combate à pobreza, Miguel Paiva Vicente disse estar em curso a construção de um Centro Infantil Comunitário, com capacidade para 150 crianças até aos cinco anos.

No município, estão ainda em curso a construção de três novos postos de saúde, uma escola de seis salas para o ensino primário e a casa do administrador municipal. No quadro do Programa Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, a população, que vive na localidade de Canjanguite, tem o sistema de saúde melhorado, depois da entrada em funcionamento de um posto de saúde.

Na comuna de Micosse estão em funcionamento dois sistemas de produção e de distribuição de água potável, além de uma escola de seis salas de aulas do ensino secundário do primeiro ciclo.

A escola tem capacidade para 1.600 alunos em três turnos, o que vai permitir inserir alunos que, por falta de salas, tinham ficado fora do sistema de ensino.

A reposição da ponte sobre o rio Muvale está praticamente concluída, o que vai melhorar a circulação de pessoas e bens da localidade, entre a sede do município e a comuna de Cape longo.

No município da Matala estão ainda em curso obras de impacto social, inseridas no quadro do Programa Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza. No bairro de Muvale, estão em curso as obras de construção de um novo centro de saúde.

Os trabalhos têm a participação da comunidade local, que vai, a partir do segundo semestre, ver melhorada a assistência médica e medicamentosa. O administrador municipal da Matala, Miguel Paiva Vicente, assegurou que vários programas inseridos no programa de Combate à Pobreza no município, financiados pela administração local, entram em funcionamento ainda este ano.

8.26 Monitorização por satélite

Jornal de Angola

28 De Agosto de 2014

As viaturas de recolha de lixo na província de Luanda passam a ser monitorizadas por satélite, refere um comunicado da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL).

O comunicado da ELISAL, ainda sob gestão do Governo Provincial de Luanda, refere que o objectivo é a melhoria do acompanhamento do desempenho das empresas envolvidas no sector.

A monitorização, salienta o documento, é reforçada com a existência de um corpo de fiscais no terreno e de uma central de chamadas, para a qual a população pode ligar e apresentar reclamações.

O texto sublinha igualmente que a monitorização abrange as áreas de recolha e transporte de resíduos domésticos e comerciais, limpezas de praias, bem como lavagem manual de estradas, ruas e passeios.

O difícil acesso a algumas áreas dos distritos urbanos do município de Luanda tem dificultado o trabalho das operadoras, o que leva à utilização da recolha manual, lembra o comunicado.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Aumento da criminalidade preocupa vendedores e clientes

Novo Jornal

01 De Agosto de 2014

Texto: Isabel João

O MERCADO DO CATINTON mostra-se cada vez mais violento. Segundo relatos dos populares, os marginais não têm hora para atacar, nem escolhem vítimas.

"Todos os dias as pessoas aqui são assaltadas. O pior de tudo é que temos uma esquadra próximo e não sabemos se ela existe, porque não vimos o trabalho que a polícia está a fazer nesta zona. Até dentro das viaturas as pessoas são assaltadas", descreve um morador.

Dora Catete, comerciante há mais de sete anos no mercado, conta que já foi assaltada três vezes quando saía do mercado.

"Já estava dentro do táxi. Os bandidos mandaram parar o carro, entraram e receberam todos os haveres dos passageiros. Também receberam o dinheiro que o taxista fez naquele dia de trabalho. É muito triste a situação da criminalidade em Luanda", disse.

De acordo ainda com Dora, no mercado existem roubos no interior das viaturas, registam-se vários crimes violentos, roubos à mão armada, assaltos e até assassinatos.

"A criminalidade aqui na zona já passou dos limites há muito tempo. O problema é que os agentes da polícia que aparecem também colaboram com os bandidos e, por outro lado, também acho que falta mais divulgação sobre matérias relacionadas com o assunto. Temos meios de comunicação parciais. Os crimes e delitos não são noticiados pelos órgãos públicos", acusou ainda.

Dora Catete é da opinião de que desemprego é o que leva a maior parte dos jovens à delinquência, porque muitos não têm qualquer perspectiva de futuro.

Segundo a comerciante, a polícia já perdeu o controlo da criminalidade há alguns meses.

"Aqui, na Maianga, então, é pior. Trocam comandantes, mas a situação não melhora. Deixaram a situação chegar até este ponto, agora, para melhorar

são necessárias atitudes extremas. Ganhámos a guerra, mas não estamos a ganhar a da criminalidade e a da sinistralidade rodoviária", atirou.

Maria Garcia, outra vendedora do mercado Catinton, defendeu ser necessário o reforço do policiamento de proximidade. Pôr na via agentes da ordem pública e efectivos da Polícia de Intervenção Rápida com meios motorizados para melhorar a situação da segurança na zona.

Ainda de acordo com a nossa fonte, hoje, as pessoas já não acreditam no balanço apresentado pela polícia.

"As ocorrências dizem uma coisa, mas a realidade é outra. Por exemplo, se formos ver o relatório da divisão da Maianga vão dizer que a situação é calma e o que nós vivemos aqui no mercado nem chega ao relatório policial. O dia-a-dia desmente essa afirmação e confirma que a criminalidade tomou conta de Luanda e que a Polícia Nacional (PN) não tem homens, nem meios para mudar esse quadro", denunciou.

Em reacção a algumas práticas criminosas, a chefe do gabinete de comunicação e imagem do Comando Provincial de Luanda, Engrácia Costa, disse que a divisão da Maianga intensificou o patrulhamento na zona para dar resposta às inquietações dos munícipes.

9.2 Sangue nos diamantes de luzamba

Jornal Acapital

02 De Agosto de 2014

Texto: Domingos Júnior

Tudo começou quando efectivos da Polícia Nacional (PN), em colaboração com a Bicular, uma empresa de segurança privada ligada à ENDIAMA, decidiram desalojar os garimpeiros que se encontravam na localidade de Tchombo, às portas da sede municipal do Cuango.

Tchombo, que segundo fontes locais, se encontrava abandonada há já vários anos, tinha sido requeri da por um cidadão, à luz do Decreto 53/09 de 22 de Setembro, que autorizava os cidadãos angolanos a procederem a exploração artesanal de diamantes aluvionares nas áreas delimitadas pelo Ministério da Geologia e Minas.

Os garimpeiros, por seu turno, ofereceram resistência à presença das forças da ordem, tendo havido uma espécie de "luta corpo-a-corpo", com a polícia a desferir golpes, recorrendo a armas de fogo, que se saldaram em três mortos e igual número de feridos.

É este facto que fez estalar o verniz: os garimpeiros, em número bom, usaram de pedras, catanas, picaretas e machados para escorraçar a polícia da localidade. Transportando os corpos das vítimas mortais, perseguiram os agentes presentes no terreno até à esquadra do Luzamba, onde abandonaram os cadáveres. "A Polícia, que numericamente se encontrava em desvantagem, não conseguiu travar os 'faiscadores', que conseguiram destruir a esquadra", indicou.

A situação tomou posteriormente contornos desagradáveis, expediente que obrigou a intervenção das Forças Armadas Angolanas (FAA) em socorro aos efectivos da Polícia Nacional e da empresa Bicular. "Vivemos um clima de guerra", relatou o secretário do Partido de Renovação Social (PRS) no município do Kuango, Domingos Kamone, para quem não se justifica que, em tempo de paz, se assista ainda o que considerou de recolher obrigatório, abertura de trincheiras e muita tropa nas ruas a disparar de forma indiscriminada. Como se isso não bastasse, acrescenta Kamone, nos bairros onde as forças da ordem patrulham, de dia e de noite, as bandeiras do seu partido (PRS) "estão a ser retiradas sem a mínima explicação".

Tradição de morte

Outra fonte policial na Lunda-Norte informou que a intenção das forças da ordem era desalojar os garimpeiros do Tchombo, porque a área representava perigo, uma vez que o terreno já não é espesso "por ter sido já explorado ao máximo". Amparando a sua informação, realçou o facto de no passado dia 26 de Julho terem morrido oito pessoas na localidade Ngonga Ngola, pertencente ao sector de Kafunfo, vítimas de desabamento de terras. "Eles encontravam-se a uma profundidade de mais de 20 metros a extraírem diamante quando o terreno cedeu", transmitiu. Referiu que a ideia das autoridades é evitar que casos do género se repitam, pelo que mesmo entre os cidadãos com licença para a exploração de diamantes, deverão fazê-lo em áreas de menor risco. Só que, a depender da técnica de escavação usada pelos garimpeiros, os acidentes ocorrem quase sempre, tendo um dos mais desastrosos causado a morte de 30 pessoas, na localidade de Ngombe, comuna do Milando.

A justificação da Polícia não convenceu o responsável do PRS naquelas paragens, que defende maior cuidado no tratamento do problema da extracção de diamantes, já que "esse povo vive do garimpo desde os primórdios".

Relativamente aos acidentes como aquele que se verificou no passado dia 26, Domingos Kamone

considerou de desolador, sobretudo por afectar pessoas que apenas buscavam melhorar a sua condição de vida. Reconhece, no entanto, que há iniciativa do Executivo em credenciar os exploradores artesanais, mas que tal deve ser amplamente esclarecido à Polícia, FAA e às empresas de segurança que operam na região para evitarem-se recorrentes incidentes.

Sabe-se que até ao momento, a exploração artesanal de diamantes, através da distribuição de senhas e concessão de áreas específicas por parte da ENDIAMA, garantiu o emprego a mais de 700 pessoas, na sua maioria jovens. O objectivo central é facilitar aos cidadãos nacionais maior acesso às zonas diamantíferas e, por via disso, conter a imigração ilegal, que nos últimos tempos cresceu exponencial e assustadoramente, em face da desenfreada busca por zonas ricas em pedras preciosas. As autoridades entendem ser difícil estancar o garimpo, mas que é melhor "começar a controlar as pessoas que exercem esta actividade com pagamento dos seus impostos ao Estado, tornando-se úteis à sociedade". Este programa começou a ser implementado em 2011 nas Lundas e, mais tarde, nas províncias de Malanje (comuna do Milando), no Kuanza-Sul e nos municípios bienos do Andulo e Nhâreia.

9.3 Pobreza é factor de violência doméstica

Jornal de Angola

04 De Agosto de 2014

Texto: Manuela Gomes

Angola registou no primeiro semestre deste ano 338 casos de violência física e económica, todos apresentados por homens.

Dados do Sistema Integrado de Indicadores de Género mostram que durante o mesmo período, 1.507 casos de violência económica foram apresentados por mulheres em todo o país.

Os dados foram apresentados em Luanda pela directora nacional para Igualdade de Género do Ministério da Família e Promoção da Mulher, Marinela Gambôa, na abertura do debate público sobre "O papel dos homens no combate à violência doméstica", organizado pelo Fórum de Mulheres Jornalistas para Igualdade de Género (FMJIG).

Marinela Gambôa reafirmou os esforços do Executivo sobre o combate à violência doméstica.

"A preocupação do Executivo em relação à violência conduziu a vários estudos que culminaram na elaboração da Lei contra a violência doméstica,

aprovada em Julho de 2011", disse. Esta lei destina-se a criminalizar os agressores, tornando a violência uma questão de âmbito público.

Uma em cada três mulheres sofre de violência doméstica no mundo, quer física, económica, psicológica, laboral ou sexual.

"Este fenómeno está enraizado na desigualdade histórica e estrutural e nas relações de poder entre mulheres e homens." A pobreza é a maior causa da violência baseada no género. A violência doméstica relacionada com a mesada do progenitor continua a atingir níveis altos na sociedade e defendeu maior responsabilidade do pai na assistência adequada à família.

Perante estes e outros desafios, criou-se uma sala específica nos Tribunais para melhor atendimento de queixas sobre violência doméstica. No mês de Setembro de 2013 foi aprovada pelo Executivo, a Política Nacional para Igualdade e Equidade de Género, que visa contribuir para a redução das disparidades de género e promover a mudança gradual de mentalidades e comportamentos. O debate sobre "O papel dos homens no combate à violência doméstica" teve como prelector o sociólogo Paulo de Carvalho. Durante a sua explanação, o sociólogo considerou que a violência doméstica é um fenómeno que tem assolado muitas sociedades. O Ministério da Família e Promoção da Mulher, juntamente com o Fórum de Mulheres Jornalistas para Igualdade de Género, está a desenvolver o projecto "Comunicando pelo equilíbrio de género e desenvolvimento", que visa contribuir para o aumento do nível de igualdade de oportunidades entre mulheres e homens. O encontro reuniu várias franjas da sociedade angolana.

9.4 Descoberto esconderijo com armas

Jornal de Angola
06 De Agosto de 2014
Texto: Marcelino Dumbo

A Polícia Nacional no Huambo descobriu, na comuna da Chilata, município de Longonjo, um esconderijo com armas, morteiros e granadas, num total de 881 engenhos explosivos, carregadores e munições de diversos calibres. O intendente David Gimbi afirmou que este material já está em posse das autoridades e que a Polícia Nacional conta com a elaboração da população na denúncias de pessoas em posse ilegal de armas de fogo, esconderijos e outros actos criminosos que põem em perigo bem-estar de todos.

Recentemente, a Polícia Nacional no Bié recolheu de forma coerciva oito projectéis de diversos calibres e 290 munições nos municípios do Cuito, Cunhinga e Catabola.

Citado pela Angop, o supe-intendente4efe António Hossi afirmou que o material recolhido foi destruído para garantir a ordem e tranquilidade das comunidades. Entre o material retirado à população constam projectéis de ZU23, morteiro 81 milímetros, RPG-7 e se 60 milímetros, além de duas gradas de mão.

9.5 Mulheres ao volante sozinhas são vítimas de assaltos

Jornal De Angola
08 De Agosto de 2014
Texto: Yara Simão

O jovem de camisa vermelha mete-se entre duas filas de carros parados no trânsito. Tem uma mão no bolso das calças e anda descontraído como se fosse mais um transeunte. De repente tira a mão do bolso e empunha uma faca de cozinha com a qual ameaça a condutora de um carro.

O assaltante escolheu a vítima por ser uma mulher e viajar sozinha. Mas ela facilitou: levava o vidro do carro aberto, tinha jóias e estava a falar ao telemóvel. A automobilista não se intimidou com o assaltante e lutou com ele. Os outros automobilistas presenciam a cena e os peões aproximam-se. Apanhado de surpresa pela reacção da vítima, o homem acaba por soltar a faca e foge. Ainda há quem vá em sua perseguição mas poucos metros. Todos têm mais que fazer.

Os automobilistas que circulam todos os dias nas vias de Luanda conhecem os truques usados pelos assaltantes, como a colocação de cacos de vidro ou pedaços de madeira com pregos para furar os pneus, forjar uma avaria ou mesmo um atropelamento para se aproveitarem dos que param. Tudo isto acontece à luz do dia e em ruas muito movimentadas.

Quem tem de enfrentar o trânsito só quer mesmo sair dos engarrafamentos. E como não pensa em mais nada, acaba por ser vítima dos assaltantes, que atacam sempre de surpresa. A maioria "ataca" em motorizadas.

"Parece que a violência aumenta de forma proporcional ao número de veículos nas estradas", diz o estudante Antoninho Moreira. Para ele, a falta de atenção favorece os assaltantes.

"Mas ninguém está treinado para saber como reagir a um assalto. Eu mesmo já caí no erro", acrescenta.

O porta-voz da Polícia Nacional, comissário Aristófares dos Santos, diz que é preciso ter em conta os factores que propiciam a delinquência e a criminalidade na sociedade. "No nosso caso, podemos destacar três factores fundamentais: a família, a escola e a comunidade".

O oficial da Polícia Nacional prossegue: "Muitas famílias estão desestruturadas pelas mais variadas causas. Os pais não conhecem a fundo os filhos porque têm de sair cedo de casa para trabalhar, ou porque não possuem capacidade financeira estável para suprir as suas necessidades".

Como resultado, os filhos acabam por estar entregues à sua sorte, fazendo tudo o que julgam conveniente por falta de acompanhamento dos pais. "Além desse factor, temos a problemática das crianças fora do sistema de ensino ou mesmo aquelas que estudam em escolas cujo ambiente é hostil e sem controlo", diz o comissário Aristófares dos Santos.

Outro factor tem a ver com a comunidade, que pouco faz para ajudar na inserção das crianças e jovens na sociedade: "As crianças de hoje começam como vítimas e acabam como agressoras, porque a própria sociedade as tornar assim. Este é o maior problema que enfrentamos", afirma.

O comissário diz que, para melhorar a situação, há que diferenciar o papel do Estado e das famílias.

"Hoje, infelizmente muitas pessoas referem-se ao fraco papel do Estado na inserção dos jovens na sociedade, mas esquecem-se do papel da família, que não deve ser substituído pelo Estado", explica o porta-voz da Polícia Nacional. "Cada pai e mãe deve ser responsável pelos menores que se encontram sob sua tutela. Ao Estado cabe a regulação geral das normas de convivência social, criando as normas para cumprimento de todos", refere.

Vítimas predilectas

Em Talatona, os assaltos a motoristas são comuns. Os assaltantes actuam quando o trânsito fica engarrafado. Mulheres sozinhas ao volante ou apenas com menores no carro são as vítimas preferidas. São elas que, por norma, levam os filhos à escola.

A reportagem do Jornal de Angola seguiu o trânsito na via que liga o Lar do Patriota a Talatona naquelas que são consideradas as horas de maior risco, a partir das 7h00 da manhã e depois das 18h00, quando se formam filas de carros em marcha lenta. A grande maioria toma precauções, mas há sempre alguém distraído. De

acordo com as vítimas, é nas várias entradas às escuras que muitos marginais fazem os assaltos aos automobilistas. O regresso a casa é hora do medo para quem precisa de passar pelo bairro Rocha Pinto, em direcção à clínica Multiperfil. A zona é pouco iluminada e nota-se a ausência de carros-patrolha da Polícia Nacional ou mesmo de agentes a pé.

Assaltos a domicílios

Na semana passada, criminosos invadiram a casa onde a enfermeira Georgina Matos vive com a mãe. Os assaltantes levaram electrodomésticos e computadores. Mas não foi a primeira experiência do género para a família. "Todas as pessoas desta casa já foram assaltadas, incluindo a empregada", contou a enfermeira. Depois do último roubo, ela e o filho foram à polícia, na rua do "Mata Gato", distrito do Rangel, para participarem a ocorrência.

Uma mulher de 58 anos foi roubada cinco vezes em seis meses. "A casa de um é assaltada hoje, amanhã é a do vizinho, depois de amanhã são três casas à frente e assim sucessivamente", lamentou.

A Polícia Nacional recomenda que todos os cidadãos se tornem agentes de segurança e que participem a ocorrência em caso de serem Vítimas de crimes. Mas muitos cidadãos reclamam contra a burocracia situações, porque é sempre alegada a falta de pessoal e a consequente necessidade de triagem por parte dos oficiais em serviço no atendimento aos casos considerados mais graves. O porta-voz da polícia nacional aconselha os cidadãos a colaborarem com as autoridades: "A população deve colaborar sempre com as forças e serviços de segurança

9.6 “ A mulher deve ter o poder de decisão rápida, certa ou errada”

Jornal Expansão

15 De Agosto de 2014

Texto Eunice Sebastião

Como começou a sua liderança?

Começou no Ministério da Agricultura, onde, sempre que havia alguma actividade, me mandava fazer - e de propósito. aquela altura, de certeza que essas pessoas que me davam os trabalhos, principalmente do sexo masculino, pensavam que estavam a afastar-me de vir um dia a ser uma mulher de poder. Pelo contrário, deram-me o poder. Eu era o tipo de pessoa que não negava nada, quando se tratasse de actividades relacionadas com o ministério. Particpei em algumas conferências internacionais e cheguei a fazer cursos em organizações não governamentais, como cursos de

Mulher e Agricultura, Mulher Rural e o Seu Desenvolvimento. Mais tarde, fui convidada para ser responsável pela comunicação e imagem do ministério, que não aceitei porque não era o cargo que almejava, o que me deixou muito zangada.

E como superou?

Decidi fazer outro mestrado na África do Sul e, infelizmente, fui contestada por muita gente. Algumas pessoas disseram-me para não ir, pois já tinha conhecimento do Ministério da Agricultura e temiam que, quando voltasse, perdesse tudo. Como era uma bolsa, decidi fazer, mas infelizmente não concluí o mestrado e voltei para Angola, onde comecei tudo de novo. Confesso que me senti triste. Fui viver para Viana e, como na altura não havia transporte, andava em camiões basculantes, mas confesso também que isso não me envergonhava.

Como começa a progressão?

Um belo dia chego ao ministério e deparo-me com a dra. Luísa Cadete, que na altura era responsável da área do Censo e me disse que o Ministério da Promoção da Mulher

estava à procura de uma engenheira agrónoma que falasse inglês. Disse-lhe que, mesmo sendo bióloga, podia inscrever-me também, porque falava inglês. Inscrevemo-nos sem esperança nenhuma, porque éramos cerca de 20 mulheres a concorrer para uma vaga e todas eram directoras menos eu e a dra Luísa. Na segunda fase do concurso, fui anunciada como a vencedora. Não acreditei. A partir daí, abriu-se uma 'janela' na minha vida, e as pessoas viam-me na televisão e a defender os interesses das mulheres. Com tudo isto, confesso que fiquei muito tempo sem arranjar marido [risos]!

Nunca pensou em desistir?

Costumo dizer que não interessa contarmos as vezes que subimos na vida, mas, sim, as que caímos e conseguimos levantar-nos. Em todas as esferas da vida encontramos sobressaltos. Do que precisamos é de sermos fortes e, em determinadas ocasiões, pensarmos que os lugares não são fixos.

O que falta para que as mulheres sejam cada vez mais líderes nas organizações?

Mulheres há que dizem que os homens estão sempre no poder e não nos dão lugar. Mas, infelizmente, isso acontece, às vezes, por falta de iniciativa por parte das mulheres.

Costumo dizer que, para podermos ascender a determinados cargos, precisamos de ser conhecidos.

E, para isso, cada um de nós tem de fazer parte de uma organização não governamental, ou de uma associação, política ou religiosa. Para atingirmos determinados cargos, devemos empoderar-nos [do inglês empowerment, que significa melhorar a capacitação, e uma das componentes do empoderamento tem que ver com a participação activa na vida política e pública do País, cada um à sua maneira. As pessoas devem deixar de dar graxa e procurar valorizar-se mais. Aquele a quem se fizer graxa acaba sempre por humilhar o outro. Precisamos de ascender por meios próprios e não nos pendurarmos às calças dos outros. Outra coisa que gostava de partilhar é que devemos actualizar-nos constantemente, sobretudo as mulheres, para estarmos sempre preparadas para debater sobre qualquer assunto.

Como define o empoderamento?

É um processo em que as pessoas dão conta da sua situação social e tomam uma decisão de mudança. Antigamente, por exemplo, as pessoas dentro de uma empresa queriam ocupar cargos de chefia mesmo possuindo um nível de escolaridade muito baixo. Hoje damos conta de que até para se ser chefe de repartição de um município, ou administrador comunal, tem de se ser técnico superior. Digo sempre que estudem e que continuem a estudar porque todos temos o direito de estar onde está o director 'fulano' ou 'sicrano', desde que não passemos por cima de outras pessoas.

Quais as vantagens da liderança feminina?

As mulheres devem ter poder de decisão rápida quando chamadas a liderar qualquer actividade. É bem verdade que quando, por exemplo, somos chamados ao chefe, apanhamos logo um 'frio na barriga', sendo que a primeira coisa que ocorre nas nossas cabeças é pedir opinião a outras pessoas sobre aquilo que nos foi delegado pelo chefe. O que muita gente não sabe é que nem todos gostam do que fazemos e acabam por nos dar ideias erradas. Por isso digo que a mulher deve ter o poder de decisão rápida, quer seja ela certa ou errada.

Como deve ser esse processo de liderança?

Há a liderança autoritária - onde só o que o chefe diz é o certo, e essa atitude é negativa aos olhos dos subordinados. Mas, infelizmente, é o tipo de liderança praticado em muitas instituições; e existe também a liderança participativa, onde o chefe passa algumas tarefas aos subordinados. Um líder deve capacitar os membros da organização e saber ouvir. O mesmo se aplica dentro das nossas casas, porque nem sempre damos conta do nosso erro.

Como é que a família encara a sua carreira?

Acho que estão acostumados porque, para além de administradora comunal, sou bióloga de profissão, escritora e declamadora.

Como anda essa “carreira” no campo literário?

Neste momento, um pouco apertada. Terminei de escrever agora um livro em prosa intitulado *O Suspiro da Morte*, que se encontra na gráfica.

Se não fosse bióloga, O que seria?

Advogada, porque a política sempre esteve comigo.

função das intimidações de que têm sido alvos por parte dos meliantes que muitas vezes têm extorquir meios financeiros, ora são recebidas as motorizadas. Caso não cederem a pressão, muitos chegam ao ponto de perder a vida, daí vem o grito de socorro das populações que paira no ar já que há muito têm vindo a clamar face a insegurança e ao medo, visto que as denúncias por vezes, não têm sido atendidas, criando assim um clima de desconfiança entre o polícia e o cidadão, rematou um dos interlocutores que não quis se identificar ao jornal a República.

9.7 Criminalidade no bairro augusto ngangula

Jornal República

22 De Agosto de 2014

Texto: Zeferino Pacheco

A criminalidade tem tomado proporções alarmantes, sobre tudo nos bairros periféricos de Luanda e município de Cacuaco.

Segundo moradores que aí residem, mostram-se preocupados quanto a onda de criminalidade que muitas vezes tem vindo a tirar o sono aos munícipes e não meramente, pois, o crime tem sido protagonizado por jovens que aparentam ter entre os 16 e 20 anos de idade, munidos de armas branca e de fogo.

No sentido de interpelarem cidadãos de diversas faixas etárias, solicitando-os haveres, caso reajam ao sucedido, muitos desses cidadãos têm sofrido agressões físicas e psicológicas. Segundo ainda moradores, afirmam que muitos dos transgressores da lei, têm feito o uso de estupefacientes (drogas), de modo que se sintam estimulados e capazes de efectuarem as suas acções a mão armada, tendo como objectivo impedir a circulação de pessoas e bens e não apenas. Em virtude desta situação os moradores pedem aos efectivos da polícia que efectuem mais rondas de captura, de modo a serem identificadas as reais causas que estão por detrás da crescente onda da criminalidade.

Igualmente, solicitam que haja mais interacção entre os cidadãos e o órgão sob tutela do Ministério do Interior, no caso a polícia de ordem pública, no sentido de dar resposta aos problemas de carácter criminal, porque muitas vezes, os criminosos chegam ao ponto de violarem crianças, jovens, etc.

Alguns motociclistas, incluindo os taxistas de moto, vulgo kupapatas também se sentem inseguros em

10. AMBIENTE

10.1 Aeroportos com vigilância meteorológica

Jornal de Angola

01 De Agosto de 2014

Texto: Manuela Gomes

O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET) vai, dentro em breve, instalar serviços de vigilância em todos os aeroportos nacionais, anunciou na quarta-feira o director da instituição.

O director Domingos do Nascimento, que apresentava o balanço das actividades de parceria realizadas entre o INAMET e a TAAG, reconheceu, em declarações à comunicação social, que esta relação permitiu melhorar a qualidade dos produtos e serviços destinados ao sector aeronáutico, tornar mais fiéis as previsões e mais fiável o serviço de alerta de mau tempo aos operadores nacionais e estrangeiros.

Antes da parceria com a TAAG, salientou Domingos Nascimento, pouca informação circulava no sistema internacional, pelo que não se podia ter conhecimento da situação meteorológica de Angola nas diversas plataformas de estudo prévio.

"A informação meteorológica é vital para a segurança das operações aéreas e o estabelecimento de rotas mais rápidas, económicas e de voos regulares", sublinhou o director do INAMET, que realçou o facto de a parceria com a TAAG também ter permitido manter a vigilância meteorológica a nível do Centro Nacional de Previsão 24 horas e a introdução das "previsões de aeródromo" para as estações provinciais certificadas.

Ao reconhecer o "notável trabalho feito pela TAAG", acrescentou que ele também viabilizou a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo INAMET, através do Sistema de Gestão de Qualidade, que culminou com a certificação internacional de qualidade ISO 9001:2008, em Junho de 2013, dos aeroportos de Luanda, Cabinda, Benguela, Huambo, Lubango, Luena e Ondjiva.

Segurança dos voos

O INAMET prevê, a curto prazo, passar à segunda fase desta certificação de qualidade, com a conclusão do processo, que vai permitir a instalação de serviços de vigilância em mais nove aeroportos, incluindo o novo Aeroporto Internacional de Luanda.

O director do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica Domingos do Nascimento referiu que,

recentemente, o INAMET foi alvo de uma auditoria, destinada a conferir funcionalidade aos serviços, que "detectou pequenas dificuldades a nível dos equipamentos".

O acordo que liga o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica à TAAGvisa, sobretudo, o apoio às actividades aeronáuticas em Angola, com a disponibilização de informações meteorológicas ajustada às condições locais, para uma permanente melhoria da segurança das operações da aviação.

O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET) tem actualmente um grupo de 11 estudantes bolseiros no Brasil.

10.2 Sobe o nível de extracção de rochas

Jornal de Angola

01 De Agosto de 2014

As empresas de exploração de rochas ornamentais na Huíla produziram, em seis meses, 17.176 metros cúbicos de granito negro, mais 3.320 que no período anterior, informou ontem a directora da Indústria, Geologia e Minas da província.

Paula Joaquim disse à Angop que 12.900 metros cúbicos foram produzidos no Primeiro trimestre e 5.166 no segundo, o que permitiu exportar 13.915 metros cúbicos de granito negro neste semestre, por pouco mais que 3.671 milhões de kwanzas.

As rochas produzidas na província foram exportadas para Portugal, China, Espanha, Alemanha, Itália e Índia, onde o interesse é grande, devido à qualidade do produto.

Algumas companhias já abriram empresas de transformação de granito, para permitir que a maior parte da produção seja fornecida a empresas de construção nacionais.

Além destas empresas, existem outras que se dedicam à transformação de granito em brita, assim como à extracção de areia, argila e calcário.

Na Huíla existem 40 empresas que exploram granito negro e inertes que aumentam a produção à luz do Plano de Acção da Geologia e Minas, o qual preconiza a diversificação dos rendimentos.

10.3 Ordenamento da costa protege biodiversidade

Jornal de Angola

06 De Agosto de 2014

O biólogo Filipe Kodo defendeu ontem em Luanda, a adopção de um plano de ordenamento da zona costeira de Luanda, regulamentando a pesca não licenciada e a construção de espaços turísticos sem a observância das exigências ambientais.

Em declarações à Angop, o biólogo disse que parte da zona costeira se confronta com uma "poluição estética", o que torna a área vulnerável a impactos negativos na sua biodiversidade.

A valorização e protecção da zona costeira deve ser feita com um plano especial de ordenamento, que deve definir e regular as actividades das salinas, zonas para uso balnear, desportos e lazer, zona de protecção marinha e para navegação e ancoragem. No que toca às calemas e suas consequências, Filipe Kodo disse que o problema deve ser entendido num contexto global ligado às alterações climáticas, que estão relacionadas com a subida do nível do mar.

"Se continuarmos a destruir os mangais, conforme se verifica em todas as cidades costeiras, de certeza que vamos continuar vulneráveis ao processo erosivo, para além da desflorestação costeira", alertou o biólogo.

"A exploração não sustentável de inertes em Luanda também põe em perigo a biodiversidade nestas áreas", referiu. A ocupação desordenada da zona costeira de Luanda e a falta de harmonização nas edificações construídas nesta área põe em perigo a biodiversidade existente e pode causar danos ambientais irreversíveis, advertiu o biólogo Filipe Kodo.

O biólogo Felipe Kodo disse que em Luanda as maiores extensões de mangais estão na Barra do Cuanza, uma zona que regista grande movimento humano nos últimos tempos:

"Tudo isso tem impacto negativo sobre a biodiversidade porque as zonas costeiras são consideradas húmidas e áreas importantes para aves migratórias, que utilizam essas áreas para reprodução e repouso".

O biólogo disse que a protecção ambiental da zona costeira está comprometida devido a impactos negativos.

10.4 Asiáticos assaltam pedreiras da Namibe com explosivos

Novo Jornal

08 De Agosto de 2014

Texto: Esmael Pena

A POLÍCIA Económica do Namibe prendeu, quarta-feira, quatro cancionistas estrangeiros, apanhados a transportar cubos de granito Rosa-Lucira, extraídos ilegalmente da localidade de Maungo, comuna do Bentiaba.

Segundo o director provincial da Geologia e Minas, Armando Valente, a mercadoria interceptada tinha como destino a província de Benguela, onde há suspeitas da existência de uma rede clandestina de polimento de rochas ornamentais.

Sem revelar a nacionalidade dos detidos, o responsável adianta apenas que são asiáticos, e garante que já estão a contas com a justiça local.

"Tínhamos a informação de que, na área entre a povoação do Maungo e Bentiaba, existia uma pedreira de proprietário desconhecido, com 124 cubos de granito Rosa, onde, neste momento, sobram apenas 30", revela Armando Valente.

o director explica que, após várias diligências, as autoridades aperceberam-se da presença, na zona do município de Quilengues, província da Huíla, de "quatro camiões carregados de granito".

"Com a pronta intervenção da Policia Económica, foi possível detectá-los e trazê-los para o Namibe", avança a fonte, acrescentando que "para extrair os minerais, os garimpeiros utilizaram explosivos", e actuaram "aos fins-de-semana e na calada da noite".

Armando Valente admite também que há indícios da existência de mais garimpeiros de inertes.

"Temos conhecimento do garimpo de pedras, de areia e de barro", afirma, assegurando que "nos próximos dias, o sector de Geologia e Minas vai definir as concessionárias de exploração de inertes".

10.5 Cidadãos namibianos abatem árvores no país

Jornal de Angola

09 De Agosto de 2014

Cidadãos namibianos atravessam a fronteira para a obtenção, em Angola, de lenha para fabricar carvão, sem a autorização legal dos serviços que tutelam os recursos florestais, denunciou o chefe de

departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal na província do Cunene.

Alcino Abel Zamba manifestou a sua preocupação com o índice de "abate indiscriminado" de árvores, que se regista, nos últimos tempos, ao longo da fronteira com a Namíbia e salientou que cidadãos namibianos estão entre os principais autores do crime ambiental.

Do lado do território angolano, disse, também há pessoas que transportam lenha e carvão para o território namibiano, com fins comerciais. As autoridades dos dois países já trabalham para pôr cobro à situação, acentuou o responsável do IDF, acrescentando que as árvores abatidas são transformadas em lenha e carvão, na maioria dos casos, para fins comerciais.

Lei rígida

"A lei florestal da Namíbia é tão rígida que faz com que os cidadãos locais não danifiquem as árvores e o nosso país, por apresentar fragilidades nessa matéria, tem sido o recurso para os namibianos, com ajuda de algumas autoridades tradicionais saqueiam os nossos recursos, vegetais", salientou. O funcionário do Instituto de Desenvolvimento Florestal disse que a instituição tem poucos fiscais florestais mas conta com o apoio da Polícia de Guarda Fronteira, que tem jogado um papel preponderante e frustrado várias tentativas 'abate de árvores.

Alcino Abel Zamba disse que a instituição está a trabalhar no sentido de persuadir as administrações municipais a incluírem fiscais florestais no seu quadro de pessoal.

Neste momento, a província do Cunene conta apenas com 14 fiscais, número exíguo tendo em conta a sua extensão territorial.

10.6 Ruas esburacadas estão à espera de obras

Jornal de Angola

10 De Agosto de 2014

Texto: Alexa Sonbi

A principal rua do bairro Neves Bendinha, a Machado Saldanha, continua à espera de obras dignas deste nome, para travar a degradação acentuada, mesmo depois de terem sido feitos trabalhos de recuperação.

Em quase toda a extensão da rua, excepto à entrada da via, para quem vem do Laboratório de Criminalística, o cenário é desolado, um sentimento que é exteriorizado sobretudo pelos moradores e por

motoristas que fazem diariamente uso da via, bastante movimentada.

Em alguns períodos do dia, os engarrafamentos são grandes, devido ao facto da faixa de rodagem ter grandes buracos. A degradação da Rua Machado Saldanha arrasta-se até à Rua do Andulo, onde está o Instituto Médio de Economia (IMEC). Cátia Lemos, aluna da 11^a classe, disse que caiu na lama escura e, por isso, teve de voltar para casa, em Viana, para trocar de roupa. Resultado: acabou por perder uma prova.

Janeth Mingas também estudante da 11^a classe, contou que tem tido muitas dificuldade para chegar ao instituto porque as águas paradas não permitem que as pessoas circulem à vontade. Quase sempre chega à escola com os pés sujos. "Já reclamámos mas ninguém diz nada e, com o aproximar das chuvas, estamos mal, porque até dentro da escola fica tudo alagado", sublinhou a estudante. a .

A moradora Josefa Domingos, que reside no bairro há 30 anos, lamenta a triste imagem que as ruas Machado Saldanha e d Andulo apresentam. "Este já foi um bairro de verdade, onde só existiam ruas devidamente asfaltadas e casas bem feitas. Mas agora posso dizer que é uma autêntica lixeira, onde cada um faz o que quer e ninguém diz nada", lamentou a moradora. Questionada sobre as razões do surgimento de águas paradas neste período de Cacimbo, Josefa Domingos disse que os esgotos estão todos entupidos com lixo e lama e muitos moradores deitam água nas ruas.

Como consequência, acrescentou, o asfalto estragou-se e os buracos nascem devido à presença constante de águas paradas que deitam mau cheiro, tornando-se numa fonte de doenças. No bairro um tractor da Elisal fazia limpeza da valeta da Rua Machado Saldanha. Manuel Feliciano, administrador do bairro Neves Bendinha, disse que, por intermédio da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, têm sido feitas algumas obras, embora paliativas, para tentar minimizar as dificuldades dos utentes das duas vias, que "já estiveram bem piores". Manuel Feliciano informou que, anualmente, a Rua do Andulo, onde se encontra o Instituto Médio de Economia, recebe intervenção para facilitar a vida dos estudantes. Está a trabalhar na zona uma equipa da unidade técnica da administração do distrito urbano do Kilamba Kiaxi para cuidar do saneamento básico. O administrador do bairro salientou que as águas paradas nas ruas Machado Saldanha e do Andulo não têm nada a ver com a chuva: "São águas de esgotos e causadas por rupturas nas canalizações".

10.7 Águas salobras aumentam degradação da vida

Jornal de Angola

12 De Agosto de 2014

Texto: Gabriel Bunga

Águas salobras invadem as casas do Bairro São Pedro da Barra, na zona do Susso, mesmo durante o tempo seco. Construídas numa encosta, estão por cima de um lençol de água, que sai do subsolo e invade as habitações. Depois, segue em direcção à estrada, onde entre buracos e lama os condutores tentam seguir o seu destino.

A força das águas está marcada nas paredes húmidas e esverdeadas da casa de Catarina Vicente que, a exemplo dos vizinhos, abriu uma cacimba no quintal para as escoar.

No quintal de Esperança de Almeida a situação é a mesma. De 16 anos, disse que para conservar a casa por muitos anos, os pais construíram um alicerce de um metro acima do solo. Para evitar que a água transborde, a família oferece água aos vizinhos. "Fizemos uma pequena canalização através da qual as águas escorrem para fora do quintal", conta. A água é limpa, mas salgada. Serve para usar nas casas de banho e regar plantas.

Afonso Santos, outro morador do bairro, explica que a única solução que os habitantes encontraram para evitar o problema foi criar pequenas valetas, um assunto que é do domínio das autoridades administrativas da zona.

Em tempo de chuva a situação piora. Quando a cacimba enche, as águas escorrem para o interior do bairro. O relevo facilita o curso das águas. Os moradores abriram pequenas valetas por onde as águas salobras e de uso doméstico escorrem.

Vários riachos saem do interior do bairro e desaguam na estrada principal de São Pedro da Barra, nas imediações do caminho-de-ferro. As águas salobras e de esgotos ganham força em direcção ao mar e aumentam o estado de degradação da Estrada de São Pedro da Barra. As intensas chuvas que caíram em Abril deixaram a via com buracos, que aumentam dia após dia.

Um calvário quotidiano

Buracos e a lama impedem a circulação normal de carros. O taxista Pascoal Nicolau considera a via de São Pedro da Barra uma fonte de rendimento. O percurso São Paulo – São Pedro da Barra permite-lhe completar a conta do patrão mais cedo.

"Aqui há mais passageiros", realça, acrescentando que pelo percurso cobra 200 kwanzas. O suor no rosto indica o esforço necessário para enfrentar o percurso. "Hoje, o dia está difícil", lamenta. O carro está soterrado Há mais de cinco horas. A vontade do jovem não traduz a força necessária para remover o carro. As botas improvisadas de sacos pretos ajudam a pisar com segurança a lama.

Pascoal Nicolau conta que não é a primeira vez que o carro fica soterrado. O sol abrasador e o estado lastimável da via aumentam a secura dos lábios de quem vive da estrada. Os ânimos do taxista estão calmos porque o patrão já tomou conhecimento do assunto, mas o dia está perdido.

A força das águas salobras e residuais não poupou o quintal da Refinaria. Os camionistas de combustível encontram várias dificuldades para estacionar e entrar nas instalações da empresa. Eurico da Costa é camionista e trabalha numa empresa que transporta combustível de Luanda para a Lunda Norte e Lunda Sul. O cabelo branco denuncia os seus 62 anos. Os músculos dos braços garantem a segurança no volante, mas o mau estado da via desafia a sua experiência de 39 anos.

Eurico da Costa diz que é um tormento trabalhar numa via como a de São Pedro da Barra e considera ser preciso que as autoridades resolvam o problema o mais depressa possível. "É daqui que sai o combustível que abastece o país. É inconcebível a estrada continuar num estado como este", lamenta.

A entrada dos tanques de combustível é visível o estrago que as águas estão a fazer. O mau cheiro indica a insegurança da saúde pública para os peões que por ali passam. As águas lamacentas combinam com o estado de degradação do meio ambiente, com o foco de lixo ao longo da via. Os buracos estão mais acentuados nas imediações da Igreja Católica de Santo André.

As águas dos esgotos do Bairro dos Anteiros e da ENCIB estão a invadir a estrada e aprofundam os buracos. André Simões, professor na escola Margarita da igreja Católica de Santo André, garante que a situação cria vários embaraços a quem passa naquela via.

"Não consigo passar com o carro", conta, acrescentado que a situação piora em tempo de chuva.

Obras em Janeiro

Filipe Manuel, taxista, usa esta rua porque não tem alternativa. A conta disso, o carro já teve várias avarias, desde furos no cárter até problemas nos amortecedores e terminais. O sofrimento dos

automobilistas e da população parece ter fim à vista. O director provincial das Obras Públicas de Luanda, Torres Bunga, reconhece que a estrada está num estado lastimável, mas garante que ela vai ser reparada, numa primeira fase com obras de terraplanagem.

O trabalho paliativo foi feito sob a orientação da Empresa Nacional de Construção de Infra-estruturas Básicas (ENCIB), com a sucção das águas e tapa buracos. "Já contactámos a ENCIB para o fazer e estamos à espera da proposta", disse.

O Jornal de Angola tentou contactar a direcção da ENCIB, nas suas instalações, durante dois dias, mas sem sucesso. Depois de insistência telefónica, a secretária Catarina Mutamba disse que o director informou que "não vai receber jornalistas".

Torres Bunga explicou que a estrada de São Pedro da Barra ainda não foi intervencionada porque não consta no Programa de Investimentos Públicos. As únicas vias terciárias secundárias que estão a ser reabilitadas são aquelas que dispõem de orçamento. Muitas obras iniciadas em 2012 pararam por não constarem do actual modelo de execução das obras públicas.

A estrada de São Pedro da Barra, disse, vai entrar no Programa de Investimentos Públicos no orçamento do próximo ano.

O Orçamento Geral do Estado para este ano inscreve verbas para o Ministério da Construção fazer a manutenção das valas de drenagem de Luanda no valor de 81 milhões, 228 mil, 192 kwanzas.

O OGE prevê ainda para o mesmo departamento ministerial uma verba para reabilitar as ruas secundárias e terciárias de Luanda, no valor de 31.673 milhões, 881 mil e 54 kwanzas. Ainda no mesmo Ministério está prevista uma verba para fundos rodoviários estipulada em 480 milhões, 336 mil e 691 kwanzas.

O OGE de 2014 atribui à província de Luanda uma verba para o programa de reabilitação e construção de infra-estruturas de transportes rodoviários no valor de 10.474 milhões, 395 mil e 823 Kwanzas.

O director provincial das Obras Públicas de Luanda garantiu que a partir do mês de Janeiro do próximo ano a estrada de São Pedro da Barra vai ser reabilitada definitivamente.

Torres Bunga afirmou que as direcções provinciais de Reinserção Social e das Obras Públicas estão a trabalhar no processo de realojamento das populações que vivem naquela zona."

Com um cenário assim, a qualidade de vida de quem vive nos arredores, fica comprometida.

10.8 Atenção às doenças da época

Semanário Angonse

16 De Agosto de 2014

Texto: Maria Kiluanji

O médico especialista em Saúde Pública, Salvador Correia, disse, ao *Semanário Angolense*, que, nas regiões tropicais, há mais doenças na época do calor, porque as bactérias escondidas nos lixos e na terra se sentem melhor nesse período, em que se libertam e procuram um hospedeiro que são o homem ou animal.

Salvador Correia, que está ligado à Repartição de Saúde do distrito urbano de Luanda, disse que na época chuvosa há muita verduras e esses alimentos são muito melindrosos, porque vêm da terra e devem ser bem lavados antes de se consumir por causa das bactérias que transmitem doenças como a salmonela ou febre tifóide.

O médico explica que a própria água, se não for bem tratada, pode conter amebas que causam a amebíase intestinal (diarreia acompanhada de sangue). De acordo com o especialista em Saúde Pública, esta é uma fase muito delicada por causa da cólera.

«A falta de saneamento básico do meio, principalmente nesta época em que as ruas ficam totalmente alaga das, com águas paradas, muitas vezes por falta de esgotos, a aglomeração de gente, sobretudo nas zonas periféricas onde as casas estão coladas umas às outras e as pessoas quase respiram o mesmo ar, lixos e outros males, tudo isso contribui para o aumento das doenças nesta época de calor», avisou...

Em relação à instabilidade do tempo nessa fase de transição (ora frio, ora calor), o médico aconselha as mães a agasalharem bem as crianças por causa da alteração no organismo para a sua nova adaptação. Maiores cuidados devem ter por causa das doenças oportunistas do clima.

Por isso, segundo Salvador Correia, os cuidados individuais e colectivos são muito importantes para preservar e cuidar da saúde do homem, mantendo sempre o meio que nos rodeia limpo para evitar que a demanda de pacientes nos centros e hospitais cresça.

Ele aconselha a população a ter mais responsabilidade ao comprar os alimentos na rua, porque o indivíduo não sabe como eles foram confeccionados, afirmando que «quem compra alimentos na rua compra doença».

«Nesta época chuvosa, vamos todos colaborar para melhorar o saneamento básico das nossas comunidades. Se todos se prevenirem, a qualidade de atendimento nos hospitais e centros vai melhorar, mas com a demanda a qualidade baixa», alertou.

10.9 E em Luanda (quase) nada de novo

16 De Agosto de 2014

Semanário Angolense

Texto: Kim Alves e Hélder

A estação quente e a inevitável época das chuvas estão já de regresso. A estação seca (sem

chuvas e com frio) ou cacimbo; como a denominamos, chegou ao fim nesta sexta-feira, 15 de Agosto.

Infelizmente, com as chuvas, a história de grandes charcos (com o seu cotejo de mosquitos e outros bichos causadores de doenças), ruas intransitáveis, mais engarrafamentos, casas destruídas e até mesmo mortes vai-se repetir. Assim faz adivinhar o que se pode constatar na maior parte dos bairros de Luanda, porque as edilidades nada fizeram durante o cacimbo, no sentido de virem a minimizar os problemas que as chuvas provocam, com as intervenções que se impunham. Está tudo na mesma. Onde se esboçaram obras, está tudo paralisado e nos lugares que já se reclamava por alguma intervenção, com um entulho, uma simples terraplanagem ou a abertura de valas para escoamento das águas pluviais, só há «deserto».

Mas, no tempo das chuvas, diante de alguma calamidade, lá vêm os edis a manifestarem preocupação (fingida), em meio a promessas de que, quando elas pararem, obras serão feitas para inverter o quadro, blá, blá, blá, algo que nunca cumprem, sai ano, entra ano.

Para decepção da população, mesmo os dirigentes administrativos tidos como incapazes não são substituídos, sendo que alguns até já parecem vitalícios nos cargos que mal ocupam. E talvez seja por isso que muito deles, sentindo-se intocáveis, só fazem o verbo encher, à espera dalgum milagre do governo central, quando deviam, a nível local, fazerem alguma coisa pelo bem-estar das populações que administram directamente.

O mesmo do mesmo

É assim que, todos os anos, o cenário se repete e as coisas se vão agravando, cada vez um pouco mais, ante o olhar sereno de quem promete tanto, mas nada faz. As chuvas vão começar, mas as ruas esburacadas, o

saneamento e a limpeza de Luanda e das suas periferias continuam à espera de milagres.

Estupefacta, a população não percebe o que fazem as unidades técnicas afectas às administrações municipais e distritais, nem para onde vão as máquinas e demais equipamentos colocados à sua disposição. Igualmente, questiona o que se faz com as verbas que são alocadas a essas edilidades, se nada se vê que concorra para os benefícios dos seus bairros e localidades.

Os moradores de Luanda há muito que reclamam dos responsáveis administrativos que, mesmo indolentes, ao invés de serem sancionados, chegam a ascender a cargos superiores ou recebem voto de confiança para continuar a dirigir os destinos das localidades. Quando assim acontece, para demonstrar que fazem alguma coisa, mandam realizar empreitadas que nunca mais acabam ou efectuam obras e reparações apressadas e mal feitas.

Sabe-se que há condições para melhorar, para fazer-se algo mais, mas falta é empenho de que está à frente dessas administrações.

Por isso é que em quase todos os bairros, sobretudo os da periferia da cidade, as estradas, ruas e ruelas são autênticos «caminhos para elefantes» ou mesmo pior, talo estado caótico em que se encontram na sua maioria.

Não se compreende que obras que custaram milhões de dólares aos cofres do Estado tenham vida muito efêmera, carecendo quase sempre de requalificações e mais requalificações, num círculo vicioso que nunca mais tem fim. Parece até que é feito de propósito, já que se transformam em autênticos sorvedouros de verbas que poderiam ser canalizadas para acudir a outras necessidades das municipalidades.

Não há uma só estrada a nível de Luanda que dure ao menos um ano sem qualquer tipo de intervenção. A título de exemplo, veja-se o (mau) estado da avenida Ngola Kiluanji, vulgarmente chamada de Estrada da Cuca, cujas obras de requalificação levaram cerca de dez anos, com intervenções de várias empresas. Pouco tempo depois, cerca de dois anos, diversos troços da estrada já estão totalmente danificados, principalmente o que vai da antiga «Vilares» à rotunda da Cuca. Ali pode-se constatar que o material usado na reparação e mesmo na construção de novas estradas é do piorio.

10.10 Promessas, promessas e mais promessas

Semanário Angolense

16 De Agosto de 2014

Em resposta a essas velhas preocupações que o *Semanário Angolense* lhe colocara já há uns tempos, o chefe de repartição dos Serviços Comunitários da Administração Municipal de Viana, Bunga Filipe, afirmara no fim da época chuvosa anterior, que a sua edilidade haveria de aproveitar o cacimbo para concluir os projectos de saneamento básico e requalificação das vias que estavam em execução" assim como entulhar e terraplanar as vias dos bairros da municipalidade.

Para Bunga Filipe, o cacimbo seria propício porque permite que os camiões cheguem até às zonas mais difíceis para o trabalho de limpeza das sarjetas e valas, locais onde as vias se tornam intransitáveis durante o tempo de chuvas.

«Nesta época (cacimbo), existe a possibilidade de as máquinas pesadas e camiões conseguirem entrar no interior dos bairros para o trabalho de recolha dos resíduos sólidos e deposição de material necessário para as obras», dizia ele.

Na altura, o responsável dos Serviços Comunitários de Viana explicara que, em relação aos projectos para escoamento das águas pluviais, havia trabalhos avançados estrada Hoji-ya-Henda, que vai dos Bombeiros à Igreja Católica e a 11 de Novembro, que inicia na estrada 230 e desemboca na via do Camama, junto à Universidade Utanga, onde estava a ser feito um trabalho completo para a drenagem das águas que vão parar à bacia da Vila Nova.

Quanto ao trabalho de tapa-buracos, afirmara que existia um programa da administração para intervenção nas áreas que se encontram em estado degradado.

Porém, Bunga Filipe não se referira à situação de precariedade dos circunvizinhos bairros da Caop, sobretudo da rua Brasileira, nem às constantes rupturas da canalização de água potável das ruas adjacentes, que então causavam grandes transtornos aos populares e utilizadores da via pública. Essas ruas, como é do conhecimento oficial, acumulam charcos que demoram meses a secar, exalando um mau cheiro e propiciando o surgimento de verdadeiras pragas de mosquitos.

Contudo, o tempo seco foi-se, as promessas esfumaram-se e nada foi feito. Tudo continua como as chuvas deixaram e voltarão a encontrar. Alguns

moradores tentam minimizar o problema com uma carrada de entulho aqui, outra de terra ali, mas ao invés de melhorarem, só estão a piorar o estado das ruas, que já parecem troços da superfície lunar.

10.11 Sem pulmão

Jornal Acapital

16 De Agosto de 2014

Outro problema com que Luanda se debate é a questão ambiental!. E, olhando para este item, Ângela Mingas adiantou mesmo que, a cidade está em colapso. Socorrendo-se de indicadores internacionais avançou que cada cidade deve ter 10 metros quadrados de área verde por habitante.

"Se fizermos as contas vamos ver que a cidade de Luanda não tem tamanho, não tem uma cintura verde. Todas as áreas verdes que deveríamos ter, (aproximadamente 21 mil campos de futebol), temos muito pouco", averiguou, ao criticar que as áreas verdes da cidade de Luanda foram todas alienadas, numa alusão ao que considerou "o grande pulmão da cidade que estava em fase de implementação nos anos 70, na encosta da cidade.

"Entre a cidade baixa e a cidade alta, existia um plano de irrigação permanente para construção de uma mata artificial, como foi construída na zona da Ilha de Luanda, para poder oxigenar a cidade. Até esta área foi alienada para se construírem mais prédios", apontou.

"Luanda, neste momento, está em colapso ambiental, e para se obterem espaços para ajudar a oxigenar os luandenses, vai ser preciso destruir a cidade. Chegamos a um ponto em que o canteiro de obras já está a fazer mal", desabafou a arquitecta, para quem a maioria dos edifícios que se estão a construir em Luanda não são para os luandenses.

Ângela Branco Lima

Mingas é formada em pedagogia arquitectónica e antropologia, é, também, directora do Centro de Estudos de Investigação Científica de Arquitectura da Universidade Lusíada de Angola, especialista em património arquitectónico e activista social.

10.12 Só se o cacimbo durasse 12 meses

Semanário Angolense

16 De Agosto de 2014

Texto: João Silva

Os populares que residem em alguns municípios e distritos da província de Luanda

continuam a viver com muitas dificuldades, devido, sobretudo, ao mau estado das ruas e vias de acesso aos bairros e comunas que, assim que chover, serão piores por falta de meios adequados para escoamento das águas residuais e saneamento.

Tal como acontece sempre, muitas ruas em bairros da capital já estão inundadas ainda sem chover, por falta de arranjos e manutenção. Algumas zonas de Viana, Cazenga, Rangel e Sambizanga são as mais prejudicadas.

As chuvas estão à porta, mas nem simples reparações e limpeza foram efectuadas às valas de drenagem ou às bacias residuais, sendo que algumas estão completamente cheias de lixo. Na sua maioria, os esgotos precisam de um trabalho profundo, porque não conseguem suportar a força que as águas da chuva acarretam.

Em vários bairros, a falta de escoamento das águas causa sérios problemas. As pessoas têm que pagar 50Kz para serem carregados às costas ou em um «kangulo» (carro de mão). Se não quiser passar por semelhante humilhação, tem que atravessar as águas ou então dar uma volta muito longa para chegar ao seu destino.

Em diversos pontos da cidade existem esgotos que não servem para grande coisa porque não conseguem absorver as águas residuais por estarem constantemente entupidos.

Em bairros como o Rangel, a situação é considerada pelos próprios moradores como pior, devido à grande quantidade de águas paradas nas diversas ruas da circunscrição, tanto no tempo seco como na época das chuvas.

Sempre que chove em Luanda, os populares descabelam-se, fartos das promessas feitas a cada ano, sem que algo melhore realmente na sua sofrida vida.

«Para nós acreditarmos nas promessas dos governantes de melhorar as coisas no tempo seco, como fazem todos anos, o cacimbo tem que durar doze meses ao menos.

Senão nada vai melhorar; até pode-se fazer obras, mas, como temos visto, não passam de estruturas descartáveis. Inaugura-se hoje uma obra que levou muito tempo e dinheiro a fazer e amanhã já começam a surgir fissuras, para em poucos dias não haver mais nada. Até parece uma brincadeira: ninguém fiscaliza, ninguém pune e as coisas vão piorando», queixa-se a senhora Domingas Filipe, moradora do Cazenga.

Chico Martins, morador do bairro Hoji-ya-Henda, é de opinião que se façam reparações concretas usando materiais de qualidade para que a população não volte a sofrer com estes problemas.

Tal como outros luandenses, o cidadão disse que se sente agastado com a situação, já que passaram-se muitos anos e lhes parece que a administração não liga para o sofrimento deles. «Quando chove tudo fica alagado e prejudica bastante a nossa circulação. Esses esgotos estão todos entupidos e não resolvem nada, apenas prejudicam», alertou.

Para o professor Marcos Lopes, Cazenga em si tem que ser pensado em aspectos de escoamento das águas pluviais. «Quanto aos esgotos, não adianta falar, porque, se existissem, as águas não ficariam várias semanas nas ruas, chegando ao ponto de cheirarem mal», afirmou.

10.13 Plano regional para proteger ecossistema

Jornal Angola

22 De Agosto de 2014

Vladimir Prata

As chefes das delegações de Angola, Namíbia e África do Sul à conferência ministerial da Comissão da Corrente de Benguela aprovaram ontem, na cidade do Namibe, um Plano de Acção Estratégico para o período 2015-2019 para promover a gestão regional integrada do ecossistema marinho de Benguela.

As ministras das Pescas de Angola, Vitória de Barros Neto, e da África do Sul, Edna Motewa, e a secretária permanente do Ministério das Pescas e Recursos Marinhos da Namíbia, Ulitalah Hiveluah, reunidas na quarta reunião, foram unânimes quanto ao facto de a assinatura e ratificação da Convenção da Comissão da Corrente de Benguela ser um garante para a protecção deste importante ecossistema partilhado pelos três países.

Vitória de Barros Neto lembrou que um dos grandes desafios do século XXI tem a ver com

a produção de alimentos para cerca de nove mil milhões de pessoas até 2050, perante um quadro agravado pelas mudanças climáticas, pelas incertezas económicas e financeiras, e pela crescente competição para a exploração dos recursos naturais.

"Estamos convictos de que os múltiplos desafios que temos de enfrentar requerem o estabelecimento de instrumentos e acções integradas, e, nesse sentido, a 1 Comissão da Corrente de Benguela é a contribuição sustentável do ecossistema de Benguela para a segurança alimentar e para o desenvolvimento socioeconómico dos países que partilham o referido ecossistema", disse.

A ministra das Pescas de Angola referiu que muitos projectos de âmbito transfronteiriço têm sido incrementados desde a constituição da comissão e que se enquadram fundamentalmente em campanhas de investigação científica, monitorização ambiental, avaliação das possíveis acções de poluição e o impacto ambiental da actividade humana.

Angola e África do Sul

A ministra das Pescas da África do Sul, Edna Motewa, indicou que o seu país está a dar passos importantes para a consolidação das estratégias adoptadas pela comissão conjunta. O entendimento entre os três países, segundo a ministra, vai permitir "criar sinergias" para o uso sustentável dos recursos marinhos do ecossistema partilhado, visando o crescimento das economias e apoiando as populações mais carentes dos três países.

A chefe da delegação sul-africana defendeu maior policiamento para a protecção do ecossistema regional e investimento nos transportes marítimos. Na abertura do encontro, o governador do Namibe, Rui Falcão, referiu que o desenvolvimento da província assenta em quatro sectores fundamentais, que são as pescas, os minerais, o turismo e a actividade agro-pecuária.

No domínio das pescas estão a ser criadas as condições para o relançamento da indústria de transformação e aumento dos índices de captura de pescado. "O Executivo está a fazer aqui no Namibe um forte investimento na área das ciências do mar, com o Instituto Médio Hélder Neto e a Academia de Pescas, com quatro unidades de formação superior", disse.

10.14 Medidas contra a chuva

Jornal de Angola

29 De Agosto de 2014

O vice-governador de Luanda para os serviços técnicos e infra-estruturas, Agostinho da Silva,

garantiu o empenho da Comissão Provincial de Protecção Civil para evitar perdas humanas e bens materiais durante a época da chuva.

Falando à Angop no distrito urbano da Ingombota, em Luanda, Agostinho da Silva disse que está a ser criado um programa eficaz em coordenação com os centros operacionais a nível dos municípios e distritos, para prevenir e acudir as comunidades sinistradas.

As acções de prevenção, prosseguiu, passam pela limpeza das principais valas de drenagem de águas pluviais e residuais e a retirada das famílias residentes em zonas de risco.

Municípios do distrito urbano da Ingombota defendem a adopção de um plano de contingência para evitar situações catastróficas, na época das chuvas. O plano devia consistir principalmente na retirada das famílias que vivem em zonas de risco, limpeza de valas de drenagem e reabilitação das vias.

Para o presidente da Comissão de Moradores da Ilha do Cabo, Manuel Afonso, as famílias residentes em áreas críticas deveriam ser retiradas e colocadas em zonas mais seguras.

Para Manuel Vicente de Almeida, da Boavista, a limpeza das valas de drenagem, terraplenagem das vias, sobretudo na periferia da cidade e operações "tapa buracos", devem igualmente fazer parte do plano antes do início das chuvas. Acrescentou que caso estas tarefas não sejam efectuadas, os estragos causados pelas calamidades vão ser as mesmas de sempre ou piores.

"A retirada voluntária da população residente em zonas de risco, principalmente em encostas, leito de rios e ao longo das valas de drenagem é primordial", sugeriu a estudante universitária da comuna da Kinanga, Manuela dos Prazeres. O funcionário público da comuna do Maculusso, José Carlos, pediu a tomada de medidas por parte do Governo Provincial para com as famílias que teimam em construir nas áreas proibidas, colocando as suas vidas em risco.

Defendeu ainda o apetrechamento das administrações distritais e municipais com meios técnicos como moto-bombas e outros equipamentos de apoio para fazer fase às inundações.

Em relação ao receio do surgimento do surto de doenças provocadas pelas chuvas, os cidadãos sugerem a tomada de medidas para a prevenção de enfermidades, com a realização de campanhas de sensibilização em todos os municípios sobre os cuidados a ter para evitar possíveis epidemias, distribuição de água potável e a recolha de lixo, principalmente em áreas periféricas.

10.15 Ambiente. Abate de árvores na orla fronteiriça com a Namíbia

Jornal Agora

08 De Agosto de 2014

O chefe de departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), na província do Cunene, afirmou quarta-feira, em Ondjiva, estar preocupado com o índice de "abate indiscriminado" de árvores, que se regista nos últimos tempos na orla fronteiriça com a Namíbia.

De acordo com Alcino Zamba, uma das razões que motiva a prática, por parte de namibianos, tem a ver com a recolha de material lenhoso e fabrico de carvão, acabando por destruir a flora e fauna na região.

A lei florestal da Namíbia impede o abate de árvores, havendo fragilidades da parte angolana.

II. IMIGRAÇÃO

II.1 Repatriamento. RDC ainda tem 30 mil 'refugiados' angolanos que aguardam sinal para o regresso

Jornal Agora

01 De Agosto de 2014

Dados do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) chegados ao Agora indicam que a primeira operação de repatriamento começa no fim da primeira quinzena deste mês e que se prolongará até 2015, altura em que se estima que mais de 30 mil refugiados estarão abrangidos pela operação.

O ACNUR acrescenta que as dificuldades que se prendiam com a identificação foram ultrapassadas e, deste modo, os cidadãos serão cadastrados a partir do ponto de origem, de modo a evitar que emigrantes ilegais se aproveitem da situação.

De igual modo, o Executivo, através do Ministério da Reinserção Social (MINARS), irá atribuir equivalências, quer académicas, quer profissionais, aos que as possuem, de modo a facilitar o reenquadramento social dos repatriados.

Para as Nações Unidas, há muito que já não se justifica a presença de cidadãos angolanos espalhados pelo mundo, com o estatuto de refugiados, devido ao fim do conflito militar há cerca de 12 anos. Por esta razão, segundo a fonte do Agora junto do Alto-Comissariado das Nações Unidas (HCR), os angolanos que residem noutros países perderam este estatuto e estão a ser obrigados a deixá-los.

Em contrapartida, avança a fonte, a falta de documentos tem sido o problema que dificulta a entrada de muitos cidadãos que abandonaram o país na época da guerra.

De segunda a quarta-feira desta semana, o Executivo e o ACNUR, assim como a República Democrática do Congo (RDC), encontraram-se pela sétima vez, para discutir sobre as modalidades do repatriamento dos mais de 30 mil refugiados que residem, actualmente, no território de Kabála,

Na abertura do evento, o ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, disse esperar por maior dinamização do processo de repatriamento voluntário e de integração local, visando contribuir para a diminuição do fenómeno dos refugiados no continente africano.

A intenção é de concluir o processo até finais deste ano, mas, ao que tudo indica, a situação poderá prolongar-se até pelo menos 2017, já que muitos angolanos não devem ser um papel das autoridades congoleesas, nem de Angola.

"Até 2015, pretendemos concluir o processo de atribuição de documentos de cidadania nacional, para facilitar a integração local das famílias e proceder-se ao levantamento estatístico daqueles que permanecerão no território congolês", disse Kussumua.

O encontro, prosseguiu, visou estabelecer um cronograma de actividades para o período de Agosto a Novembro do ano corrente, donde constarão as acções a desenvolver no processo, com destaque para a conclusão da recolha e confirmação definitiva das intenções de regresso ao país dos antigos refugiados angolanos, espelhando as localidades de destino final.

Pretendem ainda traçar metas sobre a emissão, pelos serviços consulares de Angola na RDC, de salvo-condutos para os ex-refugiados angolanos, determinar as datas e os locais para o início e término da operação de repatriamento voluntário, entre outros.

Sublinhou que, para o cumprimento destas tarefas, os dois governos, em parceria com o HCR, deverão envidar esforços, no sentido de assegurar o retomo do maior número possível de ex-refugiados.

Segundo João Baptista Kussumua, os angolanos que regressarem vão beneficiar de assistência social, desde a chegada até à fase de reintegração nas áreas de destino final. O encontro encerrou na quarta-feira, altura em que uma delegação chefiada pelo ministro do Interior da RDC terminou a sua visita, no âmbito do reforço da cooperação existente.

II.2 Os últimos refugiados

Jornal de Angola

02 De Agosto de 2014

A imigração ilegal e as irregularidades migratórias são questões que marcam os tempos modernos, quando a globalização tende a transformar fronteiras em meras linhas virtuais. Os Governos têm de

encontrar soluções inteligentes, humanista e eficazes para ao mesmo tempo protegerem os interesses nacionais e os países serem o mais possível lugares de acolhimento para os que não encontram nas suas terras condições de vida. A globalização foi feita em nome dos valores democráticos e dos Direitos Humanos.

Mas os mentores da globalização foram os primeiros a fechar as suas fronteiras e a soltar os demónios dos nacionalismos, mal se verificaram os primeiros sinais de crise no sistema. Países que sempre foram pátrias de acolhimento para milhões de seres humanos perseguidos politicamente ou que não tinham nas suas terras condições de vida, hoje estão a transformar-se em autênticas fortalezas. EUA, França ou Suíça são dos que mais entaves colocam aos imigrantes.

Mas já antes da crise financeira a União Europeia decidiu em Shengen abrir as suas fronteiras aos seus, mas cerrá-las para todos os outros. Os angolanos devem muito aos países vizinhos, sobretudo à República Democrática do Congo, que acolheu milhares de refugiados da repressão que se seguiu à Grande Insurreição de 15 de Março de 1961. O território que hoje corresponde às províncias do Bengo, Cuanza Norte, Uíge e Zaire ficou quase deserto. Apenas ficaram os combatentes. Milhares de civis, sobretudo mulheres e crianças, atravessaram a fronteira de Quimbata (Maquela do Zombo) ou atravessaram o rio Zaire.

Quando a luta armada chegou à Frente Leste, aconteceu novo êxodo de civis, sobretudo em direcção à Zâmbia. A guerra de agressão estrangeira, em 1992, causou ainda mais refugiados, desta vez também para a Namíbia e o Congo (Brazzaville): Com a chegada da paz, a estabilidade e crescimento proporcionou condições para que fosse possível o regresso voluntário desses angolanos que se encontravam na condição de refugiados.

O processo de repatriamento voluntário de 29.659 antigos refugiados angolanos que se encontram na República Democrática do Congo (RDC) começa na segunda quinzena de Agosto. E o culminar de um processo doloroso de exílio involuntário. A paz que hoje vivemos, a estabilidade política e o crescimento económico permitem hoje acolher esses milhares de angolanos que continuam longe da pátria. O Executivo, com ajuda dos países vizinhos e das organizações internacionais, procura soluções justas para a situação migratória dos angolanos.

A estratégia do regresso voluntário, aplicada há mais de cinco anos, foi um grande sucesso e milhares de angolanos regressaram e foram devidamente integrados. Muitos destes antigos refugiados, homens e mulheres, estão hoje a dar o seu melhor na reconstrução do país.

O Executivo pretende iniciar a integração antigos refugiados nas províncias do Uíge e Zaire. Existem milhares de angolanos registados como tal, em Kinshasa, Baixo Congo, Lumumbaxi e Catanga.

Do total, mais de metade manifestou o desejo de regressar à terra de origem. O processo contribui para a solução, significativa e histórica na sua dimensão, da situação migratória de milhares de famílias angolanas. É bom que grande parte desses antigos refugiados tenha manifestado voluntariamente a intenção de regressar ao país. O amor à pátria falou mais alto.

A forma exemplar como as autoridades angolanas, congolezas e instituições internacionais organizaram os repatriamentos é digna de todos os elogios. A reunião tripartida entre delegações do Executivo, do Governo da RDC e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), foi um sucesso. E as medidas tomadas vão ser executadas de forma que sejam devidamente salvaguardados aspectos como a situação daqueles que, por razões pessoais, familiares, profissionais e culturais, demonstrem a intenção de continuar a residir no país de acolhimento. A garantia de documentação que permite a esses angolanos continuarem a residir nos

países vizinhos, deve ser assegurada pelas autoridades migratórias dos países de acolhimento.

As instituições do Estado Angolano trabalham afincadamente para que a documentação seja assegurada a todos. Os que regressam à pátria são bem-vindos. Os que ficam nos países de acolhimento têm o direito a ver a sua situação migratória regularizada. E isso está garantido. Foi posto no ponto final em mais um problema causado pelas guerras que os angolanos tiveram de enfrentar.

1.1.3 Arrendar casas a imigrantes ilegais é crime

Jornal de Angola

05 De Agosto de 2014

A governadora de Cabinda, Aldina da Lomba Catembo, apelou aos cidadãos nacionais a não arrendarem casas a estrangeiros em condições migratórias irregulares, quando falava ao programa "Governação Participativa", emitido pela estação local da Rádio Nacional de Angola.

Alugar casas a estrangeiros indocumentados "para além de ser um crime de auxílio à imigração ilegal, põe em perigo a segurança e a tranquilidade das populações nacionais. Esta situação é muito preocupante. Temos conhecimento que muitos cidadãos nacionais arrendam as suas casas a estrangeiros em situação ilegal", sublinhou.

A governadora de Cabinda disse que o aumento de estrangeiros em situação ilegal na província é uma

realidade, realçando que "eles não dormem nas ruas, ou nas tendas dos mercados, mas em casas de pessoas que são cidadãos nacionais, sendo esses os promotores da imigração ilegal".

Aldina da Lomba apelou a todos os cidadãos nacionais que denunciem estas práticas e pediu aos proprietários para não arrendarem as suas casas a estrangeiros em situação ilegal.

A governadora também pediu ao Serviço de Migração e Estrangeiros para redobrar as suas acções de combate à imigração ilegal, sobretudo em locais onde cidadãos nacionais praticam e promovem esta prática.

Violação de fronteira

Cidadãos da República Democrática do Congo foram interpelados, nos últimos sete dias, pela Polícia de Guarda Fronteira na província do Zaire, por tentativa de violação da fronteira norte de Angola. Em comunicado de imprensa distribuído ontem, o Comando Provincial da Polícia Nacional no Zaire refere que foram abortadas duas tentativas de violação dos limites fronteiriços, igual número de casos em relação à semana passada.

Os imigrantes em situação ilegal foram encaminhados para a Direcção Provincial do Serviço de Migração e Estrangeiros para o devido tratamento. As violações ocorreram nos postos fronteiriços do Luvo, Mpala (Mbanza Congo) e Luangu, no município do Cuimba.

11.4 Zaire preparado para receber refugiados

Jornal de Angola

06 De Agosto de 2014

O Ministério da Reinserção Social está a criar condições para a recepção dos 4.783 antigos refugiados angolanos, que chegam a partir do dia 20, oriundos da República Democrática do Congo, dos 29.659 instalados naquele país.

De acordo com o director provincial do Zaire da Assistência e Reinserção Social, Manuel José António, para acolher os antigos refugiados está a ser instalado um centro de acolhimento para mil tendas, na localidade de Quinzau, Mbanza Congo.

As autoridades locais estão a trabalhar afincadamente para a conclusão, nos próximos dias, da instalação dos principais serviços sociais, como sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável, energia eléctrica e posto médico.

"A província do Zaire vai receber um total de 4.783 refugiados. Deste número, 337 vêm de Kinshasa (capital da República Democrática do Congo) e 4.446 da região do Baixo Congo", explicou o director, acrescentando que os compatriotas ficam no centro durante três dias, para a obtenção

de documentos de cidadania angolana. Depois, são transportados para as suas respectivas zonas de origem. Antes, vão receber bens e materiais diversos que lhes garantam a reintegração social nos primeiros seis meses.

O Ministério da Reinserção Social, em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, vai passar a realizar dois comboios rodoviários (terças e sextas-feiras) a partir da comuna fronteiriça do Luvo, transportando 500 pessoas por caravana.

O Governo Provincial vai atribuir lotes de terreno e chapas de zinco para os ajudar a construir moradias. A abertura oficial do processo de repatriamento organizado e voluntário dos refugiados angolanos na RDC é no próximo dia 20, na localidade fronteiriça de Quimpango, município de Maquela do Zombo, província do Uíge. O processo de repatriamento termina a 30 de Dezembro deste ano. Os candidatos ao repatriamento voluntário têm como áreas de destino em Angola, as províncias do Moxico (8.413), Uíge (7.667), Zaire (4.783), Lunda Sul (2.427), Bié (1.935), Lunda Norte (1.814), Malange (788), Luanda (586), Bengo (397), Huíla (262), Benguela (236), Huambo (119), Cuanza Sul (103), Cuanza Norte (79), Cabinda (44), Namibe (4) e Cuando Cubango (2).

Angola e a RDC chegaram a consenso quanto ao regresso de cerca de 29.659 ex-refugiados angolanos que ainda residem naquele país e quanto à facilitação da integração local dos 18.379 que optaram por lá permanecer.

O Executivo quer simplificar e tornar céleres os procedimentos para emissão de salvo-condutos, Cédula Pessoal, certidão integral, Bilhete de Identidade e passaporte aos ex-refugiados angolanos, para tornar mais rápida a integração em Angola e na República Democrática do Congo, garantiu a secretária de Estado da Assistência e Reinserção Social.

11.5 Imigrantes são detidos por permanência ilegal

Jornal de Angola

12 De Agosto de 2014

Uma operação de rotina da Polícia Nacional e Serviço de Migração e Estrangeiros nos municípios de Mbanza Congo e Soyo, província do Zaire, resultou na detenção de 109 indivíduos da República Democrática do Congo que residiam ilegalmente no país.

O porta-voz da corporação, superintendente Gomes Zombo, disse que a corporação registou um aumento de três casos de violação da fronteira comparando com a semana anterior.

Na semana passada, acrescentou, a Polícia de Guarda Fronteira frustrou, nas localidades do Luvo e Mpala (Mbanza Congo) e Luanzo no município do Cuimba, quatro tentativas de violação da fronteira norte com a RDC, tendo detido 18 estrangeiros.

O Serviço de Migração e Estrangeiros informou ontem que 13.044 cidadãos nacionais e estrangeiros atravessaram, durante a semana passada, a zona fronteira entre a província do Cunene (Angola) e a Namíbia, mais 2.695 em relação ao período anterior.

De acordo com um comunicado, o movimento migratório teve maior incidência nos postos fronteiriços de Santa Clara, Calueque e Ruacaná.

Dos elementos que atravessaram a fronteira, 8.386 são nacionais e 4.658 estrangeiros.

11.6 Estrangeiros legais no país há 10 anos podem ser angolanos

Novo Jorna

15 De Agosto de 2014

A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO a Lei nº1/05, de 1 de Julho - Lei da Nacionalidade, sugerida pelo titular do poder Executivo, autoriza o Chefe de Estado a "conceder a nacionalidade angolana, por naturalização, aos cidadãos estrangeiros que residam legalmente em Angola, há pelo menos 10 anos".

A "nova versão" do diploma propõe-se atribuir ao Presidente da República, ao contrário do Conselho de Ministros, a competência de apreciar e decidir os pedidos respeitantes à aquisição, reacquirição e perda da nacionalidade, salvo nos casos em que a competência seja da Assembleia Nacional.

A proposta, chumbada pela oposição, foi aprovada com 128 votos a favor e 35 contra. A oposição

argumentou que a proposta de alteração viola flagrantemente a Constituição da República por competir à Assembleia Nacional legislar sobre essa matéria.

À luz desta Proposta de Lei, considera-se pai ou mãe angolano e cidadão angolano aquele a quem foi atribuída a nacionalidade, pela Lei da Nacionalidade, de 11 de Novembro de 1975 e pela Lei nº2/84, de Fevereiro.

São também abrangidos os cidadãos com capacidade para reger a sua pessoa e assegurar a sua subsistência, com rendimentos próprios e regulares, comprováveis no decurso dos últimos três anos.

De igual modo, podem beneficiar da atribuição da nacionalidade os cidadãos que possuam conhecimentos suficientes de língua Portuguesa, ligação efectiva à comunidade nacional, tenham conhecimento adequado dos direitos e deveres decorrentes da Constituição ou que não tenham sido condenados, por sentença, transitada em julgado, pela prática de crime punível com pena de prisão igualou superior a três anos, segundo a Lei.

O diploma introduz um novo conjunto de regras e procedimentos na concessão da nacionalidade a quem a requisite.

A proposta de Lei revoga o artigo 12º, uma vez que a aquisição da nacionalidade angolana por vínculo de casamento se tem revelado potenciadora de situações fraudulentas.

"Não são poucos os casos, nem pouco visível, o risco de instrumentalização de relações matrimoniais com o fim de as aproveitar para a aquisição do vínculo de nacionalidade angolana", lê-se no relatório de fundamentação apresentado aos deputados.

O actual artigo 12º da Lei da Nacionalidade defende que o estrangeiro casado com um nacional, durante mais de cinco anos, pode, na constância do casamento e ouvido o cônjuge, adquirir a nacionalidade angolana, desde que a requeira.

A iniciativa legislativa, apresentada pelo ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Rui Jorge Carneiro Manguieira, estabelece os requisitos de aquisição, perda e reacquirição da nacionalidade angolana.

Enquadra-se no processo de revisão constitucional e visa, entre outros objectivos, adoptar as prescrições normativas da Lei da Nacionalidade em vigor desde 2005, à nova realidade jurídico-constitucional do país.

Segundo o relatório de fundamentação do novo texto, constitui "mais um passo fundamental no

compromisso do Executivo, de actualização da realidade jurídico-constitucional dos cidadãos consagrados na Constituição da República".

A Proposta de Lei traz 26 sugestões de alteração da Lei nº1/05, que constituem recomendações técnicas de melhoria da Lei vigente no país.

Ao apresentar os fundamentos da Proposta de Alteração à Lei nº1/05, de 1 de Julho, o ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Rui Mangureira, explicou que faz parte de um conjunto de medidas estratégicas concertadas, nomeadamente uma maior exigência e fiscalização dos processos de concessão de nacionalidade em Angola.

Segundo o governante, o texto visa facilitar a realização de registos de cidadãos nacionais nas províncias fronteiriças e nos consulados dos países limítrofes, dar maior rigor no processo de registo de nascimento e emissão do Bilhete de Identidade a nível de todo o país.

De igual modo, explicou, a Proposta de Lei que vai agora a discussão nas comissões de especialidade, visa fazer a reforma dos regimes, de exílio político e do refugiado.

Referiu que a questão referente à atribuição, aquisição ou perda da nacionalidade é de extrema importância para Angola, porquanto as alterações propostas têm como objectivo reforçar os requisitos para a atribuição, aquisição e reacquirição da nacionalidade angolana.

Pretende-se ainda reforçar as circunstâncias que determinam a perda da nacionalidade angolana ou a oposição à aquisição ou reacquirição da mesma.

Rui Mangureira acrescentou que visa ainda introduzir um novo conjunto de regras e procedimentos que têm por função tornar a Lei mais funcional.

Os parlamentares fizeram aprovar também, na generalidade, com 150 votos a favor, nenhum contra e seis abstenções, a Proposta de Lei Sobre o Regime da Organização e Funcionamento dos Tribunais da Jurisdição Comum.

Durante os debates, foram ainda aprovados dois projectos de resolução referentes à autorização para adopção de uma menor e à substituição de membros indicados pelo MPLA, na Comissão Nacional Eleitoral, na Comissão Municipal Eleitoral de Buengas e do Songo, província do Uíge, e na Comissão Provincial e Municipal Eleitoral do Cuvango, província da Huíla.

Foram retirados da agenda os pontos referentes à Apreciação do Relatório Anual da Provedoria de Justiça referente ao ano de 2013 e à discussão e votação do Projecto de Resolução que aprova a Composição para a Comissão Nacional Eleitoral e dos seus Órgãos Locais.

11.7 Os perigos da imigração ilegal

Jornal de Agora

15 De Agosto de 2014

Todos os dias somos confrontados com notícias sobre a violação das nossas fronteiras por estrangeiros que olham para este país como o 'el dorado'. Aqui, pensam em entrar e dar um cunho melhor às suas vidas.

Relatos que nos chegam da Lunda-Norte apontam que, diariamente, se regista, naquela região, o repatriamento de centenas de cidadãos ilegais, na sua maioria da República Democrática do Congo (RDC).

"A confusão na fronteira é de tal ordem que quase não descansamos. Estamos sempre a mandar de volta por dia entre 300 a 400 pessoas daquele país", conta ao Agora um oficial da Polícia de Guarda-Fronteira, destacado naquela província diamantífera.

Aliás, os que insistem em 'furar' a fronteira para se estabelecer em Angola têm, invariavelmente, os olhos no garimpo de diamantes.

A invasão das nossas linhas fronteiriças representa por si só um perigo à soberania da Nação e afecta a economia.

Mais preocupados devemos ficar quando se diz que, só na primeira semana deste mês, o Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) expulsou quase mil cidadãos pertencentes a outros países que estavam em situação irregular em Angola.

De acordo com a mesma informação, entre 31 de Julho e 06 de Agosto, o SME expulsou 982 cidadãos estrangeiros por via administrativa e cinco por via judicial.

Por infracções migratórias, foram sancionados com multas 100 cidadãos e 30 empresas.

Além disso, acrescenta a fonte, o SME controla, por esta altura, 637 estrangeiros em situação ilegal, "que aguardam pela formalização das respectivas expulsões", através dos Centros de Detenção de Estrangeiros Ilegais (CDEI).

"Entre a população estrangeira detida nos GDEI, a nacionalidade congoleza (RDC) lidera a lista de detidos com maior percentagem", referiu o SME.

No mesmo período, avança ainda o SME, entraram no país 17.327 estrangeiros e saíram 18.116, num fluxo migratório que se reporta aos postos de fronteiras terrestres, fluviais, aéreas e marítimas.

Ainda na primeira semana de Agosto, a instituição recebeu 3.785 pedidos para a emissão de vistos, uma 'quebra' de 477 solicitações, face à semana anterior. Neste período, foram emitidos por aquela entidade 671 vistos.

A imigração ilegal é um dos fenómenos que mais 'dores de cabeça' dão às nossas autoridades. E o combate a esta praga, apesar dos esforços, não se apresenta nada fácil.

"Temos equipamento sofisticado para lutar contra o problema, mas o sucesso ainda não é o preconizado. Precisamos da colaboração da população", refere o contacto policial.

Tudo isso porque boa parte dos ilegais da RDC que procuram o nosso país para ficar tem, em muitos casos, laços familiares aqui, acabando estes por encobrirem para a sua condição. Se pretendermos viver bem, dentro dos nossos marcos fronteiriços, cada um deverá fazer a sua parte.

11.8 Fronteiras angolanas estão mais seguras

Jornal de Angola

19 De Agosto de 2014

Texto: Jaquelino Figueiredo

As fronteiras angolanas estão seguras e estáveis, apesar de em alguns pontos do norte e noroeste se registar ainda muita pressão de imigrantes ilegais e crimes como a fuga de capitais e contrabando de combustível, afirmou o comandante nacional da Polícia de Guarda Fronteira de Angola, comissário-chefe Pedro Candela, no final da visita de sete dias à província do Zaire.

Pedro Candela avaliou as áreas de maior infiltração de imigrantes ilegais e apontou o Luvo (Mbanza Congo) e a costa fluvial no município do Soyo como os postos fronteiriços que mais preocupações inspiram em relação ao fenómeno da imigração.

O comandante nacional considerou "positivo" o balanço da visita, reafirmando que apesar do envolvimento dos efectivos com os meios à sua disposição, o Luvo é a fronteira mais crítica em função da existência do mercado fronteiriço, enquanto a vila

do Soyo é usada pelos imigrantes ilegais, sobretudo da República Democrática do Congo (RDC) para atingir a capital do país.

"Não há segurança perfeita em qualquer parte do mundo", reconheceu o responsável da Polícia Nacional, salientando que os imigrantes ilegais aproveitam normalmente as áreas mais frágeis para se infiltrarem no território nacional.

As instituições afins vão continuar a trabalhar para garantir maior tranquilidade e segurança às fronteiras e diminuir a entrada ilegal de estrangeiros. A Polícia de Guarda Fronteira de Angola está a incrementar acções ao longo das fronteiras, que já resultaram na diminuição do fenómeno imigração ilegal.

Prossegue no país o projecto para aquisição de meios tecnológicos para garantir a vigilância eficaz das fronteiras marítima, fluvial e terrestre.

Durante os seis dias de estada na província do Zaire, Pedro Candela deslocou-se aos municípios de Mbanza Kongo, Nóqui, Nzeto, Tomboco, Kuimba e Soyo, visitou os postos fronteiriços e interagiu com as Direcções das unidades e sub-unidades destacadas na região.

Ilegais detidos

Uma operação policial realizada pelo Comando Provincial da Polícia Nacional no Zaire e pelo Serviço de Emigração e Estrangeiros resultou na detenção de cem imigrantes ilegais, todos da República Democrática do Congo (RDC).

Os detidos, 64 homens e 36 mulheres, são repatriados hoje para o país de origem, a partir do posto fronteiriço fluvial de Kimbumba, no município do Soyo. O porta-voz do Comando Municipal da Polícia Nacional no Soyo, intendente Justino Kinito, informou à imprensa que a corporação abortou uma tentativa de contrabando de combustível para a RDC, na ordem de 11.600 litros de gasóleo.

Justino Kinito disse que 8.750 litros de combustível foram detectados ao longo do rio Zaire, no município do Soyo, enquanto os restantes 2.850 litros foram apreendidos na fronteira terrestre do Luvo, em Mbanza Congo.

Como medida para desencorajar a prática de contrabando de combustíveis, Justino Kinito assegurou a intensificação de patrulhas e a realização com frequência de operações ao longo de todos os pontos considerados de eleição para actividades ilícitas.

Apelo à formação

O comandante-geral da Polícia Nacional, comissário-geral Ambrósio de Lemos, recomendou sábado, no município da Cahama, província do Cunene, aos efectivos da corpo razão a apostarem cada vez mais na formação académica e profissional, de modo a obterem conhecimentos adequados para responderem aos desafios do país.

O comissário-geral deixou a recomendação durante a sua intervenção na cerimónia de encerramento da jornada de três dias de trabalho de campo que efectuou aos municípios do Cuanhama, Cuvelai, Ombadja e Cahama, no Cunene.

Ambrósio de Lemos considerou que um efectivo dotado de conhecimentos tem a solução de qualquer problema político, económico, social e cultural. "O segredo da vida é estudar. O homem letrado tem outra maneira de gerir os factos sociais", disse.

Por sua vez, os efectivos do comando municipal da Cahama agradeceram o gesto do comandante-geral de ter visitado os municípios de Cuanhama, CUV& lai, Ombadja e Cahama, no sentido de avaliar as suas condições sociais e de trabalho.

11.9 Polícia no Zaire detém imigrantes ilegais

Jornal de Angola
19 De Agosto de 2014

A Polícia de Guarda Fronteira na província do Zaire deteve, na semana passada, sete indivíduos da República Democrática do Congo que tentavam entrar ilegalmente no país, através dos municípios de Mbanza Congo, Soyo e Nóqui. Em comunicado de imprensa divulgado em Mbanza Congo, o comando provincial da Polícia Nacional no Zaire sustenta que os detidos foram encaminhados para a direcção provincial do Serviço de Migração e Estrangeiros.

A tentativa frustrada de violação da fronteira nacional aconteceu na semana em que o comandante nacional da Polícia de Guarda Fronteira, comissário-chefe António Candela, esteve na província a avaliar a situação operativa na região.

António Candela afirmou que as fronteiras angolanas estão seguras e estáveis, apesar de em alguns pontos do norte e noroeste se registar ainda muita pressão de imigrantes ilegais e crimes, como a fuga de capitais e contrabando de combustível.

O comandante avaliou as áreas de maior infiltração de imigrantes ilegais e apontou o Luvo (Mbanza Congo)

e a costa fluvial no município do Soyo como os postos fronteiriços que mais preocupações inspiram em relação ao fenómeno da imigração.

O Luvo é a fronteira mais crítica devido à existência do mercado fronteiriço, enquanto a vila do Soyo é usada pelos imigrantes ilegais, sobretudo da República Democrática do Congo (RDC), para atingirem a capital do país.

"Não há segurança perfeita em qualquer parte do mundo", reconheceu o comandante, ao salientar que os imigrantes ilegais aproveitam normalmente as áreas mais frágeis para se infiltrarem no território nacional.

António Candela garantiu, para breve, a aquisição de meios tecnológicos para garantir a vigilância eficaz das fronteiras marítima, fluvial e terrestre. O plano é parte do programa de modernização das estruturas policiais.

11.10 Repatriamento voluntário começa amanhã

Jornal de Angola
19 De Agosto de 2014
Texto: Adelina Inácio

O processo de repatriamento voluntário e organizado dos 29.659 ex-refugiados angolanos que se encontram na República Democrática do Congo (RDC) começa amanhã, garantiu o director nacional para a acção social do Ministério de Assistência e Reinserção Social.

André Zinga disse ao Jornal de Angola que a abertura oficial do processo de repatriamento começa com um grupo de angolanos provenientes de Kinshasa (capital da RDC) para a província do Uíge, que vai receber mais de oito mil refugiados. Semanalmente, vão ser recebidas mil pessoas, em dois comboios de 500 cada. O Executivo pretende concluir o repatriamento dos ex-refugiados em Dezembro deste ano.

De acordo com o comunicado final da reunião tripartida entre Angola, República Democrática do Congo e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, que decorreu em Julho, em Luanda, os 29.659 candidatos ao repatriamento voluntário têm como destino final as provinciais do Moxico (8.413), Uíge (7.667), Zaire (4.783), Lunda Sul (2.427), Lunda Norte (1.814), Malanje (788), Luanda (586), Bengo (397), Huíla (262), Benguela (236), Huambo (119), Cuanza Sul (103), Cuanza Norte (79), Cabinda (44), Namibe (4), Cuando Cubango (2).

Angola e a República Democrática do Congo assinalaram a existência de 1.204 pessoas que ainda

não foram verificadas, sendo 966 em Kinshasa e 238 em Kahemba e Bandundu.

O director nacional de acção social disse que o Executivo pretende dar início à integração dos ex-refugiados nas províncias do Uíge, Zaire e Moxico, onde já estão criadas as condições de recepção.

"Os terrenos foram identificados, as comissões provinciais para os refugiados já estão constituídas e foi feita a vistoria e limpeza dos espaços", referiu.

Outras províncias de entrada dos ex-refugiados são as de Cabinda, Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico, para os angolanos que estão no Baixo Congo, Kinshasa, Catanga e Bandundu, zonas fronteiriças com estas provinciais.

Na República Democrática do Congo existem 47.851 angolanos. Deste número, 29.659 manifestaram a intenção de regressar voluntariamente e 18.192 optaram pela integração naquele país.

Aos angolanos que afirmaram a intenção de regressar ao país vão ser entregues salvo-condutos, como documento de viagem, depois do registo e sua verificação. Está tudo preparado para que as equipas móveis dêem início ao registo e atribuição de cédulas e emissão de Bilhete de Identidade, a partir de Setembro.

"Aos angolanos que vão permanecer após a emissão desta documentação, os Serviços de Imigração e Estrangeiros vão atribuir passaporte, enquanto as autoridades congoleas vão emitir um cartão de residente", explicou.

André Zinga disse que o Executivo recebeu garantias das autoridades congoleas que, enquanto estiver a decorrer o processo de atribuição de documentação aos ex-refugiados, vão prorrogar, até 30 de Julho de 2016, a estada dos angolanos que estão em situação migratória ilegal.

Assistência até à reintegração

O ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, garantiu recentemente que os ex-refugiados que decidiram regressar ao país vão receber assistência social até à fase de reintegração nas áreas de destino final.

A intenção, afirmou o ministro, é facilitar a integração e o acesso aos diferentes serviços a estes angolanos.

Os que, não sendo nacionais, pretendem aproveitar o processo de repatriamento para, de forma fraudulenta, entrarem em Angola, o ministro advertiu que vão estar

sujeitos às medidas punitivas previstas na Lei, que inclui a expulsão.

Angola propôs à República Democrática do Congo maior dinamização do processo de repatriamento voluntário e de integração local, com vista a contribuir para a diminuição do fenómeno dos refugiados em Africa.

Os dois países vão estabelecer, de Agosto a Novembro, um cronograma de actividades para a conclusão da recolha e confirmação definitiva das intenções de regresso ao país dos ex-refugiados angolanos e emissão pelos serviços consulares de Angola na República Democrática do Congo de salvo-condutos para os ex-refugiados.

II.11 Coordenação contra imigração ilegal

Jornal de Angola

20 De Agosto de 2014

Texto: Arão Martins

O ministro da Defesa Nacional, João Lourenço, solicitou a coordenação de todos os órgãos e da sociedade para o combate cerrado à imigração ilegal, que considera uma "séria ameaça" à soberania do país.

João Lourenço, que efectuou a sua primeira visita ao Comando da Região Militar Sul, desde que foi empossado no cargo, afirmou que o combate à imigração ilegal deve ser da responsabilidade de toda sociedade e não apenas do Ministério do Interior.

"Todas as instituições, com maior ou menor grau de responsabilidade, têm de prestar uma atenção especial a este fenómeno", afirmou o ministro da Defesa Nacional, que avaliou na Huíla o grau de operacionalidade e prontidão das Forças Armadas estacionadas no Comando da Região Militar Sul.

Formação da tropa

João Lourenço garantiu que o Ministério da Defesa Nacional vai continuar a trabalhar na coesão, organização e formação de quadros. "Temos de ter as nossas Forças Armadas sempre bem preparadas para defender o país, as riquezas e a população", afirmou o ministro, recordando as obrigações de Angola com a defesa da soberania dos Estados da região, sobretudo na Região dos Grandes Lagos e da Comunidade de Desenvolvimento da Africa Austral (SADC). "Estamos inseridos em organizações regionais e internacionais, temos obrigações, mas a primeira é a defesa da soberania nacional", afirmou o ministro salientando que as visitas vão prosseguir a nível de

todas as regiões militares, com o objectivo de manter contacto com as respectivas chefias.

Além da visita ao Comando da Região Militar Sul, o ministro também inspeccionou a Região Aérea Sul, onde verificou as condições organizativas. O hospital da Região Militar Sul e o posto médico da Força Aérea, incluindo o projecto "A Nossa Terra", afecta à Caixa de Segurança Social das Forças Armadas, no município da Humpata, a 22 quilómetros a oeste do Lubango, também mereceram a atenção do ministro da Defesa. Ontem, o ministro João Lourenço avaliou no Huambo a actual situação político-militar da Região Militar Centro. A chegada, foi recebido no aeroporto Albano Machado pelo governador do Huambo, Kundi Paihama.

No cumprimento da sua agenda de actividades, João Lourenço vai visitar a Academia do Exército e o condomínio do Comando da Região Militar Centro. O programa de visita, que termina ainda hoje, fica concluído com uma deslocação ao Hospital Militar do Huambo, onde vai avaliar as condições de atendimento aos pacientes militares, além de encontros com alguns responsáveis das unidades.

11.12 Maquela do Zombo preparada para refugiados

Jornal de Angola

20 De Agosto de 2014

A administração de Maquela do Zombo tem criadas as condições para a recepção dos sete mil ex-refugiados na República Democrática do Congo (RDC), que hoje começam a chegar ao país pela fronteira de Quimbata.

Em declarações à Angop, o administrador Bengi Moco explicou que uma comissão multisectorial, que integra o Ministério da Assistência e Reinserção Social e a Administração Municipal, disponibilizou 30 casas que vão acolher, durante três dias, os angolanos, para posteriormente serem encaminhadas para as zonas de origem.

Uma comissão do Consulado, de Angola no Baixo Congo está a trabalhar para impedir que elementos da República Democrática do Congo entrem no país na condição de angolanos repatriados.

"O nosso Consulado no Baixo Congo foi directamente envolvido no processo de registo dos angolanos, procurando fazer um trabalho de identificação e apurar quem é o verdadeiro angolano", afirmou.

O administrador sublinhou que, ao contrário do repatriamento anterior, desta vez a triagem dos angolanos, para entrarem em Angola, é feita em

território congolês. Aqueles que forem detectados em situação ilegal ficam na RDC. Bengi Moco afirmou que uma outra triagem é já feita no ponto de trânsito de Maquela do Zombo, onde são elaboradas as listas de destino de cada um. O director nacional para a acção social do Ministério de Assistência e Reinserção Social garantiu que o processo de repatriamento voluntário e organizado dos 29.659 ex-refugiados angolanos que se encontram na República Democrática do Congo (RDC) começa hoje e que, semanalmente, vão ser recebidas mil pessoas, em dois comboios de 500 cada.

O Executivo pretende concluir o repatriamento dos ex-refugiados em Dezembro deste ano. De acordo com o comunicado final da reunião tripartida entre Angola, República Democrática do Congo e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, que decorreu em Julho, em Luanda, os 29.659 candidatos ao repatriamento voluntário têm como destino final as provinciais do Moxico (8.413), Uíge (7.667), Zaire (4.783), Lunda Sul (2.427), Lunda Norte (1.814), Malanje (788), Luanda (586), Bengo (397), Huíla (262), Benguela (236), Huambo (119), Cuanza Sul (103), Cuanza Norte (79), Cabinda (44), Namibe (4) e Cuando Cubango (2). Angola e a República Democrática do Congo assinalaram a existência de 1.204 pessoas que ainda não foram verificadas, sendo 966 em Kinshasa e 238 em Kahemba e Bandundu.

O ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, garantiu recentemente que os ex-refugiados que decidiram regressar ao país vão receber assistência social, até à fase de reintegração nas áreas de destino final.

A intenção, afirmou o ministro, é facilitar a estes angolanos a integração e o acesso aos diferentes serviços. Os que, não sendo nacionais, pretendem aproveitar o processo de repatriamento para, de forma fraudulenta, entrarem em Angola, vão estar sujeitos às medidas punitivas previstas na Lei, que inclui a expulsão, alertou.

Angola propôs à República Democrática do Congo uma maior dinamização do processo de repatriamento voluntário e de integração local, com vista a contribuir para a diminuição do fenómeno dos refugiados em África.

Os dois países vão estabelecer, até Novembro, um cronograma de actividades para a conclusão da recolha e confirmação definitiva das intenções de regresso ao país dos ex-refugiados angolanos e emissão pelos serviços consulares de Angola na RDC de salvos-condutos para os ex-refugiados.

11.13 Imigração. Maquela do Zombo acolhe sete mil ex-refugiados

Jornal Agora

22 De Agosto de 2014

Estão criadas as condições para a recepção dos sete mil cidadãos angolanos ex-refugiados na República Democrática do Congo (RDC), que começam a chegar ao país pela fronteira de Kimbata, ainda nesta semana, fez saber o administrador municipal de Maquela do Zombo, Bengi Moco Henriques.

"Uma comissão multisectorial, que integra o Ministério da Assistência e Reinserção Social (Minars) e a administração municipal, criou as condições de recepção no posto de Kimbata, com destaque para 30 casas que acolherão, durante três dias, os antigos refugiados, a fim de, posteriormente, serem encaminhados para as áreas de origem", informou.

Aquele responsável explicou existir uma comissão do consulado de Angola no Baixo-Congo, que está a trabalhar de forma a impedir que cidadãos da RDC entrem no país na condição de angolanos repatriados.

"O nosso consulado no Baixo Congo foi directamente envolvido no processo de registo dos Angolanos, procurando fazer um trabalho de identificação e apurar quem é o verdadeiro angolano", afirmou.

Ao contrário do repatriamento anterior, desta vez, a triagem dos cidadãos angolanos, para entrar em Angola, será feita no território congolês, para que aqueles que forem detectados em situação ilegal fiquem lá.

11.14 Luta permanente

Jornal de Angola

22 De Agosto de 2014

A imigração ilegal continua a estar no centro das preocupações das nossas autoridades, que não hesitam em considerá-la uma ameaça à soberania nacional. A imigração ilegal tem suscitado a atenção, não só das forças encarregadas da defesa do nosso território, como também da sociedade, que tem legitimamente interesse em proteger as riquezas do país de acções de estrangeiros que actuam ou se instalam no país à margem da lei. Sabe-se que o crime organizado é um fenómeno com que se debatem vários Estados, que têm de enfrentar

redes que se entregam a actividades ilícitas, como o tráfico de seres humanos e de drogas. Essas redes actuam em vários países, sendo actualmente normal que os Estados se juntem para as combater, num

esforço conjugado que tem produzido efeitos positivos.

As consequências nefastas do crime organizado têm obrigado os Estados a procurarem incessantemente e de forma coordenada mecanismos cada vez mais eficazes de actuação contra acções ilegais de indivíduos que enriquecem à custa do sofrimento de muitas pessoas e de ataques à economia. Pense-se por exemplo nas pessoas que são sujeitas por redes organizadas a trabalho escravo ou em actividades ilegais com o propósito de desestabilizar economias e criar disfunções, para delas retirarem proveito em termos financeiros. A imigração ilegal, por estar associada a outros crimes, comporta uma grande complexidade, o que leva em muitos casos Estados a afectar recursos avultados ao combate às redes criminosas organizadas, que expandem as suas acções ilícitas para muitos países. Angola, porque tem imensas riquezas, como os diamantes, é alvo da actividade dessas redes.

Para se ter uma ideia da dimensão da imigração ilegal no país basta atentar no considerável número de estrangeiros que são detidos e expulsos do nosso território por entrada ilegal em Angola. A luta contra a imigração ilegal ao longo de vários anos permitiu às autoridades policiais angolanas conhecer em profundidade o "modus operandi" de redes que promovem a imigração ilegal, o que tem contribuído para neutralizar com maior celeridade e eficácia os que tentam entrar ilegalmente no país.

E verdade que a nossa Polícia tem empreendido um combate persistente à imigração ilegal, mas a realidade mostra que uma luta dessa natureza tem de contar com a colaboração da população que deve denunciar oportunamente os casos de entrada ilegal de imigrantes particularmente pelas fronteiras terrestres. Será necessário, neste combate, que se informe as populações das consequências negativas da imigração ilegal, para se evitarem casos de ajuda à entrada ilegal de imigrantes. Um conhecimento por parte dos cidadãos do que pode representar a imigração ilegal poderá fazer com que estes assumam uma postura activa na neutralização do fenómeno.

João Lourenço, ministro da Defesa, referiu-se à imigração ilegal numa visita que efectuou esta semana ao Sul do país, tendo enaltecido a necessidade de a sociedade participar na luta contra a imigração ilegal. O ministro João Lourenço, conhecedor certamente das características da imigração ilegal, entende que não podem ser apenas as forças policiais a enfrentar o fenómeno, que afinal causa prejuízos à vida de todos nós. "O combate à imigração ilegal deve ser da responsabilidade de toda a sociedade e não apenas do Ministério do Interior", disse João Lourenço, para

quem "todas as instituições com maior ou menor grau de responsabilidade têm de prestar uma atenção especial ao fenómeno". Uma participação da sociedade nesse combate ajudaria a Polícia a impedir mais rapidamente a entrada ilegal no nosso território daqueles estrangeiros que só desejam realizar actividades ilícitas no nosso país. Angola tem leis sobre migração e quem quiser viver no país terá de actuar em conformidade com elas.

As nossas autoridades vão continuar a não dar tréguas àqueles que violam as nossas leis e atentam contra a nossa soberania nacional. Somos um país independente e soberano, e nunca deixaremos que o nosso território seja violado por quem quer que seja.

Quem entra ilegalmente em Angola está sujeito a sanções previstas pelas nossas leis. Não pode haver tolerância para quem não respeita a nossa soberania. Os angolanos estão a construir arduamente uma sociedade de progresso e quem quiser participar nesse esforço é bem-vindo. Angola está aberta a contribuições dos que desejam ajudar-nos na reconstrução do nosso país. Angola é terra de homens e mulheres generosos que valorizam o trabalho dos que optaram por estar connosco na luta contra o subdesenvolvimento. Há espaço para quem quer ajudar-nos a superar os problemas. Contra a ilegalidade haverá uma luta permanente

11.15 Situação de refugiados preocupa deputados

Jornal Angola

26 De Agosto de 2014

Texto: Carlos Paulino

Uma delegação de deputados da Comissão de Relações Exteriores, Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas no Estrangeiro da Assembleia Nacional trabalha d no Cuando Cubango, com o propósito de se inteirar da situação dos refugiados e eventuais reclusos estrangeiros na província.

Logo após a chegada, a delegação, chefiada pela deputada da bancada parlamentar do MPLA Elsa Ambriz, teve um encontro com o vice-governador do Cuando Cubango para os serviços técnicos e infra-estruturas, Joaquim Malichi, que informou sobre a actual situação dos refugiados e estrangeiros presos.

Em declarações à imprensa no final do encontro, esclareceu que os deputados pretendem saber quais as relações que o governo da província tem com os países fronteiriços da Namíbia e Zâmbia em termo de

tramitação e as condições criadas para os refugiados angolanos provenientes destes países.

"É nosso dever, como deputados, acompanhar e auscultar os problemas que afligem as populações, no sentido de serem levados ao Executivo para a sua solução", disse Elsa Ambriz, acrescentando que os parlamentares devem estar par das dificuldades que o povo vive.

A deputada Elsa Ambriz apelou aos cidadãos que ainda se encontram a viver na condição de refugiados fora do país para voltarem, tendo em vista que a paz efectiva alcançada em 2002 está a impulsionar um rápido desenvolvimento social e económico e a melhoria das condições de vida das populações. "Os nossos irmãos angolanos que vivem no estrangeiro, precisam de saber que a paz que Angola está a viver veio para ficar e que o país precisa de todos para a sua reconstrução e desenvolvimento", disse.

A delegação é composta também pelos deputados Miguel Nzua Puna (MPLA) e Carlos Kandanda (CASA-CE). Vai trabalhar nos municípios do Cuangar, Dirico e Rivungo, localidades fronteiriças com a Namíbia e Zâmbia.

11.16 Antigos camponeses regressam às origens

Jornal de Angola

29 De Agosto de 2014

Texto: Domingos Dos Santos

Cercada por capim alto, que já invadiu as casas deixadas pelos proprietários e as poucas ainda habitadas, e pelo intenso nevoeiro, que fica até ao meio-dia, Canacajungo, a 20 quilómetros de Camabatela, Cuanza Norte, vê regressar centenas de camponeses, na sua maioria mulheres, que, depois de muito tempo a viverem nas cidades, decidiram voltar ao meio rural para cultivarem nas suas antigas lavras.

Para esta grande empreitada eles contam com o apoio do empresário Silvestre Kissari, que doou materiais de construção para a reabilitação das suas casas e instrumentos agrícolas para a produção de arroz, feijão, milho, batata, mandioca, ginguba, banana, laranja e limão.

A reportagem do Jornal de Angola foi conhecer de perto a nova realidade das vidas de Rita Manuel José, Isabel Sebastião João e Luísa Teixeira, que, depois de terem abandonado as suas casas e as lavras devido à guerra, decidiram lutar pelo seu sonho e decidiram regressar à terra que as viu nascer para fazerem aquilo de que mais gostam: cultivar a terra.

A camponesa Rita Manuel José começa a trabalhar mal nasce o sol, altura em que, enrolada em panos e com lenços na cabeça para se proteger do frio e do intenso nevoeiro que se faz sentir por estas paragens, sai para o campo onde passa toda amanhã na lavoura.

A sua dedicação tem um motivo: Cultivar os dez hectares que possui na localidade de Canacajungo, a 20 quilómetros de Camabatela, onde a agricultura familiar responde por mais da metade do volume de alimentos colocados na mesa dos seus habitantes, com arroz, mandioca, milho, feijão e batata-doce. "Este terreno é da minha família há bastante tempo e estava abandonado. Por isso decidi voltar a instalar-me aqui para aproveitá-lo para agricultura", disse Rita, que enquanto conversa, aponta para a casa onde nasceu há 45 anos, da qual apenas resta uma parede de adobe. "Neste local está enterrado o meu cordão umbilical. Apesar de ter vivido 14 anos na cidade, o meu pensamento estava aqui. Por isso voltei".

A lavra de Rita Manuel José é o exemplo ideal de uma agricultura familiar sustentável capaz de produzir um pequeno excedente para comercialização. "Fomos para a cidade, mas não esquecemos a enxada e a riqueza dos campos agrícolas", diz Rita Manuel José com satisfação e a segurança de quem sabe do que fala.

Persistência e determinação

Luísa Teixeira, 38 anos, mãe de nove filhos, oitos dos quais já falecidos, é também uma camponesa que regressou às origens e garante a satisfação das necessidades alimentares da sua família através da agricultura. Com organização, persistência e determinação, ela está há dois anos a trabalhar e a contornar os desafios de voltar viver no meio rural, onde produz couve, repolho, quissaca, gimboa, pimento, rama de batata-doce, alface e outras verduras e frutas que têm sido a sua fonte de rendimentos.

Com a enxada e catana nas mãos, Luísa recebe a nossa reportagem e já se percebe que ela é uma defensora dos alimentos de origem natural e não geneticamente modificados. "O trabalho das mulheres não é valorizado e é preciso mostrar a importância do nosso trabalho para a produção de alimentos saudáveis", explica a camponesa que, depois de 20 anos a viver na cidade, voltou para Canacajungo e vive hoje numa casa, herança dos pais, que fica no meio de um enorme campo agrícola.

Estrada em mau estado

A pouco mais de um quilómetro da lavra de Luísa Teixeira, acessível por uma estrada de terra batida, fica "escondida" a lavra de Isabel Sebastião João outra camponesa habituada a trabalhar nas suas plantações

de milho, batata, feijão, repolho, tomate e couve. Desde pequena que se dedica à agricultura, uma fase da vida só interrompida quando abandonou a aldeia Quibento, onde nasceu há 40 anos, para se refugiar em

Ndalantando devido à guerra.

Isabel, que teve quatro filhos e todos morreram, recebeu com gentileza e satisfação a nossa equipa de reportagem à porta da sua casa feita de adobe e coberta de capim, que brevemente vai ser substituído pelas chapas de zinco doadas pelo empresário Silvestre Kissari. A doação é motivo de muita satisfação, que faz com que as palavras de Isabel se atropelem ao agradecer ao empresário pela ajuda. "É um sentimento maravilhoso", diz sorridente Isabel, no quintal de sua casa. E garante que cada vez mais mulheres mostram interesse em se instalar definitivamente no meio rural para cultivarem as suas terras.

A casa de Isabel não tem água nem luz, mas isso não a impediu de ouvir, através do seu rádio de pilhas, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, a garantir maior atenção e apoio às mulheres do campo durante o Primeiro Fórum Nacional da Mulher Rural.

"A terra por si só não serve, porque precisamos da estrada, energia, água, saúde e educação para as crianças. Por isso, ouvimos com atenção as palavras do nosso Presidente e esperamos pela solução dos nossos problemas", disse Isabel. Ela trabalha dez hectares, dos quais cinco já cultivados com feijão, arroz, milho e mandioca.

Isabel lamenta o mau estado da estrada que liga Canacajungo a Camabatela: "assim é difícil escoar os produtos do campo para vender", lamenta. Mas acrescenta: "Mas vai melhorar. Aqui é bom para se viver".

Reabilitação da estrada

A certeza de Isabel Sebastião João na melhoria da circulação rodoviária entre Camabatela e Canacajungo tem razão de ser, pois ela ouviu do empresário Silvestre Kissari a garantia de reabilitar a via que liga as duas localidades para facilitar o escoamento dos produtos. "Há um troço onde vamos intervir com os nossos meios. Vamos levar a preocupação ao senhor governador para o governo apoiar com combustível".

Natural também de Ambaca, Silvestre Kissari levou um donativo de cinco mil folhas de chapa de zinco e 500 catanas e enxadas para as centenas de camponeses que têm estado a regressar às suas zonas de origem. "Já não nos interessa estarmos todos nas cidades. Vamos entregar chapas àqueles que têm adobe para voltarem às aldeias e cultivarem a terra", disse Silvestre Kissari

recordando que Ambaca já foi um celeiro agrícola que abasteceu outras províncias com alimentos.

"Hoje, a situação já não é a mesma. Temos dificuldades em encontrar mandioca, batata, ginguba, feijão. Por isso, peço-vos para que regressem às vossas aldeias para se empenharem na actividade agrícola", concluiu.

O pé da Rainha Njinga

Canacajungo é um recanto paradisíaco entre Camabatela e o Bindo, na passagem por Catunda, a caminho do Quitexe. Quando acaba o planalto, a estrada entra na montanha e é muito sinuosa. Dá curvas tão fechadas que a meio do percurso fica o "Bico do Pato", onde antes da guerra existia uma pequena comunidade.

Antes do vale do rio Seke e entre curvas apertadas, os viajantes são surpreendidos pelas Quedas do Canacajungo, que devem ser a primeiríssima maravilha de Angola. A água despenha-se de mais de 50 metros de altura para uma lagoa misteriosa, bordejada por uma imensa mole de granito negro. Na face superior do imenso cubo está desenhado um pé humano. Aquela pegada, garantem os antigos, é da Rainha Njinga.

Em frente às imponentes quedas, nos anos 60, existia a casa de um barbeiro que fazia visitas guiadas à pedra que tem gravado o pé da Rainha de Angola. O acesso fazia-se por um trilha estreito, num declive que metia medo.

Mas lá em baixo, a lagoa e o grande cubo de pedra negra são espectáculos dignos de ser vistos.

